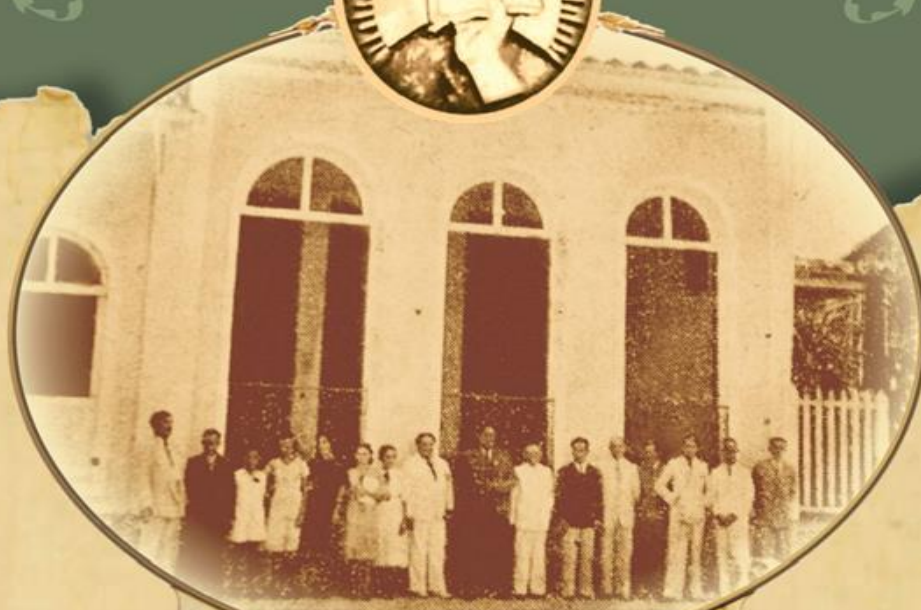




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

BRUNO DANIEL MONTEIRO PALHETA

O PROJETO EDUCATIVO DOS HOMENS DE LETRAS  
DA SOCIEDADE LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PARA A  
CIDADE DE VIGIA-PA (1870-1882)



SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE "CINCO DE AGOSTO"

Belém-Pará

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

BRUNO DANIEL MONTEIRO PALHETA

**O PROJETO EDUCATIVO DOS HOMENS DE LETRAS DA SOCIEDADE  
LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PARA A CIDADE DE VIGIA-PA (1870-1882)**

Belém – Pará  
2022

BRUNO DANIEL MONTEIRO PALHETA

**O PROJETO EDUCATIVO DOS HOMENS DE LETRAS DA SOCIEDADE  
LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PARA A CIDADE DE VIGIA-PA (1870-1882)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Belém-Pará  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBDSistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P153p Palheta, Bruno Daniel Monteiro.  
O PROJETO EDUCATIVO DOS HOMENS DE LETRAS DA SOCIEDADE LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PARA A CIDADE DE VIGIA-PA (1870-1882) / Bruno Daniel Monteiro Palheta. — 2022.  
208 f. : il. color.  
Orientador(a): Prof. Dr. César Augusto Castro (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2022.
1. Sociedade Literária 5 de Agosto. 2. Homens de Letras. 3. Projeto Educativo. 4. Vigia. I. Título.

BRUNO DANIEL MONTEIRO PALHETA

**O PROJETO EDUCATIVO DOS HOMENS DE LETRAS DA SOCIEDADE  
LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PARA A CIDADE DE VIGIA-PA (1870-1882)**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. César Augusto Castro  
Orientador e Presidente (UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Engler Cury  
Membro Externo (UFPB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Perpétuo Socorro de Avelino França  
Membro Externo (UEPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Maria Silva Araújo Alves  
Membro Interno (UFPA)

---

Prof. Dr. Samuel Luís Velázquez Castellanos  
Membro Interno (UFPA)

---

Prof. Dr. Rogerio Andrade Maciel  
Suplente de membro externo (UFPA)

---

Prof. Dr. Carlos Paixão  
Suplente de membro interno (UFPA)

Conceito: \_\_\_\_\_  
Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

Aos homens de letras da Sociedade Literária  
5 de Agosto que dedicaram grande parte de  
suas vidas pelo progresso da Vigia-PA.

## AGRADECIMENTOS

Passar e cursar o doutorado foi um desafio árduo, contudo posso dizer que sozinho não conseguiria concluí-lo. Por isso devo agradecer profundamente a colaboração de diversas pessoas. Dentre elas, o meu orientador, professor Dr. César Augusto Castro pela confiança, apoio e autonomia, que favoreceram a construção dessa tese e desse Ser que sou hoje. Obrigado mestre, por ter me aceito como seu orientando, e ter sido muito compreensivo e dedicado.

Aos membros da banca de defesa: às professoras Dr.<sup>a</sup> Cláudia Cury, Dr.<sup>a</sup> Socorro França, Dr.<sup>a</sup> Laura Alves, e ao professor Dr. Samuel Castellanos. Obrigado por suas observações, pela gentileza e generosidade em compartilhar seus conhecimentos e experiências de anos de pesquisa. Agradeço por aceitarem o convite em participar desta banca e por suas importantes contribuições para este trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), da Biblioteca Pública Artur Vianna e da Biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto. Em especial ao Prof. Igo Soeiro presidente da Sociedade Literária 5 de Agosto. Muito obrigado!

À minha família, agradeço pela paciência, pela compreensão, pelo apoio e pela presença em todos os momentos. Em especial aos meus pais: minha mãe Solange, pelo apoio e incentivo nesta caminhada e meu pai Carlos pelo companheirismo. Aos meus tios Sandra e Clemente que tão bem me abrigaram em sua residência quando precisei ficar em Belém. A minha tia Cristina por todos os livros que me presenteou.

À minha esposa Joyce e minha filha Clarisse por estarem sempre ao meu lado, nem sei o que faria da vida sem vocês, “[...] é impossível ser feliz sozinho.”

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela oportunidade de poder realizar este curso, continuar os estudos e desenvolver esta pesquisa. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação por compartilharem seus conhecimentos e experiências de vida. Sou extremamente grato!

A prof.<sup>a</sup>. Adna Maely dos Santos Oliveira e ao prof. Francisco Félix pela colaboração na correção deste texto de tese. Obrigado.

Aos meus amigos e amigas Camila, Kátia, Ivis, entre outros que fiz durante os anos de doutorado.

Aos meus amigos boêmios Maria Amin, Gilmar, Jhony, Ana Cristina, Jean Carlos, Raimundo [...] que me proporcionaram alívio nas horas de incertas. Meu muito obrigado. Que tal um copo, só mais um, o último, nem sei que horas é isso!!!



## RESUMO

Os homens de letras da Província do Pará de meados do Oitocentos, responsáveis pela organização e disseminação de instituições associativas de caráter científico-literário, defendiam a ideia que a educação seria o caminho por meio do qual se alcançaria o progresso civilizatório da província. Partindo desse pressuposto, este estudo de tese objetivou analisar o projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, que buscava contribuir ao progresso civilizatório da cidade de Vigia/PA, (1870 – 1882). Para tal, apoiava-se em uma rede mutualista-filantrópica responsável pelo financiamento e pela efetivação de suas ações socioculturais, beneficentes, ilustrativas-civilizatórias e educativas que comporiam o que se denominou de projeto educativo dos homens de letras. Também procurou-se compreender como a cultura associativa se converteu em um movimento sociocultural e intelectual que tomou conta da província paraense no período temporal desta investigação. O trajeto teórico está situado e fundamentado em bases epistemológicas e metodológicas da História Cultural e com auxílio da História da Educação no Pará. O percurso metodológico tem caráter qualitativo, bibliográfico e documental. A pesquisa documental é constituída de um *corpus* que compreende: requerimentos, ofícios, atas, estatutos, prestações de contas, etc., depositadas no Arquivo Público do Estado do Pará e no acervo da Sociedade Literária 5 de Agosto, além dos jornais que circulavam no Pará nas décadas finais do século XIX e início do século XX, em especial na cidade de Vigia, a exemplo dos jornais “O Espelho”, “O Liberal da Vigia” e “O Cinco de Agosto”. Os resultados confirmaram a tese levantada, que a Sociedade Literária 5 de Agosto por intermédio de ações coordenadas, as quais eram parte do que denominamos de projeto educativo, contribuíram para que as ideias de progresso civilizatório impactassem no cotidiano educacional da Vigia a partir da década de 1870. Conclui-se que o estudo das Sociedades literárias possa colaborar na ampliação do campo de pesquisa da História da Educação no Pará, uma vez que se rompe com o paradigma de investigação de temas referentes a ambientes institucionalizados de ensino.

**Palavras-chave:** Sociedade Literária 5 de Agosto. Homens de letras. Projeto educativo. Vigia.

## ABSTRACT

The men of letters of the Province of Pará in the mid-nineteenth century, responsible for the organization and dissemination of associative institutions of a scientific-literary nature, defended the idea that education would be the path through which civilizational progress would materialize in the province. Based on this assumption, this thesis study aimed to analyze the educational project of the men of letters of the 5 de Agosto Literary Society, which sought to contribute to the civilizing progress of the city of Vigia/PA, (1870-1882). For this, it had a mutualist-philanthropic network in charge of financing and carrying out its socio-cultural, charitable, illustrative-civilizing and educational actions that would make up what was called the educational project of men of letters. We also try to understand how the associative culture became a sociocultural and intellectual movement that took over the province of Pará in the temporary period of this research. The theoretical path is located and based on epistemological and methodological bases of Cultural History and with the help of the History of Education in Pará. The methodological course has a qualitative, bibliographic and documentary character. The documental research consists of a corpus that comprises: requests, official letters, minutes, statutes, rendering of accounts, etc., deposited in the Public Archive of the State of Pará and in the collection of Sociedade Literária 5 de Agosto, in addition to the newspapers Pará in the final decades of the 19th century and the beginning of the 20th century, especially in the city of Vigia, such as the newspapers "O Espelho", "O Liberal da Vigia" and "O Cinco de Agosto". The results confirmed the thesis raised that the Literary Society 5 de Agosto, through coordinated actions, which were part of what we call an educational project, contributed to the ideas of civilizational progress impacting the educational routine of Vigia from the 1870s onwards. It is concluded that the study of Literary Societies can contribute to the expansion of the research field of the History of Education in Pará, since it breaks with the paradigm of investigation of themes referring to institutionalized teaching environments.

**Keywords:** Literary Society August 5. Man of letters. Educational project. Vigia.

## RESUMEN

Los hombres de letras de la Provincia de Pará a mediados del siglo XIX, responsables de la organización y difusión de instituciones asociativas de carácter científico-literario, defendieron la idea de que la educación sería el camino a través del cual se concretaría el progreso civilizatorio de la provincia. A partir de ese supuesto, este estudio de tesis tuvo como objetivo analizar el proyecto educativo de los hombres de letras de la Sociedad Literaria 5 de Agosto, que buscaba contribuir al progreso civilizatorio de la ciudad de Vigia/PA, (1870-1882). Para ello contó con una red mutualista-filantrópica encargada de financiar y llevar a cabo sus acciones socioculturales, benéficas, ilustrativas-civilizadoras y educativas que compondrían lo que se denominó proyecto educativo de los hombres de letras. También tratamos de comprender cómo la cultura asociativa se convirtió en un movimiento sociocultural e intelectual que se apoderó de la provincia paraense en los años que estudió esta investigación. El camino teórico se sitúa y fundamenta en bases epistemológicas y metodológicas de la Historia Cultural y con la ayuda de la Historia de la Educación en Pará. El curso metodológico tiene un carácter cualitativo, bibliográfico y documental. La investigación documental consta de un corpus que comprende: solicitudes, oficios, actas, estatutos, rendición de cuentas, etc., depositados en el Archivo Público del Estado de Pará y en el acervo de la Sociedade Literária 5 de Agosto, además de los periódicos Pará en las décadas finales del siglo XIX y principios del siglo XX, especialmente en la ciudad de Vigia, siguiendo el ejemplo de los periódicos “O Espelho”, “O Liberal da Vigia” y “O Cinco de Agosto” . Los resultados confirmaron la tesis planteada de que la Sociedade Literária 5 de Agosto, a través de acciones coordinadas, que formaban parte de lo que llamamos un proyecto educativo, contribuyó a las ideas de progreso civilizatorio impactando el cotidiano educativo de Vigia a partir de la década de 1870. Se concluye que el estudio de las Sociedades Literarias puede contribuir para la ampliación del campo de investigación de la Historia de la Educación en Pará, ya que rompe con el paradigma de investigación de temas referentes a ambientes de enseñanza institucionalizados.

**Palabras clave:** Sociedad Literaria 5 de Agosto. Hombre de letras. Proyecto educativo. Vigia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de satélite do território de Vigia- PA.....	18
Figura 2 - Mapa do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1778. ....	20
Figura 3 - Prédio do colégio Jesuíta de Vigia. ....	22
Figura 4 - Mural com fotos do acervo da Sociedade .....	43
Figura 5 - Estatuto da Sociedade Artística Paraense .....	61
Figura 6 - Enredo da peça teatral: Os efeitos do tabaco de corda .....	67
Figura 7 - Mapa do Estado do Pará de 1892.....	74
Figura 8 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	83
Figura 9 - Estatuto da Sociedade Artística Paraense .....	83
Figura 10 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	85
Figura 11 - Curral de Peixes .....	90
Figura 12 - Residência do prof. Araújo Nunes.....	95
Figura 13 - Parte que restou da residência do prof. Araújo Nunes.....	95
Figura 14 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	98
Figura 15 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	99
Figura 16 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	99
Figura 17 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	100
Figura 18 - Recorte do jornal Diário de Belém.....	104
Figura 19 - Recorte do jornal O Liberal da Vigia.....	107
Figura 20 - Recorte do jornal O Liberal da Vigia.....	108
Figura 21 - Recorte do artigo "A Vaidade" .....	108
Figura 22 - Poema - O Livro .....	114
Figura 23 - Recorte do jornal O Liberal da Vigia.....	126
Figura 24 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	129
Figura 25 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	142
Figura 26 - Estatuto da Sociedade Literária Obidense .....	143
Figura 27 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	145
Figura 28 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	149
Figura 29 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	150
Figura 30 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	151
Figura 31 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	152
Figura 32 – Recorte do Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primária.....	153

Figura 33 – Recorte do Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primária.....	156
Figura 34 – Recorte do Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primária.....	158
Figura 35 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	159
Figura 36 - Recorte do jornal O Liberal do Pará .....	162
Figura 37 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	167
Figura 38 - Recorte do jornal Diário de Belém.....	171
Figura 39 - Recorte do jornal O Liberal do Pará .....	172
Figura 40 – Recorde do jornal O Liberal do Pará .....	173
Figura 41 - Recorte do jornal O Liberal do Pará .....	174

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Registros de Sociedades existentes na Província do Pará (1861-1879).....	72
Gráfico 2 - Ano de fundação e quantidades de Sociedades literárias do Pará (1886-1878).....	75
Gráfico 3 - Dados sobre os jornais “O Espelho” e “O Liberal da Vigia” .....	111

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Dissertações e teses que abordam os descritores associativismo, civilidade e educação .....	46
Quadro 2 - Resultados do estado do conhecimento dos trabalhos encontrados em instituições paraenses. ....	50
Quadro 3 - Nome das Sociedades encontradas na documentação .....	70
Quadro 4 - Coleção de Leis da Província, Arquivo Público do Estado do Pará (CLP/APEP) .....	71
Quadro 5 - Sociedades literárias da Província do Pará (1866 –1882) .....	74
Quadro 6 - Informações gerais sobre a análise dos jornais “O Espelho” e “O Liberal da Vigia” quantidade de notícias referentes atuação educativa da Sociedade Literária 5 de Agosto e das escola pública de Vigia .....	111
Quadro 7 - Sociedades literárias paraenses que possuíam indícios de Biblioteca .....	123
Quadro 8 - Membros da Sociedade Literária 5 de Agosto.....	147

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 <b>Motivações para o estudo.....</b>	<b>15</b>
1.2 <b>A cidade de Vigia: aspectos geográficos e historiográficos .....</b>	<b>17</b>
1.2.1 Aspectos geográficos do município de Vigia/PA .....	17
1.2.2 Aspectos historiográficos do município de Vigia/PA.....	19
1.3 <b>O objeto de tese .....</b>	<b>23</b>
1.4 <b>Problema, objetivos e tese .....</b>	<b>29</b>
1.5 <b>Trajetória teórica da pesquisa.....</b>	<b>30</b>
1.6 <b>Percurso metodológico .....</b>	<b>34</b>
1.7 <b>Periodização e as Fontes da pesquisa .....</b>	<b>39</b>
1.7.1 O arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	42
1.8 <b>Estado do conhecimento do objeto.....</b>	<b>44</b>
1.9 <b>Estrutura da pesquisa.....</b>	<b>52</b>
<b>2 O MOVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO NA PROVÍNCIA DO PARÁ: ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO .....</b>	<b>54</b>
2.1 <b>As pesquisas sobre o movimento do associativismo no Brasil.....</b>	<b>54</b>
2.2 <b>As leis de regulamentação: o associativismo sob o controle do Estado .....</b>	<b>59</b>
2.3 <b>O movimento do associativismo na Província do Pará: urbanização e civilização .....</b>	<b>62</b>
2.4 <b>As instituições associativas paraense da segunda metade do século XIX .....</b>	<b>69</b>
2.5 <b>O ideário iluminista da província paraense e a disseminação de Sociedades literárias .....</b>	<b>73</b>
<b>3 UM RECANTO INTELLECTUAL NA CIDADE DE VIGIA, A SOCIEDADE LITERÁRIA 5 DE AGOSTO.....</b>	<b>78</b>
3.1 <b>Os homens de letras na Província do Pará: cientificismo, associativismo e beneficência...78</b>	<b>78</b>
3.2 <b>Vigia na década de 1870: urbanização e civilização .....</b>	<b>87</b>
3.3 <b>A Sociedade Literária 5 de Agosto: origens e ideais .....</b>	<b>93</b>
3.3.1 O estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	96
3.4 <b>Os canais difusores das “luzes”: os jornais e a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto.....</b>	<b>101</b>
3.4.1 O papel da imprensa jornalística na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de novas ideias .....	101
3.4.1.1 Os jornais no projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	110

3.4.2 A biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto: um lugar de ilustração e civilização.....	114
3.4.2.1 O acervo da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	125
3.4.2.2 O funcionamento da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	128
3.4.2.3 A biblioteca no projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	129
<b>4 A CRUZADA DOS HOMENS DE LETRAS DA SOCIEDADE LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PELO PROGRESSO CIVILIZATÓRIO DA CIDADE DE VIGIA .....</b>	<b>132</b>
<b>4.1 Os homens de letras da Província do Pará: os seus ideais, as suas ações e os seus espaços de sociabilidade .....</b>	<b>132</b>
4.1.1 Os homens de letras e a luta pela universalização da educação na Província do Pará .....	136
<b>4.2 Os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto.....</b>	<b>143</b>
4.2.1 A religião, a civilidade e a moralidade nos discursos dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	152
4.2.2 A atuação política partidária dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	159
<b>4.3 “O professorato um verdadeiro sacerdócio”: as ações educativas dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto.....</b>	<b>161</b>
4.3.1 O cenário educativo na cidade de Vigia da década de 1870.....	161
4.3.2 Os homens de letras que coordenaram as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto.....	165
<b>4.4 A incursão educativa dos homens de letras em Vigia.....</b>	<b>170</b>
4.4.1 O externato da Sociedade Literária 5 de Agosto: as repercussões do início das aulas e o funcionamento do externato.....	179
4.4.2 Os ideais educativo-civilizatórios dos homens de letras e o fim do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto .....	184
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>198</b>
<b>ANEXO A - DOCUMENTOS UTILIZADOS NA TESE .....</b>	<b>208</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Motivações para o estudo

O campo da cultura, da educação e das linguagens artísticas têm norteado a trajetória pessoal, profissional e acadêmica de muitos pesquisadores, como no meu caso, em particular. De modo que investigar as práticas educativas em instituições culturais coordenadas por sujeitos que, muitas vezes, são silenciados juntamente com seus modos de ser e fazer arte-educação na Amazônia paraense, tem sido uma constante nesta caminhada como pesquisador amazônida. Nesse contexto, a busca pela compreensão das ações desses sujeitos constituiu-se um desafio desde a graduação, estendendo-se do mestrado ao doutorado.

O primeiro contato que tivemos com as ações da Sociedade Literária 5 de Agosto<sup>1</sup> foi em meados de 2011, ao realizar a pesquisa de dissertação de mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Na ocasião, investigamos o Clube Musical e Beneficente 31 de Agosto<sup>2</sup>, instituição musical criada em 1876 em Vigia/PA, considerada a banda de música civil mais antiga ainda em atividade no Estado do Pará.

O objetivo desta dissertação foi investigar como a prática de ensino-aprendizagem musical, desenvolvida na Banda de Música 31 de Agosto, impacta no processo de elaboração identitária cultural da cidade de Vigia/PA<sup>3</sup>.

Nesse sentido, essa pesquisa anterior foi preponderante para a descoberta do objeto desta tese de doutorado. O que se deu, mais especificamente, durante o levantamento de fontes documentais sobre as origens históricas do Clube Musical 31 de Agosto. Nesta etapa, começamos a notar nas fontes (sobretudo, em jornais da década de 1870), vários indícios das ações desenvolvidas pelos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, tais como: a criação de uma biblioteca e de um externato (onde as aulas seriam gratuitas), a organização de campanhas humanitárias, o protagonismo na organização de datas cívicas e eventos religiosos.

---

<sup>1</sup> O nome completo da instituição registrado, conforme consta em seu Estatuto de 1882, é: “Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto”. Mais conhecida, popularmente, na cidade de Vigia, como “Sociedade Literária 5 de Agosto” ou simplesmente a “Cinco de Agosto”. Assim, resolvemos adotar o nome mais usual: “Sociedade Literária 5 de Agosto”.

<sup>2</sup> Os Clubes musicais eram instituições associativas que, no Pará, tiveram o seu apogeu na segunda metade do século XIX e tinham como um de seus objetivos: incentivar e desenvolver entre seus associados a cultura artística da música.

<sup>3</sup> A pesquisa de campo, que gerou os dados para dissertação de mestrado, foi realizada no período de 2011 a 2013.



Isso chamou nossa atenção, contudo na época não exploramos tal assunto, pois não era o foco da investigação.

No entanto, ficamos convencidos de que a Sociedade Literária 5 de Agosto exerceu papel sociocultural e educacional importante que merecia ser investigado. Desta forma, nasceu a ideia de compreender de forma mais profunda a referida instituição. De modo que, resolvemos concentrar nossa análise no entendimento das ações educativas desenvolvidas pelos homens de letras da instituição, as quais entendemos fazerem parte do que nomeamos de projeto educativo.

Denominamos de **projeto educativo**: o conjunto de ações socioculturais, beneficentes, ilustrativas-civilizatórias e educacionais que foram desenvolvidas pelos por homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto para a cidade de Vigia. Embora não seja um documento formal e escrito, e sim um tipo de acordo tácito, mas ao analisar o conjunto de ações desses sujeitos percebe-se que há certa organicidade e metodologia; pois, todas apontam para o mesmo objetivo: que era o de elevar o grau de progresso e civilidade da cidade de Vigia, a partir da década de 1870. Este conjunto de ações representava interesses pessoais e coletivos, concepções de mundo e crenças que produziam significados em campos como o social, o político, o cultural e o educacional.

Estudar a Sociedade Literária 5 de Agosto, deu-se, também, pelo fato de que a instituição possuía uma variedade de fontes documentais, ainda pouco exploradas, que vão dos documentos depositados no Arquivo Público do Estado do Pará aos documentos pertencentes ao acervo da própria instituição. De modo que podemos encontrar: livros de atas, catálogo de livros da biblioteca, listas de sócios, pareceres, ofícios e alguns jornais que circulavam em Vigia e na Província do Pará durante o século XIX e XX. Inclusive, alguns desses jornais foram publicados pela própria instituição e/ou por seus membros.

Outro motivo foi o fato de que a Sociedade Literária 5 de Agosto existir/resistir até hoje, o que a torna um caso raro no Estado do Pará; pois, além desta dela, há apenas outro exemplo desse tipo de instituição criada em meados do século XIX, e que sobreviveu à corrosão do tempo, o Grêmio Literário Português da cidade de Belém/PA.

Contudo, nossa análise enfrentou um obstáculo logo de início, pois ao estudar a Sociedade Literária 5 de Agosto, constatamos que as pesquisas que têm

como objeto de análise as instituições associativas<sup>4</sup> do século XIX, ainda foram pouco exploradas no Pará. Logo, pelos dados do estado do conhecimento, que realizamos junto aos sites dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em ciências humanas e sociais, nas instituições paraenses de ensino superior, identificamos que as pesquisas sobre o objeto – Sociedade literária – são ainda mais raras.

Portanto, foram essas as principais motivações que nos levaram a desenvolver este estudo de tese. Cujo principal desafio foi a compreensão da Sociedade Literária 5 de Agosto, enquanto instituição educativa na cidade de Vigia a partir da década de 1870, explicitando as especificidades da educação em ambientes não escolares que, em nosso estudo, são as Sociedades literárias organizadas por homens de letras e disseminadas na segunda metade do século XIX, na Província do Pará.

## **1.2 A cidade de Vigia: aspectos geográficos e historiográficos**

Antes de aprofundar o debate sobre a Sociedade Literária 5 de Agosto, e para melhor contextualizá-la, optamos em fazer uma apresentação do lugar, o município de Vigia/PA, onde surgiu a referida instituição. Consideramos, pois, que o entendimento de alguns aspectos geográficos e historiográficos pode contribuir para situar o leitor desta tese.

### **1.2.1 Aspectos geográficos do município de Vigia/PA**

Vigia é um município pertencente ao Estado do Pará/Brasil. Está localizada a 103 km de distância da Capital do Estado, Belém. Os seus habitantes se chamam vigienses. Os dados do último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), coletado em 2010, expõem que a população dessa cidade era de 47.889 habitantes, mas com uma estimativa para o ano de 2021 de 54.650 habitantes, sendo que 67,56% vivem na zona urbana. O município se estende por 401,589 km<sup>2</sup>, a densidade demográfica é de 88,83 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município.

Geograficamente, o município de Vigia está localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião do Salgado, banhado pelo Rio Guajará-Mirim.

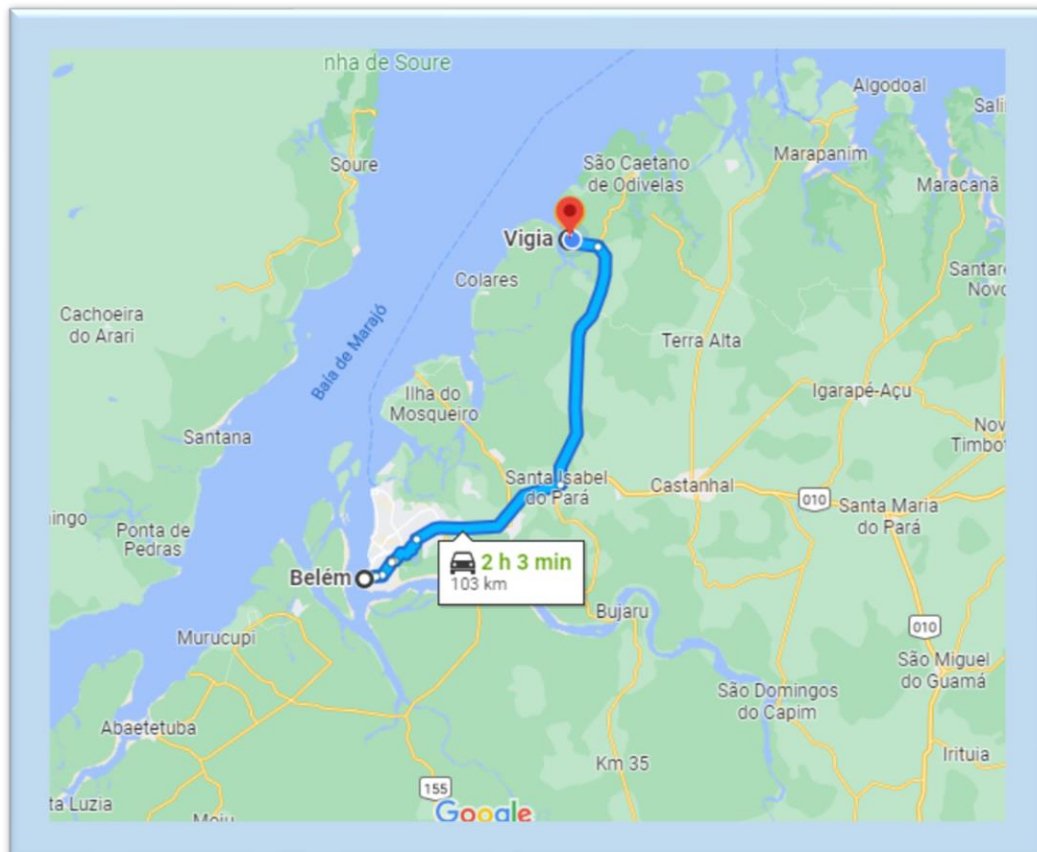
---

<sup>4</sup> Nomeamos de instituições associativas: os grupos de indivíduos coletivamente organizados na forma de Sociedades, Clubes, Grêmios, entre outros; que fizeram parte do movimento do Associativismo no Brasil do século XIX.

Limita-se ao norte pela Baía do Marajó; a leste pelos municípios de São Caetano de Odivelas e Terra Alta; ao sul pelo município de Santa Izabel; e a oeste pelo município de Colares.

Na figura 01, podemos ver uma imagem de satélite da localização do território de Vigia- PA e distância rodoviária da capital do Pará, Belém.

Figura 1 - Imagem de satélite do território de Vigia- PA



Fonte: Imagens retirada do site Google Mapas

Por estar localizado à margem do Rio Guajará Mirim, na confluência do Rio Amazonas com o Atlântico (5 km de distância para o oceano), o município tem como principal atividade econômica a pesca, gozando de grande destaque nessa atividade no estado do Pará.

A pesca artesanal<sup>5</sup> prevaleceu até meados da década de 1990. A frota de embarcações conhecidas como vigilengas (tipo de canoa de pesca, de casco quase

<sup>5</sup> Trata-se de uma modalidade de pesca que é bem mais percebida em determinados meses do ano. A pessoa que desenvolve a pesca artesanal é denominada pescador(a) artesanal de subsistência por tratar-se de uma estratégia de sobrevivência e que garante o alimento a muitas famílias na região paraense.

redondo) era movida à vela e foi gradativamente substituída por embarcações motorizadas que eram capazes de realizar a pesca de arrasto<sup>6</sup>.

Hoje, a pesca é praticamente uma atividade industrial comandada por conglomerados econômicos que contam com modernas embarcações. Esse novo modelo de pesca, de um lado permitiu o aumento da produção de pescado; mas por outro, trouxe uma maior degradação do meio ambiente. Sentida de forma mais dura pelos pescadores artesanais que, não podendo competir com a industrialização da pesca, foram abandonando esse meio de sobrevivência para serem subempregados em uma indústria pesqueira moderna. Porém, pouco afeiçãoada a direitos trabalhistas e a questões ambientais.

### 1.2.2 Aspectos historiográficos do município de Vigia/PA

No período do Brasil colônia, o território de Vigia estava subordinado à Capitania do Pará ligada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 6 de janeiro de 1616, quando Francisco Caldeira Castelo Branco<sup>7</sup> aportou nas terras que viria a ser tornar o município<sup>8</sup> durante a expedição de ocupação da Capitania do Grão-Pará.

Os portugueses, com objetivo de garantir o controle do território amazônico, criaram vários postos de fiscalização. A localização de Vigia, por ser geograficamente estratégica, passou a ser um posto de fiscalização e tinha como objetivo proteger de contrabandistas a sede da colônia portuguesa, no interior do território paraense, Belém/PA.

Assim, foi criado o posto fiscal de Vigia, com propósito de vigiar o acesso de embarcações que adentravam pelos rios da região paraense. Da função de vigiar surgiu o nome da localidade - Vigia<sup>9</sup>.

Sobre a rota de contrabando que passava pelos rios que banham o território de Vigia, Acevedo (2004, p. 31) descreve que: “[...] de Vigia saia-se pelo rio

<sup>6</sup> Sobre o assunto recomenda-se a leitura da pesquisa: ARAÚJO, Alzira Almeida de. Saberes Culturais da Pesca Artesanal na Amazônia Ribeirinha de Vigia de Nazaré/PA. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará, 2019.

<sup>7</sup> Francisco Caldeira Castelo Branco (1566 – 1619) capitão-mor português, fundador da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, capital do Estado do Pará, em 12 de janeiro de 1616.

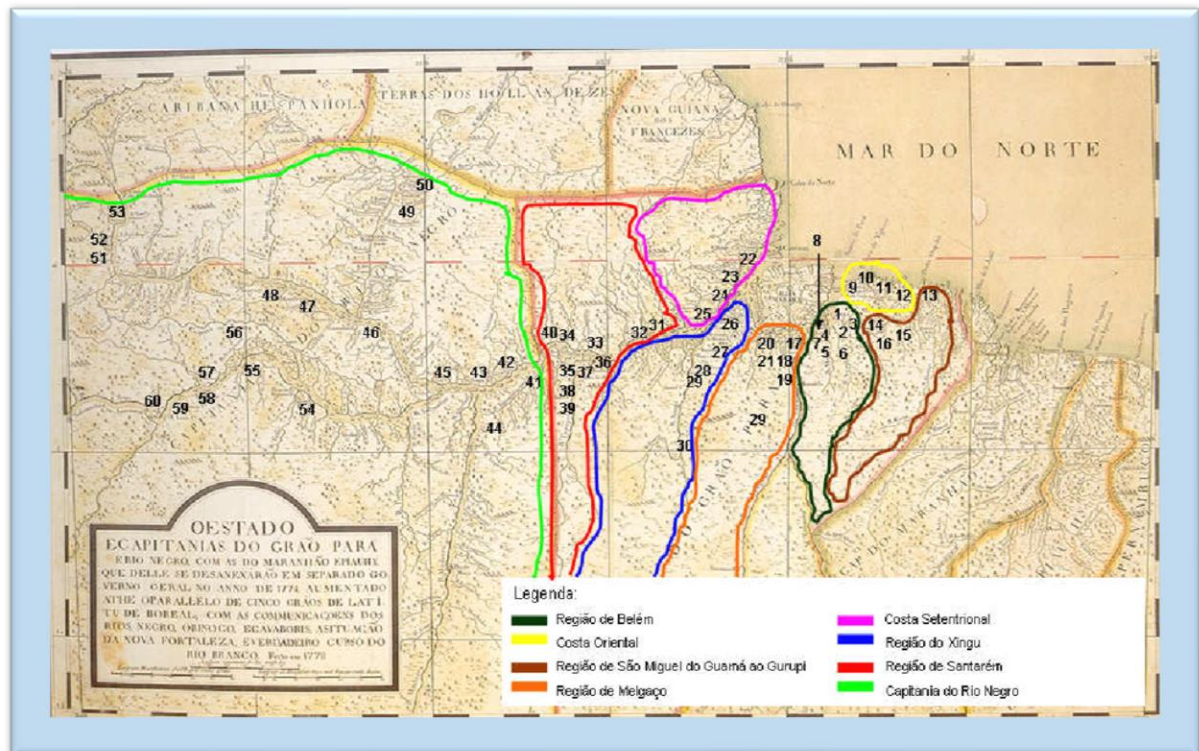
<sup>8</sup> Contudo, para Cordeiro (2021), essa história não passa de uma invenção, pois é uma tese que não está respaldada em documentos. “A invenção da fundação de Vigia, não passa de uma invenção de tradição. Ou seja, não passa de mais uma das lendas de nossa história.” (CORDEIRO, 2021, p. 153)

<sup>9</sup> Cordeiro (2021), citando o livro do padre jesuíta José de Moraes (1860, p.195) diz que: “depois de dar princípio com o nome de Vigia. Ou seja, o donatário Jorge Gomes de Alamos que deu o próprio nome em alusão à vila de Vigia de Portugal.” (CORDEIRO, 2021, p. 28).

Tauapar, cuja boca se unia a Itapoa, no lado oriental da Baia do Sol e dali se dirigia  Belém. E, a partir daí, podiam os barcos atingir a Ilha de Marajó, navegando até Caiena.” (ACEVEDO, 2004, p. 31).

Na imagem (figura 2), podemos ver no mapa que a localização do território de Vigia, encontra-se na costa oriental (legenda 10) do Estado do Grão-Pará.

Figura 2 - Mapa do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, 1778.



Legenda		
1. Belém	21. Portel	41. Vila Nova Rainha
2. Bujaru	22. Macapá	42. Silves
3. São Domingos	23. Mazago	43. Serpa
4. Moju	24. Vila Vistosa	44. Borba
5. Acar	25. Almerim	45. Manaus
6. Igarap-Miri	26. Gurup	46. Moura
7. Abaetetuba	27. Porto de Moz	47. Barcelos
8. Barcarena	28. Veiros	48. Tomar
9. Colares	29. Pombal	49. São Felipe
10. Vigia	30. Souzel	50. São Bernardo
11. Odivelas	31. Outeiro	51. São Felipe
12. Santarm Novo	32. Monte Alegre	52. São Gabriel
13. Bragana	33. Alemquer	53. Marabitanas
14. Ourém	34. bidos	54. Ega
15. São Miguel do Guam	35. Franca	55. Fonte Boa
16. Irituia	36. Santarém	56. Santo Antônio
17. Oeiras	37. Alter do Chão	57. Vila Javari
18. Cametá	38. Boim	58. Castro de Alvelans
19. Baião	39. Pinhel	59. Olivença
20. Melgaço	40. Faro	60. Tabatinga

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Guerra. BR\_RJANRIO\_OG\_0\_MAP\_0044.

Segundo Araújo (2011), Vigia foi um dos primeiros núcleos de povoamento no litoral da província do Pará. Contudo, a colonização do seu território deu-se efetivamente no ano de 1645. Ou seja, quando o fidalgo português Jorge Gomes Alemo, que recebeu as terras de Dom João IV, por meio de carta sesmaria<sup>10</sup>, passou a trazer colonos de Portugal para povoar a região.

José Ildone Soeiro (1991), poeta e historiador vigiense, descreve a passagem do fidalgo Jorge Gomes Alemo por Vigia.

Buscando a cidade do Pará, se segue a vila da Vigia. Dera o Sereníssimo Senhor D. João IV faculdade a Jorge Gomes Alemo, homem de negócios e de grandes cabedais, para fundar uma vila na Capitania do Pará. Depois de lhe dar princípio com o nome de Vigia, quebrou no negócio, e não podendo contribuir com os muitos gastos, para acabar o começado, a deixou tão pouco avultada, que o Governador e Capitão-General Gomes Freire de Andrade, fez com que ficasse pertencendo novamente ao real domínio. (SOEIRO, Ildone, 1991, p. 140).<sup>11</sup>

Na história de Vigia, a atuação de Companhia de Jesus teve grande relevância. visto que, durante o período colonial, os jesuítas criaram uma missão<sup>12</sup> para coordenar a catequização dos povos indígenas da etnia tupinambá<sup>13</sup> que ali habitavam. Também fundaram o segundo Colégio jesuíta do Pará, em 1731, denominado de “Casa dos Jesuítas da Vigia”, subordinado ao Colégio de Santo Alexandre localizado em Belém/PA<sup>14</sup>.

O Colégio da Companhia de Jesus, em Vigia, funcionava em um prédio anexo à igreja matriz da cidade e ganhou prestígio durante seu funcionamento; pois além das funções religiosas, coordenava a exportação de gêneros alimentícios para o Colégio de Santo Alexandre em Belém. Os jesuítas criaram ainda uma escola de

---

<sup>10</sup> As sesmarias eram doações de terras feitas pela Coroa portuguesa aos seus agentes e colonos no processo de "ocupação" da América portuguesa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias>. Acesso em 29/09/2021.

<sup>11</sup> José Ildone Favacho Soeiro, natural de Vigia/PA. É poeta, prosador, professor licenciado pleno em Letras e possui inúmeras obras publicadas. Atualmente (ano de 2022) é um dos dirigentes da Sociedade Literária 5 de Agosto.

<sup>12</sup> As missões eram povoamentos indígenas criados e administrados por padres jesuítas no Brasil Colônia, entre os séculos 16 e 18. O principal objetivo das missões era catequizar os povos indígenas. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2447/para-que-serviam-as-missoes-jesuisticas>. Acesso em 29/09/2021.

<sup>13</sup> Para o escritor José Ildone Soeiro (1991) quem habitava o atual território de Vigia era a tribo indígena Tupinambá denominada Uruitá (palavra de origem tupi-guarani que se compõe de - *uru*, cesto com tampa, feito de cipó entremeado com palha, que servia de baú aos índios- e de *itá*, pedra), nome que provavelmente fazia referência às formações rochosas que circundavam a orla da localidade naquele período.

<sup>14</sup> A Igreja e o Colégio de Santo Alexandre foram a sede da Companhia de Jesus na cidade de Belém do Pará, na época do Brasil Colônia. O Colégio é considerado um dos mais importantes ainda existentes no Brasil. Atualmente é o Museu de Arte Sacra do Pará. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_hist.gif&Cod=1473](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1473). Acesso em 20/09/2021.



primeiras letras para atender aos filhos dos colonos, o que ajudou a manter a autoridade da ordem religiosa perante à população de Vigia.

Figura 3 - Prédio do colégio Jesuíta de Vigia.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Vigia<sup>15</sup>

Durante o século XIX, por ocasião da Revolução da Cabanagem<sup>16</sup>, a vila de Vigia, que se posicionava contrária ao movimento cabano, foi duramente atingida. Seu território foi palco de algumas das batalhas mais sangrentas do período. Segundo Rodrigues (2009), a guerra de guerrilha era a principal tática dos revolucionários cabanos. Sendo o ataque a vila de Vigia um exemplo.

Os rebeldes tomaram a Vila, se apossam das armas, munições e víveres, demitem autoridades e se instalam no poder. A reação dos proprietários locais os derrota e recupera o controle da Vila, mas, pouco tempo depois, novo assalto provoca a matança da maioria das autoridades civis e militares de Vigia, e faz com que a população abandone suas casas, porque os saques e as violações tornam impossível a sobrevivência. (Rodrigues, 2009, p. 45).

<sup>15</sup> O jesuíta Serafim Leite, que está presente na foto (homem vestido de branco no centro da imagem), visitou Vigia em 1941, dois anos antes de publicar a obra "História da Companhia de Jesus no Brasil". A obra traz vários registros da passagem dos Jesuítas por Vigia. Disponível em: <https://vigia.pa.gov.br/o-que-em-vigia-fizeram-os-jesuítas>. Acesso em 18/09/2021.

<sup>16</sup> A Cabanagem foi uma rebelião popular que eclodiu na província do Grão-Pará (atualmente Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia), entre 1835 e 1840. Segundo o historiador Caio Prado Júnior, foi "o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade". Reis, José Carlos Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". Revista Brasileira de História [online]. 1999, v. 19, n. 37 pp. 245-277. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100012>>. Acessado em 10/10/2021. Acessado 13/09/2021.

Após o período da Cabanagem, Vigia, antes uma cidade promissora na Província do Pará, passou por um estado de limbo que era agravado pela situação financeira do governo provincial, em razão de anos de guerra contra os cabanos. A estética barroca e neoclássica das obras arquitetônicas deixadas pelos Jesuítas em Vigia contrastava com a destruição econômico-social deixada pela Cabanagem.

A vila de Vigia recebeu foros de cidade em 1854. Em 1871, passou a ser comarca, fazendo parte dela várias outras vilas e povoações, a saber: Colares, São Caetano, Curuçá, Abade, entre outros. Em suma, foi em torno desses eixos – militares, nobres, colonos e missionários portugueses – que, segundo Cardoso (2020), orbitou a fundação e colonização do território que viria a se tornar o município de Vigia.

Sobre os outros personagens que construíram a sua história, há poucos registros. Para Cardoso (2020), há pouco protagonismo nessa tradição dos demais sujeitos que participaram dessa história. Isto é, os indígenas costumam ser apenas citados como os primeiros habitantes das terras, ou figurando como alvo da atuação missionária religiosa.

Em relação às camadas populares menos favorecidas, por exemplo, também poucas referências são feitas. Aparecem, geralmente, como parte de um cenário onde se desenvolvem eventos religiosos públicos ou celebrações cívicas.

Em consequência a isto, os marcos patrimoniais do presente tendem a eternizar a ação desta elite econômica, intelectual e religiosa que teria conduzido o processo histórico da cidade: são as grandes igrejas, erguidas pelos jesuítas ou inacabadas quando da expulsão destes; a tradição do Círio, importada com a colonização e reproduzida aqui à maneira como se executava em terras portuguesas e administrada pelos nobres lusitanos e seus descendentes aqui fixados; casarões antigos, cuja importância estaria depositada no fato de terem servido de moradia a personalidades que deixaram seu nome gravado nos registros históricos dos memorialistas. (CARDOSO, 2020, p. 26).

### 1.3 O objeto de tese

Historicamente, as Sociedades literárias tiveram sua origem na Europa em meados do século XVIII, em meio à disseminação da ideologia iluminista<sup>17</sup>. A princípio, um dos objetivos dessas instituições era exaltar a importância da leitura enquanto instrumento de ilustração e civilização; pois acreditavam que o

<sup>17</sup> Segundo Silva (2009, p.210), a Ideologia iluminista consistia na defesa do pensamento racional, a crítica à autoridade religiosa e ao autoritarismo de qualquer tipo. Influenciados pela revolução científica do século XVII, principalmente pelo racionalismo e pelo cientificismo de Descartes, a maioria dos iluministas pregavam o papel crítico da razão, considerando essa a única ferramenta capaz de esclarecer a humanidade.



conhecimento adquirido por tal prática seria o caminho para a racionalização dos indivíduos.

Logo, o que sugere que a criação de Sociedades literárias foi uma maneira encontrada para suprir a falta de material de leitura. Desse modo, queriam popularizar o acesso à cultura escrita<sup>18</sup>. Devido ao alto valor financeiro dos livros, restava para uma parcela da população, recorrer a essas instituições para ter acesso a esse bem valioso no século XVIII, o livro.

Para Schapochnik (1999), que estudou a implantação e a composição do acervo de algumas instituições destinadas às letras no Rio de Janeiro no século XIX, no período entre 1844 e 1861, a grande quantidade de livros mantida por Sociedades literárias. Era, pois, um atrativo para convidar para estes espaços um público diversificado e sem distinção de classes sociais, revelando, com isso, a inserção de um novo contingente de leitores no cenário da leitura na capital do Império do Brasil, Rio de Janeiro.

Na mesma linha de pensamento, Ribeiro (1999), considera que a leitura pública no Brasil do século XIX foi “incentivada com a criação dos gabinetes de leitura e, posteriormente, com o aparecimento das bibliotecas públicas e das bibliotecas populares” (RIBEIRO, 1999, p. 191).

Nesta pesquisa constatamos que, em cidades da Província do Pará da segunda metade do século XIX, especialmente a partir da década de 1870, a organização de bibliotecas por parte de Sociedades literárias era, pois, o caminho mais financeiramente viável para obter acesso a vários materiais de leitura - o que tornava estes espaços em centros irradiadores da cultura escrita.

Percebe-se, então, que as Sociedades literárias foram constituídas para resolver exatamente o problema de acesso à cultura escrita, para que suprissem a falta de material de leitura. Por isso, se dedicavam à criação de bibliotecas e a publicação de periódicos que também eram considerados importantes instrumentos de leitura.

Para Barros (1959), o que ocorreu no Brasil na década de 1870, foi um movimento semelhante ao que ocorreu durante o Iluminismo na Europa do século XVIII. Podemos dizer que, na Província do Pará, as instituições associativas de

---

<sup>18</sup> Utilizamos o termo “cultura escrita”, numa concepção ampla, para designar tanto a utilização de suportes e instrumentos (livros, periódicos, entre outros materiais de leitura), quanto o acesso ao saber através da prática de leitura.

caráter literário, assim como na Europa do século XVIII, preocupavam-se em disseminar novas ideias e o caminho escolhido foi a cultura escrita.

Mas, era preciso suprir a falta de livros que se agravavam nas províncias longínquas do norte do país. A fim de conseguirem os acervos de suas bibliotecas, tais instituições buscam doações junto ao poder público. Mas também havia a doação de materiais de leitura vindas de indivíduos, editores de jornais. Além disso, destinaram uma parte de seus poucos recursos financeiros, coletados junto a seus membros, para compra de livros destinados à criação e manutenção de suas bibliotecas.

No Pará, as Sociedades literárias se disseminaram a partir da segunda metade do XIX, período onde a economia paraense teve, aparentemente, um notável êxito, impulsionada; sobretudo, pelos lucros obtidos com a exportação da borracha<sup>19</sup>. Durante o milagre econômico da região norte do Brasil, a capital do Pará, Belém, começou a ostentar ares suntuosos de uma metrópole urbana: com “comércios estruturados para atender às elites da época; urbanização nos moldes europeus; espaços e atividades capazes de proporcionar lazer com requinte.” (ARAÚJO, 2011, p. 27).

O resultado dessa expansão se reflete nas mudanças da vida social, cultural e literária da cidade. [...] durante o boom da borracha, [...] Belém, sendo uma cidade portuária, dominou a vida comercial e cultural da região norte do Brasil. [...] e chegou a ser uma das cidades mais notáveis da América Latina devido a sua admirável vida moderna. (ARAÚJO, 2011, p. 26).

Porém, juntamente com o desenvolvimento urbano, surgiram na cidade de Belém, problemas de ordem social, devido ao intenso fluxo de migrantes que desembarcavam atraídos pelo comércio da borracha que movia a região amazônica. Por outro lado, este mesmo fluxo migratório contribuiu para pôr, em maior evidência, ideias de ordem progressista na região, tais como: a criação de instituições associativas, grupos de indivíduos coletivamente organizados, que deram origem às Sociedades, aos Clubes e aos Grêmios, por exemplo.

Estas instituições associativas poderiam ser classificadas conforme sua natureza: beneficente, mutualista e filantrópica. Segundo Viscarte (2011), as próprias

---

<sup>19</sup> A seringueira (*Hevea brasiliensis*) é uma espécie arbórea, nativa da floresta tropical amazônica. Sua casca apresenta vasos laticíferos onde se dá a extração de látex, que é a matéria prima para produção de borracha, sendo a *H. brasiliensis* considerada a principal fonte de borracha natural do mundo (Fay & Jacob, 1988; Carvalho, 2003; Rodrigo, 2007).

instituições associativas do século XIX se autodenominavam de “socorros mútuos”, “filantrópicas” e/ou de “beneficência”.

As Sociedades que não se destinassem a auxiliar os destituídos, mas fossem estruturadas com base na contribuição mensal de recursos pelos sócios com o fim de propiciar-lhes alguma pensão ou benefício em caso de dificuldades, chamar-se-iam de “socorros mútuos”. As Sociedades filantrópicas ou de “beneficência”, basicamente, buscavam auxiliar os necessitados por meio de ações de caridade. Mas, no século XIX, ao que parece, os próprios criadores das sociedades tinham dúvidas quanto à sua identidade. (VISCARTE, 2011, p. 120).

Apesar dessas instituições associativas se dedicarem a campos sociais e culturais específicos e atuarem separadamente; apresentavam características comuns. Tais como: o estabelecimento de espaços como escolas noturnas, assim como ofereciam ajuda aos necessitados, financiamento e organização de eventos socioculturais, entre outros.

No Pará, uma das primeiras Sociedades literárias que se tem registro é o “Grêmio Literário Português”<sup>20</sup>, fundado na cidade de Belém no ano de 1867, instituição que se autodenominava literária e beneficente. Objetivava, de acordo com seu estatuto, congregar, por meio de laços culturais: a comunidade luso-brasileira no Pará. Também almejava instruir os seus associados com estabelecimento de aulas gratuitas, bem como proporcionar-lhes acesso à cultura escrita por meio de uma biblioteca.

Após a criação do Grêmio Literário Português, houve uma disseminação desse tipo de instituição, que se autodenominava literária e, ao mesmo tempo, beneficente, pela Província do Pará da segunda metade do século XIX. Estas instituições se destacaram no que tange à vida cultural, social e educacional dos lugares onde se estabeleciam. Além de criarem e fortalecerem redes mutualistas-benéficas que seriam fundamentais para o desenvolvimento das ações de seus projetos educativos.

Contudo, cabe destacar que a organização e a disseminação de Sociedades literárias na Província do Pará é parte de um movimento maior. O qual se popularizou no Brasil, a partir do século XIX, nomeado de fenômeno do mutualismo

<sup>20</sup> O Grêmio Literário Português foi fundado em 29 de setembro de 1867, alterado em 21 de setembro de 1906 para GRÊMIO LITERÁRIO E COMERCIAL PORTUGUÊS, e a partir de 25 de julho de 1973 foi alterado para a atual denominação “GRÊMIO LITERÁRIO E RECREATIVO PORTUGUÊS”. Disponível em [https://www.gremioportugues.com.br/data/docs/estatuto\\_social.pdf](https://www.gremioportugues.com.br/data/docs/estatuto_social.pdf). Acessado em 28/11/2020. No caso da Sociedade Literária 5 de Agosto da cidade de Vigia, desde 1882, manteve a mesma denominação, Sociedade Literária e Beneficente 5 de Agosto.

e/ou movimento do associativismo<sup>21</sup>. Mas, longe de ser um movimento particular do Brasil, foi importado da Europa e procurava recriar práticas do mundo ocidental. Como a prática da reunião de pessoas na forma de grupos que dariam origem às instituições associativas.

As Sociedades (como genericamente ficaram conhecidas as instituições associativas do século XIX) se diversificaram e passaram a atuar em várias frentes. Como, por exemplo, as Sociedades de trabalhadores ou Sociedades mutualistas, com objetivo de proteger os seus associados dos riscos que comprometiam as condições de vida dos trabalhadores, em casos de doença, acidente, invalidez, velhice e demissão. Desta forma, tornaram-se um dos elementos fundamentais da cultura associativa dos trabalhadores entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

As Sociedades literárias apresentavam-se de forma diversa das Sociedades mutualistas. Que, por sua vez, eram formadas por determinadas classes de trabalhadores e das Sociedades filantrópicas que tinham como fim a caridade para com o próximo. Isto é, as Sociedades literárias não possuíam como características específicas o recolhimento de fundos destinados à proteção e ao socorro mútuo, nem a concessão de benesses aos necessitados, embora fosse recorrente a coexistência dessas funções.

O que as diferenciavam, também, eram as preocupações com as discussões de temas ligados às letras, às artes, às ciências, à educação. Bem como, a preocupação com a criação de bibliotecas e a publicação de periódicos que servissem tanto aos sócios como à sociedade em geral.

Silva (2008) considera que as Sociedades literárias, que se proliferaram no Brasil no século XIX, tinham por objetivo promover o progresso da nação; fazendo aparecer célebres propagadores das letras, artes e ciências. Deste modo, tendo por certo que, dentro destes princípios, estariam estimulando os fundamentos para o desenvolvimento social e cultural da sociedade como um todo.

Assim, podemos dizer que a prática de reunir pessoas em torno de instituições acabou por criar um tipo de cultura associativa, um conjunto de normas, costumes, símbolos, linguagens e visões de mundo, constitutivos do hábito de associar-se com outros indivíduos. Assim, fazendo surgir novas formas de

---

<sup>21</sup> Nesta pesquisa de tese adotamos a nomenclatura “movimento do associativismo”.

sociabilidade<sup>22</sup>. O que passou a fazer parte do cotidiano de vilas e cidades da Província do Pará, principalmente, aquelas que passavam por processos de urbanização, um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento do movimento do associativismo nesta região.

Para Araújo (2011), estas instituições associativas objetivavam defender o *status quo* do período, isto é, um estilo de vida baseado nos padrões progressistas europeus que priorizavam o lazer e a formação do intelecto, por exemplo. “Portanto, tornou-se indispensável, em todo o país, a organização desses grupos que contribuíram para a formação e para o aparecimento de novas instituições como: Clubes, bibliotecas, Sociedades beneficentes.” (ARAÚJO, 2011, p. 55).

Neste sentido, “as Sociedades literárias postulam uma inscrição nessas novas formas de expressões culturais próprias do desenvolvimento urbano das cidades, particularmente, através deste jogo de inter-relações, para os indivíduos das camadas populares.” (SANTIAGO, 1998, p. 197). Desta forma, fazer parte de uma Sociedade literária, onde estariam reunidos homens de letras, simbolicamente representaria uma forma de integração nesse modelo europeizado que passava a fazer parte do cotidiano das cidades paraenses.

Para Santiago (1998), a adesão às Sociedades literárias, artísticas e filantrópicas (privilegio de uma classe emergente e cultivada da população urbana), consolida então os interesses e as tendências destes grupos que aspiram um maior reconhecimento social e de sua condição urbana.

Logo, estas instituições ofereciam um repertório variado para seus sócios que ia do lazer (por meio de apresentações artísticas e bibliotecas) e instrução (com oferecimento de aulas gratuitas) ao socorro material (por meio da doação de dinheiro em caso de doença, por exemplo).

Neste contexto, a participação em uma sociedade de homens de letras, era uma maneira de enquadramento nas novas práticas sociais de lazer, ilustração e beneficência. Sendo, portanto, parte do processo de construção de uma identidade urbana que tomava conta da Província do Pará, a partir da segunda metade do século XIX.

---

<sup>22</sup> A sociabilidade foi uma categoria de análise estudada por Agulhon (1977), será explorada na subseção 1.5 desta tese.

#### **1.4 Problema, objetivos e tese**

Elencamos para estudo o seguinte problema: Como as ações socioculturais, beneficentes, ilustrativas-civilizatórias e educativas, que comporiam o que se denominou de projeto educativo, desenvolvidas pelos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto se constituíram em um projeto de nação que visava intervir no progresso civilizatório da cidade de Vigia/PA, a partir da década de 1870.

##### **- Objetivo Geral:**

Partindo dessa problemática, o objetivo geral desta tese é analisar o projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto, elaborado por homens de letras que buscavam contribuir ao progresso civilizatório da cidade de Vigia/PA, no período de 1870 a 1882.

##### **- Objetivos Específicos:**

- a) contextualizar os aspectos sócio-históricos da Província do Pará, da segunda metade do século XIX, que permitiram a consolidação do movimento do associativismo;
- b) descrever como ocorreu a disseminação e organização de instituições associativas, em especial, as Sociedades literárias, que foram criadas a partir da segunda metade do século XIX na Província do Pará, na intenção de identificar como essas instituições associativas mantinham conectadas redes de relacionamentos interpessoais e beneficentes.
- c) compreender os aspectos sociais, culturais e educacionais do projeto educativos dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto no contexto da cidade de Vigia da década de 1870.

##### **- Tese:**

A tese defendida é que a Sociedade Literária 5 de Agosto por intermédio de ações coordenadas, as quais eram parte do que denominamos de projeto educativo, contribuíram para que as ideias de progresso civilizatório impactassem no cotidiano educacional da Vigia a partir da década de 1870.

Nossa tese está amparada mediante os seguintes aspectos:

- a) Na cidade de Vigia havia poucas escolas de ensino primário e o ensino secundário era inexistente. Assim, para suprir essa carência, a Sociedade Literária 5 de Agosto passou a servir como um tipo de instituição educativa. Nas fontes da pesquisa, identificamos que havia um esforço por parte dos membros da instituição em colaborar com a educação de jovens e adultos da cidade de Vigia.

b) A Sociedade Literária 5 de Agosto criou uma biblioteca e investiu na publicação de periódicos, pois entendia que ambos seriam instrumentos valiosos para o desenvolvimento e visibilidade de seu projeto educativo. Enquanto meios de informação, tanto os jornais quanto a biblioteca, serviram como canais importantes para a difusão dos ideais defendidos pelos homens de letras da instituição. Podemos inferir, então, que os jornais e a biblioteca ajudaram a propagar uma imagem da instituição como promotora da educação, da civilização, da moral cristã, da filantropia e do saber artístico e científico<sup>23</sup>.

c) Constatamos que existia uma inter-relação entre política e educação no âmbito da Sociedade Literária 5 de Agosto. A respeito dessa interrelação, supõe-se que essa inter-relação ocorria pela atuação dos membros da instituição no cenário político local, pois muitos apresentavam-se como políticos e chegavam até a concorrer a cargos legislativos. Todavia, o projeto educativo seria um meio de obter visibilidade pública para os membros da instituição que almejam uma carreira política.

d) É possível, *a priori*, correlacionar o projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto aos projetos educativos de outras Sociedades literárias paraenses do mesmo período; pois, há indícios nas fontes documentais da pesquisa que apontam correlações entre as ações educativas dessas instituições, tais como: a criação de escolas noturnas e o oferecimento de aulas gratuitas. Logo, certa preocupação com a educação da população paraense de meados do século XIX era notada.

### **1.5 Trajeto teórico da pesquisa**

O trajeto teórico da presente pesquisa está situado e fundamentado em bases epistemológicas e metodológicas da Nova História, especificamente, nos domínios da História Cultural e da História da Educação. Desse modo, almejamos saber como se constituiu o projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto. Projeto este que se inspirava em uma pedagogia de inspiração iluminista e de tendência liberal, que ia de encontro à pedagogia de inspiração jesuítica,

---

<sup>23</sup> Reforçamos que há necessidade de relacionar os jornais a outras fontes documentais, como por exemplo, aos documentos oficiais da instituição encontrados nos fundos do Arquivo Público do Estado e no próprio acervo da Sociedade Literária 5 de Agosto.

defendida pelo clero da época que, na província paraense, tinha a figura do Bispo D. Antônio de Macedo Costa como seu principal expoente<sup>24</sup>. Segundo Costa (2019),

O projeto educativo do Bispo D. Antônio de Macedo Costa, chamado, portanto, neste estudo, de Pedagogia Romanizadora, foi construído sob as bases da pedagogia jesuítica, porém, associada à pedagogia moderna. No entanto, não pode ser confundida nem como uma, nem com outra, pois apresenta características específicas que a torna singular, uma espécie de entrelugar, marcado pela hibridez que a colonização lhe proporcionou. Por entre missionários evangélicos, liberais, maçons, vida moderna, sincretismo e cultura popular, o Bispo precisou se reinventar por diversas vezes para alcançar seu objetivo maior: tentar manter o domínio da Igreja Católica sobre a maioria dos amazônidas. (Costa, 2019, p. 308).

Para melhor aprofundamento desta tese, cremos ser adequado apresentar algumas considerações teórico-metodológicas sobre a História Cultural; pois, segundo Nunes e Carvalho (1993), tornou-se um campo de estudo que vem lançando sobre a História da Educação no Brasil: a incorporação e redefinição de problemas, temas e objetos de estudos; antes relegados pelos historiadores da educação.

Autores como Lima e Fonseca (2003) apontam que a contribuição da História Cultural para a História da Educação, como campo dotado de aportes teórico-metodológicos, “está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional.” (LIMA; FONSECA, 2003, p. 72). Desta forma, a busca de novos objetos e de novas abordagens seriam fundamentais ao avanço e desenvolvimento do campo da História da Educação.

Hunt (1992) em seu livro - A Nova História Cultural - discutiu a ideia da história da cultura, através de uma série de ensaios escritos por vários estudiosos que, preocupados com a questão da cultura, desafiaram os paradigmas da história moderna e sua herança cientificista do século XIX. Estes ensaios trazidos por Hunt (1992) e seus colaboradores mostram novas possibilidades de reflexão sobre a forma como sujeitos singulares (homens e mulheres do passado) viveram, agiram, e se relacionaram em sociedade.

Neste sentido, a Nova História Cultural objetiva demonstrar que os estudos no campo da história da cultura poderiam se apropriar de outros campos do conhecimento humano, como a linguística e a antropologia, por exemplo. Talvez seja

<sup>24</sup> Sobre a pedagogia jesuítica e a atuação educativa D. Antônio de Macedo Costa na província paraense. Recomendamos a leitura da pesquisa de tese de Benedito Gonçalves Costa: "Educação para ser boa deve ser religiosa": Romanização e Civilização no Projeto Educativo do Bispo Dom Antônio de Macedo Costa para a Amazônia (1861 - 1890). (PPGED-UFPA) - 2019.



essa a principal intenção de Hunt (1992), tornar aparente para os historiadores, novas possibilidades de abordagens e questões para quem quer se arriscar em uma análise do fato histórico pelo viés da História Cultural.

Segundo Peter Burke (2005), a História Cultural prioriza os aspectos culturais do comportamento humano como um dos centros privilegiados do conhecimento histórico, destacando a especificidade dos grupos humanos em sua temporalidade e espacialidade. Como uma forma de recuperar as diferenças, os conflitos, debates e as tradições compartilhadas por indivíduos em seus contextos; de recuperar a identidade de um povo. Pesavento (2008) considera que, para se fazer História Cultural, deve-se compreender a “cultura como uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica.” (PESAVENTO, 2008, p. 15).

Para Barros (2011), a antropologia de Clifford Geertz e Marshall Sahlins, somada às contribuições de Michel de Certeau, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, permitiu o fortalecimento da História Cultural. Assim como, o estabelecimento por meio de diálogos interdisciplinares entre a história e outros campos de saber como a antropologia, a linguística, a psicologia, entre outras ciências.

Esses autores, segundo Barros (2011), ajudaram a reafirmar a noção de discurso no campo da História Cultural, ao considerarem que a linguagem e as práticas discursivas são de importância para a vida social.

De acordo com este horizonte teórico, que tem entre os seus reafirmadores mais conhecidos figuras como a de Roger Chartier (2002) e Michel de Certeau (1980), a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois polos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois polos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. Será imprescindível clarificar, neste passo, estas duas noções que hoje são de importância primordial para o historiador da Cultura nas suas várias alternativas historiográficas. (BARROS, 2011, p.41).

Para Barros (2011), as noções de “práticas” e “representações” têm sido bastante úteis aos historiadores culturais, pois, através delas, se pode examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura. Como também os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos e, por fim, as normas que conformam as sociedades.

Costa (2019) adverte-nos que, para construir uma História Cultural da realidade social amazônica, é preciso tomar como objeto as representações do

mundo social construídas pelos amazônidas, descrevendo a sociedade tal como pensavam ou como gostariam que ela fosse.

Nesse sentido, continua Costa (2019), para desvelar discursos e representações sobre a História da Educação na Amazônia paraense oitocentista a partir dos princípios da História Cultural, pressupõe-se que o historiador deva ter “um olhar para essa realidade como um campo de disputas onde forças econômicas e ideológicas eram mobilizadas para se tentar impor determinados modelos de sociedade que atendessem aos interesses de grupos dominantes.” (COSTA, 2019, p. 29).

Contudo, Burke (2011), assinala que não basta ao historiador apenas a escolha do que considera significativo no passado, pois deve atentar também para a maneira de construir a explicação histórica que é um campo ao mesmo tempo estrutural e narrativo.

Logo, para Burke (2011), o problema não está na narrativa em si, mas no modelo narrativo usado pelos historiadores. O que deve ser expandido tanto no sentido da descrição quanto sua análise estrutural, para tal, propõe Burke (2011), deveríamos fazer o que sugeriu Mark Phillips. Isto é, pensar nas variedades de modos de narrativas e não narrativas, existentes ao longo de uma série contínua. Assim como, questionar a relação entre acontecimento e estrutura.

Nesse sentido, um conselho que Burke (2010) traz aos historiadores é que estes deveriam aprender a usar as técnicas das narrativas romancistas e desenvolver suas próprias técnicas ficcionais para suas obras factuais. Desta forma, uma aproximação entre a escrita literária e a escrita histórica é necessária, pois auxiliaria os historiadores no alargamento de seus objetivos.

Também, precisamos adentrar no campo da cultura enquanto fenômeno social, no sentido dado ao termo por Roger Chartier (2002, p. 11), que conceitua a cultura como “um conjunto de significações historicamente transmitidas e inscritas em símbolos por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida, suas atitudes diante dela”. Contudo, buscamos entender a maneira que a cultura, enquanto prática social, vem sendo tratada pela História da Educação.

Nos últimos anos a cultura tem ganhado certo protagonismo em trabalhos da história da educação, principalmente quando o termo se une ao termo - escolar -,

passando a adquirir uma significativa potencialidade muito utilizado nos estudos sobre a História da Educação.

Assim, da união dos termos cultura e escola, chega-se a uma nova expressão “cultura escolar”, que não demandaria uma nova interpretação do termo cultura, mas sim um acréscimo do significado do termo – escolar – ao seu campo semântico, surgindo a necessidade de um novo conceito. A cultura escolar seria “o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normalizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.” (FORQUIN, 1993, p. 167).

Um adendo, cabe aclarar que esta pesquisa não trata sobre a cultura escolar que é pensada para o universo escolar, pois a Sociedade Literária 5 de Agosto, apesar de apresentar elementos com certo diálogo com a cultura escolar, como: indivíduos que estavam dentro do sistema escolar de Vigia (professores públicos e alunos); apresentar um currículo de disciplinas baseado no escolar e possuir um espaço para as aulas. Porém, não consideramos a Sociedade Literária 5 de Agosto propriamente um ambiente escolar, ela funcionaria como um tipo de instituição educativa que exercia um papel de complementação dessa cultura escolar em Vigia.

Por isso, não podemos dizer que nossa pesquisa trata da cultura escolar dessa instituição, é antes uma análise sobre a cultura educacional que entendemos ser um conjunto de ações educativas que foram desenvolvidas como parte do que denominamos de projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto.

## **1.6 Percurso metodológico**

O percurso metodológico tem caráter qualitativo, bibliográfico e documental. Na pesquisa qualitativa, de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Goldenberg (1997) assegura que os pesquisadores que adotam uma abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, visto que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. “Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.” (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Este estudo de tese é uma pesquisa do tipo documental que, de acordo com Rodrigues e França (2010), constitui-se como uma tipologia de pesquisa realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem passar por novas análises, conforme o objetivo do estudo.

Dentre estes documentos, as referidas autoras listam: livros, revistas, correspondências, diários, noticiários de rádio, televisão, filmes, material da internet, produções iconográficas, testemunhos orais, entre outros.

Conforme afirma Gil (2002), acerca da pesquisa documental, existem duas formas de documentos: os de “primeira mão” encontrados em arquivos de associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, entre outras instituições. Logo, onde podemos encontrar documentos, como: cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, por exemplo. E os documentos de segunda mão que já passaram por alguma forma de tratamento analítico, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas.” (GIL, 2002, p. 46).

Para Michel de Certeau (1982), a pesquisa documental é aquela que trata da análise de documentos do passado, mas adverte que tal pesquisa é sempre dirigida por uma leitura do presente, “conformadas por premissas, quer dizer, por ‘modelos’ de interpretação ligada a uma situação do presente” (CERTEAU, 1982, p. 34). Isso significa, de acordo com Certeau (1982), que a pesquisa documental é uma operação que produz uma prática e um discurso a partir da análise de documento, mas que está sujeita quase sempre ao interesse do pesquisador, que é quem faz o controle da análise.

Le Goff (1996), considera que a história transforma os documentos em monumentos e apresenta algum elemento que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinente, ser colocado em relação, constituído em conjunto. O novo documento

alargado, transformado deve ser tratado como um documento/monumento. Assim, o documento como monumento, é resultado do esforço da sociedade histórica para impor ao futuro, uma determinada imagem de si própria. No campo da história com a renovação da historiografia, “houve a necessidade de ampliação das fontes, pois [...] seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico correspondesse a um tipo único de documento, especializado para esse uso.” (BLOCH, 194, apud LE GOFF, 1996 p. 540).

Os documentos selecionados para análise têm uma dupla função: de um lado foram utilizados com objetivo de compreender a Sociedade Literária 5 de Agosto; e, por outro lado, as transformações sociais ocorridas na Província do Pará, em especial na cidade de Vigia/PA, onde a instituição implementou seu projeto educativo a partir da década de 1870.

Apesar da referida instituição ter desenvolvido várias ações na cidade, buscamos analisar mais profundamente as ações com aspecto educativo (principalmente, o externato da instituição). Por isso, é importante compreender o que é uma instituição educativa. Segundo Werle (2004, p. 111), as instituições que são classificadas como educativas:

são lugares de ação social, e, como tal, marcados pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidade, conflitos e competição.

Sanfelice (2007), diz que para entender e analisar uma instituição educativa, o pesquisador deve atentar para todos os detalhes da constituição desse espaço e estar disposto a analisar vários tipos de fontes, para não incorrer no equívoco de fornecer uma vaga ideia acerca da instituição; pois, “uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural).” (SANFELICE, 2007, p. 77).

No Brasil, conforme Nosella e Buffa (2013), a partir da década de 1990, foi crescendo gradativamente o interesse dos pesquisadores do campo da História da Educação pelas instituições escolares. Os autores apontam que tais pesquisas objetivam analisar as instituições escolares a partir de sua materialidade e em seus vários aspectos.

Uma das categorias mais usadas pelos pesquisadores da História da Educação, segundo Noselle e Buffa (2013), é a cultura escolar, no sentido concebido por Julia (2001, p.10)

A cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou práticas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto de cultura que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.

Percebe-se assim, a importância que as instituições educativas têm no desenvolvimento do campo da História da Educação. Podemos dizer que, ao considerar a Sociedade Literária 5 de Agosto como uma instituição educativa, esta passa a se configurar como valioso objeto de análise para aqueles que, como nós, busquem compreender a atuação de sujeitos em instituições culturais.

Um adendo, as Sociedades literárias não foram pensadas, aparentemente, para desenvolverem ações educativas. Mas, em algum momento, passaram a servir à causa da educação.

Outra categoria importante que será explorada neste estudo é o de sociabilidade que, na concepção de Agulhon (1977), quer dizer a qualidade de ser sociável, é o equivalente dos sistemas de relações que confrontam os indivíduos uns com os outros ou que os reúnem em grupos mais ou menos naturais, mais ou menos forçados, mais ou menos estáveis, mais ou menos numerosos.

Para Agulhon (1986), foi a partir da década de 1980 que a sociabilidade, enquanto conceito, estendeu-se e permeou a historiografia de vários países dos continentes europeu e americano, isto é, a extensão desta categoria, estimuladas pelo seu caráter poliédrico, podem comprovar-se através do processo de dilatação dos seus arcos cronológico, geográfico e temático<sup>25</sup>.

Entre os temas, apontados por Agulhon (1986), que podem ser tratados a partir da categoria sociabilidade encontram-se: os cafés, as tabernas, a vida familiar e as praças, as associações operárias e militares, a vida de salão, os agrupamentos políticos e as lojas maçônicas. Para este autor a sociabilidade resulta em um imenso campo de estudo, por conseguinte, a constituição de um grande número de trabalhos tendo como denominador comum a própria sociabilidade.

---

<sup>25</sup> Sobre o assunto, ler Agulhon e a categoria sociabilidade. Encontrado em: <http://ordiCanal,Maurice> Agulhon e a categoria sociabilidade, Ler História, 68 | 2015 01/12/2015. Acesso em 13/09/2020.

Outro conceito também tratado neste estudo de tese é o de civilização. Durante a análise das fontes documentais, percebemos certa recorrência de termos que fazem referência ao conceito de civilização: “civilizar”, “civilizatório”, “civilizacional”, “civilizado” e “civilizadores”. Também encontramos expressões como “progresso civilizatório da Província” ou “causa civilizatória da educação”.

De modo geral, podemos dizer que a ideia de civilização era corrente nos discursos dos homens de letras que compunham instituições associativas na província paraense da segunda metade do século XIX. Em especial, os que compunham as Sociedades literárias. Notoriamente, vinculadas a um sentido de progresso, de ilustração, de higiene, de controle das emoções, de refinamento dos hábitos e costumes e da moralidade cristã.

Para compreender o conceito de civilização, recorreremos a Elias (1994) que em sua obra - “O Processo Civilizador<sup>26</sup>” -, analisa os impactos das transformações ocorridas entre os séculos XII e XVIII no *habitus* europeu que marginalizou gestos, palavras e sentimentos aos poucos sendo considerados violentos. Para Elias (1994), o conceito de civilização expressa uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais de autorregulação que caminha rumo a uma direção muito específica, não de forma linear, evolutiva e contínua, com impulsos e contraimpulsos alternados constituídos a partir de uma rede de interdependência funcional.

Assim, o conceito de civilização se apresenta ao pesquisador social como um interessante instrumento teórico na medida em que convoca a atenção para os detalhes da vida cotidiana numa perspectiva de mudança social.

Norbert Elias (1994) vincula a teoria do processo civilizador ao processo de centralização do Estado Moderno, que marca a alteração do comportamento humano tanto pelo controle social, quanto pelo autocontrole individual.

O mesmo autor caracteriza ainda o processo civilizador como uma mudança na conduta e sentimentos humanos - não racional, no sentido de que se dá a longo prazo. E por isso, não pode ser planejada por um grupo específico de homens. Ao passo que também não pode ser considerada irracional, pois possui uma ordem e estrutura que podem ser estudadas.

---

<sup>26</sup> “O Processo Civilizatório” é uma obra do sociólogo alemão Norbert Elias. Foi publicada pela primeira vez em dois volumes em 1939. Por causa da Segunda Guerra Mundial, foi praticamente ignorado, mas se popularizou quando foi publicado à versão em língua inglesa, em 1969. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Processo\\_Civilizat%C3%B3rio](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Processo_Civilizat%C3%B3rio). Acessado em 05/03/2022.

Os estudos de Elias (1994) sobre o processo civilizador são importantes neste estudo de tese, pois apontam como um dos aspectos mais significativos desse processo de mudanças desencadeadas nos costumes que regem as relações sociais com os outros. Estes estudos revelam um dos caminhos para entender como esses sujeitos, que compunham a Sociedade Literária 5 de Agosto, moviam-se para criar espaços de sociabilidade que servissem como modelos de civilidade.

### **1.7 Periodização e as Fontes da pesquisa**

Em primeiro lugar definimos a periodização da pesquisa, do início da década de 1870 e com data limite até o ano de 1882<sup>27</sup>; pois, consideramos que o recorte abarca o desenvolvimento das principais ações do projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto na cidade de Vigia das três últimas décadas do século XIX. Época em que foram criados: um externato com aulas gratuitas e uma biblioteca, construindo certa tradição educativa em torno da instituição que é cultuada até hoje pelos membros. Tornando o final do século XIX um dos mais importantes da história da instituição.

Outro motivo que nos levou a este recorte temporal, foi o fato de encontrarmos o maior número de fontes documentais que são importantes para a compreensão não apenas sobre a Sociedade Literária 5 de Agosto, mas também sobre a cultura associativa que se estabeleceu na Província do Pará das décadas finais do século XIX.

Para tanto, elegemos um conjunto de fontes capazes de revelar a complexidade desta realidade. Contudo, para facilitar a análise das fontes optamos por dividi-las em quatro *corpus* documentais, a saber:

- a) os documentos encaminhados pelas diretorias da Sociedade Literária 5 de Agosto aos Presidentes da Província do Pará que estão sob a guarda do Arquivo Público do Pará<sup>28</sup>;

---

<sup>27</sup> A periodização da pesquisa teve que sofrer alteração. Visto que, antes esperávamos chegar até o ano de 1889, mas devido à escassez de documentos somada ao fato do período pandêmico (2019-2021) ter mudado a dinâmica de funcionamento dos arquivos públicos. Assim, em virtude desses fatores houve uma ruptura do cronograma da pesquisa, por isso, optamos em ter como data limite o ano de 1882.

<sup>28</sup> Arquivo Público do Estado do Pará, localizado na Tv. Campos Sales, nº 273, no Bairro da Campina, em Belém-PA.



- b) o Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto que foi aprovado pelo Presidente da Província do Pará em 1882.
- c) os periódicos que circulavam na Província do Pará, sobretudo na cidade de Vigia, nas décadas finais do século XIX e início do século XX;
- d) a documentação que se encontra no arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto<sup>29</sup>;

A documentação que foi enviada pelas diretorias da Sociedade Literária 5 de Agosto aos Presidentes da Província do Pará, estão sob guarda do Arquivo Público do Estado do Pará, são constituídos de: requerimentos, ofícios, livros de atas, estatutos e prestações de contas.

O estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto, que data de 1882, reconhecido conforme as disposições da Lei n.1.083, de 22 de agosto de 1860<sup>30</sup>, também se constitui como importante fonte para a compreensão do funcionamento e da organização da instituição<sup>31</sup>.

Sobre os periódicos, foram selecionados aqueles que circulavam na cidade de Vigia entre as décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Alguns periódicos eram de propriedade da própria Sociedade Literária 5 de Agosto; outros eram pertencentes a membros da instituição. Os jornais<sup>32</sup> identificados foram: “O Espelho”, “O Liberal da Vigia”<sup>33</sup> e “O Cinco de Agosto”<sup>34</sup>.

Desse modo, a análise dos jornais nos possibilitou encontrar descrições das ações do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto – o que não encontramos em outras fontes.

Dentre outros fatos, revelam, por exemplo, os nomes dos professores e alunos, quais disciplinas eram ensinadas, como eram realizados os exames anuais. Além de informar alguns aspectos da dinâmica cotidiana de funcionamento do seu

---

<sup>29</sup> A Biblioteca Nazaré, nº/S, no Largo da Igreja matriz de Vigia/PA.

<sup>30</sup> A Lei n.1.083, de 22 de agosto de 1860, foi a mais analisada na Seção 2.

<sup>31</sup> Ao estatuto, por ser um documento importante para a compreensão da instituição, resolvemos dedicar uma subseção (3.3.1) para analisá-lo mais detalhadamente.

<sup>32</sup> Os jornais “O Espelho” e “O Cinco de Agosto”, podem ser encontrados no acervo documental da Sociedade Literária 5 de Agosto. O jornal “O liberal da Vigia” faz parte do acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (**Centur**).

<sup>33</sup> O jornal “O liberal da Vigia” tinha como dono Bertoldo Nunes, que era 1º secretário e um dos fundadores da Sociedade Literária 5 de Agosto.

<sup>34</sup> O Jornal O Cinco de Agosto circulou em Vigia nas décadas de 1930-1940. Apesar de fugir da periodização delimitada, nos traz uma série de informações historiográficas importantes sobre a atuação dos membros fundadores da instituição.

externato, também trazem o modo que as ações educativas da instituição repercutiam no âmbito sociocultural da cidade de Vigia.

Os jornais ao mesmo tempo que forneciam informações sobre o projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto, também traziam várias notícias sobre o funcionamento do sistema de ensino público em Vigia, em que podemos saber sobre o cotidiano das escolas públicas, sobre os professores, sobre os exames anuais, entre outras.

Nos jornais “O Espelho” e “O Liberal da Vigia”, ambos da década de 1870, foi possível notar certa regularidade acerca do sistema público de ensino e da atuação educativa da Sociedade Literária 5 de Agosto. Isso leva a crer que era de interesse dos editores manter esse assunto em constante evidência.

O jornal “O Cinco de Agosto” publicou repetidas vezes matérias que destacam as ações educativas desenvolvidas pela primeira geração de homens de letras da década de 1870, que compunham a Sociedade Literária 5 de Agosto.

Enquanto canais de comunicação, os jornais exerciam importante papel na difusão das ideias defendidas pelos membros da Sociedade Literária 5 de Agosto. Podemos inferir que eles ajudaram a propagar uma imagem da instituição como promotora da educação, da civilização, da moral cristã, da filantropia e de difusora do conhecimento científico.

Contudo, a análise dos jornais que circulavam em Vigia foi uma árdua tarefa, devido à deterioração das fontes. Sem contar com os jornais que estão em posse de terceiros, trancados em acervos particulares que não foram acessados por nós. Mas, para reconstituir, pelo menos em parte este cenário, optamos por ler um jornal e, em seguida, o vincular a outros jornais na tentativa de encontrar relações temáticas entre eles.

Portanto, esta estratégia nos permitiu compreender várias conexões entre as fontes com intuito de encontrar algum indício de fatos aparentemente desarmônicos. Acreditamos que esta foi a melhor maneira de tratar este tipo de fonte, pois, tornou possível estabelecer uma espécie de diálogo polifônico entre estas e outras tipologias de fontes documentais.

### 1.7.1 O arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto

[...] O seu arquivo guarda as reminiscências de uma época que deu fama à Vigia e encheu de justo orgulho os seus filhos, porque então se afirmou o renome intelectual que lhe grangeara merecido conceito entre os povos civilizados e cultos. (O Liberal da Vigia, agosto de 1938)

A citação acima nos revela que o arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto sempre foi considerado pelos seus membros como algo de suma importância. Por isso, houve um esforço das diretorias da instituição para preservá-lo por 150 anos.

Há na sede da Sociedade Literária 5 de Agosto, uma sala exclusiva para abrigar o seu acervo documental, constituído por uma série de documentos históricos. Logo, são estes: os da própria Sociedade; de dois cartórios de Vigia que já foram extintos - o Cartório Raio e o Cartório Vilhena; os da Câmara Municipal de Vigia, abrangendo os séculos XVIII, XIX e XX; entre outros.

Nesse sentido, para manter estes documentos disponíveis para consulta, a Sociedade Literária 5 de Agosto conta uma série de parcerias que ajudam na manutenção do acervo, entre estas: o Tribunal de Justiça do Pará, a Câmara Municipal da Vigia, a UFPA - campus Belém e a Associação dos amigos do Arquivo Público do Estado do Pará.

A Sociedade Literária 5 de Agosto, na gestão do presidente, Igo Soeiro (que começou no ano de 2017 e continua até hoje), fez a higienização e a classificação dos documentos que estão legalmente sob sua guarda. Atualmente, o acervo documental para consulta, abrange cerca de 50 caixas de documentos raros, das quais, uma parte que já está disponível para consulta online no site da própria Sociedade. Na figura 4 vemos o arquivo da instituição<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Os documentos podem ser encontrados em: <http://cincodeagostovigia.blogspot.com/>. Acessado em 18/11/2020.

Figura 4 - Mural com fotos do acervo da Sociedade



Fonte: Arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto

O acervo documental da Sociedade Literária 5 de Agosto, hoje, constitui-se em um patrimônio cultural da cidade de Vigia. No mesmo, está contido o registro da história e da memória do município, também há alguns documentos que tratam de municípios próximos (Colares e São Caetano de Odivelas).

A documentação que se encontra no arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto é constituída de livros de atas, ofícios, requerimentos, fotos, prestação de contas, entre outros. Esses documentos são uma rica fonte de informação para compreender as atividades desenvolvidas por determinados grupos, famílias e pessoas que viveram nesta região.

De modo geral, almejamos por meio da análise do conjunto das fontes, apreender como a Sociedade Literária 5 de Agosto relacionava seu projeto educativo às ideias de cunho civilizador que estavam em voga na Província do Pará, a partir da segunda metade do XIX.

Também procuramos saber se as fontes permitem, *a priori*, relacionar o projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto com o projeto educativo de outras Sociedades literárias paraenses do mesmo período, pois há indícios nas fontes que apontam correlações entre os objetivos educativos dessas instituições.

Como por exemplo, a criação de bibliotecas e o oferecimento de aulas gratuitas, mostrando a existência de indivíduos congregados em instituições associativas que estampavam certas preocupações com a educação da população paraense da segunda metade do século XIX.

Assim, por meio do cruzamento de diversas fontes documentais, adentramos o universo em cuja Sociedade Literária 5 de Agosto estava circunscrita, ou seja, a partir da análise do conjunto documental foi possível caracterizar e descrever o objeto, a fim de verificar a sua importância na cidade de Vigia da segunda metade do XIX.

Desta forma, esperamos contribuir para o debate nacional-regional sobre a temática da História da Educação do Pará em espaços não escolares. E para a temática do associativismo enquanto movimento histórico-social, considerado como estratégia de organização da sociedade civil, num cenário de mudanças que estava acometendo a província paraense a partir de meados dos Oitocentos.

### **1.8 Estado do conhecimento do objeto**

Morosini e Fernandes (2014) apontam que o estado do conhecimento possibilita múltiplos olhares para o mapeamento de pontos e enfoques comuns dos dados e dos objetos investigados. Permite, por exemplo, que o pesquisador identifique e analise as diversas abordagens e perspectivas da produção sobre um determinado objeto de estudo.

Esse tipo de metodologia de pesquisa permite que façamos a apreensão de discursos descontínuos e/ou contraditórios, além de contribuir com a teoria e prática da área do conhecimento. Assim, assinalam as autoras:

O estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 154).

Morosini e Fernandes (2014) orientam que para se fazer, metodologicamente, o estado do conhecimento, devemos seguir algumas etapas, a saber: a) análise de textos sobre produção científica, seus princípios, políticas e condicionantes, na perspectiva nacional e internacional; b) identificação da temática da tese ou da dissertação, com clarificação da pergunta de partida e das palavras-chave ligadas ao tema; c) leitura e discussão sobre produção científica no plano teórico e no empírico

(teses, dissertações, livros, congressos); d) identificação de fontes e constituição do corpus de análise.

Contudo, Morosini e Fernandes (2014) avaliam que o pesquisador durante o processo científico deve considerar as influências pessoais, institucionais, temporais, locais e a situação global onde a produção do conhecimento está sendo construída. Isso posto, a produção científica segue regras próprias pertencentes ao campo social e histórico que se relaciona com forças, lutas e interesses que se revestem de formas específicas.

Assim, no levantamento do estado do conhecimento, seguiremos as etapas metodológicas que são propostas por Morosini e Fernandes (2014) que apontam que devemos ter cuidados, tratos metodológicos específicos e necessários para organizar periodicamente informações de pesquisas já realizadas.

Para tanto é preciso seguir alguns procedimentos, como: a) localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações; b) definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; c) estabelecimento de critérios para a seleção do material que compôs o corpus do estado do conhecimento; d) levantamento de teses e dissertações catalogadas; e) leitura das publicações, considerando o tema, os objetivos, problemas e conclusões (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

Tais procedimentos foram seguidos, a fim de situar e qualificar a produção científica acerca do objeto de estudo dessa tese. Assim, optamos em realizar um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal do Ensino Superior/CAPES. O objetivo foi mapear as produções já desenvolvidas sobre o objeto - Sociedade literária -, em Teses e Dissertações, a princípio consideramos o período de 2010 a 2021. Contudo, alguns estudos selecionados fogem à periodização estabelecida, por apresentarem importantes análises sobre o objeto, resolvemos acatá-los.

O levantamento dos estudos foi orientado pelas palavras “sociedade literária”, “grêmio literário” e “gabinete de leitura”. Após a realizar o levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal do Ensino Superior (CAPES), foram encontrados o quantitativo de 09 (nove) estudos sobre o termo “sociedade literária”; 14 (quatorze) sobre o termo “grêmio literário”; 18 (dezoito) resultados sobre o termo “gabinete de leitura”; todos estavam disponíveis para consulta.

A partir da leitura das publicações, considerando o tema, os objetivos, problemas e conclusões, temos um adendo, também consideramos aquelas pesquisas que correspondiam ao recorte temporal delimitado entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Para realizar a pesquisa no site da CAPES, optamos pela demarcação dos descritores de busca, a saber: “associativismo”, “civilidade” e “educação”. Para tal, buscamos analisar os resumos, tanto os que continham as palavras-chave, descritores, quanto os que não as possuíam.

Quadro 1 - Dissertações e teses que abordam os descritores associativismo, civilidade e educação<sup>36</sup>

<b>Banco de teses e dissertações da Capes</b>			
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de publicação</b>	<b>Instituição, ano</b>
Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido, 1847- 1890	MARTINS, Ana Luiza	Dissertação de Mestrado	Universidade de São Paulo, 1990.
Gabinete português de leitura: construção de uma identidade portuguesa (1837- 1893)	Bastos, Tatiana Quintela de Azeredo	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
Os Jardins das Delícias: Gabinetes Literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial.	Schapochnik, Nelson	Tese de Doutorado	Universidade de São Paulo, 1999.
Educação e política em Minas Gerais: o caso das Sociedades Políticas, Literárias e Filantrópicas 1831-1840	Inácio, Marcilaine Soares	Tese de Doutorado	Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877- 1919)	Lima, Jorge Luiz Ferreira de	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal do Ceará, 2011.
Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e sciencia na Corte (1860-1882)	Vicente, Sérgio Augusto	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
O livro e o processo civilizatório em Alagoas: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública	Santos, Roselito de Oliveira.	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Alagoas, 2012.
Práticas e representações nos primeiros anos do Gabinete de Leitura de Jundiá (1908-1924)	Oliveira, Paulo Henrique de	Dissertação de Mestrado	Universidade Católica de São Paulo, 2015.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do trabalho (2021).

<sup>36</sup> Estão no Quadro 2, as pesquisas sobre o objeto – Sociedade Literária - defendidas nos Programas de Pós-graduação das instituições paraenses que aparecem na busca no banco de teses e dissertação da Capes.

Dentre elas, selecionamos 08 (oito) pesquisas entre teses e dissertações, que se apresentavam mais próximas do objetivo e temática de nosso estudo. Isto é, são pesquisas que analisavam as Sociedades literárias enquanto instituições educativas, de interculturalidade e de civilidade. Estas pesquisas estão situadas no período do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Feita uma primeira análise dos resumos dos estudos levantados, verificou-se que se debruçam em compreender como a(s) Sociedade(s) literária(s) atuaram em um determinado lugar num sentido social, cultural, político e educacional. Também encontramos pesquisas que objetivavam analisar o percurso histórico e a atuação dos homens de letras que atuavam nas instituições literárias.

Martins (1990) estudou os gabinetes de leitura da Província de São Paulo, na segunda metade do século XIX, instituições que floresceram em consonância com o desenvolvimento urbano e econômico da Província de São Paulo. Logo, expressando a substituição dos valores da ordem escravocrata pelos da sociedade industrial emergente. Para este autor, estas instituições são espaços culturais, entendidos como lugares topográficos de memórias coletivas.

Assim, o entendimento dessas instituições veiculadoras de ideias liberais, de significativa atuação política, subsidia a compreensão de um momento de transição brasileira; compreendê-las pode responder questões pertinentes à sociedade, educação e cultura, especialmente, na segunda metade do século XIX.

Schapochnik (1999) analisou as novas bases institucionais da leitura implantadas na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX. Por meio de anúncios publicitários, estatutos e catálogos. Em sua pesquisa traçou um perfil destes diversos espaços de sociabilidade consagrados à cultura letrada. O autor também analisou o processo de implantação e composição dos acervos das instituições que se dedicavam à criação de bibliotecas no Rio de Janeiro do século XIX.

Bastos (2007) analisou a forma como os integrantes do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro tentaram legitimar uma representação identitária fora de Portugal. O foco da análise foi a compreensão das estratégias de representação e interação na interface entre a comunidade imigrante. Para tanto, aponta que o entendimento desse tipo de instituição pode ampliar a compreensão da imigração portuguesa no século XIX, no Brasil.



Inácio (2010) analisou quais as relações entre política e educação em Minas Gerais tal como eram percebidas e desenvolvidas pelas sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840). Para este autor, a multiplicação desse tipo de instituição relaciona-se a dois fenômenos complementares, porém, distintos: a difusão do Iluminismo e a configuração de uma esfera pública de poder.

Desta forma, tais instituições constituíram-se em importantes espaços de aprendizado político de formulação, execução de diagnósticos; bem como de projetos individuais e coletivos, que mantiveram uma relação muito próxima com a Constituição do Estado da Nação brasileira.

Lima e Ricci (2011) investigou a trajetória dos gabinetes de leitura fundados nas cidades cearenses de Sobral, Granja, Ipu, Camocim e Viçosa; a partir da consulta a jornais, livros, memórias e entrevistas, com o objetivo de discutir a constituição de uma rede de comunicação configurada em torno da circulação do objeto livro pelas cidades da região norte do Ceará.

Logo, reconstituindo assim os caminhos percorridos desde os locais de produção e publicação, passando pelas livrarias localizadas nos principais centros distribuidores do comércio livreiro nacional, até a chegada aos leitores e aos acervos dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará.

Do mesmo modo, também se evidenciou a existência de estabelecimentos ligados à venda de livros na região cearense, apontando as firmas comerciais como importantes pontos de distribuição de livros didáticos, manuais litúrgicos, textos devocionais e mais raramente obras literárias, sobretudo, romances.

Vicente (2012) examinou o papel dos homens de letras na disseminação de instituições de sociabilidade, em especial, as instituições científicas, literárias e de instrução, que foram organizadas na capital do Império do Brasil. Assim, buscou analisar os discursos evocados pelos sujeitos históricos inseridos na cultura associativa da segunda metade dos Oitocentos.

Para tanto, o autor focou sua análise nos seguintes pontos: a forma como os sócios representavam as agremiações perante à esfera estatal, suas expectativas, objetivos, concepções de organização institucional e de utilidade pública no âmbito do processo de regulamentação ou reconhecimento formal de suas práticas. Além disso, são abordadas questões que permeavam os interesses e as relações estabelecidas entre as instituições associativas e o Estado Imperial.

Santos (2012) ao pesquisar o surgimento do Gabinete de Leitura em Maceió/AL em meados do século XIX, correlacionou o surgimento do livro e da leitura numa perspectiva civilizatória com base nas ideias de Norbert Elias. No caso do Gabinete de Leitura de Maceió, em seus primeiros anos de existência, não conseguiu se materializar na vida cotidiana dos maceioenses. Pelo simples fato de que, lá, a cultura elitista não permitiu sua democratização.

Entretanto, Santos (2012) considera que a criação do referido Gabinete de leitura tem importância no cenário civilizatório e sociocultural da cidade de Maceió, devido a sua transformação em Biblioteca Pública Estadual.

Oliveira (2015) estudou o processo de surgimento do Gabinete de Leitura de Jundiáí, fundado no ano de 1908, no município de Jundiáí/SP e criado por um grupo de trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Tinha por finalidade ser um espaço para a instrução, promovendo uma sociabilidade livresca, através de conferências e cerimoniais literários e uma escola de primeiras letras aos associados e frequentadores.

Segundo ainda Oliveira (2015) caracteriza ainda a instituição como um espaço de cultura letrada destinado aos livros, aos leitores e à prática da leitura, sendo responsável pela criação da primeira biblioteca pública da cidade de Jundiáí. Para tanto, na tentativa de compreender como uma realidade social estava sendo construída, pensada e dada a ler, pelos fundadores e sócios do Gabinete de Leitura, utilizou as noções formuladas por Roger Chartier, “práticas e representações”, entendendo que as práticas constroem representações no mundo social.

Frisamos que este levantamento bibliográfico não se limitou ao banco de teses e dissertações da CAPES também resolvemos fazer um levantamento nos sites das instituições paraenses de ensino superior que mantém programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em ciências humanas e sociais.

Assim, procuramos os trabalhos que tratam do objeto Sociedade literária (instituições que poderiam também aparecer com os nomes de “Grêmios literários” e “Gabinete de leitura”).

No quadro 2 abaixo, apresentamos os resultados encontrados, a saber:

Quadro 2 - Resultados do estado do conhecimento dos trabalhos encontrados em instituições paraenses.<sup>37</sup>

<b>Teses e dissertações encontradas nas instituições paraenses: Universidade Federal do Pará e Universidade do Estado do Pará.</b>			
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de publicação</b>	<b>Cidade, instituição, ano</b>
Leituras a Vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista	NOBRE, Izenete Garcia	Dissertação de Mestrado	Belém, Universidade Federal do Pará, 2009
Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia (1871- 1882)	SOEIRO, Palheta Igo	Dissertação de Mestrado	Belém, Universidade Federal do Pará, 2012
Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista	ARAUJO, Joseane Sousa	Dissertação de Mestrado	Belém, Universidade Federal do Pará, 2011
Escola Filipa de Vilhêna: o processo de alfabetizar no Grêmio Literário Português (1921-1941)	BOULHOSA, Maria José da Silva	Dissertação de Mestrado	Belém, Universidade do Estado do Pará, 2021

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do trabalho (2021).

O estudo de Nobre (2009) analisou como o processo de circulação de livros seria um indício representativo de uma transformação cultural dos hábitos da população belenense a partir da segunda metade do século XIX. A autora revela como se deu a atuação conjunta da imprensa periódica, de livreiros estrangeiros e dos Gabinetes de Leitura, onde o livro pudesse circular como produto de civilidade.

Em suma, em sua pesquisa, Nobre (2009), aponta que a atuação das Sociedades literárias (como exemplo utiliza o Grêmio literário português da cidade de Belém/PA) foi preponderante para o desenvolvimento do mercado livreiro em Belém da segunda metade do século XIX.

Concomitantemente, a pesquisa de Araújo (2011) investiga as transformações socioculturais que tomaram conta de Vigia/PA desde meados do século XIX, foram responsáveis pela formação de uma comunidade de leitores nesta cidade. Para Araújo (2011), essas movimentações foram ocorridas em campos - como: o social, cultural, político e econômico - trouxeram repercussão também para o campo da literatura. Nesse contexto, o município ascendeu para sua inclusão na história literária da província paraense com a formação daquilo que a imprensa oitocentista vigiense chamou de - Recanto Literário -, a Sociedade Literária 5 de Agosto.

<sup>37</sup> O levantamento que fizemos limita-se a teses e dissertações que podem ser acessadas nos sites dos programas de pós-graduação das instituições paraenses. Registramos que há outros trabalhos que tratam do movimento do associativismo no Pará, como, por exemplo, os trabalhos sobre as Sociedades Abolicionista, Sociedades Maçônicas, entre outras. No entanto, nossa busca focou apenas em estudos que tem como objeto as Sociedades literárias, por isso, resolvemos não citar tais trabalhos em nosso levantamento (Quadro 2).

Por outro lado, a pesquisa de Soeiro (2012), através de uma abordagem historiográfica, faz uma análise da Sociedade Literária 5 de Agosto. Objetivou demonstrar como se deu a efervescência associativa, que atingiu a Província do Pará, por volta da segunda metade do XIX. E também avalia o envolvimento da instituição com outros setores da sociedade, como: a Igreja católica, a política local, por exemplo. Por fim, aponta que esse envolvimento trouxe tanto momentos de aproximação quanto de tensões entre os membros da Sociedade literária e os representantes da igreja católica local.

A partir de um levantamento realizado em 2021, nos programas de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, como também na Universidade do Estado do Pará, localizamos apenas 01 (um) trabalho sobre a atuação educativa de uma Sociedade Literária no Pará. Trata-se da pesquisa de mestrado em educação (PPGED – UEPA) de Maria José da Solva Boulhosa, sob o título: “Escola Filipa de Vilhêna: o processo de alfabetização no Grêmio Literário Português (1921-1941)”.

A autora, por meio de uma pesquisa documental, analisa como se constituiu o processo de alfabetização do público leitor da escola Filipa de Vilhêna, escola de primeiras letras que funcionava no Grêmio Literário Português da cidade de Belém/PA. Também buscou compreender a criação e implantação do Grêmio Literário Português, no final da década de 1860. Assim como, avaliou o processo de ensino de leitura e escrita desenvolvida na escola, funcionava na sede do Grêmio literário, que havia adotado como método de ensino a Cartilha Maternal de João de Deus<sup>38</sup>.

Feito o estado do conhecimento sobre o objeto dessa tese, podemos dizer que embora o objeto seja relativamente explorado em outros estados brasileiros, como os das regiões Sul e Sudeste. No Pará, porém, as Sociedades literárias são um objeto de estudo relativamente novo e pouco explorado. A começar pelo pequeno número de pesquisas existentes, conforme foi demonstrado no

---

<sup>38</sup> Escrita pelo poeta e pedagogo João de Deus, a Cartilha Maternal, foi publicada pela primeira vez em 1876. Seu método inovador de alfabetização foi estabelecido a partir da premissa de que "a primeira condição para ensinar é o estudo da fala". A partir de 1877, começa a difundir-se o chamado método João de Deus. No ano de 1882, por decisão parlamentar, é decretado o uso generalizado da cartilha nas escolas portuguesas. Esta obrigatoriedade seria mantida até 1903, quando o método se tornou facultativo. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasilliana/cgi/cgilua>. Acesso em 05/11/2021.

levantamento realizado nos sites das instituições paraenses que mantêm programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) nas ciências humanas e sociais.

Por fim, acreditamos que à luz desse referencial teórico, o cotejo das fontes realizado em uma perspectiva comparativo/relacional, possibilita compreender o projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, cuja meta era contribuir para o progresso civilizatório da cidade de Vigia a partir da década de 1870.

### **1.9 Estrutura da pesquisa**

**Introdução** - onde apresentamos as motivações, as dificuldades, também exploramos o objeto de análise, a problemática, os objetivos, a tese, o referencial teórico-metodológico, os procedimentos de análises, as fontes documentais da pesquisa e o estado do conhecimento do objeto. Além disso, realizamos uma contextualização geográfica e historiográfica sobre o município de Vigia/PA.

**Na Seção 2** - focamos na compreensão da organização e disseminação do movimento do associativismo no Pará, com destaque às Sociedades literárias paraenses. Em seguida, analisamos a legislação imperial que cuidava de regular as instituições associativas; também tratamos da relação entre o desenvolvimento do associativismo com o processo de urbanização que passaram as cidades paraenses a partir da segunda metade do século XIX. Finalizamos a seção com uma análise de como se deu a disseminação e organização das Sociedades literárias no Pará.

**Na Seção 3** - analisamos como se deu a atuação dos homens de letras, responsáveis pela criação de Sociedades literárias na Província do Pará. Optamos por fazer uma contextualização historiográfica da situação sociocultural de Vigia na década de 1870. Também exploramos com mais afinco o objeto de estudo de tese - a Sociedade Literária 5 de Agosto – especificamente, a sua organização interna, composição social, manutenção, dificuldades, etc. Além de compreender qual o papel dos jornais e da biblioteca, enquanto canais difusores dos ideais civilizatórios e educativos, defendidos no âmbito da Sociedade Literária 5 de Agosto.

**Na Seção 4** - realizamos a análise do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto em Vigia (1870-1882). Onde evidenciamos as principais características que assinalaram essa experiência educacional, demonstrando como se mesclava aos ideais progressistas civilizatórios defendidos

pelos homens de letras da Província do Pará, que compunham instituições associativas de caráter científico-literário.

**Considerações Finais** - sintetizam os resultados obtidos a partir da investigação, subsidiada pelo aporte teórico e pela análise das fontes, respondemos à tese de pesquisa, bem como aos objetivos propostos.

Assim sendo, esperamos contribuir para o desenvolvimento do campo da História da Educação da Amazônia paraense. Sobretudo aos estudos que tratam das instituições não escolares.

## **2 O MOVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO NA PROVÍNCIA DO PARÁ: ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO**

Na Seção 2, investigou-se como se consolidou o movimento do associativismo no Pará, bem como suas relações com o processo de urbanização que ocorreu nas cidades paraenses a partir da segunda metade do século XIX.

Para tanto, analisou-se como o governo imperial, utilizando instrumentos jurídicos, estabeleceu mecanismos de controle que fixaram limites às instituições associativas criadas e mantidas pela sociedade civil.

Por último, realizou-se uma descrição das formas e tipos de instituições, que compunham o movimento do associativismo paraense. A Seção 2 termina com um levantamento historiográfico das Sociedades literárias que foram criadas na província paraense, onde são apresentadas as características e especificidades dessa tipologia de instituição associativa.

### **2.1 As pesquisas sobre o movimento do associativismo no Brasil**

Os estudos acadêmicos que têm as Sociedades literárias como objeto de investigação, geralmente, são estudos que estão relacionados ao movimento do associativismo. Por isso, faz-se necessário o entendimento de alguns aspectos que vêm sendo tratados em pesquisas sobre o associativismo no Brasil.

O associativismo no Brasil, segundo Almeida (2011), caracteriza-se como movimento ligado às transformações socioculturais, políticas e econômicas; que afetam, sobremaneira, as condições de vida de determinados grupos sociais. Também pode ser considerado como uma forma de estratégia da sociedade civil que, organizada coletivamente em instituições associativas, passaram a atuar nas resoluções de problemas comuns ao grupo. Como por exemplo, em momentos de desemprego, doença ou morte.

No entanto, o que realmente evidenciou o movimento do associativismo no Brasil, foi a atuação de instituições que tratavam da sobrevivência de trabalhadores pobres, que através de ações de ajuda mútua amparam seus membros<sup>39</sup>.

Destinadas a assegurar a sobrevivência de homens e mulheres pobres, o mutualismo e a beneficência em grande medida caracterizam-se por espaços de sociabilidades decorrentes das carências materiais percebidas num contexto de transformações econômicas e sociais sujeitadas a um

---

<sup>39</sup> Havia muito mais fatores que levavam as pessoas a participarem de algum tipo de instituição associativa, a condição econômica era apenas uma.

sistema político orientado por uma ordem liberal, que imperou no ocidente ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX. (ALMEIDA, 2011, p. 1).

Foi essa tendência assistencialista que popularizou a cultura associativa no Brasil. Basta pensar nas privações materiais a que estavam submetidos os trabalhadores no século XIX, desamparados pelo Estado e sem representação sindical. Logo, buscavam se apoiar em algum tipo de instituição associativa; pois, era algo atrativo para o trabalhador que, mediante uma pequena contribuição financeira, passaria a ter direito a alguma proteção e de seguridade em momento de necessidade material<sup>40</sup>.

Apesar dessa tendência assistencialista do associativismo, existe uma outra face do movimento, aquela que se concentrou em explorar a relação estabelecida entre os setores populares e a Monarquia. Assim, as instituições associativas seriam como um dos pontos de acesso, ou estratégias de representação coletiva em busca de proteção, mas também reconhecimento social.

As informações referentes às instituições associativas estabelecidas ao longo do Segundo Reinado em cidades como o Rio de Janeiro revelam dados significativos sobre o processo de formação da classe trabalhadora do período. Bem como, trazem “vestígios importantes das visões da Monarquia de um segmento específico da gente comum, materializadas nas homenagens prestadas pelas então chamadas Sociedades ao imperador, e/ou à família real.” (JESUS, 2001, p. 145).

Jesus (2001) destaca que os estudos sobre o associativismo produzidos no Brasil, que têm como tema as instituições de ajuda mútua e/ou Sociedades mutualistas, estão divididos em duas tendências: uma preocupada com a constituição do mercado previdenciário no Brasil e a outra interessada na atuação da classe operária.

A tendência voltada à atuação da classe operária, a qual fazem parte as Sociedades mutualistas, profissionais e de classe, são como expressão de “uma

---

<sup>40</sup> Sobre o assunto, existe vasta bibliografia, citamos alguns estudos, a saber: VISCARDI, Cláudia M. R. **Mutualismo e Filantropia**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, volume 18, 2004; VISCARDI, Cláudia M. R. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)**. Revista *Topoi* – Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, n. 16, v. 09, janeiro - junho de 2008, p. 117-136; JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo do Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla M. de Carvalho & OLIVEIRA, Mônica R. de (orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006; LUCA, Tânia R. de. **O Sonho do Futuro Assegurado** (o mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto; Brasília: CNPQ, 1990; SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940)**. Porto Alegre, 2004.



espécie de institucionalidade incompleta que teria sentido efetivo somente mais tarde, quando constituídos os modernos partidos políticos e sindicatos.” (JESUS, 2006. p. 295).

Mas, continua este autor, foi somente no final da década de 1980 e início da década de 1990, que os estudos da temática do associativismo no Brasil passaram a ser encarados de maneira mais diversificada, começou a mudar aquela tendência sindical e/ou partidária que fora bastante explorada.

Ao tratar das Sociedades científicas, literárias e de instrução, organizadas na capital do Império do Brasil entre os anos de 1860 e 1882, Vicente (2012) indica que, por meio da análise dos discursos evocados pelos sujeitos históricos inseridos na cultura associativa da segunda metade do Oitocentos, teríamos os subsídios para compreender a atuação dessas instituições em âmbito público.

Para este autor, analisar a forma como os membros das instituições associativas representavam suas organizações perante à esfera estatal, suas expectativas, objetivos e concepções de organização institucional e de utilidade pública no âmbito do processo de regulamentação ou reconhecimento formal de suas práticas e relações estabelecidas entre as associações e o Estado Imperial; seria uma forma de entender a dinâmica do movimento do associativismo no Brasil.

Vicente (2012) também considera que as contribuições da Historiografia Social Inglesa e seu contato com a Antropologia trouxeram ao estudo do movimento do associativismo, uma melhor compreensão da constituição da classe trabalhadora livre, da construção de espaços de sociabilidade, de questões sociais do final do século XIX e XX, e do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência dos setores populares.

Sobre o movimento associativo da segunda metade do século XIX no Brasil, Schwarcz (1999) defende que os grupos que congregavam intelectuais (Sociedades científicas e literárias, por exemplo), deveriam ser reconhecidas, não tanto pelas suas contribuições na produção de conhecimento científico ou literário. Sobretudo, pelos desdobramentos sociais e políticos de suas práticas, de suas organizações e de seus discursos. Mas também, pela construção de um tipo de identidade que passou a distinguir os homens de ciência e de letras no país. Esses indivíduos estavam a serviço da modernização, engajados em propósitos civilizatórios.

O propósito civilizatório criava uma nova ideia de progresso para a nação brasileira, em que o conhecimento das letras e das ciências, aos moldes do

iluminismo europeu do século XVIII, fosse a pedra fundamental de construção de um novo país. O efeito desse iluminismo à brasileira<sup>41</sup> sobre o país era irresistível, e contaminou a intelectualidade da época, difundindo-se por várias regiões do Brasil, como a Província do Pará.

Tendo à frente desse processo, as instituições associativas coordenadas por homens de letras, pois elas agiriam:

como um dos vetores responsáveis pela difusão de princípios considerados essenciais à formação de um país civilizado, culto e esclarecido, as associações que se dedicavam às ciências, às letras e à instrução se valiam de um discurso progressista e civilizatório muito impregnado de projeções otimistas para um futuro repleto de contínuos avanços e evoluções. (VICENTE, 2012. p. 43)

Por possuírem um discurso quase uníssono com relação ao progresso e à civilização, as instituições associativas de caráter científico-literário constituíram-se em espaços de transição entre a velha ordem aristocrática e os rumores de uma nova ordem de estruturação social que tomava conta do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, tendo atingido o seu auge na década de 1870.

Para Pinheiro (2011), o período que compreende as três últimas décadas do século XIX, constitui-se num recorte profícuo para a análise do movimento do associativismo no Brasil. Devido às mudanças que vinham se processando no país, tais como: o aumento da (i)migração de grupos libertos, de trabalhadores livres e de indivíduos das mais diversas nacionalidades. O que favoreceu o estabelecimento de formas de produção assalariadas ou semi-assalariadas, bem como, acelerou o processo de urbanização de várias cidades brasileiras do período.

Neste contexto, havia um grande número de trabalhadores que, desamparados, passaram a buscar algum tipo de auxílio, o que intensificou o surgimento de instituições, cujo objetivo seria mutualista.

Inácio (2010), em sua tese, estudou a relação entre política e educação em Minas Gerais tal como era percebida e desenvolvida pelas Sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840). Em sua tese constatou que a multiplicação dessas instituições associativas no Brasil relaciona-se a dois fenômenos complementares, porém distintos: a difusão dos ideais do movimento do

---

<sup>41</sup> A expressão “iluminismo à brasileira” foi utilizada por nós, não em um sentido pejorativo, e sim para dizer que os homens de letras do Oitocentos buscavam se inspirar na ideologia iluminista da Europa do século XVIII, mas criaram uma mescla de ideias e ideias, que em certos momentos eram contraditórias entre si e distante do Iluminismo. No decorrer desta tese foram explanadas como se deram alguns aspectos destas contradições.

Iluminismo europeu do século XVIII e a configuração de uma esfera pública de poder.

Para este autor, a dinâmica de funcionamento das instituições associativas e a efetivação de seus projetos políticos e culturais apoiaram-se nas bibliotecas, nas festas, nos espetáculos teatrais, na imprensa e na escola para se concretizarem. Esses eram os meios pelos quais o associativismo se utilizava para a execução dos seus objetivos.

Apesar das Sociedades literárias se estabelecerem no Pará a partir da segunda metade do XIX, constatamos existir uma interrelação entre política e educação nos objetivos dessas instituições, tal como Inácio (2010) constataram em Minas Gerais. Para entender como se dava essa interrelação, partimos da suposição de que se dava pela atuação dos membros no cenário político local, pois muitos se apresentavam como políticos e chegavam até a concorrer a cargos legislativos. Os projetos educativos da instituição seriam, então, um meio de obter visibilidade pública.

Viscardi (2010) fez um levantamento da produção da historiografia produzida sobre o movimento do associativismo no Brasil, ao longo das décadas de 1990 a 2010, fez um levantamento bibliográfico sobre a temática (teses, dissertações, artigos científicos e capítulos de livros), também buscou abordar quais fontes documentais estavam sendo mais utilizadas pelos pesquisadores do tema. Por fim, trouxe uma reflexão sobre algumas abordagens através das quais o movimento do associativismo vem sendo tratado pela historiografia.

Para Oliveira (2015), em sua pesquisa sobre o processo de criação do Gabinete de Leitura de Jundiaí, agremiação criada para suprir duas necessidades específicas do município de Jundiaí no período de 1908 a 1924. A primeira seria promover uma sociabilidade livresca por meio da criação de uma biblioteca, de conferências literárias. Já a segunda seria a de criar uma escola de primeiras letras que atendesse aos filhos dos associados, que em sua maioria eram trabalhadores ferroviários pobres.

Segundo ainda este autor, se partirmos dessas duas especificidades, poderemos compreender um conjunto de práticas e representações capazes de revelar a realidade social que estava sendo construída por essa instituição no lugar onde atuava.

## 2.2 As leis de regulamentação: o associativismo sob o controle do Estado

Ao longo da segunda metade do século XIX, no Brasil, houve um aumento crescente do número de instituições associativas, com tipos e fins diversificados. Assim, o Império brasileiro sentiu a necessidade de legalizá-las visando manter o controle sobre o movimento do associativismo. Para tal foram cunhados mecanismos jurídicos de controle dessas instituições, fossem elas profissionais, beneficentes, religiosas, recreativas, mercantis, entre outras.

As instituições associativas, independentemente do tipo, que almeja se funcionar em conformidade com a lei teriam que obter o reconhecimento de suas práticas perante o Estado Imperial, deveriam se submeter a determinadas regras, criadas com o intuito de burocratização da vida associativa no Brasil. São as disposições da Lei n.1.083, de 22 de agosto de 1860<sup>42</sup>, e do Decreto n. 2.711, de 19 de dezembro de 1860<sup>43</sup>, instrumentos reguladores que ditavam os caminhos do associativismo no Brasil.

Nesta pesquisa, a interpretação desses mecanismos judiciais, se constitui fonte importante à compreensão do movimento do associativismo no Brasil do período imperial, no que corresponde a criação, organização, funcionamento e utilidade pública das instituições associativas. Essa busca por reconhecimento judicial nos revelou, também, como os membros que compunham essas instituições associativas se articulavam nas esferas políticas provinciais.

A lei obrigava as instituições a submeterem seus estatutos à apreciação das autoridades públicas. Aquelas que não seguissem a legislação seriam submetidas às penas cabíveis<sup>44</sup>. Assim dizia a lei Art. 2º:

---

<sup>42</sup> A Lei aqui citada pode ser encontrada para consulta em: BRASIL. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860. In: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860 (V. 1, Parte I, Tomo XXI), p. 31. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: maio de 2020. A Lei n. 1.083, de agosto de 1860, foi revogada no ano de 1882, data em que a Lei n. 3.150 era promulgada para regular o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas: em seu primeiro artigo, afirmava estarem dispensadas de autorização do governo as companhias e sociedades anônimas de objeto civil, como as Sociedades literárias.

<sup>43</sup> O Decreto pode ser encontrado em: BRASIL. Decreto n. 2711 de 19 de dezembro de 1860. In: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860 (V. 1, Parte II, Tomo XXIII), p. 1128. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: maio de 2011.

<sup>44</sup> As penas são regidas pelo art. 10 do Decreto n. 575 de 10 de janeiro de 1849, segundo o decreto as sociedades ilegais que tiverem capital social a multa de 1% a 5% do mesmo capital, e as que o não tiverem a de 1:000\$ a 5:000\$000, pelas quaes multas, assim como por todos os actos das referidas Sociedades, ficão solidariamente responsaveis os sócios que as organizarem ou tomarem parte em suas deliberações, direcção ou gerencia, e as pessoas que directa ou indirectamente as promoverem.

§ 1º As Companhias ou Sociedades Anonymas, Nacionaes ou Estrangeiras, suas Caixas Filiaes ou Agencias, que se incorporarem ou funcionarem sem autorisação concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escripturas de associação, além de incorrerem na pena [...] (BRASIL. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860)<sup>45</sup>.

Ainda que tais mecanismos de judicialização tivessem a pretensão de regulamentação das atividades de associações comerciais e financeiras, acabaram interferindo na instalação e no funcionamento das Sociedades sem fins comerciais. O Artigo 2º da Lei 1083 de 22 de agosto de 1860, que trata da organização e do regime das companhias e Sociedades anônimas, fossem estas civis ou mercantis, reafirmava que elas teriam que obter autorização do governo imperial para seu funcionamento, “sem o que incorreriam pena de dissolução [...] e multas”. A lei estabelecia diz que:

**Art. 2º** Na organização e regimen das Companhias e Sociedades Anonymas, assim civis como mercantis, observar-se-hão as seguintes disposições:

Esta disposição he applicavel aos Monte-Pios, ás Sociedades de Soccorros Mutuos, ás Caixas Economicas, e a toda e qualquer Sociedade sem firma social, administrada por mandatarios, ainda que seja beneficente. Aos Presidentes das Provincias, e na fórma dos Regulamentos do Governo, pertence a faculdade de autorisar e approvar os estatutos dos Monte-Pios e das Sociedades de Soccorros Mutuos ou de qualquer outra Associação de beneficencia estabelecidas nas Provincias, salva a disposição do art. 10 § 10 da Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834<sup>46</sup>.(BRASIL. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860).

Para termos uma ideia de como era a obtenção de autorização governamental, refazemos, aproximadamente o caminho que a Sociedade Beneficente Artística Paraense da cidade de Belém-PA teve que fazer para obter o seu reconhecimento jurídico. Em primeiro lugar, após a elaboração e discussão do projeto de estatuto, que era de responsabilidade dos membros da Sociedade; eram lavradas as atas das sessões. Com as atas em mãos, em segundo lugar, redigiu-se um requerimento solicitando o funcionamento da instituição associativa às autoridades policiais, que no caso seria a delegacia de polícia mais próxima.

Após obter a autorização policial, os documentos - atas que deveriam conter as assinaturas dos membros da instituição, o projeto de estatuto com todas as

<sup>45</sup> Na escrita desta tese, resolvemos manter sempre que possível o texto original do documento do qual retiramos a citação, com a grafia e a gramática usadas na época. Nosso intuito é possibilitar aos leitores uma inserção maior com a língua portuguesa no final do século XIX. Mas caso possa haver alguma dúvida no entendimento do texto, atualizá-lo-emos, sem comprometer o conteúdo do documento.

<sup>46</sup> Conforme o art.10 § 10 da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, competia às mesmas Assembleias legislar sobre casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas.

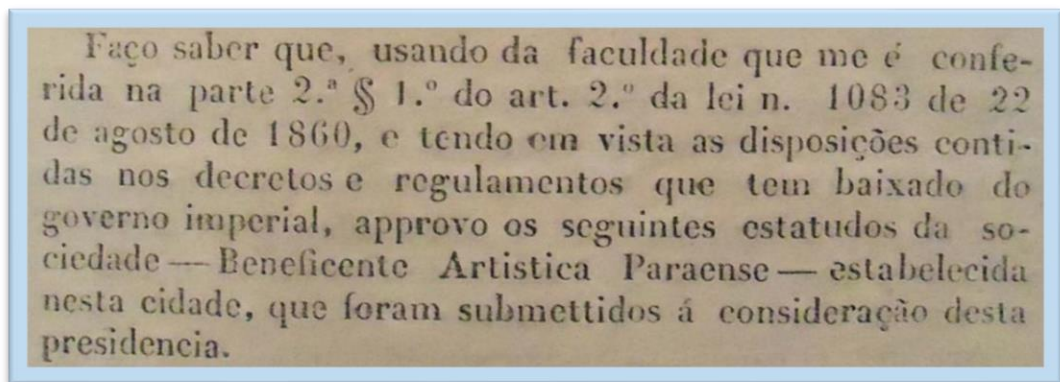
assinaturas dos membros da diretoria reconhecidas em cartório e o requerimento assinado pelas autoridades policiais - eram reunidos e dirigidos ao Presidente da Província.

Entregue os documentos, iniciavam-se os trâmites do processo de legalização, que não tinha um tempo específico para ser concluído. No Decreto 2711 de dezembro de 1860, no § 1º do Artigo 9º, está descrito o trâmite dessa documentação.

§ 1º: A secção, ou secções do Conselho de Estado, depois dos exames e informações que julgarem necessárias, darão seu parecer sobre os pontos consultados, e quaisquer outros que lhe parecerem convenientes, indicando as alterações e aditamentos que convém fazer aos estatutos. (BRASIL, Decreto n. 2711 de 19 de dezembro de 1860)

A Sociedade Artística Paraense teve seu estatuto aprovado em dezembro de 1868, e foi assinado pelo Presidente da Província do Pará, Dr. Joaquim Raymundo de Lamare. Como podemos ler no estatuto da instituição, figura 5:

Figura 5 - Estatuto da Sociedade Artística Paraense



Fonte: Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 249 (1861 – 1869) – ofícios de diversas sociedades. APEP.

Quando aprovado, o estatuto, dependendo dos recursos financeiros da instituição, poderia ser publicado nos jornais locais. Ao fazermos o caminho que deveria percorrer estas instituições na busca por legalidade, podemos entrever que não era tarefa fácil obter o reconhecimento de funcionamento por meio da legislação imperial, esse burocratismo levou a Lei 1.803 de 22 de agosto de 1860 a ficar conhecida como a “lei dos entraves<sup>47</sup>”, mas logo fora substituída pela Lei 3.150 de

<sup>47</sup> Lacerda (2011), ao analisar as influências da “lei dos entraves” no associativismo da segunda metade do XIX, afirma que a lei surgiu como estratégia do próprio governo imperial para que pudesse incluir as associações civis sob sua tutela.

novembro de 1882, que tinha o objetivo de colocar fim à burocracia iniciada em 1860.

Para Fonseca (2008, p. 15), que pesquisou as relações entre o movimento do associativismo e cidadania com base nas associações com personalidade jurídica existente na cidade do Rio de Janeiro entre 1903 e 1916, “o direito de associação garantido a partir de 1882 foi fruto da pressão da sociedade civil”. Assim, os novos mecanismos legais garantiam certa liberdade associativa, o que proporcionou que tanto a sociedade civil quanto os interesses do Estado, com relação ao associativismo, fossem concatenados.

Nesse sentido, houve a sensação de que o Estado Imperial estava de comum acordo com a sociedade civil, passando a encarar o associativismo como algo importante para a imagem do Império brasileiro<sup>48</sup>. Ao serem abrandados os mecanismos legais, a partir de 1882, a vontade de atuarem dentro dos limites estabelecidos pelo Estado Imperial, ao qual cabia a emissão de um parecer favorável à criação e ao seu funcionamento, foi facilitada<sup>49</sup>. Passou-se, assim, de um rígido controle do Estado a um regime mais brando que facilitava a criação de instituições associativas.

Um adendo, a busca por reconhecimento judicial, pelo qual passaram as instituições associativas, gerou um conjunto de fontes documentais (atas, ofícios, estatutos, etc). Documentos que são de suma importância para a compreensão do movimento do associativismo no Pará do século XIX.

### **2.3 O movimento do associativismo na Província do Pará: urbanização e civilização**

Cabe refletir como o processo de urbanização das cidades e das ideias de progresso civilizatório ecoaram pela Província do Pará em fins do século XIX; pois, consideramos que o entendimento desses dois fatores pode apontar as diretrizes

---

<sup>48</sup> A partir do ano de 1882, quando houve a revogação da “lei dos entraves” e a criação da Lei 3.150 de novembro de 1882, que objetivava ser menos burocrática para o registro das instituições associativas. A obrigatoriedade de aprovação dos estatutos ou escrituras permaneceu somente em relação às Sociedades Anônimas, as Associações e Corporações religiosas, aos Montepios, Caixas Econômicas e Sociedades de Seguros, além das associações que tivessem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios.

<sup>49</sup> Talvez essa estratégia de desburocratização tenha sido a maneira encontrada pelo governo monárquico para dar celeridade aos processos de legalização que se acumulavam e dificultavam a vida associativa no Brasil.

que levaram os indivíduos a fundarem instituições associativas nas cidades paraenses.

As origens históricas do associativismo encontram-se exatamente no momento em que as cidades paraenses se embeveciam nas ideias de civilidade e de desenvolvimento urbano. Vivia-se, pois, o auge do período da Belle Époque, quando as transformações culturais, sociais, infraestruturais, modificaram as cidades paraenses, a partir de meados do século XIX.

Na Amazônia do século XIX, edificar era dominar a natureza, abrir as portas da região ao progresso, à civilidade, à higienização e à ordenação das cidades, significando o combate aos costumes considerados atrasados da população. Por este prisma, construir teatros, museus, bibliotecas, escolas, para citar alguns prédios públicos, era um projeto político de modernidade. (SOUZA, 2010, p. 100).

Durante o período do comércio da borracha na cidade de Belém (capital da Província do Pará), conectou-se aos ideais progressivos que tomavam conta do Brasil da segunda metade do Oitocentos. Isso foi impulsionado devido à "excelente condição econômica em que se encontrava a capital, devido à exportação da borracha." (ARAÚJO, 2011, p. 26).

O resultado dos lucros da exportação da borracha se converterá no melhoramento da infraestrutura, na vida social e cultural das cidades paraenses. Sobretudo, Belém-PA, que passará a servir de modelo de urbanidade<sup>50</sup> para as cidades do interior paraense, no que se referia à forma de melhoramento e embelezamento na infraestrutura da urbe.

O desenvolvimento urbano das cidades somado ao crescimento demográfico causado pelo fluxo (i)migratório, criaram campo propício para o desenvolvimento do associativismo paraense. Isso leva-nos a pensar que na medida em que as cidades paraenses foram se urbanizando e enfrentando problemas de ordem social, típico desse processo. Também houve, simultaneamente a isso, o desenvolvimento da cultura associativa que pode ser entendida como uma (re)ação da sociedade civil que começou a criar grupos de indivíduos coletivamente organizados para agirem na resolução e/ou amenização desses problemas trazidos pelo advento da urbanização.

Neste sentido, as ações praticadas pelos homens de letras (no caso as Sociedades literárias) que eram voltadas à população, passam a ser, segundo Santiago (1998), dotadas de representações, de símbolos, de emblemas de uma

---

<sup>50</sup> Utilizamos a palavra urbanidade em dois sentidos, para fazer referência a infraestrutura urbana e no sentido de civilidade que revelam boas maneiras e respeito nos relacionamentos sociais.



prática social que as legitimam e lhes davam uma função social e reconhecimento público, desta forma estas instituições acabavam tornando-se agentes de reunião e da interação entre as diferentes partes da população urbana.

Desta forma, podemos dizer que as ações cotidianas dessas instituições associativas fizeram surgir identidades que se reforçaram pelas relações internas e pelas obrigações assumidas por seus membros; também “unem indivíduos em torno de um ideal comum, realizado através de uma prática de cooperação mútua, o que permite, em certo sentido, aproximá-las das confrarias ou das irmandades religiosas.” (SANTIAGO, 1998, p. 193).

Nota-se que na história do movimento do associativismo no Pará há, entre os diferentes grupos que o compunham, um certo vínculo institucional na forma de uma rede de relacionamentos interpessoais<sup>51</sup>, que se dava de duas maneiras: a primeira era através dos próprios membros, pois eles poderiam participar e atuar em diferentes instituições associativas; a outra se dava na forma de participação de uma agremiação no cotidiano da outra. Essas relações interpessoais foram importantes para o desenvolvimento do movimento do associativismo.

Nas fontes documentais consultadas para a pesquisa, há um grande número de referências das relações sociais que eram estabelecidas entre as várias instituições que compunham o associativismo da Província do Pará.

Por exemplo, nas fontes que tratam da Sociedade Literária 5 de Agosto encontramos vários indícios dessa rede de relacionamentos interpessoais, há inúmeros convites feitos pela Sociedade Literária 5 de Agosto para Irmandades religiosas, Sociedades literárias de outras locais, Sociedades musicais, entre outras, tudo era noticiado pela imprensa local e pelos meios de divulgação da entidade. Há, também, um grande número de agradecimentos às Sociedades que de alguma forma contribuíram através de apresentações de teatro, música, dança ou por doações financeiras.

Deste contexto podemos inferir que, no movimento do associativismo paraense havia grande interação entre as várias tipologias de instituições associativas, pois ao participarem uma do cotidiano da outra, demonstravam, de

---

<sup>51</sup> O relacionamento interpessoal implica uma relação social, ou seja, um conjunto de normas comportamentais que orientam as interações entre membros de uma sociedade. O conceito de relação social, da área da sociologia, foi estudado e desenvolvido por Max Weber. Disponível em: <https://www.significados.com.br/relacionamento-interpessoal/>. Acessado em 29/09/2020.

certo modo, que as relações sociais estabelecidas são devidas às exigências desse novo cenário urbano que se estabelecia nas cidades paraenses.

Desta forma, podemos notar o coser de uma rede de relacionamentos interpessoais que se entrelaçam em redes beneficentes, pois a partir delas que se instalaria as novas dinâmicas socioculturais adaptadas aos espaços urbanos na Província do Pará da segunda metade do século XIX.

Mas, cabe questionar: como essas redes de relacionamentos interpessoais e beneficentes se mantinham conectadas? Os canais utilizados para o estabelecimento e alimentação dessas redes de relacionamentos interpessoais e mutualistas-beneficente eram os jornais e folhetins, pois era uma prática comum entre as instituições associativas em meados do Oitocentos utilizarem esses meios de comunicação para divulgar e elogiar suas práticas.

Os jornais cobriam, por exemplo, as ações sociais, artísticas, culturais, políticas ou filantrópicas dessas instituições. Isso seria uma forma de reafirmar o “*status quo*” do período, e sugere, também, que a atuação, por parte das instituições, tenha uma significação prática no quadro urbano.

Neste cenário a imprensa jornalística teria um papel preponderante, pois traria certa publicidade às ações dessas instituições, o que poderia ser entendido como uma forma de vender a própria imagem da instituição, com objetivo de atrair mais seguidores, por exemplo. Os jornais, enquanto canais de comunicação e informação, ao noticiarem ações dessas agremiações, que aspiravam um maior reconhecimento social e de sua condição urbana, ajudaram a consolidar a cultura do associativismo no Pará.

A forma com que a cultura associativa se inseriu no meio urbano paraense não se deu de uma forma passiva, já que houve conflitos entre a cultura associativa, que trazia consigo a ideia de civilidade, que ia de encontro aos costumes, e hábitos da população do período. O que, segundo a visão dos homens de letras da época, traziam consigo a ideia de atrasado, não civilizado, inculto, de outro lado. Esse conflito é muitas vezes evidenciado nas páginas dos jornais de circulação em Vigia da década de 1870<sup>52</sup>.

As páginas dos jornais nos permitem ter uma certa ideia da cruzada civilizatória que as Sociedades literárias estavam travando nas cidades da província paraense onde se estabeleciam. Neste sentido, o que estava em jogo era a própria

---

<sup>52</sup> O assunto será abordado mais detalhadamente na Seção 3.

condição urbana e da ideia de cidade que, talvez tenhamos hoje, como sendo um lugar de civilidade, urbanidade, modernidade<sup>53</sup> e oportunidades.

Das novas práticas culturais, que faziam parte do novo viver da população urbana paraense, o ato de associar-se passou a ser o mais difundido entre as camadas menos endinheiradas da população, pois instituições como as Sociedades literárias, por exemplo, não exigiam que os indivíduos fossem financeiramente endinheirados ou tivessem uma educação privilegiada, isso permitia o acesso popular à cultura associativa que tomara conta da Província do Pará. Estas instituições eram defensoras do progresso e de hábitos civilizados. Assim, podemos supor que fazer parte desse tipo de instituição representaria uma forma de enquadramento nos novos hábitos civilizados que se disseminavam pela província paraense desde meados do século XIX.

Segundo Araújo (2011) atitudes contraditórias ao padrão civilizacional eram constantemente criticadas por instituições associativas de Vigia da década de 1870. “Atos como fumar o tabaco de corda e vestir-se de maneira inadequada aos padrões morais e sociais eram, certamente, motivos de críticas pautadas, geralmente, nos periódicos locais.” (ARAÚJO, 2011, p. 33). No ano de 1878 a Sociedade Teatral Philo-scenica<sup>54</sup> da cidade de Vigia encenou uma comédia intitulada “Os efeitos do tabaco de corda”, que criticava o hábito de consumir tabaco da população vigiense, cujo enredo foi publicado no jornal “O Espelho”, figura 6:

---

<sup>53</sup> A Modernidade tem sido tratada por vários autores em diferentes tempos e sentidos. Conduto, entendemos o conceito de modernidade no sentido concebido por Mattos (2009, p.97-98), quando considera o século XIX como palco de uma nova sociedade — a capitalista — em que seus atores viram ruir suas crenças, ideologias e tradições em favor de um tipo de vida que se organizava, construindo um novo tecido social, no qual o homem partilhava ao mesmo tempo um ambiente inovador que prometia poder, euforia, crescimento e transformação, mesmo que isso ameaçasse as estruturas vigentes.

<sup>54</sup> A Sociedade Teatral Philo-scenica foi uma instituição associativa que existiu na cidade de Vigia na década de 1870. Muitos de seus membros também eram membros da Sociedade Literária 5 de Agosto.

Figura 6 - Enredo da peça teatral: Os efeitos do tabaco de corda

—Brevemente irá à scena pela *enferma Philo-scenica*, uma comedia que está em composição denominada—*Os efeitos do tabaco de corda*,—cujo enredo è mais ou menos o seguinte:

Uma moça que limpava os dentes na *capella* com o tabaco, enchergando um dos directores

do *Espelho*, assustada, atira com o dito tabaco para dentro de casa, cabindo no quarto. Findo este susto, ella procura o seu predilecto tabaco (assim è elle conhecido), não o encontra e fica triste e quasi a chorar, attendendo a sua careza e mesmo porque ella já tinha empregado n'elle o seu amor. Passadas algumas horas, depois de rever quantos cantos havia no quarto, por fim o encontram. Ella muito alegre, entre beijos, exclama então:

“O’ meu predilecto ! tres horas que de mim te separaste ! consola este coração que te ama, que te adora ! vem, querido, dá cá uma beijôca ! Lembra-te que és o meu allivio ! o meu contentamento ! Tu és a minha vida ; finalmente, sem ti eu morreria !”

N’esta occasião os paes vem á sala, não vêem a filha e ouvem esta exclamação, no quarto, formão máo juizo, e, armados de tranca e revolver, dirigem-se para o quarto : ahí procuram a quem sua filha fallava, e o não encontraram; perguntam com quem fallava e ella diz que era com seu predilecto tabaco, explicando tudo o que tinha se dado. O pae aconselha para que deixe esse vicio máo, e finalisa o enredo com uns versos feitos pela moça, onde ella aconselha a todas as mais que abandonem para sempre os seus predilectos tabacos !

Fazemos votos para que já se represente.

Fonte: O Espelho setembro de 1878, p. 2-3

De modo geral, podemos dizer que estas instituições associativas em Vigia almejavam a constituição de uma elite progressista, civilizada e ilustrada. O que parecia ser uma meta compartilhada por várias instituições do período. Ressaltamos

seus esforços na criação, organização e administração de espaços de sociabilidade que buscavam por meio da cultura letrada: disseminar hábitos civilizados; pois, desta forma, poderiam dar possibilidades para que os indivíduos vislumbrassem mais reconhecimento e distinção social.

Neste contexto, criou-se um novo hábito na cidade de Vigia das décadas finais do século XIX, o de associar-se em torno de instituições, que seriam, pelos padrões da época, ambientes refinados e possuidores de status de intelectualidade. No caso das Sociedades literárias, o que dava legitimidade para discutir as ideias de progresso que permeavam a Província do Pará no período da Belle Époque.

Assim, a participação em um dessas instituições associativas seria uma forma de privilégio trazido com o desenvolvimento urbano, assim como era status social, no caso das Sociedades literárias ou científicas, onde seus membros eram reconhecidos como “homens ilustrados” ou “homens de letras”.

Assim, podemos dizer que o processo de urbanização, juntamente com a disseminação das ideias progresso civilizatório, ajudou a desenvolver o movimento do associativismo na província paraense da segunda metade do século XIX. Sendo a cidade de Belém-PA a que sofreu maior desenvolvimento da cultura associativa, pois as instituições buscavam principalmente atuar na resolução dos problemas de ordem sociocultural que acometiam a população belenense.

Problemas que deixavam em evidência os paradoxos do período da Belle Époque, a ilusão parisiense, onde “a elegância europeia convivia com o odor das ruas, o comércio ainda miúdo [...]” (SCHWARCZ, 1998, p. 86). Vicissitudes essas que não diferiram das encontradas na capital do Império do Brasil, Rio de Janeiro, que paradoxalmente vivia entre o progresso civilizatório e o atraso.

Não se enganem, portanto, aqueles que pensam que o Rio de Janeiro é Paris. A corte era uma ilha cercada pelo ambiente rural, por todos os lados, e a escravidão estava em qualquer parte. No fundo, a elegância europeia e calculada convivia com o odor das ruas, o comércio ainda miúdo e uma corte diminuta, e muito marcada pelas cores e costumes africanos. [...] Na ótica da corte, o mundo escravo, o mundo do trabalho, deveria ser transparente e silencioso. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da realeza - orgulhosa com seus costumes europeus - e a alta densidade de escravos é flagrante. [...] (SCHWARCZ, 1998, p. 86-111).

A citação acima parece refletir bem a realidade da capital da Província do Pará, Belém, que também almejava ser uma Paris no Norte do Brasil, mas que convivia com sérios problemas de ordem econômica e social<sup>55</sup>.

Contudo, a preocupação da elite intelectual paraense de meados do século XIX era indissociável da concepção de cidade ilustrada que vigorou na Europa ao longo do século XVIII. Desta forma, a participação em algum tipo de instituição associativa que congregava homens de letras foi uma maneira encontrada pelos indivíduos para se enquadrarem à moda progressista em vigor; pois, tais instituições tinham como objetivo “defender o *status quo* do período, isto é, um estilo de vida baseado nos padrões progressistas europeus.” (ARAÚJO, 2011, p. 29).

#### **2.4 As instituições associativas paraense da segunda metade do século XIX**

Como foi demonstrado na subseção 2.1, as pesquisas que tratam do movimento do associativismo no Brasil, buscam em sua maioria analisar a forma como as instituições associativas se organizavam, se integravam e preenchiam o tecido social. De modo geral tais pesquisas são bastante dispersas e se voltam majoritariamente sobre aquelas instituições que surgiram nas últimas décadas do Império, período que ficou conhecido, segundo Barros (1959), como a “Ilustração Brasileira”<sup>56</sup>.

Jesus (2007), após pesquisar os registros das associações beneficentes criadas na Corte a partir da segunda metade do XIX, propôs uma classificação em oito tipos, a saber: as beneficentes de caráter geral (também denominadas mutualistas gerais); beneficentes de ofício; beneficentes de classe (agregam várias profissões, como, por exemplo, associações de alfaiates, pedreiros, estivadores...); beneficentes de libertos; beneficentes de imigrantes e/ou comemorativas; beneficentes regionais; beneficentes filantrópicas; beneficentes de empresários e comerciantes. O que aprendemos da classificação feita por Jesus (2007) é que existe uma grande complexidade que envolve o movimento associativismo no Brasil do século XIX.

---

<sup>55</sup> Também era essa a realidade de várias cidades do interior paraense, como Vigia. O debate sobre as consequências do processo de urbanização da cidade Vigia nas décadas finais do século XIX será aprofundado na Seção 3.

<sup>56</sup> Roque Spencer Maciel de Barros faz uma análise da história das ideias nas duas últimas décadas do século XIX (1870 a 1889). Para o autor as últimas décadas do XIX tiveram para o Brasil um papel semelhante ao do Iluminismo na Europa do século XVIII.

No Pará, buscar uma lógica que possa dar conta da grande diversidade de instituições associativas que coexistiram é difícil, pois as fontes estão dispersas, deterioradas e muitas vezes inacessíveis. Assim, buscamos esboçar um quadro geral do associativismo que se estabeleceu no Pará, a partir da segunda metade do século XIX, cujos registros encontram-se nos fundos do Arquivo Público do Estado do Pará.

Na documentação, encontramos um total aproximado 21 (vinte e um) registros sobre as instituições associativas paraenses, agrupados em 02 (duas) caixas<sup>57</sup>, contendo documentos relativos às instituições associativas existentes na Província do Pará entre os anos de 1860 – 1879. Continha prestações de contas, ofícios diversos, atas de reuniões, estatutos, balanços financeiros, listas de sócios, recortes de jornal, recibos de pagamentos, entre outras documentações.

Através dos registros encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará, foi possível fazer o quadro 3:

Quadro 3 - Nome das Sociedades encontradas na documentação

1-Real Sociedade Portuguesa Beneficente
2- Sociedade de Beneficência União Paraense
3- Associação Dramática Particular
4- Sociedade Artística Paraense
5- Sociedade de Beneficência Tipográfica
6- Associação de Praticagem do Amazonas do Pará
7- Clube Popular Beneficente
8- Sociedade Filantrópica de Emancipação dos Escravos
9- Sociedade Beneficente Harmonia e Fraternidade
10- Associação Promotora da Instrução
11- Gabinete Literário Cametaense
12- Sociedade Literária Esperança
13- Sociedade Literária Cinco de Agosto
14- Grêmio Literário Português
15- Sociedade Palestra Literária
16- Gabinete Literário Marapaniense
17- Gabinete Cearense de Leitura
18- Sociedade Literária Odivelense
19- Sociedade Literária Clube Santista
20- Sociedade Parthenon Literário
21- Sociedade Literária Club Científico

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do trabalho (2021).

<sup>57</sup> Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

Também encontramos registros de instituições associativas nas Coleções de Leis da Província do Pará<sup>58</sup> que estavam disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Pará. O quadro 4 traz os nomes das instituições associativas encontradas:

Quadro 4 - Coleção de Leis da Província, Arquivo Público do Estado do Pará (CLP/APEP)

Nome	Fonte: Coleção de Leis da Província do Gram-Pará
1- Sociedade Quinze de Agosto	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLII – 1880 – parte 2 <sup>a</sup>
2- Club Tenreiro Aranha	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLIII – 1881 – parte 2 <sup>a</sup>
3- Gremio Literário Obidense	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLIII – 1881 – parte 2 <sup>a</sup>
4- Sociedade Beneficente dos Sapateiros	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLIII – 1881 – parte 2 <sup>a</sup>
5- Associação Internacional de Socorros Mutuos	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLVI – 1882 – parte 2 <sup>a</sup>
6- Sociedade Beneficente Artística dos Pedreiros e Carpiteiros	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLVI – 1882 – parte 2 <sup>a</sup>
7- Sociedade Beneficente protetora dos Caixeiros	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLVI – 1882 – parte 2 <sup>a</sup>
8- Club Abolicuonista Patroni	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLVI – 1882 – parte 2 <sup>a</sup>
9- Club Batista Campos	Actos do Gov. da Prov. do Gram-Pará TOMO XLVI – 1882 – parte 2 <sup>a</sup>

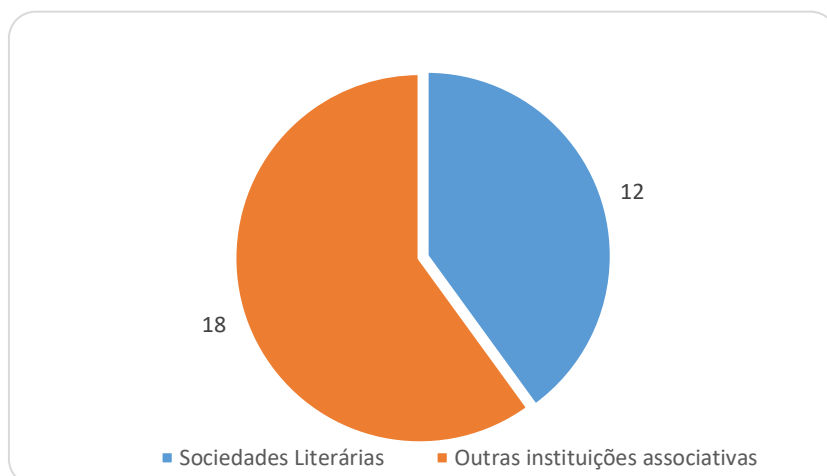
Fonte: Quadro elaborado pelo autor do trabalho (2021)

Se somarmos os registros das instituições associativas encontradas no Fundo da Secretaria da Presidência da Província com os registros encontrados nos volumes que compõem a Coleção de Leis da Província do Pará, como resultado temos cerca de 30 (trinta), registros, deste total, 12 (doze) que corresponde a 36% (trinta e seis por cento do total) são Sociedades literárias, sendo aquelas que tiveram o maior destaque na documentação.

<sup>58</sup> Os volumes que compõem a **Coleção de Leis da Província do Gram-Pará**, que estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Pará, encontram-se incompletos, o que deixou nossa pesquisa inacabada.



Gráfico 1 - Registros de Sociedades existentes na Província do Pará (1861-1879).



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor (2021)

Os dados do gráfico mostram um total de 12 (doze) registros de Sociedades literárias paraenses; apenas 01 (uma), a Sociedade Parthenon Literário não era paraense, mas sim da cidade de Porto Alegre capital do estado do Rio Grande do Sul<sup>59</sup>. Com isso temos um total de 29 (vinte e nove) instituições associativas.

Também destacamos que as 18 (dezoito) instituições associativas encontradas na documentação encontravam-se instituições de socorro que mantinham hospitais, também havia documentação referente a Sociedades abolicionistas, instrutivas, dramáticas e mutualista formadas por trabalhadores livres.

Na Província do Pará, o associativismo constituiu-se em um movimento bastante representativo ao longo da segunda metade do século XIX, tendo o seu apogeu a partir da década de 1870, devido ao grande número de instituições associativas que surgiram na capital e em várias cidades interioranas neste período<sup>60</sup>. Os possíveis motivos para esse crescimento seriam: o desenvolvimento econômico e urbano da região paraense que foi impulsionado pelo comércio da borracha, a migração e o retorno de paraenses educados na Europa. Sobre o retorno de paraenses que teriam ido estudar na Europa, Salles (1992), sugere que foi um importante fator para o desenvolvimento sociocultural do Pará da segunda metade do século XIX.

<sup>59</sup> A Sociedade Parthenon Literário não era paraense, e sim da cidade de Porto Alegre/RS. Ela frequentemente mandava ofícios aos presidentes da Província do Pará solicitando doações de livros para sua biblioteca.

<sup>60</sup> Viscardi (2008) que fez um balanço sobre o associativismo no Rio de Janeiro republicano, também aponta que as Sociedades Mutuais do Rio de Janeiro disseminaram-se entre 1870 e 1899.

O movimento do associativismo que se disseminou pela Província do Pará a partir da segunda metade do século XIX se mostrava principalmente na forma de Sociedades beneficentes<sup>61</sup>, mutualistas e literárias, uma vez que eram as formas associativas que mais representavam os anseios socioculturais, ideológicos, financeiros e intelectuais de trabalhadores comuns como: operários, sapateiros, pedreiros, entre outros; indivíduos que buscavam a proteção financeira em momentos de desemprego, ou doença como no caso das associações mutualistas compostas por trabalhadores braçais. No caso das Sociedades literárias, os indivíduos que compunham esses espaços buscavam atrativos com acesso à cultura escrita e à instrução, por exemplo.

Após realizarmos o levando sobre a situação do associativismo no Pará de meados do Oitocentos, delimitamos o campo de investigação apenas a um tipo específico de instituição que fazia parte de um universo diversificado, complexo e sofisticado a que estava imerso o movimento do associativismo paraense, as Sociedades literárias.

## 2.5 O ideário iluminista da província paraense e a disseminação de Sociedades literárias

Ao investigar o movimento associativo no Pará nas décadas finais do século XIX, notamos que houve uma tendência de criação de instituições associativas do tipo literária. Elas perfazem 36% (trinta e seis por cento do total) das instituições associativas existentes no Pará, seguida pelas instituições associativas beneficentes do tipo mutualista coordenadas por trabalhadores livres<sup>62</sup>.

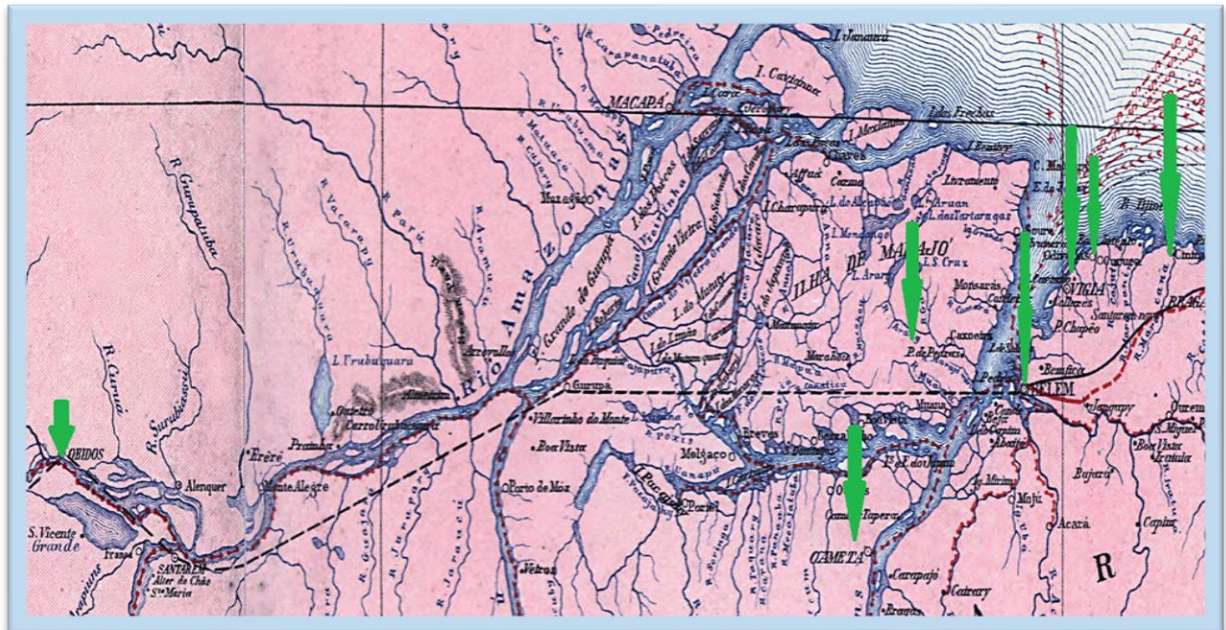
---

<sup>61</sup> Salles (1992), realizou um levantamento sobre as instituições associativas paraenses da segunda metade do século XIX, cita vários exemplos de sociedades beneficentes: Sociedade Beneficente Artística Paraense fundada por um grupo de operários em 1865; a Sociedade Beneficente União Paraense criada em 1868 e dissolvida em 1881; a Sociedade Beneficente 2 de Dezembro, fundada em 12.01.1871; o Club Beneficente Popular (1873); a Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense (1878); a Sociedade Artística Beneficente dos sapateiros que teve os estatutos publicado no *O Liberal do Pará* em 1881; a Associação internacional de Socorros Mútuos, beneficente e assistencialista; a Sociedade Beneficente 28 de Setembro (1872) organizada pelos catraieiros do porto de Belém e a Sociedade Beneficente dos pedreiros e carpinas, de 1883. Sobre o assunto: SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará**. Belém: CEJUP, 1992 (coleção amazoniana) pp.160-161.

<sup>62</sup> Considerando apenas os documentos encontrados no Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades e a Coleção de Leis da Província do Gram-Pará (1880-1882). Contudo, frisamos a necessidade de explorar outras fontes documentais, mas não há, no próprio Arquivo Público, uma seleção de documentos que tratam especificamente das instituições que compunham o

Na figura 7, podemos ter uma ideia de como estavam distribuídas as Sociedades literárias pelo território paraense. As setas verdes indicam as cidades paraenses com Sociedades literárias, a saber: Cametá, Ponta de Pedras, São Caetano de Odivelas, Cintra (hoje município de Marapanim), Vigia, Óbidos e Belém

Figura 7 - Mapa do Estado do Pará de 1892.



Fonte: Estives (2020), modificado pelo autor da tese, 2022.

No quadro 5, estão os nomes das cidades e o ano correspondente à documentação da instituição<sup>63</sup>.

Quadro 5 - Sociedades literárias da Província do Pará (1866 –1882)

Nome	Cidade	Ano <sup>64</sup>
Sociedade Club Literário Científico	Belém	1866
Grêmio Litterario Portugues do Pará	Belém	1867
Gabinete Literário Cametaense	Cametá	1870
Sociedade Literária 5 de Agosto	Vigia	1871
Sociedade Palestra Literária	Ponta de Pedras	1877

movimento do associativismo paraense do século XIX, salvo as duas caixas de documentos exploradas aqui. Assim fica a cargo do pesquisador juntar os fragmentos dessa história.

<sup>63</sup> Das Sociedades literárias listadas no Quadro 5 apenas duas ainda continuam a existir: A Sociedade Literária 5 de Agosto da cidade de Vigia- PA e o Grêmio Literário Português da cidade de Belém-PA.

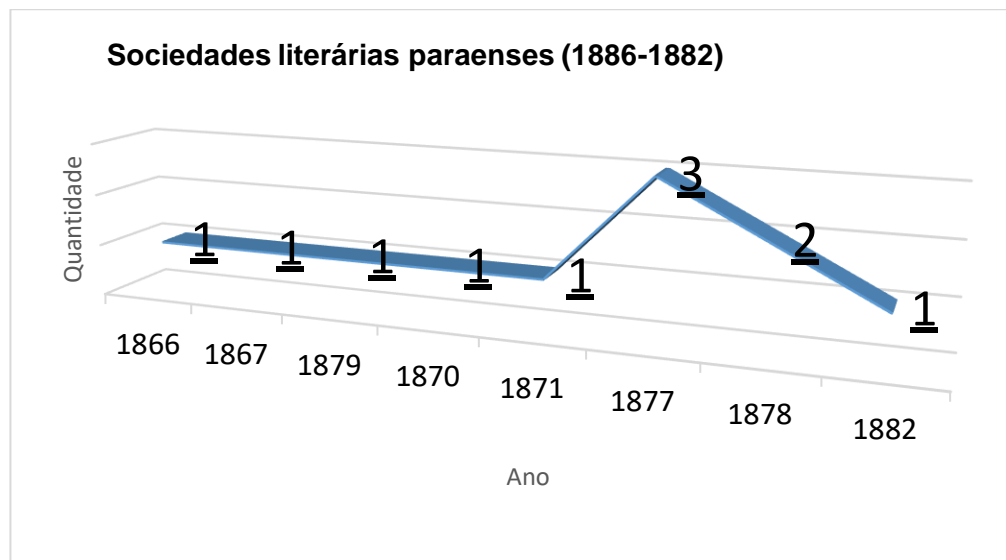
<sup>64</sup> Possivelmente o ano da documentação corresponda ao ano de fundação da agremiação, pois as Sociedades costumavam mandar sua documentação de fundação como parte do processo de reconhecimento legal que eram submetidas, conforme as leis de regulamentação que vigoravam na época, que eram as disposições da Lei n.1.083, de 22 de agosto de 1860 e do Decreto n. 2.711, de 19 de dezembro de 1860.

Gabinete Literário Marapaniense	Marapanim	1877
Gabinete Cearense de Leitura	Belém	1877
Sociedade Literária Clube Santista	Belém	1878
Sociedade Litteraria Odivellense	São Caetano de Odivelas	1878
Sociedade Literária Esperança	Belém	1878
Gremio Litterário Obidense	Óbidos	1882

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2021)

Tomando por base o quadro 5, percebemos que as Sociedades literárias começaram a surgir a partir do ano 1866 na capital do Pará, Belém, no entanto, a maioria foi criada no decorrer da década de 1870. O gráfico 2 ilustra esse dado.

Gráfico 2 - Ano de fundação e quantidades de Sociedades literárias do Pará (1886-1878)



Fonte: Gráfico elaborada pelo autor (2021)

No gráfico (Gráfico 2), observamos que houve a partir da década de 1870 um aumento significativo do número de Sociedades literárias na província paraense.

As Sociedades literárias no Pará poderiam ter outras nomenclaturas, a saber: Grêmios Literários, Clubes Literários, Gabinetes de Leitura, podendo ou não ter o qualificativo como: “beneficente”, “filantrópico”, “religioso” em seus nomes, também eram de natureza diferente das Sociedades beneficentes mutualistas e filantrópicas, já que não possuíam expressamente a obrigação de recolhimento de fundos destinados à proteção e ao socorro mútuo, nem a concessão de ajuda financeira aos seus membros, no entanto não deixavam de exercer ações beneficentes pontuais aos seus associados e aos necessitados.

Uma das primeiras Sociedades literárias a surgir no Pará foi criada por imigrantes portugueses: o Grêmio Literário Português, que tinha entre seus fins cultivar a cultura de Portugal, sobretudo a literária, assim como previa o socorro de seus membros, em sua maioria cidadãos portugueses que viviam no Pará.

De modo geral, as instituições de associativas de portugueses criadas no Brasil, funcionavam como um meio para os imigrantes portugueses superarem as situações difíceis que se deparavam quando chegavam ao Brasil, mas também funcionavam como espaço de sociabilidade, ilustração, civilidade, de fortalecimento e conservação de suas identidades étnicas e culturais<sup>65</sup>.

As Sociedades literárias que foram criadas por brasileiros natos na Província do Pará da segunda metade do século XIX, com base nas informações contidas nas fontes, constatamos a existência de algumas características comuns entre elas, como:

- a) apresentavam-se como Sociedades beneficentes com características mutualistas-beneficentes, que buscavam socorrer seus membros e também a não membros;
- b) dedicavam-se à realização de ações educativas, criação de escolas noturnas e externatos, onde as aulas eram oferecidas gratuitamente à população;
- c) buscavam fomentar a cultura letrada nos lugares onde se estabeleciam, por meio da criação de biblioteca e a publicação de periódicos;
- d) participavam ativamente da vida sociocultural das cidades paraenses onde se estabeleciam, participando da organização de eventos cívicos, religiosos e artísticos culturais;
- e) tinham como meta a formação de uma sociedade mais ilustrada, visto que acreditavam estarem contribuindo para o progresso civilizatório da Província do Pará.

São essas as principais características que compunham essas instituições associativas, e que as levaram a obter significativa representatividade em várias cidades da província ao longo da segunda metade do século XIX. De certo,

---

<sup>65</sup> Por apresentar características específicas que envolvem certas especificidades da cultura de Portugal, resolvemos deixar isolado o Grêmio Literário Português, no entanto não quer dizer que ele não apresente as mesmas características das Sociedades literárias que eram criadas por brasileiros natos. É apenas uma maneira que encontramos para traçar um perfil mais uniforme possível das Sociedades literárias que estávamos espelhadas pela província paraense.

atendiam anseios que variavam do socorro material, aos anseios sociocultural e educacional da população paraense do período.

Em suma, na Seção 2, teve como foco a análise do movimento do associativismo no Pará. No entanto, devido à dispersão e deterioramento das fontes, fez-se necessário um aprofundamento da pesquisa historiográfica que trata do movimento do associativismo na província paraense.

Na Seção 3, passamos a analisar o objeto de estudo dessa tese, a Sociedade Literária 5 de Agosto.

### **3 UM RECANTO INTELECTUAL NA CIDADE DE VIGIA, A SOCIEDADE LITERÁRIA 5 DE AGOSTO**

Na Seção 3 analisa-se como se deu a criação da Sociedade Literária 5 de Agosto. Para tal, partiu-se do entendimento da atuação dos homens de letras na organização e disseminação de instituições associativas nas décadas finais do século XIX na Província do Pará, tendo como foco a cidade de Vigia- PA.

Realizou-se também um levantamento historiográfico da situação sociocultural de Vigia da década de 1870. Assim como, a explanação de alguns pontos do objeto de análise - a Sociedade Literária 5 de Agosto -, a saber: a sede social da instituição; o estatuto que data do ano de 1882. Além disso, compreende-se a importância dos jornais e da biblioteca da Sociedade Literária 5 de agosto, que eram utilizados pelos os homens de letras como canais difusores dos ideais civilizatórios e educativos da instituição.

#### **3.1 Os homens de letras na Província do Pará: cientificismo, associativismo e beneficência**

Em 1938, numa sessão solene da Sociedade Literária 5 de Agosto, o membro José Furtado Belém J. fez um discurso em defesa do associativismo como instrumento de progresso das nações.

[...] No decorrer dos séculos tem sido espantoso o progresso da ciência: no domínio da Química vamos encontrar uma solução extraordinária, a chamada solução-mater. Fragmentamos um cristal em partes inúmeras e depois deitamo-las na mencionada solução que, pelo seu estranho poder gerador, congrega as partículas dispersas, dando a seguir um cristal, que não é outro senão o primitivo. [...] Somos as partículas; aqui estamos reunidos. [...] Congreguemo-nos todos debaixo de um único ideal. Somente unidos conseguiremos alcançar a meta que sonhamos, pois, “só a união faz a força”. (Jornal, O Cinco de Agosto, Vigia, 1938, p.1)

O membro da Sociedade Literária 5 de Agosto, que proferiu o discurso acima, para justificar sua defesa em prol do associativismo, apesar ter sido pronunciado no final da década de 1930, valia-se de uma erudição típica dos chamados homens de letras da década de 1870, pois reportava-se às inúmeras conquistas realizadas pelas ciências para fundamentar suas ideias e ideais.

Este tipo de postura seria marcante nos discursos dos homens de letras que atuaram na disseminação e organização das Sociedades literárias da Província do Pará da segunda metade do século XIX.

De modo geral, as instituições associativas que congregavam homens de letras no Pará, se constituíram em ambientes de intelectualidade que se apoiavam em uma rede beneficente<sup>66</sup>, que era responsável pela efetivação de suas ações, tais como: a criação de bibliotecas, a organização de eventos socioculturais e o oferecimento de aulas gratuitas à população. Também constatamos, ao analisarmos a documentação referente às instituições associativas, cuja posse está com o Arquivo Público do Estado do Pará, que eram frequentes ações de cunho humanitário, como, por exemplo, as campanhas de arrecadação de dinheiro que eram organizadas no âmbito dessas instituições.

Podemos dizer que as ações beneficentes, tanto no sentido mutualista quanto filantrópico, foram as que mais revelariam e que definiriam, perante à esfera social e o poder público provincial, a utilidade dessas instituições na Província do Pará. Tornando-as influentes instituições no cotidiano das cidades paraenses a partir da segunda metade do século XIX, onde as ações dessas instituições muitas vezes supriam a própria obnubilação do Estado.

Sobre as ações exercidas por instituições associativas na Província do Pará, a da beneficência num sentido mutualista-filantrópico fora uma das ações que mais davam visibilidade a estas instituições. Podemos ver evidências dessa prática nos ofícios que eram enviados pelas Sociedades literárias aos Presidentes da Província. A beneficência se constituiu em uma prática tão fundamental para a vida dessas instituições, que grande parte dos seus recursos financeiros eram destinados às benesses, ações de cunho mutualista e/ou filantrópico.

Antes de buscar os porquês dessas ações beneficentes fazerem-se presentes nos objetivos das instituições associativas, precisamos entender seus idealizadores, indivíduos responsáveis em organizar e disseminar esse tipo de instituição na Província do Pará da segunda metade do século XIX, que foram capazes de fazer das letras, fonte de engrandecimento intelectual e de enobrecimento humano. Mas quem eram esses indivíduos? O que faziam? O que queriam ao associarem-se e criarem espaços de sociabilidade? Que era ser um homem de letras no Brasil do século XIX?

Sérgio Buarque de Holanda na obra “Raízes do Brasil”, faz uma reflexão ensaística sobre o perfil do intelectual brasileiro das décadas finais do século XIX.

---

<sup>66</sup> A rede de beneficência seria o equivalente a um grupo de indivíduos que atuariam tanto com ajuda financeira quanto atuando em ações que buscavam socorrer os necessitados.



Que seria um ser com caráter pouco afeito às divergências de ideias, ao raciocínio, ao debate crítico e ao esforço da produção de conhecimento intelectual e científico original. E associa este caráter ao suposto predomínio de relações personalistas, como se o brasileiro sempre se esquivasse de tudo o que pudesse contrariar seu círculo de amizades. Isso era evidente no interior dos institutos, academias e demais espaços de sociabilidade de caráter científico-literário no Brasil do século XIX. Sua interpretação resultou numa espécie de “mito” do comportamento social do intelectual brasileiro.

O prestígio do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação intelectual. Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as ideias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria. (HOLANDA, 1995, p. 158).

Para Holanda (1995), os homens de letras do Brasil, mesmo quando se dedicavam às coisas práticas, eram apenas puros homens de palavras e livros. Nessa lógica de raciocínio e relacionando com o objeto de pesquisa desta tese; o mundo idealizado pelos homens de letras que compunham as Sociedades literárias, quando confrontado com a realidade da Província do Pará de meados do século XIX, parecia não possuir conexão com a realidade prática, é como se esses indivíduos estivessem constantemente desconectados do mundo em que habitavam, almejando “recriar um mundo mais dócil aos seus desejos ou devaneios.” (HOLANDA, 1995, p. 163).

Mas que era ser um homem de letras? Homem de letras é um termo genérico utilizado para designar aqueles sujeitos que buscavam exprimir através das linguagens artísticas, das ciências e por meio das práticas associativas as novas realidades socioculturais, políticas e urbanas que o Brasil estava vivendo a partir da segunda metade do século XIX. O que queriam? Queriam a todo custo participar do processo de construção da nova nação brasileira, que ora se anunciava. Para tal buscavam se fundamentar no modelo de civilização europeu que carregava em si o *slogan* de moderno e de progresso; também acreditavam que a educação seria a ferramenta ideal para alcançar seus objetivos.

Quem eram estes sujeitos? Eram em sua maioria funcionários públicos, profissionais liberais, que, coadunam com ideias de progresso, civilidade e sociabilidade. Como se faziam ouvir? Por meio da imprensa jornalística, da literatura,

de suas instituições associativas, tais como as Sociedades literárias, científicas, instrutivas, musicais, entre outras. Também se faziam ouvir pela participação na vida cultural, política e social das cidades onde atuavam. O que almejavam? A possibilidade de ascender na carreira pública, ou ter reconhecimento social, ou queriam a todo custo se enquadrar ao novo viver urbano e contribuir para civilizar o povo “rude” que carecia de ilustração.

Segundo Vicente (2012), há na historiografia brasileira um consenso de que o incentivo à promoção de maior instrução à sociedade sobre conhecimentos ligados ao campo científico e às letras em geral, configurava um ponto crucial do discurso daqueles sujeitos históricos engajados na missão de ilustrar e civilizar o país. Esses homens de letras criaram para si suas próprias instituições associativas, as Sociedades literárias são apenas um exemplo, para de forma coletiva coordenarem suas ações, entre elas estavam a prática da beneficência (num sentido mutualista e/ou filantrópico), a criação de espaços de acesso ao saber, como as bibliotecas e escolas noturnas, por exemplo.

Para Fonseca (2010), as Sociedades de beneficência no Brasil, de modo geral, eram instituições filantrópicas, “destinadas à realização de atos de caridade para com pessoas necessitadas.” (FONSECA, 2010, p. 150). Outra característica desse tipo de instituição era oferecer aos seus membros certos benefícios que já estavam preestabelecidos nos seus estatutos, como, por exemplo, auxílio financeiro em caso de doença e invalidez. Porém, no caso das Sociedades literárias elas ofereciam benesses que iam além de ajuda financeira, ofereciam meios que levariam ao progresso ilustrativo dos seus membros.

Viscardi (2008), ao analisar os estatutos das associações portuguesas estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro durante a segunda metade do Oitocentos, revelou que “beneficência”, “mutualismo” e “filantropia” compunham categorias fluidas, portanto, indiferenciadas para os próprios contemporâneos. Desse modo havia dificuldades até para o Estado Imperial classificar e caracterizar a grande diversidade de agremiações do período. Isso era devido à dificuldade de definir com precisão as categorias “beneficência”, “mutualismo” e “filantropia”, termos que geralmente eram utilizados para definir os fins das instituições associativas da época.

Contudo, no Pará, as Sociedades literárias se auto intitulavam beneficentes<sup>67</sup>. Em alguns casos o termo - beneficente – poderia vir escrito ao próprio nome de fundação da instituição como no caso da Sociedade Literária e Beneficente 5 de Agosto, por exemplo. Em outros casos o termo poderia aparecer em seus estatutos como um dos seus objetivos<sup>68</sup>.

Nesta pesquisa optamos em classificar as Sociedades beneficentes paraenses cuja documentação encontra-se no Arquivo Público do Estado em dois tipos: as **Sociedades beneficentes mutualistas** que previam apenas o socorro de seus membros com seus dependentes; e as **Sociedades beneficentes mutualistas-filantrópicas** que previam o socorro de seus membros, mas também o de não membros (pessoas que seriam estranhas à Sociedade). Para uma análise mais especificamente exemplificada, optamos em analisar dois casos de Sociedades beneficentes que se estabeleceram na Província do Pará da segunda metade do século XIX.

O primeiro exemplo é o da Sociedade Beneficente Artística Paraense da cidade de Belém-PA, criada prevendo apenas o socorro de seus membros com seus dependentes, não estendendo suas ações beneficentes a pessoas estranhas à instituição. Devido suas ações beneficentes restritas, ela se caracteriza, de acordo com a classificação proposta, como uma **Sociedade beneficente mutualista**.

O segundo exemplo é o da Sociedade Literária e Beneficente 5 de Agosto, que buscava socorrer, por meio de suas ações de beneficência, seus membros e dependentes, mas também previa o socorro de não membros. Devido a essa dupla ação, optamos em classificá-la como uma **Sociedade beneficente mutualista-filantrópica**.

Inferimos que quando uma instituição associativa se autodeclarava “Sociedade beneficente” e/ou “Sociedade de beneficência”, queria parecer perante as autoridades do Estado e à sociedade em geral, como instituição cujo fim seria a distribuição de algum tipo de bem-estar. Ao analisarmos os estatutos de algumas dessas Sociedades, constatamos que o termo “beneficência” não se restringe ao socorro multo, havia, pois, explícita alusão a outras práticas como a instrução, que

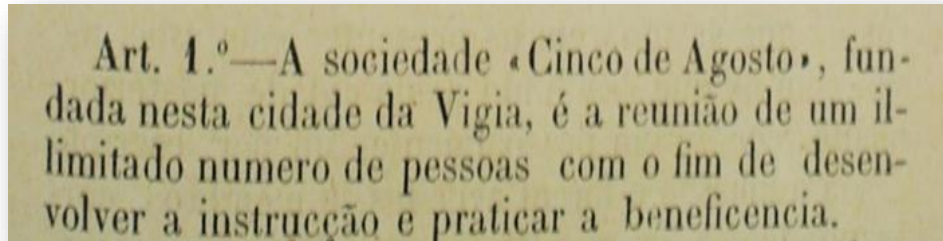
---

<sup>67</sup> Ao se apresentarem como Sociedades beneficentes, as Sociedades literárias almejavam serem reconhecidas, perante as autoridades do Estado e à população de modo geral, como instituições que distribuíam algum tipo de bem-estar, num sentido mutualista e/ou filantrópico.

<sup>68</sup> Na Seção 4, exploramos as práticas beneficentes das Sociedades literárias paraenses.

se constituía enquanto ação beneficente, num sentido filantrópico<sup>69</sup>. Constatamos essa alusão no Artigo 1º do estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto, o qual estabelecia como fins da instituição:

Figura 8 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto

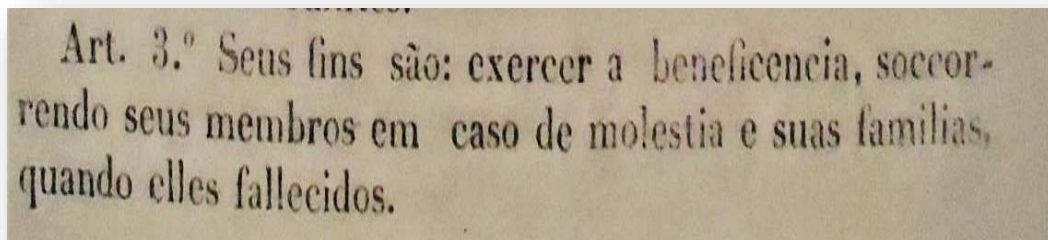


Art. 1.º—A sociedade «Cinco de Agosto», fundada nesta cidade da Vigia, é a reunião de um ilimitado numero de pessoas com o fim de desenvolver a instrucção e praticar a beneficencia.

Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

O mesmo não podemos observar na Sociedade Beneficente Artística Paraense, pois ao declarar-se como Sociedade Beneficente, esperava ser reconhecida, pela sociedade de modo geral, como instituição cujo fim seria a distribuição de algum tipo de benesse, mas de forma restrita, apenas a seus membros. Neste caso a beneficência não se configurava com uma ação filantrópica. Assim, lemos no estatuto da Sociedade: Art. 3º:

Figura 9 - Estatuto da Sociedade Artistica Paraense



Art. 3.º Seus fins são: exercer a beneficencia, soccorrendo seus membros em caso de molestia e suas familias, quando elles fallecidos.

Fonte: Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: officios, caixa 249 (1861 – 1869) – officios de diversas sociedades. APEP.

No caso da Sociedade Beneficente Artística Paraense, a sua prioridade era o socorro mútuo entre seus associados, suas ações não se desdobravam para outras

<sup>69</sup> Em Sociedades literárias acreditamos que o oferecimento de aulas gratuitas à população dos lugares onde se instalavam, poderia ser uma forma de prática filantrópica. Também acreditamos que a própria biblioteca enquanto espaço de fomento da cultura escrita e onde os livros e periódicos poderiam ser acessados pela população, poderia se configurar como uma prática filantrópica.

áreas e/ou outros fins como a instrução, a caridade, ou a filantropia. O exemplo da Sociedade torna perceptível que, embora carregasse em seu estatuto e em seu nome de fundação o termo “beneficente”, suas ações configuram-se como mutualistas, que previam apenas o socorro de seus membros.

No caso Sociedade Literária 5 de Agosto o termo “beneficente” pode ser interpretado em dois sentidos: o primeiro quer dizer a prática de ajuda mútua, que se refere ao socorro de seus próprios membros; o segundo sentido seria o de prática filantrópica, que seria voltada para pessoas estranhas à Sociedade<sup>70</sup>. Mas também a beneficência se desdobrava para além do socorro mutualista e/ou filantrópico, havia outras finalidades como a ilustração por meio do acesso à cultura escrita e instrução. Assim podemos ler no Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto:

Art. 2º – [...] Ella procurará ter um externato com aulas gratuitas para os alunos, conservar uma biblioteca[...]; e tratará de socorrer, conforme suas circunstâncias, não só seus membros, como as pessoas a ele extranhas nas ocasiões de reconhecida necessidade.

Os próprios objetivos da Sociedade Literária 5 de Agosto já previam que a prática da beneficência enquanto prática mutualista seria secundária, o que estava consoante com Art. 2º de seu estatuto, quando afirma que tratará de socorrer, não só seus membros, como as pessoas a ela estranhas à instituição.

Podemos dizer que, na prática, a beneficência num sentido mutualista, se dava de forma pontual - em caso de necessidade comprovada do membro -, mas não era restrita aos seus membros e seus dependentes; pois, estendia suas ações a pessoas não pertencentes a seu quadro de sócios da instituição. Logo, caracteriza-se como uma prática filantrópica. Algo que não encontramos, por exemplo, na Sociedade Beneficente Artística Paraense - onde suas ações de beneficência alcançavam apenas os seus membros com seus dependentes.

Mas, para sustentar suas ações de beneficência, tanto a Sociedade Literária 5 de Agosto quanto a Sociedade Beneficente Artística Paraense dependiam de recursos financeiros. Assim, o pagamento de mensalidades era uma das obrigações dos membros que, em contrapartida, tinham o direito de usufruir de certos benefícios previstos em estatuto, as benesses. Eram obrigações dos membros efetivos.

Desse modo, lemos no estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto:

---

<sup>70</sup> Apesar de não se declarar como instituição filantrópica, a Sociedade Literária 5 de Agosto tinha grande interesse em desenvolver ações neste sentido.

Figura 10 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto<sup>71</sup>

Art. 9.º—Os membros effectivos são obrigados:  
 § 1.º A pagar a joia de 2\$ de entrada e 500 réis de mensalidade, que serão contados da data em que foram approvados estes estatutos e cobradas mensalmente.

Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

De forma geral, as Sociedades literárias procuravam transformar suas ações de beneficência em atos de filantropia. Ao analisar alguns balanços financeiros da Sociedade Literária 5 de Agosto encontramos indícios que revelaram a doação de dinheiro para a caridade. Esses recursos eram parte do pagamento da mensalidade dos membros e de doações de terceiros. A partir destas fontes, percebemos que a prática da beneficência num sentido filantrópico em Sociedades literárias, mostravam-se na forma de ações de solidariedade, de caridade.

As ações filantrópicas das Sociedades literárias paraenses foram ocasionadas por situações sociais regionais ou de repercussão nacional, como, por exemplo, a seca que no ano de 1877 desolava as províncias nordestinas do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Segundo Soeiro (2012), esta campanha humanitária sensibilizou várias Sociedades literárias da Província do Pará. A “Santa Cruzada” - como a diretoria do Gabinete Literário Cametaense se referiu a essa campanha - motivou a realização de uma campanha de arrecadação de recursos financeiros, cujas somas arrecadadas foram doadas para as vítimas da seca do Nordeste brasileiro.

Em ofício encaminhado pela Sociedade Literária 5 de Agosto ao presidente da Província do Pará no 1877, demonstra a participação da instituição na campanha humanitária que visava contribuindo com dinheiro para as vítimas da seca do Nordeste, assim diz o documento:

Sala das sessões da Sociedade “Cinco de Agosto”, 25 de junho de 1877.

<sup>71</sup> **1 (um) Mirréis (Mil Réis)** equivale hoje a R \$123,00. Esse é um valor hipotético, pois na época, o padrão monetário era outro, o padrão ouro “que foi um sistema monetário que regeu a economia mundial do século 19 à Primeira Guerra Mundial, antes da formação da **globalização**”. Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/padrao-ouro/>. Acessado em: 12/12/2021.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Chegando ao conhecimento da Sociedade religiosa e beneficente “Cinco de Agosto” a desagradável notícia da triste situação em que se acham os nossos infelizes compatriotas do Ceara, Rio Grande do Norte e Parahyba, era impossível que ella deixasse a occasião para exercer um dos principaes fins – a caridade -; por isso em sessão de 10 do corrente, resolveu encarregar a sua Comissão de socorros – de promover uma subscrição em favor d’ aquellas pobres victimas do terrivel flagello da secca assignando logo ella mesma uma quantia compativel com as suas circumstancia. Tendo-se lhe associado, de accordo com a sociedade de Illustrissimo Snr<sup>o</sup> Dr. Juiz Municipal, passou immediatamente a Commisão o desempenhar-se do seu nobilissimo encargo, havendo já remettido á mesma sociedade a quantia de trezentos e sessenta e cinco mil reis (365\$) que ella por sua vez envia a V.Ex<sup>a</sup>, pelo snr<sup>o</sup> Antonio Joaquim de Miranda Gama, um dos membros da supradita commissão, a fim de dar-lhe o conveniente destino<sup>72</sup>.

A análise dos documentos que tratam das finanças das Sociedades literárias paraenses (balancetes, prestações de contas, recibos) nos fornece indícios que nos ajudam na reconstrução do universo do associativismo no Pará da segunda metade do século XIX. Nas fontes vê-se que havia um esforço financeiro por parte das agremiações com a prática da filantropia.

Segundo Viscardi (2008), o século XIX, fora marcado por mudanças de postura com relação à pobreza, que passou a ser vista não como uma virtude, mas como um mal que deveria ser superado. Para tal foram traçadas várias estratégias voltadas para a sua superação e/ou amenização. Assim, as ditas Sociedades beneficentes tiveram papel fundamental na prestação de auxílio aos necessitados, por meio da realização de ações, tais como: doação de dinheiro, roupas, remédios, bem como construindo hospitais, hospícios, albergues, orfanatos, por exemplo.

No caso das Sociedades literárias paraenses havia a doação de dinheiro aos necessitados (como no caso das doações às vítimas da seca do Nordeste), no entanto, o que chama atenção é o oferecimento de aulas gratuitas, a criação de bibliotecas como estratégia para amenizar a falta de uma política de acesso à cultura escrita nas cidades do interior da Província do Pará, por exemplo.

Contudo, se olharmos para o conjunto documental que trata especificamente das Sociedades literárias, que surgiram em diferentes cidades da Província do Pará a partir da segunda metade do século XIX, perceberemos que há certas similaridades entre as ações beneficentes dessas instituições. Nos ofícios encaminhados às autoridades provinciais, por exemplo, notamos que as ações

<sup>72</sup> Subscrição promovida pelos membros da “Comissão de socorros” da sociedade “Cinco de Agosto” de accordo com o Illustrissimo Senr<sup>o</sup> Doutor Juiz Municipal da mesma, em beneficio das victimas da secca no Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades. APEP.

beneficentes eram correntes, e tinham o intuito de minimizar os problemas de ordem social que acometiam a população paraense ou de outros estados brasileiros. Assim, a beneficência enquanto prática filantrópica e/ou prática de socorro mútuo era um dos fatores que nos permitem compreender a utilidade pública desse tipo específico de instituição associativa.

### **3.2 Vigia na década de 1870: urbanização e civilização**

Segundo Alonso (2002), a mobilização intelectual da geração de 1870, deve ser interpretada como parte da tão conhecida efervescência social e política do período, marcado pela ascensão do partido Republicano. Sobretudo na Corte, em São Paulo e no Rio grande do Sul, com o fortalecimento do movimento abolicionista e a inquietação política entre os militares.

Devido a esse cenário marcado por transformações socioculturais, optamos por fazer uma reflexão historiográfica sobre a situação da cidade de Vigia da década de 1870. O objetivo é descrever o contexto em que estavam inseridos os idealizadores da Sociedade Literária 5 de Agosto. Para que, desta forma, possamos melhor compreender os meandros da constituição do projeto educativo dos homens de letras.

Na pesquisa anteriormente realizada<sup>73</sup>, focamos na investigação do Clube Musical e Beneficente 31 de Agosto, fundado em 1876, com a finalidade de criar e manter uma banda de música para atender aos anseios recreativos da população vigiense. Após revermos a trajetória dessa pesquisa, percebemos que indiretamente estávamos tratando do movimento do associativismo no interior paraense; pois, a Banda de música 31 de Agosto<sup>74</sup> (nome pelo qual ficou conhecida a Sociedade musical), surgiu em um momento em que as ideias associativas fervilhavam na província paraense, disseminando-se por várias localidades e cidades, impulsionado pelo período da Belle Époque.

A propósito da Belle Époque, há indícios de que, no interior paraense, também foram sentidos os seus efeitos, principalmente, a partir da década de 1870. Nesse período, a cidade de Vigia buscava se enquadrar aos novos padrões

---

<sup>73</sup> Referimo-nos à pesquisa de Dissertação de mestrado em Educação, defendida em 2013.

<sup>74</sup> A Banda de Música 31 de Agosto foi pensada como uma Sociedade beneficente – o Clube musical-foi organizado por indivíduos desejosos de manter uma banda de música que servisse aos anseios artísticos e culturais de uma população que estava aderindo a novos hábitos, como ouvir música em bailes e festejos.



sociocultural e urbano estabelecidos e que já estavam em efervescência na capital da Província do Pará, Belém-PA.

Sobre os efeitos da Belle Époque em Belém/PA, Soares (2008) aponta que a partir de meados do século XIX, a capital do Pará começava a sentir as primeiras transformações na infraestrutura urbana decorrentes da riqueza da borracha, passando por profundas modificações em sua paisagem urbana. “Na prática, isto significou que Belém passava por uma fase de transição em que a própria cidade teve sua fisionomia urbana completamente modificada para se tornar a Belém moderna. (Soares, 2008, p. 21).

Mas, se o espaço urbano de Belém estava sendo modificado, tornou-se necessário a modificação dos hábitos. Assim, houve a criação massiva de instituições associativas que buscavam moldar/refinar os hábitos da população belenense. Logo, compreendemos que o processo de transformação urbana e dos hábitos da população, pelo qual passou a capital da província, servindo de modelo para as cidades do interior do Pará.

Como por exemplo, a cidade de Vigia, que por meio da atuação do poder público municipal, passou a sofrer modificações de cunho modernizador que se manifestaram na infraestrutura e saneamento básico. Com intuito de melhorar a aparência física da urbe, tanto quanto por medidas socioculturais que buscavam disciplinar os hábitos dos moradores.

Neste contexto, a sociedade civil começou a se organizar coletivamente, a fim de criar instituições associativas, com a finalidade de refinar os hábitos da população vigiense por meio de ações que promoviam a cultura, o lazer e a civilidade.

Ações coordenadas pelo poder público de um lado e de outro pela sociedade civil que estava organizada na forma de instituições associativas, contribuíram para levar e/ou elevar a cidade de Vigia às novas formas de viver que estavam em plena ebulição em grandes cidades da região norte como Belém/PA e Manaus/AM<sup>75</sup>, que foram as cidades da que mais sofreram intervenções públicas e privadas durante o período da Belle Époque, pois havia grande esforço de aproximá-las aos moldes da realidade parisiense. Com isso, serviam como modelos para as cidades do interior da Província do Pará.

---

<sup>75</sup> Dias (2007) analisa as políticas públicas na modernização do espaço da cidade de Manaus na virada do século XIX para o XX, e sus efeitos no cotidiano da cidade. Sobre o assunto ler: DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920)**. 2. ed., Manaus: Valer, 2007. (Soeiro, 2012, p.36).

O associativismo foi uma das principais ideias defendidas pelos homens de letras da Província do Pará a partir da segunda metade do século XIX. Visto que foi o movimento que mais se propagava nas cidades interioranas e objetivava inculcar valores ditos civilizados na população paraense.

Em Vigia da década de 1870, é possível identificar a presença de ideias que tinham pretensões civilizatórias, por exemplo, a Câmara Municipal, para disciplinar os hábitos dos moradores, aprovou um código de postura em 1870.

Transcrevemos aqui alguns artigos deste código:

Art 3º – Fica assim mais proibido levantar corraes nas embocaduras dos rios, e em toda a costa deste município, desde o rio Mocajuba até o rio Tauá: os infractores serão multados em 30\$rs ou 8 dias de prisão e obrigados a demolir taes corraes.

Art 4º – Os possuidores de terrenos querem próprios ou alforados, que ficão lateraes das estradas, são obrigados a conservar as testadas dos ditos terrenos sempre limpa e desembaraçadas: as que não cumprirem esta disposição serão multados em 10\$reis ou cinco dias de prisão e obrigados a limpa-las.

Art. 5º – Todo o pessoal que fizer roçado nos lados das estradas públicas que não contiver 10 dez braças de distancia das mesmas, será multado em 10\$ réis ou cinco dias de prisão. (Paço da Câmara Municipal da Vigia, 1 de junho de 1870<sup>76</sup>).

A proibição de construção de currais<sup>77</sup> manter os terrenos limpos e não plantar roçados à beira das estradas públicas eram medidas de embelezamento da cidade. Com isso o poder público municipal buscava de um lado transformar a aparência física da urbe e por outro disciplinar o comportamento dos moradores que eram encarados como “rudes”, fora dos padrões civilizados.

Com tais imposições, os agentes públicos locais, procuravam por meio de leis municipais enquadrar a população aos novos costumes que estavam em voga na província paraense. A figura 11 é uma foto de curral de peixes que ainda hoje é utilizado por pescadores da região paraense.

<sup>76</sup> Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo solicitações diversas e o Código de Postura da cidade em 1870. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série ofícios, Caixa 309 (1870-1875) - ofícios das Câmaras Municipais, doc. 55. APEP.

<sup>77</sup> O curral é um tipo de armadilha para peixes, usado nas regiões ribeirinhas e nas praias. A construção do curral é feita com estacas (varões do mato, tucumanzeiro, carananzeiro etc). Antigamente, os forros de currais eram feitos de tecido e cipós, como: cipó de titica – o mais resistente, de tracuá e cipó de piririca. Encontrado em: <http://noticiasvigiapa/posts/artepescacurrala-antiga-pesca-de-curral-ainda-se-faz-presente-na-vida-do-pescado/2411814079124542/>. Acesso em 27/01/2021.

Figura 11 - Curral de Peixes



Fonte: Retirada do site Repositorio.ufpa.br

Além das ações coordenadas pelo poder público, havia “um pequeno grupo heterogêneo em termos de condição social que buscavam incessantemente modificar o espaço e os modos de vida dos moradores do município.” (SOEIRO, 2012, p. 37). Eram, pois, as instituições associativas que também objetivavam inculcar novos hábitos civilizados na população vigiense. Coordenadas por indivíduos organizados coletivamente, estas instituições buscavam incessantemente modificar através de ações concretas o espaço e os modos de vida dos moradores.

Nas décadas finais do século XIX, Vigia possuía uma posição de vanguarda em relação às outras cidades do interior paraense, em se tratando de medidas por parte do poder público e de setores organizados da sociedade civil.

Se considerarmos o lugar denominado de Tauá, a vila de São Caetano de Odivelas, a vila de Colares, a vila de Cintra e a de Curuçá, nenhuma delas passava, no final do século XIX, por transformações em sua urbe, mesmo que modestamente, tal como observamos no núcleo urbano de Vigia que, ainda contava com espaços de sociabilidade como as Sociedades Literárias. (SOEIRO, 2012, p. 41).

Na década de 1870, houve a criação de várias instituições associativas que, de certa forma, marcaram artística, social e culturalmente a cidade de Vigia. Entre estas, estava o Clube Musical 31 de Agosto, a Sociedade Teatral Philo-cênica e a Sociedade Literária 5 de Agosto. Todas ofereciam espaços de sociabilidade nas

formas de lazer e ilustração e levavam em consideração os padrões de civilidade vigentes.

Segundo Silva (2008), este tipo de instituição que se proliferaram no Brasil no século XIX tinham por objetivo comum promover o progresso da nação, fazendo aparecer célebres propagadores das letras, artes e ciências, tendo por certo que, dentro destes princípios, estariam estimulando os fundamentos para o desenvolvimento social e cultural do Brasil.

Para Santiago (1998), a análise da vida social urbana de uma cidade brasileira na virada do século XIX, e primeiras décadas do XX, implica apreendê-la num momento que corresponde tanto à modernização técnica de grande parte das cidades brasileiras quanto das múltiplas construções simbólicas ligadas ao novo viver urbano. Para realizá-la podemos considerar o papel de instituições associativas tais como as musicais e/ou literárias, pois elas acompanhavam o processo de mutação desse novo viver.

Podemos dizer que estas instituições assumem papel protagonista em Vigia da década de 1870, pois participavam ativamente do cotidiano da cidade. Estavam presentes em festas religiosas como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Vigia<sup>78</sup>, mas também promoviam bailes e se dedicavam a ilustrar a população.

Cada uma à sua maneira. Elas “vão, de um certo modo, demonstrar que as relações estabelecidas na elaboração do novo cenário urbano são necessárias para tecer o quadro a partir do qual vai se instalar a dinâmica do espaço urbano.” (SANTIAGO, 1998, p. 196).

Magaldi (2009), em seu estudo sobre o associativismo no Rio de Janeiro Imperial, revela-nos que ele se beneficiou da situação politicamente estável e de prosperidade econômica da cidade do Rio de Janeiro. Situação que fez surgir uma sociedade progressista e burguesa ávida por lazer e consumo, a grande importadora de ideias, intelectuais e artistas, fazendo do Rio de Janeiro o centro de modernidade e civilidade do país.

Em Belém-PA, o movimento do associativismo se beneficiou da situação politicamente estável e de prosperidade econômica trazida pela extração da borracha. Situação que fez surgir uma sociedade progressista que, influenciada pela

---

<sup>78</sup> O Círio de Nazaré é uma procissão católica que acontece todos os anos em Vigia, no segundo domingo do mês de setembro. Nas décadas de 1870 -1880 a Sociedade Literária 5 de Agosto foi responsável por organizar a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Vigia. Segundo Soeiro (2012) isso lhe rendeu uma série de conflitos com a paróquia de Vigia.

opulência da Belle Époque, estava ávida por consumir produtos e ideias importadas da França e os Estados Unidos, assim como frequentar os teatros, salas de concertos, as óperas, cafés, passeios públicos, etc., também foi esta sociedade aburguesada a grande difusora de ideias - a sociabilidade é uma delas -, fazendo da cidade de Belém um centro de modernidade e civilidade na região norte do Império do Brasil<sup>79</sup>.

Em Vigia, não podemos dizer que houve a formação de uma classe aburguesada como em Belém. E sim, de uma classe progressista, que buscou no decorrer da década de 1870 promover uma forma de incursão das ideias de civilidade e de sociabilidade que tinham como objetivo provocar mudanças socioculturais e inculcar novos hábitos na população vigiense.

Tal incursão teve duas frentes de atuação, a saber: a primeira foi comandada pelo poder público municipal, que de forma arbitrária procurava disciplinar - através de leis e decretos municipais - os hábitos “rudes” da população. A segunda frente era coordenada pela sociedade civil que viu na criação de instituições associativas, que se apresentavam como certo ar de sofisticação e refinamento, uma maneira de moldar os hábitos da população.

Neste sentido, Vigia, entrava em uma nova etapa de sua história, a vida urbana. E, por possuir uma situação geográfica privilegiada, já que era uma das rotas de abastecimento dos navios mercantes do látex da região paraense. Acabou, também, se tornando uma das rotas de entrada de ideias e ideais que desembarcavam pelos navios a vapor que navegavam pelos rios da região paraense. A vida cultural da cidade era bastante ativa: bandas de música, Sociedades literárias<sup>80</sup>, grupos de teatro e dança, biblioteca, tipografia e o desenvolvimento de uma imprensa periódica local bastante atuante.

Enfim, como foi posto anteriormente, as Sociedades literárias surgiram em meio ao processo de urbanização das cidades da Província do Pará, que vivia o seu “milagre econômico”, devido ao comércio da borracha. Em Vigia, esses processos surgiram de forma arbitrária, por medidas “impostas” que obrigavam a população,

---

<sup>79</sup> Segundo Nobre (2009) com a chegada de novos livros e homens influenciados por ideias capitalistas e, ao mesmo tempo, iluministas, a implementação do sistema educacional tornou-se uma das principais reivindicações na cidade de Belém.

<sup>80</sup> Além da existência da Sociedade Literária 5 de Agosto, encontramos indícios da existência de outra Sociedade literária em Vigia, a Sociedade Literária e Teatral “Treze de dezembro”, as informações são escassas e inconclusas, também não conseguimos encontrar quaisquer documentos sobre a instituição na documentação pertencente ao Arquivo Público do Pará e nem no Arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto. Por isso optamos em deixar a instituição fora de nossa análise.

muitas vezes de maneira punitiva, a abandonar hábitos centenários em prol de novos hábitos ditos “modernos” e/ou “civilizados”.

Essas medidas, que foram impostas à população pelo poder público e por segmentos da sociedade civil, não foram criticadas, nem desmentidas pelos homens de letras que compunham a Sociedade Literária 5 de Agosto, eles foram ao encontro delas, as reforçavam.

Após refletir sobre a situação sociocultural que se encontrava a cidade de Vigia na década de 1870, verifica-se que o movimento do associativismo no Pará se mesclava entre as ideias de civilidade e progresso com o processo de urbanização das cidades paraenses.

Consecutivamente ao desenvolvimento desse pensamento, a seguir passaremos a explorar o objeto de estudo desta tese, a Sociedade Literária 5 de Agosto.

### **3.3 A Sociedade Literária 5 de Agosto: origens e ideais**

Começamos com um questionamento: quais motivações levaram certos sujeitos a criarem uma Sociedade literária na cidade de Vigia em plena década de 1870?

Elegemos duas hipóteses, a saber: poderia ser pela defesa do *status quo* do período cujas raízes estavam atreladas aos valores culturais do iluminismo europeu do século XVIII, que começaram a repercutir na intelectualidade brasileira da década de 1870; ou poderia ser uma boa estratégia para grupos políticos com poucos recursos financeiros. Mas que, de alguma forma, pelejavam por um mínimo de representatividade nas esferas políticas locais.

Neste estudo, optamos em explorar a primeira hipótese a qual apregoava que as Sociedades literárias faziam a defesa do *status quo* cujas raízes estavam atreladas aos valores culturais da Europa do tempo do iluminismo do século XVIII. Entre os quais estavam a valorização da razão e do cientificismo. As Sociedades literárias propagavam, por exemplo, a ideia que o progresso do ser humano dependeria de um sentimento racional, de civilidade e de profunda humanidade, no sentido de generosidade para com outrem, além disso exaltavam a importância da educação na formação dos indivíduos.

Inspirada em certos ideais da cultura Iluminista do século XVIII e com toque de sofisticação francesa, a Sociedade Literária 5 de Agosto completou no ano de

2021, seus 150 anos de história. Entre seus altos e baixos, muitas vezes se reinventando e ressurgindo dos próprios escombros, mas mantendo-se firme em seus princípios letrados.

A Sociedade Literária 5 de Agosto foi idealizada por homens de letras da cidade de Vigia, da década de 1870, que almejavam criar um espaço de sociabilidade para compartilharem entre si suas ideias e ideais. Assim como, era o lugar onde os indivíduos, através da pregação de valores ditos civilizados, procuravam moldar os hábitos da população vigiense.

Com esses intuitos foi criada em outubro de 1871, a Sociedade Literária 5 de Agosto, conforme melhor descreve Soeiro (2012):

O dia 01 de outubro de 1871, provável domingo à tarde, parecia ser um dia como outro qualquer. No largo da Matriz de Nazaré, da cidade de Vigia, algumas pessoas se aproximavam da casa do professor Francisco Quintino de Araújo Nunes. Na sala dessa residência, uma reunião oficializava a organização da Sociedade “Cinco de Agosto”. Dos janelões do casarão da família Nunes vislumbrava-se o largo da Matriz. Nele, as ruínas do Colégio dos Jesuítas testemunhavam a presença dos inacianos. Mais adiante sobressaía a imponente Igreja Matriz de Nazareth. (SOEIRO, 2012, p. 27).

A Sociedade Literária 5 de Agosto não foi a única instituição desse tipo a surgir no interior da Provincial do Pará, há vários outros exemplos em cidades paraenses como Cametá, Maracanã, Óbidos, entre outros; lugares onde assumiam papel protagonista na luta pela ilustração da população paraense em fins do século XIX.

Contudo, das Sociedades literárias que surgiram na Província do Pará, apenas duas ainda mantêm espaços físicos que servem como sede social: a Sociedade Literária 5 de Agosto e o Grêmio Literário Português da cidade de Belém.

Ter uma sede social que servisse para abrigar a Sociedade Literária 5 de Agosto foi uma preocupação constante dos seus membros que acabavam oferecendo as salas de suas próprias residências para que servisse a instituição. O seu principal idealizador - Prof. Araújo Nunes -, foi quem ofereceu a própria residência para servir como sede social para abrigar a Sociedade na década de 1870.

Na figura 12, podemos visualizar a residência que serviu como sede da instituição na década de 1870.

Figura 12 - Residência do prof. Araújo Nunes.



Fonte: Soeiro, Ildone, 2008, p.245.

Na figura 13, observamos o que restou na atual residência, aproximadamente, a metade da arquitetura original. A parte da residência que restou está localizada bem ao lado da sede atual da Sociedade Literária 5 de Agosto. As grades de ferro não faziam parte da arquitetura original da residência, foram colocadas pelos atuais donos.

Figura 13 - Parte que restou da residência do prof. Araújo Nunes



Fonte: Arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto



A sede da Sociedade funcionou na casa de seu fundador, entre os anos de 1871 até 1893 (ano de morte do professor Araújo Nunes). Podemos dizer que a carência de uma sede própria não se constituía como empecilho para as ações do projeto educativo dos homens de letras da instituição.

Contudo, surge um questionamento: como o funcionamento do externato, da biblioteca e das reuniões dos membros da instituição neste mesmo espaço? Este e outros questionamentos sobre a funcionalidade da sede social da Sociedade são respondidos no decorrer desta tese.

### 3.3.1 O estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto

Como foi discutido na subseção 2.2 (As leis de regulamentação: o associativismo sob o controle do Estado), o processo de legalização do estatuto era uma etapa importante a ser cumprida na vida de uma instituição associativa, sobretudo após a promulgação da Lei 1083 de 22 de agosto de 1860 que previa que todas as Sociedades anônimas com ou sem firma social no Brasil deveriam ter seus estatutos, ou escrituras de associação aprovados, caso contrário, estavam sujeitas a fechamento e multas.

Neste contexto, cabe destacar que o estatuto, enquanto expressão jurídica, apresenta-nos a forma de organização e administração. Nele podemos encontrar os fins a que se destinavam, assim como as formas de ingresso, os deveres e o direito dos membros em uma determinada instituição.

Nesta pesquisa, enquanto fontes documentais, eles revelam que as Sociedades literárias são lugares onde se pronunciam ideais, ideais e ações, mas também revelam o que queriam ter e ser nos lugares onde foram criadas. Vicente (2012) afirma que os estatutos são fontes de investigação que revelam, através dos discursos enunciados por seus elaboradores, concepções de organização da vida associativa, bem como valores, códigos e culturas políticas tacitamente compartilhadas.

Para a análise, utilizaremos o estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto que foi aprovado no ano de 1882. Acreditamos que ele possa nos evidenciar indícios sobre quais ações a instituição almejava desenvolver, também supomos que ele possa aprofundar o debate sobre o associativismo em Vigia<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Frisa-se que os estatutos de outras Sociedades literárias, que eram contemporâneas à Sociedade Literária 5 de Agosto, seriam uma maneira de analisar semelhanças e/ou diferenças nas estruturas

Mas, até que ponto a análise do estatuto, enquanto fonte documental, permite-nos adentrar no universo simbólico no qual estavam imersas estas Sociedades? Uma hipótese: seria porque nos oferece traços, indícios que nos permitam entender as práticas de sociabilidade e o modo de funcionamento desse tipo de instituição, algo difícil de encontrar em outras fontes.

O estatuto, por ser um instrumento com força de lei, transforma uma associação em uma pessoa jurídica, passando de uma simples reunião de pessoas em torno de um objetivo comum, para uma “Sociedade civil” nos moldes da Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860.

Desse modo, teve como finalidades estabelecer direito e deveres aos membros, bem como direcionar a instituição aos seus objetivos, como podemos ler no estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto; Art. 1º do Cap. 1º do seu estatuto que trata dos fins da instituição, que eram: “desenvolver a instrução e praticar a beneficência<sup>82</sup>”. Contudo, para não deixar dúvida como conseguiria alcançar esses fins, assim dizia o Art. 2º do Cap. 1º;

Art. 2º Ella procurará ter um externato com aulas gratuitas para os alumnos, conservar uma biblioteca, promover a publicação d’ um periódico em que se imprimam os seus trabalhos e os escriptos por meio dos quais os seus membros se propunham a desenvolver a sua intelligência; e tratará de socorrer, conforme suas circunstâncias, não só seus membros, como as pessoas a ele extranhas nas ocasiões de reconhecida necessidade.

No Art. 2º podemos ler que a beneficência era uma prática importante para a instituição, ela incluiria além do socorro mútuo e filantrópico, a criação de biblioteca, a instrução e a publicação de periódicos que servissem ao desenvolvimento intelectual de seus membros.

É importante considerar que o estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto foi escrito por homens de letras que, de certa forma, contavam com algum tipo de prestígio social em Vigia. Coloca-se, então, a questão do significado de um estatuto redigido por alguém que, simbolicamente, vai ceder uma parte de seu prestígio à instituição.

---

de funcionamento, organização e gerência desse tipo de instituição. Acreditamos que isso pode nos evidenciar o caráter sociocultural dessas instituições, assim como teríamos mais dados para entender o dinamismo presente nestes espaços e aprofundar o debate sobre o movimento do associativismo no Pará do século XIX.

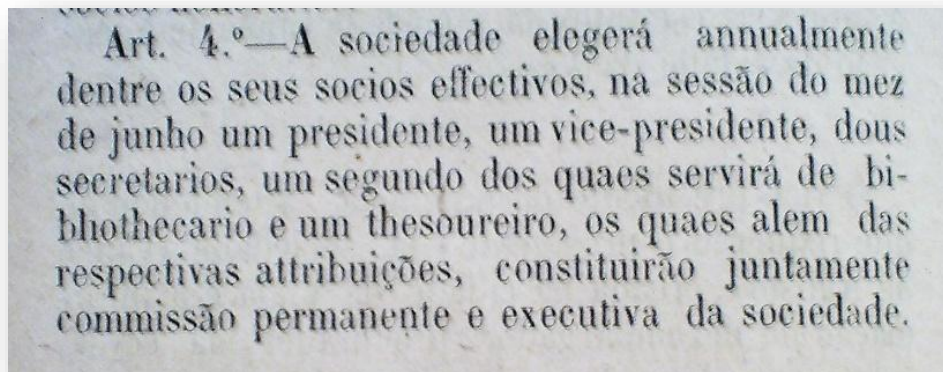
<sup>82</sup> O Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto pode ser encontrado em: Collecção das Leis da Província do Gram-Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

Contudo, Vicente (2012) aponta que havia uma necessidade de se utilizar na redação dos estatutos, um discurso que fosse adequado às expectativas das autoridades estatais, de modo que a avaliação dos conselheiros resultasse no deferimento do pedido. Trata-se, portanto, de uma documentação produzida pelos sócios e para o Estado.” (VICENTE, 2012, p. 112).

O controle do Estado era perene no movimento do associativismo, assim as reivindicações defendidas por vários destes sujeitos deveriam estar de comum acordo com a política vigente. Neste sentido, as formas de difusão das novas ideias de civilidade e as novas formas de sociabilidade não poderiam se distanciar das diretrizes defendidas pelos dirigentes do Império brasileiro.

Sobre a organização administrativa, o estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto estabelece que seria composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretários e um tesoureiro.

Figura 14 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

À diretoria competiria: administrar a vida financeira, autorizar a admissão, o acesso e a exclusão de sócios, bem como administrar o externato e a biblioteca da Sociedade. Assim diz o Art. 26 em seu § 5º:

Figura 15 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto

§ 5.º Providenciar sobre aquisição de professores para o externato; podendo conceder aos mesmos uma gratificação, compatível com as suas circunstancias a qual será préviamente determinada.

Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

Ao presidente caberia administrar a Sociedade, coordenar as ações educativas da instituição, organizar a biblioteca e cuidar da publicação dos periódicos da Sociedade. Geralmente quem ocupava a presidência da Sociedade eram professores públicos que atuavam em Vigia.

Figura 16 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto

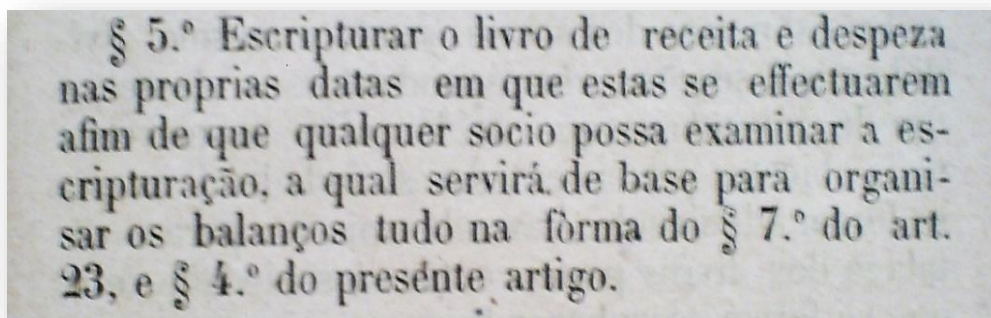
Art. 45.—O presidente da sociedade fica autorisado a organizar um regulamento para o Externato, outro para a bibliotheca, e outro para publicação do periodico as quaes serão discutidas e approvadas pela casa.

Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

A Sociedade Literária 5 de Agosto tinha grande preocupação com as suas finanças, pois dela dependia a própria reputação de seus membros, além de ser fundamental para a concretização das ações da instituição. Assim, o estatuto elenca uma série de disposições que tratam das finanças da instituição.

Conforme o estatuto, o responsável pelas finanças era o tesoureiro que ficava encarregado de cuidar da arrecadação das mensalidades dos sócios, das doações de terceiros, etc., além de fazer toda prestação de contas da instituição. Caberia ao tesoureiro entre outras funções:

Figura 17 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

O estatuto, de alguma forma, procurava adaptar-se à realidade do lugar em que vivia a instituição. Isto é, era um documento que poderia ser reformulado à medida que novas necessidades surgiam. Por exemplo, o estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto traz os discursos assumidos pelos seus membros, que devido à grande presença de professores públicos, a defesa ao direito à educação era constantemente pautada em suas reuniões; pois, algo era visto como necessário ao próprio progresso da cidade de Vigia, mas que só seria possível alcançar através de uma obra coletiva, onde os homens de letras estivessem à frente e em comum acordo. Por isso, o estatuto, enquanto documento com força de lei, era tão importante para reafirmar esse ideal.

Os estatutos, fontes documentais de pesquisa, revelam que instituições como as Sociedades literárias apresentavam elevado grau de complexidade no que tange à sua administração e funcionamento.

Além disso, são verdadeiros manifestos que objetivavam mover ações em torno de questões sociais. Ao mesmo tempo, fazem uma denúncia pública da ordem social, política e cultural; pois, ao declararem os pontos de vista de uma parcela da população ou de uma classe, ao denunciar as ausências do Estado e a convocar os indivíduos para protagonizarem uma ação, estabeleciam que havia necessidade de mudanças na própria estrutura da sociedade.

De modo geral, o estatuto contém todos os elementos indispensáveis ao funcionamento de uma instituição associativa, tais como: os fins a que se destina, as obrigações, direitos, recompensas e penas a que estavam submetidos os seus membros. No caso da Sociedade Literária 5 de Agosto, há no seu estatuto uma

importante preocupação com questões relativas à educação. Supomos que isso seja devido à participação de professores públicos na coordenação da Sociedade.

Desta forma, podemos dizer que o estatuto é o correspondente de indivíduos desejosos por conquistar legitimidade, assim como funcionava como canal de reivindicação social que previa reverter uma situação específica, como a falta de escolas de ensino secundário em Vigia.

### **3.4 Os canais difusores das “luzes”:** os jornais e a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto

Na segunda metade do século XIX, o Brasil vivenciou a entrada de novas correntes de ideias políticas e científicas que marcaram o debate em torno da decadência do Império e ascensão do republicanismo. Ideias que se fortaleciam na medida que houve a popularização das tipografias, dos impressos e das instituições associativas (científica, literárias, entre outras), que adquiriram grande importância no contexto Oitocentista, pois tornaram o ambiente propício à difusão dessas novas correntes de ideias.

Ao longo da segunda metade do século XIX a Província do Pará vivia um período de popularização das tipografias e conseqüentemente dos impressos o que possibilitou a circulação de novas ideias e a criação de instituições associativas de caráter científico-literário. Para Vianna (2016), foi a consolidação da cultura impressa nas províncias do Império do Brasil, que deu suporte para a disseminação de espaços de leitura, como, por exemplo, Sociedades literárias e bibliotecas.

Nesta pesquisa de tese constatamos que tanto as bibliotecas quanto a imprensa jornalística eram mecanismos importantes na constituição dos projetos educativos das Sociedades literárias da Província do Pará, pois eram os canais que deram vozes aos homens de letras e também funcionavam como instrumentos de ilustração e conscientização da população, além de serem utilizados como mecanismos de reivindicações e utopias.

#### **3.4.1 O papel da imprensa jornalística na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de novas ideias**

Vendo que o mundo marcha em busca da luz e que existem muitos moços que amam as letras e desejam cultivar a intelligencia, reserva espaço para assumptos litterarios e offerece a esses moços, as suas columnas.  
(Jornal O Espelho, setembro de 1878).

A citação acima, retirada do Jornal “O Espelho”, era uma espécie de chamamento para os homens de letras publicarem seus trabalhos literários nas colunas do jornal, pois assim levariam as “luzes”, fazendo do jornal um verdadeiro agente de civilidade.

Para melhor analisar o projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, faz-se necessário compreender o papel que a imprensa jornalística exerceu na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de novas ideias, além de entender como os jornais eram utilizados como importante meio de divulgação para descrever ações, opiniões e mudanças pretendidas pelos homens de letras em Vigia da década de 1870.

Nos jornais, enquanto canais de comunicação e informações, é possível, por exemplo, mapear os discursos dos homens de letras oitocentistas que buscavam respostas sobre as questões educacionais, que circunscreveram o sistema de ensino da Província do Pará.

Daí serem, os jornais, fontes documentais importantes para as percepções educativas de uma dada época. Para Nóvoa (2002) a imprensa jornalística pode ser fonte de pesquisa para a História da Educação.

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (NÓVOA, 2002, p. 31).

Nesse sentido, os jornais que circulavam na província paraense do século XIX, podem fornecer um recorte de uma dada realidade. Logo, este estudo de tese pode, por exemplo, revelar a situação do sistema educacional em Vigia de meados do século XIX, assim como auxiliar no desvelamento das ações educativas em instituições associativas.

Além disso, pode contribuir para a compreensão das concepções educativas dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, aclarando os meandros do projeto educativo da instituição, fornecendo provas importantes de sua constituição, desenvolvimento e dificuldades de execução.

Jinzenj (2012) apresenta três abordagens, a partir das quais as pesquisas em educação que têm os jornais como fonte, possam tomar: 1) o jornal como formador de opinião sobre a educação escolar, discurso esse bastante presente nos periódicos oitocentistas; 2) o jornal como suporte para o desenvolvimento da instrução, ressaltando seu uso para a divulgação de estabelecimentos e vigilância de procedimentos escolares; 3) o jornal como educador, analisando-se sua materialidade e seus aspectos da produção textual, tendo como foco os leitores-modelo que orientavam sua produção.

Durante a análise das fontes, percebemos que vários jornais que circulavam em Vigia da década de 1870 eram utilizados como meio de formação da opinião pública a respeito da educação. Por exemplo, no jornal “O Liberal da Vigia”, que circulou entre as décadas de 1870 – 1880, considerado o principal jornal de tendência liberal na cidade, percebemos as recorrentes publicações de matérias relacionadas à educação.

Nesse jornal, podemos identificar notícias sobre o andamento das escolas públicas e sobre as ações educativas dos homens de letras de Vigia. Raimundo Bertoldo Nunes, que era o dono e um dos redatores do jornal “O Liberal da Vigia” e também atuava como professor primário no sistema de ensino da província paraense, além de membro fundador da Sociedade Literária 5 de Agosto. Sempre procurava destacar nas páginas do jornal a defesa da instrução pública e das ações educativas dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto.

Homem de letras, defensor dos ideais liberais e crítico ferrenho do partido conservador, Raimundo Bertoldo Nunes, foi um dos principais difusor, protetor e entusiasta das instituições associativas, que atuava em prol da educação da população vigiense. Também era adepto da ideia de que o sistema de ensino público da província deveria investir em melhorias, para tal chamava a atenção das autoridades administrativas da província sobre a educação.

Conforme, podemos ler na matéria abaixo:

Sigamos o exemplo da França [...]

Não basta proclamar os nomes de meio dúzia de cidadãos que concorrem com dotação para o desenvolvimento da instrução pública, para o desenvolvimento da instrução pública, para que esta siga a marcha mais conveniente e adequada à maior necessidade do Brasil.

É preciso que a instrução penetre em todas as camadas sociais, a fim de que não seja ofendido diariamente o bom senso político com os fatos que sucedem todos os dias.



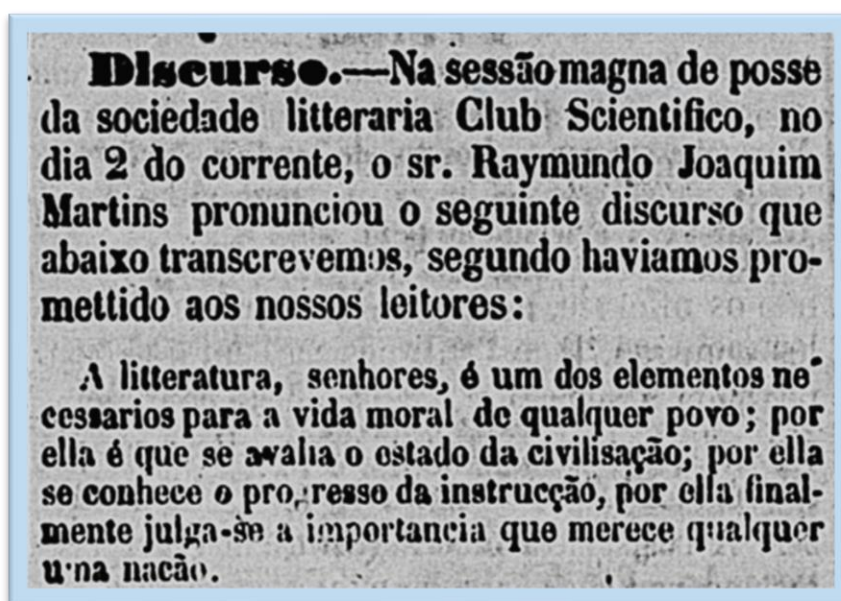
[...] e proclamando-se a liberdade de ensino em todos os graus, gastasse sem temer a instrução pública. [...] (Jornal O Liberal da Vigia, dezembro 1877)

A matéria acima nos mostra como os homens de letras atuavam na defesa da qualidade do ensino público, também aponta que o Estado deveria ser o principal agente na busca de uma educação de qualidade das camadas menos favorecidas socialmente, para tal, não deveria poupar gastos. Por isso, o autor da matéria chamava a atenção para o que acontecia na França, país onde se acreditava que a educação era prioridade e dever dos agentes do Estado, que tem, por causa de seus cargos, obrigação de garantir que educação de qualidade chegue democraticamente em todas camadas sociais.

Utilizar o jornal como veículo reivindicatório era algo comum entre os homens de letras na Província do Pará. Essa visão era sustentada, sobretudo, pelos indivíduos que estavam congregados nas instituições associativas, em especial as Sociedades literárias que estavam na dianteira da luta pela ilustração da população paraense.

Em um discurso proferido na Sociedade literária Club Santista da cidade de Belém-PA, podemos ter uma ideia de como se dava a defesa da literatura enquanto ferramenta de ilustração:

Figura 18 - Recorte do jornal Diário de Belém



Fonte: Jornal Diário de Belém, 1868

Segundo Jinzenji (2012), por meio dos jornais também é possível ter acesso a muitos debates realizados em torno das instituições escolares. Debates que ganhavam ampla circulação, pois promoviam reflexões sobre a importância da educação para a liberdade do povo, discussões e/ou decisões sobre políticas educacionais que eram realizadas no âmbito das Câmaras Municipais, Conselho do Governo e Assembleia Legislativa, por exemplo.

Podemos dizer que, além de funcionarem como canais difusores de informações, a imprensa jornalística oitocentista em cidades do interior da Província do Pará, como *Vigia*, era utilizada pelos homens de letras como ferramenta de divulgação das atividades que ocorriam no sistema de ensino da época; pois, eram constantes as matérias sobre abertura de escolas pública e particulares, de matrícula dessas escolas, dos exames finais, discursos em defesa da qualidade da educação pública e informações sobre os professores (críticas, elogios e informações sobre a saúde dos professores).

A circulação desses sujeitos pelos “espaços” ou instituições que se propunham a uma intervenção na sociedade – a imprensa e a escola – pode ser considerada um dos elementos facilitadores de uma “aliança” estabelecida entre os jornais e a escola. Imprensa e escola tampouco disputam espaços; constituíam alianças. Em outras palavras, pode-se perceber os jornais tomando para si a responsabilidade no desenvolvimento da instrução pública, irradiando discussões em torno dessa nascente instituição, seus rituais e conjugando-os ao seu discurso reformador, civilizador, modernizador. (JINZENJI, 2012, p.157-158).

Segundo Pallares-Burke (1998), no Brasil do século XIX, assim como na Europa, os jornais tinham como princípio o projeto iluminista de veicular valores e ideias visando educar o público leitor dentro de um projeto civilizatório. Assim “(...) a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso para influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas.” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

Logo, esta autora relaciona os periódicos brasileiros e latino-americanos do período, cujos títulos estão relacionados à “metáfora da luz”, à pretensão educativa/civilizatória. Como exemplo, a autora cita os jornais brasileiros da segunda metade do Oitocentos. A saber: “Luz Brasileira”, “O Farol Paulistano”, “Aurora Fluminense”, “Nova Luz Brasileira”, “Cruzeiro”, “Despertador das Brasileiras”, “Astro de Minas”, “O Mentor das Brasileiras”, “Estrella Mariannense”, etc.

Na Província do Pará, também podemos observar nos títulos de vários jornais essa “metáfora da luz”, que poderia indicar, na visão de Pallares-Burke (1998), sua

pretensão educativa/civilizatória durante as décadas de 1870-1880. Citamos os jornais a saber: “A Luz da Verdade” (de Propriedade de Antonio Rodrigues da Luz); “O Crepúsculo: Ciências, Agricultura, Indústria, Litteratura e Notícias”; “A Aurora” (de Publicação Semanal), entre outros.

Na cidade de Vigia/PA, encontramos o jornal “O Espelho: periódico Crítico, Litterario e Noticioso” e o Jornal “O Liberal da Vigia” que tinham pretensões civilizatórias, que eram espaços de debates políticos, de defesa da educação, do progresso científico e da civilização.

Neste sentido, podemos dizer que a imprensa jornalística oitocentista paraense era a grande disseminadora das novas ideias que estavam em voga no Brasil da época. Em Vigia na década de 1870, a presença de tipografias, de jornais e da Sociedade Literária 5 de Agosto com a sua biblioteca, constituiu uma influente esfera literária e intelectual, na medida que os impressos e o hábito da leitura passaram a adquirir grande importância na província paraense.

A atuação dos membros da Sociedade Literária 5 de Agosto na imprensa jornalística fez circular os ideais educativos da instituição, e ajudou, conseqüentemente, a fortalecer a cultura escrita nesta cidade, mas para conseguir semelhante resultado teve que se adequar às necessidades locais: pois na falta de livros, os jornais passaram a publicar trechos de obras literárias, científicas, resenhas, poesias, etc. O que ajudou a propagar a cultura escrita por todas as classes sociais.

A democratização da cultura escrita foi um problema a ser resolvido no Brasil oitocentista, sobretudo nas províncias afastadas da Corte, como a Província do Pará. Porém, segundo Lajolo e Zilberman (1999), esse problema começou desde o período do Brasil colonial, mas teve uma certa resolução no período imperial, onde a cultura escrita começou a florescer. Isso era devido à massificação da produção e da circulação do impresso recorrente da proliferação de tipografias e periódicos.

Para Jinzenj (2012), a ampliação da esfera literária das últimas décadas do século XIX não foi um acontecimento vivenciado apenas na Corte ou nas maiores províncias do Império. De uma vez que, várias localidades consolidaram seus espaços de sociabilidade livresca e demonstraram a importância da imprensa jornalística que era utilizada pela rede de intelectuais que atuava no período.

Na Província do Pará de meados do século XIX, os livros eram objetos que, devido seu alto valor financeiro, não faziam parte da realidade da maioria da

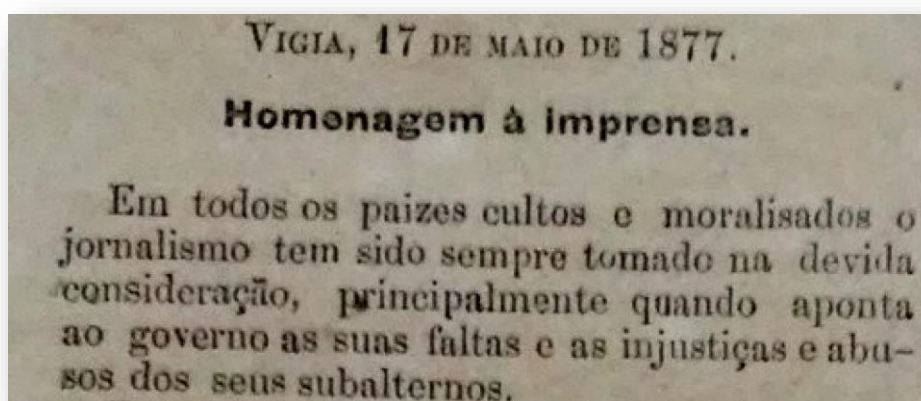
população. Desta forma, o jornal tornou-se o meio mais acessível à cultura escrita, pois possuía baixo custo financeiro e era de livre circulação. O ato de publicar artigos em jornais constituía-se, para os homens de letras, como um importante meio de divulgação de seus ideais, das suas próprias ações, de suas produções científico-literárias.

Assim como, eram responsáveis por disseminar uma imagem positiva das ciências, artes e de suas instituições associativas perante a população. Por isso, as Sociedades literárias investiam na publicação de seus próprios jornais; pois, atuavam como canais difusores dos espaços de conscientização da população sobre questões políticas, socioculturais e educacionais.

Outro assunto bastante debatido nos jornais, era a defesa da imprensa periódica. Nos discursos dos membros da Sociedade Literária 5 de Agosto publicados em jornais, fazia-se uma defesa da imprensa jornalística entendida como ferramenta fundamental na formação de indivíduos civilizados e para o progresso da província.

A figura 30, retirada da edição de maio de 1877, do Jornal “O Liberal da Vigia”, traz em sua primeira página uma homenagem ao papel da imprensa jornalística no destino político do Império brasileiro. Nas palavras do autor do artigo, a imprensa teria papel fundamental na conscientização dos indivíduos.

Figura 19 - Recorte do jornal O Liberal da Vigia



Fonte: Jornal O liberal da Vigia, 1887

Na continuação do artigo, figura 31, o autor destaca também o papel da imprensa na divulgação das ideias liberais da época:

Figura 20 - Recorte do jornal O Liberal da Vigia

E assim deve ser. A imprensa é a valvula de respiração dos opprimidos, e o jornalista que sabe comprehender a sua missão, é o medico humanitario que procura, com mão prodiga, curar as necessidades publicas. «A sua pena, diz o illustrado dr. Francklin Tavora, é um cinzel natural e inspirado que debasta esse grande marmore—o povo,—e que delle faz, como o de Canova, um Theseu vencendo o minotouro—o Theseu da liberdade,—o minotauro da anarchia.»

Fonte: Jornal O liberal da Vigia, 1887.

A análise dos jornais também nos traz importantes dados para comprehendemos a reforma nos hábitos e costumes que era defendida e propagada pelos homens de letras da década de 1870, em Vigia. No periódico O Espelho, há um “artiguito” que criticava o comportamento das pessoas que se preocupavam excessivamente com o luxo e com a vaidade.

Figura 21 - Recorte do artiguito “A Vaidade”

E conheceis vós, a Vaidade, meus caros irmãos? E' uma mulher terrivel! Filha legitima de Miss Soberba, natural da terra do carvão de pedra e de Mr. Luxo' enfatuado, francez de nação, a Vaidade teve ainda como seus avós o Duque das Imposturas e o general Basoffia, governadores da cidade da Tolice, onde a dita cuja foi baptisada pelo revd. padre Vituperio.



Assim, pois, meus irmãos,  
 reformemos os nossos costumes; procuremos banir para longe de nós a — Vaidade — e alcançaremos o céu, a patria dos escolhidos, a Jerusalem celeste, a cidade permanente, (desculpem a repetição) a habitação dos justos, a Sião deliciosa, a morada dos anjos, a casa de Deus, a bemaventurança eterna, o paraíso em fim.  
 E' a graça que vos desejo ... e a mim também

*Refrigerio Pabiencia:*

Fonte: Jornal O Espelho, outubro de 1878.

O “artiguito” que foi publicado na edição de 27 de outubro de 1878, escrito por “Refrigerio Pasciencia” (uma espécie de pseudônimo), traz severas críticas moralizadoras à postura de indivíduos que estão apenas preocupados consigo mesmos, para tal menosprezam o próximo. Exaltar as virtudes do ser humano e criticar os maus hábitos era uma postura típica dos homens de letras que compunham as instituições associativas de meados do século XIX, na Sociedade Literária 5 de Agosto esse tipo de postura era recorrente.

Neste contexto, a ideia de ser civilizado e educado estava atrelada a de moralidade e responsabilidade social, assim o jornal “O Espelho”, alertava seus leitores: “(...) O Espelho que não está afiliado a nenhum partido político, que não tem compromisso algum, exceto o de corrigir os costumes, não pode deixar de combater estas misérias sociais (...)” (Jornal O Espelho, 1878).

Um adendo, podemos dizer que em Sociedades literárias os jornais se constituíam em espaços de sociabilidade, pois além de servirem como canais difusores dos ideais da instituição e de conscientização dos indivíduos, eram utilizados pelos homens de letras como espaços de encontros e compartilhamento de ideias e ideias.

### 3.4.1.1 Os jornais no projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto

Mas, caberia aqui um questionamento: poderia os periódicos vigienses dar conta de (re)afirmar ou negar a existência de um projeto educativo com pretensão civilizatória coordenado pelos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto na cidade de Vigia do final do XIX?

Para responder tal questionamento consideramos uma das abordagens proposta Jinzenj (2012), que os jornais, enquanto fontes possam servir como suporte para o desenvolvimento da instrução, ressaltando seu uso para a divulgação de estabelecimentos e vigilância de procedimentos escolares.

O que está em conformidade com Nóvoa (2002) quando diz que a imprensa é, provavelmente, um dos canais que melhor podem revelar as realidades educativas. Uma vez que neles se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área.

“É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação” (NÓVOA, 2002, p. 31). No entanto, nesta pesquisa, partimos do pressuposto que os jornais são importantes fontes para descrição do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto na cidade de Vigia da década de 1870.

Com relação à escolha dos jornais, tivemos por critério o enquadramento temporal, escolhemos os jornais que circularam em Vigia entre as décadas de 1870 - 1880 e as décadas iniciais do século XX; cuidamos de selecionar notícias que tratassem das ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto e do sistema de educação pública em Vigia.

Acerca desses periódicos, já apontamos os critérios de escolha na subseção 1.7, que trata da periodização e das fontes da pesquisa, onde escolhemos para uma análise mais profunda os jornais, a saber: “O Espelho” e “O Liberal da Vigia”, sobre eles, apresentamos nos quadros 7 e 8 as seguintes informações:

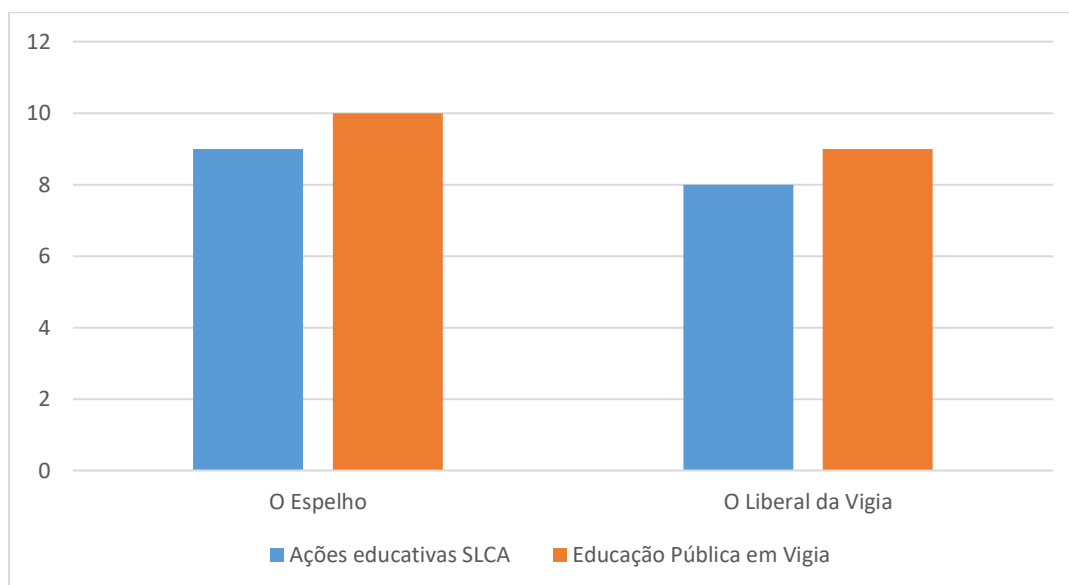
Quadro 6 - Informações gerais sobre a análise dos jornais “O Espelho” e “O Liberal da Vigia” quantidade de notícias referentes atuação educativa da Sociedade Literária 5 de Agosto e das escolas públicas de Vigia

Jornal	Posicionamento	Pertencente	pesquisados	Nº de notícias sobre as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto	Nº de notícias escola pública de Vigia
O Espelho	Literário, crítico e noticioso	Augusto Ramos Pinheiro e Manoel Epaminondas de Vasconcelos	Set. 1878 e Jul. 1879	9	10
O Liberal da Vigia	Órgão do Partido Liberal	Raimundo Bertoldo Nunes	(1877-1885).	8	9

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do trabalho (2021)

No gráfico 3, traçamos uma comparação entre os dados sobre informações gerais acerca dos jornais e a quantidade de notícias referentes à atuação educativa da Sociedade Literária 5 de Agosto e as escolas públicas de Vigia.

Gráfico 3 - Dados sobre os jornais “O Espelho” e “O Liberal da Vigia”



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor do texto (2021)

No gráfico 3, os dados coletados apresentam uma certa paridade com relação à quantidade de notícias voltadas à atuação educativa da Sociedade Literária 5 de Agosto e das escolas públicas de Vigia. Supomos que isso se dava devido a dois fatores: as notícias que tratavam das ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto, poderia representar o momento específico que a instituição passava, a



criação do externato da instituição; ou poderia ser por causa da participação de professores públicos na imprensa jornalística vigiense.

Neste sentido, podemos dizer que as notícias que tratam da temática de educação em Vigia, de um lado atendiam anseios de uma classe – a dos professores públicos -, que estavam sujeitos, segundo WITTMANN (1999), a uma série de tensões que delimitam o teor da produção de seus trabalhos; pois, se inserem dentro de um sistema ou circuito de comunicação no qual precisam atender às exigências implícitas ou explícitas dos editores, de uma ou várias comunidades de leitores, ou, de modo bem mais geral, de um mercado do impresso.

Ao disseminar a ideia de que a educação seria o caminho natural para se alcançar a civilização e o progresso, os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto. Por meio da imprensa jornalística, buscavam afirmar que suas ações educativas tinham como finalidade atender uma parcela da população que estava fora da sala de aula e/ou que não poderiam continuar os estudos secundários fora de Vigia. Uma vez que este nível de ensino inexistia nesta cidade.

Com essa ação, os homens de letras da Sociedade literária transformaram-na em uma instituição educativa que funcionaria como alternativa de continuação dos estudos para aqueles jovens que já haviam terminado o ensino primário, mas que estavam fora da escola. E, com isso, suprir um direito que o Estado negava à população interiorana da província, a modalidade secundária de ensino.

Em uma matéria publicada no jornal “O Liberal do Vigia” no ano de 1877, podemos ler que as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto se propunha:

[...] a abrir aulas de ensino primário e secundário, logo que seus fundos o permitirem.

A Sociedade literária 5 de Agosto, já o dissemos uma vez, há de continuar a viver, porque magnânimos são seus fins e porque conta com a proteção de todos os homens essencialmente amantes do progresso [...] (Jornal O Liberal da Vigia, 1877)

Na notícia (citada acima), destacamos que a intenção da Sociedade Literária 5 de Agosto em abrir as aulas de ensino primário e secundário, ainda não poderiam ser iniciadas, pois seus recursos ainda não permitiam. Contudo, deixa claro que a instituição já enseja intervenção dos homens de letras no cenário educativo em Vigia.

Uma outra função latente dos jornais seria a de servir como o campo no qual os membros da Sociedade Literária 5 de Agosto estabeleceram e fortaleceram redes interpessoais. Essas redes eram alimentadas por séries de notícias que mostravam as ações de outras instituições associativas que também buscam realizar ações educativas nos lugares onde estavam estabelecidas.

O entendimento de como se constituíam essas redes nas páginas dos jornais, pode nos auxiliar na compreensão de como o associativismo enquanto fenômeno social. O que se constituiu, para as instituições que congregavam homens de letras, em um projeto de nação com várias frentes de atuação (filantrópica, cultural, educacional, etc.).

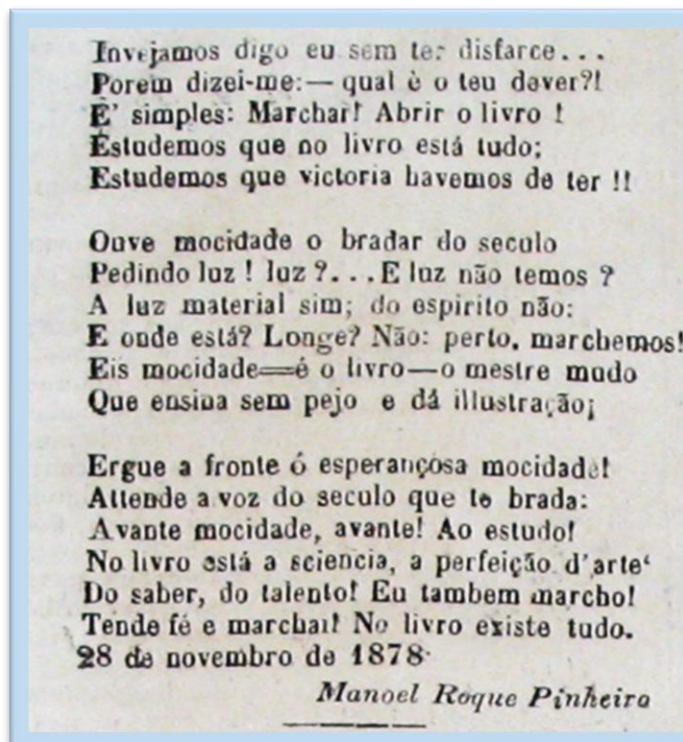
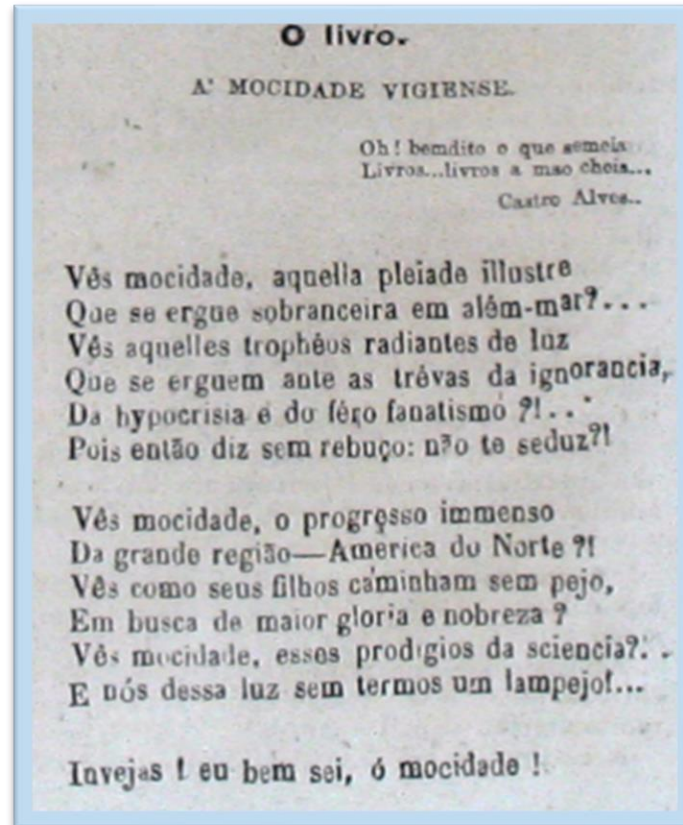
Um adendo, após analisar o papel dos jornais no projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto. Surge um questionamento: Como seria manter um jornal em Vigia de meados do XIX? Eis o que diz Araújo (2012) sobre as dificuldades que passava a imprensa jornalística vigiense em fins do século XIX:

Na cidade de Vigia do final do século XIX os periódicos serviram para levar a um público mais amplo os textos de caráter literário e ajudavam na circulação do saber e na construção de uma identidade nacional. A maioria deles, no entanto, tivera como grande desafio a falta de recursos financeiros para manter suas impressões e a maioria deles desapareceu rapidamente. (ARAÚJO, 2012, p. 63-64)

Em suma, além de contribuir para a divulgação das ações do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, a imprensa jornalística contribuiu também, de forma determinante, para a disseminação da cultura associativa entre os moradores de Vigia a partir da década de 1870.

### 3.4.2 A biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto: um lugar de ilustração e civilização

Figura 22 - Poema - O Livro



A poesia (figura 33), de Manoel Roque Pinheiro, foi publicada no jornal “O Espelho”, que circulou em Vigia em dezembro de 1878 e traz uma reflexão sobre o livro e sua importância para a juventude vigiense.

Na **1 Seção** desta tese, assinalamos que a posse do livro representou para as Sociedades literárias um objeto de poder; pois, desde que surgiram na Europa do século XVIII, buscaram popularizar o acesso à cultura escrita e ao saber científico, tão defendido pelos homens de letras do período. Daí o esforço para criação de bibliotecas por parte das Sociedades literárias na Província do Pará, tornando-as espaços de sociabilidade e saber que dariam acesso a esse bem valioso no século XIX, o livro.

Na Província do Pará, a situação da maioria das bibliotecas estava atrelada ao destino das Sociedades literárias. Contudo, foi o aumento no número de tipografias, a partir da segunda metade do século XIX, que contribuiu para o desenvolvimento da imprensa jornalística provincial e, conseqüentemente, para maior circulação do impresso, que deixou o campo propício à criação de Sociedades literárias e bibliotecas.

De modo geral, sobre a história das bibliotecas públicas e particulares da Província do Pará da segunda metade do século XIX, pouco conhecemos. Existem escassas fontes que tratam sobre o assunto. Mas, no ano de 1876, houve um levantamento sobre a situação das bibliotecas da província paraense, feito a pedido do Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira.

Tem a Província apenas uma Bibliotheca Pública nesta Capital, existindo tres outras particulares ou populares nas cidades de Cametá, Santarem e Vigia.

Na capital há também a biblioteca do Gremio Litterário Portuguez.

(Relatório do Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira, 1876)

Do relatório do Presidente da Província, pontuamos os seguintes fatos: no total haviam 5 (cinco) bibliotecas em todo território paraense no ano de 1876. Sendo duas bibliotecas na cidade de Belém: uma pública que seria a Biblioteca Pública da Província do Pará, e uma particular (01) do Grêmio Literário Português. Também haviam outras três (03) bibliotecas espalhadas pelo interior da província: uma (01) em Cametá que seria a do Gabinete Literário Cametaense; uma (01) em Vigia, que seria a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto e havia uma (01) em Santarém que não temos suposição de quem seria.

Do relatório, inferimos que das cinco (05) bibliotecas existentes na província três (03) eram pertencentes a Sociedades literárias, o que leva a crer que estas instituições estavam realmente atuando na democratização da cultura escrita na província.

Outro fato importante que destacamos no relatório de João Capistrano Bandeira, é a relação existente entre a criação bibliotecas com o aprofundamento e a continuidade dos estudos daqueles estudantes que já haviam terminado o ensino secundário. Revelando assim, uma certa preocupação do poder público com o progresso intelectual da província, especialmente, dos estudantes que já haviam terminado as etapas escolares.

[...] Cumpre não esquecer as imensas vantagens da criação de bibliothecas populares. De nada vale ensinar os meninos tudo quanto de mais útil lhes for, desde que, ao sahir da escola, tiveram de abandonar por uma vez os livros, e por falta deste não poderem alimentar o fogo sagrado que lhes accenderam na intelligência. Ainda que com lentidão devemos dar alguns passos para satisfazer tão imperiosa necessidade. (Relatório do Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira, 1876)

A biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto constitui-se parte do projeto educativo dos homens de letras da instituição que tinha como objetivo garantir acesso livre à cultura escrita para seus membros, mas também para não-membros, neste sentido entendemos que a criação da biblioteca foi uma ação de caráter ilustrativo-civilizatório e ao mesmo tempo educativo.

Dessa maneira, estava de acordo com as concepções de biblioteca pública que se consolidou, segundo Fonseca (1992), no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann (1796-1859) e Henry Barnard (1811-1900), em favor da educação para todos os segmentos da sociedade. Nesta concepção, a biblioteca não deveria ser um local que simplesmente armazena material para leitura, ao contrário, é ela uma instituição dinâmica, que levaria seus usuários a um contato mais amplo com a cultura escrita.

Bessone et al. (2016), na obra “Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos”, aponta que ao longo do século XIX, consolidou-se no Brasil um ambiente de intensa circulação de ideias, com o surgimento crescente de publicações como panfletos, periódicos especializados, jornais diários e livros, entre tantos outros produtos impressos.

A política cultural do governo Imperial, segundo Meireles (2017), tanto em relação ao controle estatal da palavra impressa através da Tipografia Régia, quanto

à sua coleção de bibliotecas que foram partilhadas para os dois lados do Atlântico, expressava a concepção real de que “esse *locus* de saber compunham uma das principais faces de um espelho, cuja imagem era de um Império vigoroso e politicamente forte e saudável. Tamanha pretensão, no entanto, se desvaneceu ao longo do tempo” (MEIRELES, 2017, p. 428).

Para Bessone et al. (2016), a consolidação da cultura escrita no Brasil do século XIX se deu devido à ampliação da esfera literária, que fora iniciada na primeira metade do século XIX, e continuou até o final do Oitocentos, não só na Corte, mas também nas províncias. Neste cenário, a cultura escrita teve diferentes objetos que podem ser analisados sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tanto nos âmbitos da história cultural, política, econômica, social quanto no da ciência.

Vianna (2016), no artigo intitulado “Impressos, bibliotecas e ideias: a ampliação da esfera literária na Província do Espírito Santo nos anos de 1880”, trata da fundação e formação do acervo de Clubes literários e Bibliotecas públicas da província do Espírito Santo. Assim como, nos dá um norte de como analisar a natureza e o gênero das obras consultadas nestes espaços que poderiam funcionar como difusoras de ideias de contestação à monarquia, bem como seus mecanismos de funcionamento. Para a autora, a criação de Sociedades literárias e bibliotecas não pode ser caracterizada apenas como espaços de leitura. Mas também de intenso debate político e científico, como propagadora de ideias e novas correntes políticas.

Mollier (2010) aponta que, uma forma de analisar as bibliotecas públicas e os acervos particulares do Brasil do século XIX, seria partir da compreensão dos acervos, das práticas de leitura e do público leitor desses espaços de leitura. Isso permite entender o que era lido nas províncias, a interferência da leitura na formação dos indivíduos e nos movimentos de contestação da monarquia, além de caracterizar a recepção e a circulação das ideias políticas. Para este autor, as investigações dessa natureza auxiliam ao mapeamento do mercado livreiro e as transações que ocorriam entre o Brasil e outros países da Europa como a França.

Para Barbosa (2010), no Brasil do século XIX, a disseminação e modernização de tipografias, somado às mudanças nos sistemas de transportes naval e ferroviário, que proporcionaram a melhoria dos serviços de correios, fizeram

com que os impressos atingissem até mesmo os leitores das áreas mais distantes das províncias do Império.

O que foi preponderante para a disseminação de instituições de leitura, bibliotecas e Sociedades literárias, que segundo Morel (2005) foram as instituições relacionadas à consolidação da cultura escrita como meio primordial de legitimação de ideias e de formação de opinião pública, ao mesmo tempo, em que se constituem como verdadeiros meios de ascensão social.

Neste cenário, a biblioteca, que compreendemos ser, na Província do Pará das décadas finais do século XIX, um espaço de sociabilidade que objetivava a disseminação da cultura escrita, exerce importante função no projeto educativo dos homens de letras que compunham as Sociedades literárias.

O que tornou a criação de bibliotecas quase uma obsessão para esses sujeitos. Que, ao mesmo tempo, eram responsáveis pela sua criação, manutenção, funcionamento, pela escolha do acervo e pela defesa, perante a sociedade, da sua importância, onde os indivíduos teriam acesso a bens culturais da humanidade e a conscientizar-se sobre questões políticas e sociais da época.

A biblioteca, durante as décadas finais do século XIX na Província do Pará, constituiu-se em um importante ponto de contato dos homens de letras com a população em geral. Contudo, convém admitir que, enquanto espaços de sociabilidade, a biblioteca de um lado facilitaria o acesso da população ao saber de diversas áreas do conhecimento; por outro lado, simbolizaria, para os homens de letras, um deleite intelectual; pois, ali poderiam ter acesso a um acervo de literatura nacional e universal com algumas obras proibidas pela Igreja.

Desta forma, a posse do livro conferiria aos homens de letras uma certa autoridade, visto que seriam os agentes do saber, de “luz”, que levariam à população menos favorecida, financeira e intelectualmente, o acesso à cultura escrita.

Os sujeitos históricos do Oitocentos que buscavam criar bibliotecas na década de 1870 na Província do Pará, entendiam que elas, assim como as tipografias, a imprensa, as apresentações artísticas (peças de teatro, concerto musicais, etc.) e as campanhas humanitárias, eram parte de um projeto de nação com desdobramentos na política, na cultura e na educação.

Deste modo, as bibliotecas eram compreendidas como canais de produção de novas leituras, olhares e saberes, e se constituíam em pedras fundamentais para a formação de uma elite intelectual na província paraense. Neste contexto, a biblioteca

tornou-se um tipo de porta-voz dessa elite intelectual que necessitava urgentemente de legitimação por parte da sociedade paraense do final do século XIX.

Em Sociedades literárias, as bibliotecas serviam como espaços de sociabilidade propagadores das “luzes”, de novas ideias, da educação e como veículos de civilização que elevaria o progresso para a província. Essas significações, defendidas pelos homens de letras, viam a biblioteca como parte importante para igualar o Império do Brasil às nações civilizadas europeias e norte-americanas.

Vianna (2016, p. 204) nos adverte que “a criação de bibliotecas como espaços de difusão de conhecimento, a partir da iniciativa e necessidade das elites intelectuais locais, foi uma prática recorrente em diversas regiões do Império”. Por exemplo, a Província do Amazonas só passou a vivenciar a experiência de uma sala de leitura em meados da década de 1870, acompanhando a modernização e as modificações urbanas de Manaus.

Para Arruda (2016), a biblioteca pública de Manaus foi criada por e para a elite intelectual da época, na tentativa de fazer da cidade uma referência intelectual. Vianna (2016) comenta que o mesmo processo que levou à criação da biblioteca manauara, podemos ver na criação da primeira biblioteca pública do Pará, também criada na década de 1870, na capital (Belém), espaço de saber que tinha a função de materializar uma demanda da elite intelectual paraense. Acreditamos que na mesma lógica foram sendo criadas as bibliotecas das Sociedades literárias na província paraense.

Com a fundação da Biblioteca Pública da Província do Pará, juntamente com outras bibliotecas que foram criadas por Sociedades literárias da província, podemos dizer que houve de forma mais contundente a circulação de novas ideias no Pará, o que contribuiu para aumentar o papel da cultura escrita nas discussões sobre o progresso civilizatório da província.

Ainda na década de 1870, paralelo ao surgimento das primeiras bibliotecas públicas e particulares pertencentes às Sociedades literárias vivenciadas na província paraense, iniciou-se forte discussão sobre a necessidade desses espaços de sociabilidade para o sistema de ensino.

Supomos que isso era uma demanda educacional, assim como uma necessidade progressista da elite ilustrada da década de 1870; pois, ao estabelecerem espaços dedicados à cultura escrita, os homens de letras teriam um



lugar para atender seus próprios projetos pessoais. Todavia, sem deixar de lado as demandas sociais, culturais e educacionais da sociedade.

Portanto, a biblioteca como espaço de sociabilidade destinado ao saber, era, uma novidade para a maior parte dos paraenses das três últimas décadas do século XIX. No entanto, a ideia de uma biblioteca já era parte do projeto educativo de várias instituições associativas da época, sobretudo das Sociedades literárias, que acreditavam que a criação de espaços dedicados à cultura escrita simbolizaria uma nova era da civilização e do progresso na Província do Pará.

Apesar de manter um acervo que disponibilizava à população paraense, o contato com diversas teorias que estavam em voga no Brasil nas décadas finais do século XIX, a Biblioteca Pública do Pará, no entanto, não era acessível a todos os indivíduos da província. Isso poderia ser devido à distância que existia entre as cidades do interior e a capital, o que deixava seu acesso restrito à população da cidade de Belém.

Logo, essa restrição fez com que a demanda pela criação de espaços dedicados à cultura escrita tomasse conta dos debates e discussões dos homens de letras do interior da província, tornando a sua criação uma meta civilizatória, o que acabou se concretizando em várias localidades do interior.

Desta forma, as bibliotecas surgiram concomitante às instituições associativas, sobretudo em Sociedades literárias, contudo a constituição desses espaços de leitura que partiram da iniciativa de homens de letras, teve apoio da sociedade civil, do poder público e da imprensa jornalística. Deste modo, entendemos que tal fato constitui-se em um fenômeno de natureza sociológica.

Mas, afinal, como se deu a criação da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto? Provavelmente a ideia da criação da Sociedade Literária 5 de Agosto surgiu por iniciativa do professor público Francisco de Araújo Nunes (fundador e presidente da instituição na década de 1870), que reuniu, em sua residência, homens de letras que se autointitulavam amantes do progresso, das ciências e das letras que almejavam possuírem uma biblioteca para servir ao seu projeto educativo, além de levar a cultura escrita à população vigiense.

No final da década de 1870, a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto já contava com uma variedade de materiais de leituras (livros, periódicos, mapas, atlas, entre outros). A maioria desse material foi obtido por meio de doações. Assim, a biblioteca representou muito mais que um estabelecimento dedicado à cultura

escrita, seu nascimento carregava em si a simbologia do progresso civilizatório que vivia a cidade de Vigia.

A iniciativa da Sociedade Literária 5 de Agosto abriu espaço para a criação de outras bibliotecas em Sociedades literárias. Por exemplo, em São Caetano de Odivelas, localidade pertencente à Comarca de Vigia, também houve a criação de uma pequena biblioteca organizada pela Sociedade Literária Odivelense no ano de 1877.

Na inauguração estava presente um dos membros fundadores da Sociedade Literária 5 de Agosto da cidade de Vigia, Raimundo Bertoldo Nunes, que proferiu um discurso em homenagem à iniciativa da Sociedade Literária Odivelense:

[...] aos habitantes de S. Caetano que, envidando seus esforços para a realização da instalação de uma Sociedade literária, de uma biblioteca e a abertura de um modesto teatro, propiciaram aquele povo os verdadeiros meios de chegar ao conhecimento dos seus deveres sociais e provaram que estão dispostos a tomar parte ativa na grande causa deste século que só procura firmar em bases sólidas a liberdade, igualdade e fraternidade das nações. (Jornal O Liberal da Vigia, dezembro de 1877).

Ao noticiar a inauguração da biblioteca da Sociedade Literária Odivelense da localidade de São Caetano de Odivelas, Raimundo Bertoldo Nunes enfatizou que os indivíduos que ali compareceram visavam o desenvolvimento e o progresso daquela localidade, logo estavam tomando parte ativa na grande causa do século do século XIX: a liberdade, igualdade e fraternidade das nações.

Na notícia, também vemos a invocação do lema do Iluminismo do século XVIII, podemos dizer que os esforços desses sujeitos para poderem disseminar a cultura escrita, era uma forma de incursão pela democratização do conhecimento, apesar de serem espaços relativamente modestos, pois segundo o autor da notícia a biblioteca contava com pouco mais de duzentas obras.

Nas palavras de Bertoldo Nunes, as bibliotecas assim como as Sociedades literárias, elevariam o grau de progresso da província, mas não só elas, pois também as linguagens artísticas teriam papel importante. Por exemplo, na cidade de Vigia, no mês de março de 1879, aconteceu na sala de reuniões da Sociedade Literária 5 de Agosto uma sessão extraordinária da Sociedade Philo-scenica. A notícia trata da importância das artes cênicas na instrução moral do povo.

**Sociedade – Philo-scenica.** Tem si do grande o silencio e frieza desta sociedade. É preciso que os seus membros se compenetrem da necessidade que há em termos aqui momentos da distração, a fim de ver se assim se extinguem as constantes intrigas que nos afligem.

É trabalhando em pról desta sociedade, é dando representação dramáticas, e instruindo o povo que conseguiremos o nosso adiantamento moral.

É de esperar, portanto, que os jovens actores vigienses abandonem os tropeços que aparecerem e prossigam no caminhar do progresso. (Jornal O Espelho. Vigia, 23 de março de 1879)

Em outra notícia também no jornal “O Espelho”, podemos ler que as artes cênicas, assim como as bibliotecas, teriam papel igualmente importante no progresso da sociedade. A notícia é uma transcrição de uma carta enviada por Raimundo Bertoldo Nunes, que esteve presente na inauguração da Biblioteca da Sociedade Literária Odivelense:

Ao illm. sr. Raimundo B. Nunes – Odivellas 31 de dezembro de 1879 – illm. sr. – As ocupações dos homens não devem se limitar ao trabalho manual; as horas que podemos dispensar deste trabalho rude, mas proveitoso ao bem estar da família, devemos empregar-as no cultivo do espirito.

Tal tem sido nossa norma de proceder neste lugar, já creando uma sociedade em que os moços discutem pontos tirados à sorte, já inaugurando uma biblioteca para a leitura diária, já edificando um thetrinho, - eschola poderosa de moral, alavanca da civilização moderna [...]. (Jornal O Espelho, 1879).

O empreendimento da Biblioteca Pública da Província do Pará foi um projeto de iniciativa governamental, diferentemente das bibliotecas do interior da província instaladas por Sociedades literárias, que eram de iniciativa particular. Contudo, destacamos que, independentemente, de como estas bibliotecas foram criadas na província paraense, podemos apontar características comuns entre elas.

Além dos mesmos ideais e a vontade de colocar a província a par da modernização que tomava conta do Brasil à época, destacamos que tanto no projeto da biblioteca pública da Província do Pará quanto nos projetos das bibliotecas em Sociedades literárias, os homens de letras estavam à frente, e davam a estes projetos um aspecto intelectual e, sobretudo, educacional.

Nas fontes documentais da pesquisa (ofícios, balancetes de prestação de contas, estatutos, entre outras), encontramos vários indícios que mostravam a preocupação das Sociedades literárias com a criação e a manutenção de bibliotecas. Talvez essa preocupação derivava, pois, da necessidade de possuir um espaço de reverência à cultura escrita e ao saber. Assim como, para que servisse de ferramenta capaz de alcançar os anseios ilustrativos e civilizatórios dos membros da instituição.

Desse modo, podemos dizer que um dos principais objetivos dos homens de letras era fomentar a cultura escrita por meio do estabelecimento de uma rede de

leitores nos lugares onde estas Sociedades literárias se instalavam. Lugares que passaram a ter maior circulação de impressos e ter acesso a novas ideias como o cientificismo, o republicanismo e o positivismo, por exemplo.

No Pará, as Sociedades literárias se empenharam na resolução do problema da falta de bibliotecas no interior da província. No quadro 10, mostramos as Sociedades literárias que possuíam algum indício, ou não, de criação de bibliotecas<sup>83</sup>:

Quadro 7 - Sociedades literárias paraenses que possuíam indícios de Biblioteca

Nome	Cidade	Indício que houve biblioteca
Sociedade Club Literário Científico	Belém	Não
Grêmio Literário Português do Pará	Belém	SIM
Gabinete Literário Cametaense	Cametá	SIM
Sociedade Literária e Beneficente 5 de Agosto	Vigia	SIM
Sociedade Palestra Literária	Ponta de Pedras	SIM
Gabinete Literário de Marapanim	Marapanim	SIM
Gabinete Cearense de Leitura	Belém	NÃO
Sociedade Literária Esperança	Belém	NÃO
Sociedade Litteraria Odivellense	São Caetano de Odivelas	SIM
Gremio Litterário Obidense	Óbidos	SIM

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do trabalho (2021)

Nas últimas décadas do século XIX, haviam 07 (sete) Sociedades literárias que acreditavam que a democratização do acesso à cultura escrita por meio das bibliotecas era algo fundamental para elevar o grau de progresso civilizatório da Província do Pará. A relação entre a cultura escrita e progresso civilizatório fora muito difundida entre a elite brasileira do final do século XIX.

Segundo Veloso e Madeira (1999):

o acesso ao escrito era então compreendido como um dos aspectos centrais para o desenvolvimento de uma população civilizada, capaz de se submeter à ordem pública e ainda levar a nação brasileira a ingressar na corrida constante que culminaria com o “progresso”. Tendo em vista a necessidade de se constituírem um povo e uma nação civilizados, as elites brasileiras buscavam inspiração na França, tomando esse país como o modelo de civilização almejado. Daí o interesse pelos espaços de sociabilidade, pelo idioma, livros e autores franceses. (VELOSO e MADEIRA, 1999).

Podemos supor que a biblioteca além de atender os anseios ilustrativos e civilizatórios dos projetos educativos instituídos pelos homens de letras em Sociedades literárias, também eram parte de um projeto político ligado à ideia de revolução científico-liberal.

<sup>83</sup> Consideramos a documentação que está disponível para consulta no Arquivo público do Pará.

Deste modo, verifica-se que nos anos 1870, década que ocorreu um boom de Sociedades literárias na Província do Pará, conseqüentemente, foi a década onde se intensificou a instalação de bibliotecas na província. O que contribuiu para maior circulação de novos ideais políticos na região paraense.

Neste cenário, o que era lido nas bibliotecas passou a estampar as páginas dos jornais, o que disseminou ainda mais as novas correntes científicas-liberais que estavam em voga na época. Segundo Chartier (1994), na Europa do século XVIII, as obras literárias, científicas e os jornais, transformaram-se em formas de sociabilidade onde novos pensamentos questionaram e modificaram as relações de força existentes.

As bibliotecas das Sociedades literárias da Província do Pará, ao fornecerem acesso a materiais de leitura, tais como: obras literárias, artigos científicos, periódicos diversos. Logo, transformaram este conjunto de obras em formas de sociabilidade, neste período era comum ter matérias nos jornais sobre as obras que os homens de letras queriam socializar. Conforme, podemos ler no jornal “O Liberal da Vigia”, uma matéria descrevendo um dos livros que foram doados para a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto.

#### CRONICA GERAL

Pequeno ensaio positivista – Pelo sr. Serafim José Alves, editor da Revista Escola e da coleção de livros elementares (Rio de Janeiro) fomos obsequiados com um exemplar da obra à cima, editada em sua oficina.

A publicação dos – Ensaios positivistas em por fim inaugurar entre nós a filosofia positivista de Augusto Conte, já constituída na Europa e que conta no Brasil grande número de adeptos.

Sobre os pontos doutrinários da nova filosofia [...] diz o ilustrado Miguel Lemos p. 136: “Quem é levado a estudar estas questões filosóficas tão somente para obedecer a uma necessidade intelectual, com a imparcialidade de puro amor à verdade[...]

Quanto ao método adaptado pela filosofia positiva, o método indutivo é sem dúvida o que melhor conduz ao conhecimento da verdade. [...] (Jornal O liberal da Vigia, 1877).

Mas, como se dava a criação e a manutenção de uma biblioteca em uma época onde o analfabetismo era a realidade. Segundo o recenseamento realizado em 1872 a população total do Brasil era 8.854.774 de indivíduos, deste havia 7.290.293 na faixa etária 5 anos ou mais de analfabetos o que corresponderia a 82,3% da população. “O índice de 82,3% analfabetismo punha o Brasil em posição desconfortável nos fins do século XIX. Mais que isso, fundamenta qualquer esforço em prol da escolarização para sanar o problema.” (FERREIRA e CARVALHO, 2014,

p.3). Nesse contexto, a educação no período Imperial seria quase uma marca distintiva de uma pequena parcela da população.

Essa era a realidade da Província do Pará da segunda metade do XIX, observa-se que havia um elevado grau de analfabetismo e, conseqüentemente, uma pequena parcela de leitores, isso nos leva a questionar: qual seria a verdadeira função das bibliotecas em Sociedades literárias neste cenário?

Inferimos que cumpriam duplo papel, de um lado atenderam um pequeno público de leitores ávidos por consumir materiais de leitura e de outro fomentar uma cultura letrada para uma população que pouco tiveram acesso à instrução.

#### 3.4.2.1 O acervo da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto

Sobre a formação do acervo bibliográfico da Biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto. Grande parte era composto por doações. Na década de 1870, o jornal “O Espelho” trouxe em suas páginas notícias de doações de materiais de leitura para a biblioteca da Sociedade, que chegavam pelos navios a vapor que aportavam em Vigia. Transcrevemos umas dessas notícias.

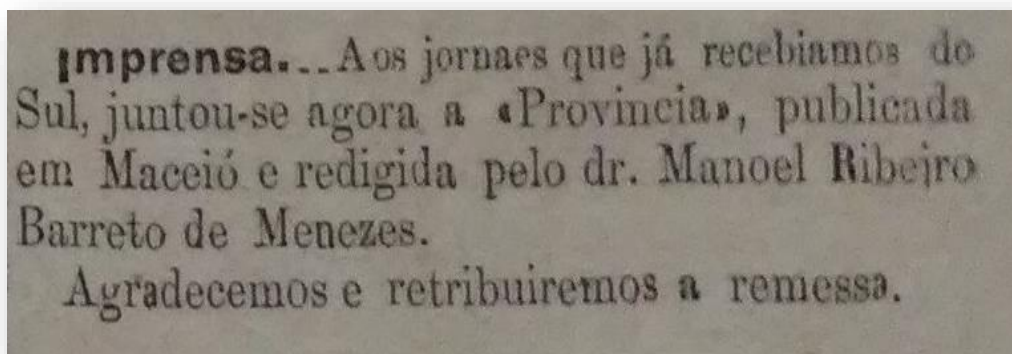
Importante oferta – O Director interino da Directoria geral de estatística da corte acaba de enviar directamente á Biblioteca da sociedade *Cinco de agosto* um exemplar do relatório e trabalhos estatísticos do corrente anno, obra esta de reconhecida importância.

Com a devida vênua publicamos em seguida o officio que acompanhou á offerta.

Eil-o: - Nº 9139 – Directoria Geral de Estatistica – 1º secção – Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1879 – Illmº Senr. – Tenho a satisfação de passar ás mãos de V. S. para uso dessa Biblioteca, um exemplar impresso do Relatório e trabalhos estatísticos do corrente anno, que esta Directoria apresentou a S. Exc. o sr. Ministro do Imperio. Deos Guarde a V.S. – Illmº Sr. Bibliothecario da Biblioteca da Vigia – (assignado) O Diretor Geral interino, Jeronimo Bandeira de Mello. (Jornal O Espelho. Vigia, 1879).

Não só livros eram doados para a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto, periódicos de outras províncias do Império também compunham o seu acervo. Como podemos ler no jornal “O Liberal da Vigia”:

Figura 23 - Recorte do jornal O Liberal da Vigia



Fonte: Jornal O liberal da Vigia, março 1877

Contudo, a prática de pedir doações de materiais de leitura era algo bem difundido entre as Sociedades literárias do período. Encontramos nas fontes documentais da pesquisa como os ofícios que eram enviados para os Presidentes da Província do Pará, neles podemos encontrar vários exemplos dessa prática, entre as quais destaca-se os ofícios que eram enviados pelas diretorias da Sociedade Literária 5 Agosto que solicitam doação de livros e periódicos.

A Sociedade religiosa e beneficente “Cinco de Agosto”.

[...] vem recorrer á sua valiosa protecção, pedindo a contribuição de algumas obras para augmento da supradita bibliotheca que tanta attenção mereceu ao antecessor de V.Ex<sup>a</sup>, que, ainda agora, mesmo de longe, d’ella se não tem esquecido.

Talvez que hoje já lhe possam ser fornecido os jornaes officiaes da provincia e da Corte, que, no tempo de honrada administração do illustre Sr. Dr. Bandeira de Mello Filho, não foi possivel conseguir-se, apesar dos seus bons anseyos [?].

A sociedade religiosa e beneficente “Cinco de agosto” confia que V.Ex<sup>a</sup> não deixará de corresponder ao seu appello e aproveita o ensejo para apresentar-lhe os seus protestos de alta consederação e respeito.

Deos guarde a V.Ex<sup>a</sup>

Vigia, 15 de outubro de 1878.

Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. José Joaquim do Carmo.

M<sup>o</sup> Digno Presidente desta Provincia.

Neste contexto, podemos dizer que não só a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto, dependia de doações constantes de materiais para manter suas prateleiras cheias, e servir tanto aos anseios ilustrativos dos seus membros, quanto à população de Vigia, pois encontramos indícios dessa prática em outras bibliotecas da Província do Pará que foram criadas por iniciativa de homens de letras em Sociedades literárias, como por exemplo, a Sociedade Literária Club Santista da cidade de Belém-PA.

A Diretoria do Club Santista tem a honra de comunicar a V.Ex<sup>a</sup>. que estando procedendo a organização da Biblioteca da Sociedade, e desejando que ela seja enriquecida com os relatórios e mais documentos oficiais impressos que tem referencia à administração de todas as Províncias do Império vem solicitar a V.Ex<sup>a</sup>. como digno Presidente dessa Província o seu valioso concurso em favor do mesmo Club.” [...] <sup>84</sup>

Também encontramos nas fontes documentais, correspondência de Sociedades literárias de outras províncias do Império que solicitaram à presidência da província paraense, materiais de leitura, como exemplo, temos o ofício enviado pela Sociedade Parthenon Literário da cidade de Porto Alegre, Província do Rio Grande do Sul.

O referido documento termina elogiando o Presidente da Província do Pará, chamando-o de “protetor das letras “e responsável pelo “progresso da mocidade.” Transcrevemos parte:

A Sociedade Parthenon Literário está criando uma biblioteca. Era lamentável que uma província da ordem do Rio Grande do Sul não houvesse biblioteca pública o Parthenon tomou para si a tarefa de fundar uma em que os seus sócios ou não vão beber informações e buscar dados para uso próprio.

[...] Por isso venho pedir-lhe a legislação completa da Província do Pará <sup>85</sup>

Outra prática comum das Sociedades literárias, para conseguir materiais de leitura para compor os acervos de suas bibliotecas, era pedir doações de periódicos diretamente dos editores dos jornais. Como podemos ler no ofício que foi enviado pelo Gabinete Literária Marapaniense da cidade de Marapanim-PA, ao jornal “O Liberal da Vigia.”

Offício – Do 1º secretário do Gabinnete litterário de Marapanim [...]

Secretaria do Gabinnete litterário de Marapanim 24 de setembro de 1877. – Illm. Sr. – De ordem do presidente da associação do Gabinnete litterário de Marapanim, agradeço do imo d’alma a remessa que à pedido do nosso prestimoso consócio capitam Albano Antonio de Moraes Castro fez V.S. e continua a fazer de seu bem elaborado e acreditado periódico [...]

Apresento a V.S. meus protestos de gratidão e estima. – Deus guarde a V.S. – Illm. Sr. Raimundo Bertoldo Nunes. D. Redator dos periódicos “Liberal” e “Orvalho”. – Diniz Henriques Ferreira Botelho, 1º secretário.

Aos ilustres diretores do Gabinnete litterário de Marapanim cumpre-nos afirmar que de boa vontade de concorreremos sempre com o nosso pequeno óbolo para a sustentação de qualquer edifício, onde o povo possa ir beber a agua substancial da sciencia. (Jornal O Liberal da Vigia, outubro de 1877)

<sup>84</sup> Ofícios encaminhados pela mesa diretora da Sociedade Literária Club Santista aos presidentes da província entre os anos de 1869. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, caixa 312 – ofício de diversas sociedades. APEP

<sup>85</sup> Ofícios encaminhados pela mesa diretora da Sociedade Parthenon Literário aos presidentes da província entre os anos de 1869. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, caixa 312 – ofício de diversas sociedades. APEP



Em suma, esses eram os meios utilizados pela Sociedade Literária 5 de Agosto para poder compor o acervo de sua biblioteca. Esse empenho aparece em várias das Sociedades literárias da Província do Pará. De modo geral, as bibliotecas criadas por este tipo de instituição associativa foram pensadas como espaços de sociabilidade onde haveria a circulação de saberes e o acesso à cultura escrita, mas para existirem de fato, dependiam da doação de terceiros, visto que elas sozinhas não dispunham de recursos financeiros suficientes para comprar livros e/ou outros materiais de leitura<sup>86</sup>.

#### 3.4.2.2 O funcionamento da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto

Começamos com os seguintes questionamentos: onde e como se dava o funcionamento das bibliotecas em Sociedades literárias?

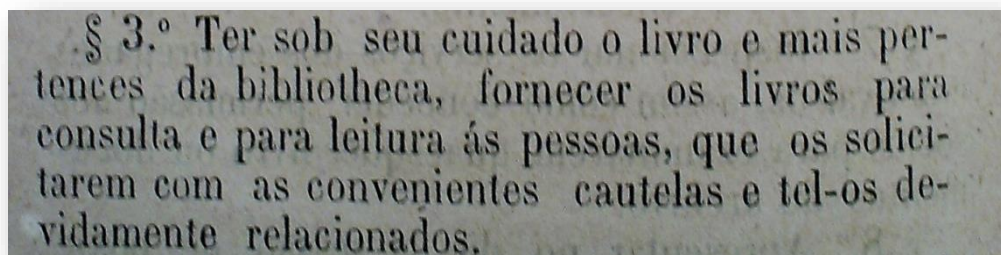
Diferentemente da Biblioteca Pública da Província do Pará, que desde seu nascimento recebeu a ajuda financeira da administração pública da província, as bibliotecas das Sociedades literárias foram projetadas por iniciativa de particulares, que tinham um objetivo específico naquele tempo, isto é, preencher uma demanda, a falta de livros e espaços dedicados à cultura escrita. Sobretudo, no interior da província paraense, os locais escolhidos para a instalação dessas bibliotecas eram, geralmente, as casas de seus membros. Como foi o caso da Sociedade Literária 5 de Agosto, onde a biblioteca funcionou na casa do presidente da instituição, o professor primário Francisco Q. de Araújo Nunes.

O funcionamento da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto era de responsabilidade do 2º secretário. Podemos ler no Art. 40:

---

<sup>86</sup> Um adendo, sobre a quantidade de livros que compunham o acervo da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto na década de 1870, não temos dados exatos, mas, segundo Baena (1885), a biblioteca já contava com mais de seiscentos volumes para consulta. Além de possuir outros materiais de leitura como: periódicos, mapas, etc.

Figura 24 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

A democratização da cultura escrita fora um dos temas que agitou o cotidiano da Sociedade Literária 5 de Agosto. Logo, possuir um espaço de sociabilidade dedicado ao saber científico-literário representaria uma espécie de poder simbólico para a instituição em um contexto social, do século XIX, onde a posse do saber daria um certo grau de autoridade a quem o detivesse. A partir do funcionamento da biblioteca, podemos dizer que houve em Vigia maior difusão de obras literárias e científicas, por exemplo.

Outros impressos como periódicos de outras partes do Império também passaram a ter maior circulação entre os leitores. No entendimento de Jinzenji (2012), era prática comum, as bibliotecas no século XIX abrigarem jornais vindos de outras partes do Império brasileiro. Isso contribuiu para que houvesse uma maior circulação de informações que estavam para além das fronteiras geográficas das províncias.

Neste sentido, a criação da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto está intrinsecamente ligada às dificuldades de circulação da cultura escrita. Neste contexto, possuir uma biblioteca daria à instituição a convicção de que esta seria uma propagadora do saber. Isso conferiria um certo prestígio social para seus membros que seriam responsabilizados pelo progresso das letras, ciências e ilustração da população.

#### 3.4.2.3 A biblioteca no projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto

Na década de 1870, a Sociedade Literária 5 de Agosto utilizou a biblioteca como suporte importante para as ações educativas da instituição, pois nela estavam

provavelmente os livros que eram utilizados nas aulas do externato. Além de representar simbolicamente uma extensão dos ideais educativos que eram defendidos e exaltados pelos sujeitos que compunham a instituição.

Na Província do Pará, as Sociedades literárias se especializaram na criação de espaços dedicados à cultura escrita, que atenderam aos anseios de uma época em que a leitura passava a ser entendida como recreação e ilustração. Mas, havia algumas funções latentes da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto. Como, a de servir de ferramenta ilustrativa-civilizatória no projeto educativo dos homens de letras e de servir aos anseios dos professores que atuavam tanto no sistema público de ensino quanto no externato da instituição. Visto que, acreditavam que o ato de frequentar uma biblioteca contribuiria para o engrandecimento intelectual, tanto dos estudantes das escolas públicas de Vigia quanto do externato da instituição.

Em ofício que fora escrito pelo 1º secretário da Sociedade Literária 5 de Agosto, Raimundo Bertoldo Nunes, o qual também atuava como professor adjunto de uma das escolas de ensino primário de Vigia, ao Presidente da Província do Pará, podemos inferir que tanto a biblioteca quanto as ações educativas eram importantes para o projeto educativo da instituição.

A sociedade religiosa e beneficente “Cinco de Agosto”, convicta do interesse que V.Ex<sup>a</sup> nutre pela instrução popular – verdadeira base da liberdade e do progresso – e desejosa de continuar a concorrer na medida de suas forças para o desenvolvimento da mesma, como o tem feito até agora – criando uma pequena bibliotheca, e algumas aulas nocturnas de Portuguez, Arithmetica, Geographia e Francez [...] <sup>87</sup>

Para esses homens de letras, a biblioteca teria o poder simbólico, que as escolas teriam na ilustração dos indivíduos. Criar uma biblioteca era caminhar em direção à civilização. Frequentá-la seria corroborar com os ideais progressistas defendidos por seus criadores.

Assim, a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto nasceu com a finalidade de disseminar, através da cultura escrita, o saber científico e os “bons costumes”, o que se constituía como outra função latente da biblioteca, pois nele estariam obras que estimulavam o refinamento dos hábitos dos indivíduos.

Neste contexto, a biblioteca serviria para a Sociedade Literária 5 de Agosto como um ambiente dinâmico onde havia o desenvolvimento de ações estratégicas de acesso à cultura escrita, o que contribuiriam diretamente para o projeto educativo

<sup>87</sup> Ofícios encaminhados pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto aos presidentes da província entre os anos de 1873-1878. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) - ofício de diversas sociedades. APEP

dos homens de letras da instituição. Podemos dizer que havia um tipo de responsabilidade social por parte dos membros da instituição; pois, ao garantir acesso ao saber, permitia que a população de Vigia pudesse acessar obras literárias que antes eram inacessíveis.

O hábito de frequentar uma biblioteca fazia parte das novas práticas culturais e os novos de hábitos e costumes (importados da França e da América do Norte), que ajudaram a consolidar a existência de uma elite intelectual que atuou diretamente do debate público sobre a qualidade do ensino público na Província do Pará, a partir da década de 1870. Essa elite intelectualizada que organizada coletivamente em forma de instituição associativas contribuíram para a criação de bibliotecas públicas e particulares. O que, por conseguinte, ampliou o acesso à cultura escrita no interior da província paraense.

Por fim, podemos dizer que os homens de letras da década de 1870 que compunham Sociedade Literária 5 de Agosto viam a biblioteca como a incorporação do ideal iluminista das “luzes”, onde o saber contido nos impressos seriam o símbolo que levariam ao progresso e a civilização.

Um adendo, reforçamos a necessidade de inserir as bibliotecas das Sociedades literárias da Província do Pará no mapeamento das bibliotecas do Império. Consideramos que a análise desses espaços de sociabilidade possibilita compreender a circulação do impresso, e a utilização dessas instituições associativas na difusão da cultura escrita nas décadas finais do século XIX no norte do Brasil.

Neste sentido, a biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto iniciou na década de 1870 e continua ativa até hoje, apesar de ser fechadas algumas vezes nestes 150 anos de fundação, ainda hoje, permanece contribuindo para a disseminação do saber em Vigia e se converteu em um dos poucos centros de conservação de memória no interior do Estado do Pará<sup>88</sup>.

Finalizamos a Seção 3, na Seção 4 passaremos à análise do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto.

---

<sup>88</sup> Apresentamos em anexo o catálogo de livros da biblioteca contendo as obras do século XIX, algumas obras eram, possivelmente, utilizadas no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto. O mapeamento das obras que eram lidas na Biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto nas décadas finais do século XIX, pode indicar que havia larga circulação do impresso, sobretudo de livros. Destacamos a obra de Auguste Comte “O Catecismo Positivista”. Havia também obras jurídicas, religiosas e literárias da época, como as obras de Camilo Castelo Branco e Júlio Verne, que eram proibidas pelo clero da época.

## **4 A CRUZADA DOS HOMENS DE LETRAS DA SOCIEDADE LITERÁRIA 5 DE AGOSTO PELO PROGRESSO CIVILIZATÓRIO DA CIDADE DE VIGIA**

Na Seção 4, analisa-se as ações educativas dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto. Para tanto, parte-se da compreensão das ações desenvolvidas pelos homens de letras, que estavam congregados em instituições associativas de caráter científico-literário, na Província do Pará na década de 1870, e que buscavam incessantemente contribuir para o progresso civilizatório da província. Também buscou-se entender alguns aspectos que permeavam os discursos dos homens de letras, entre eles: religião, moral e civilidade.

Além disso optou-se por realizar uma reflexão sobre a situação do sistema educacional em Vigia da década de 1870, pois há indícios que os homens de letras iniciaram as suas ações educativas devido às omissões desse sistema, como, por exemplo, a falta da modalidade de ensino secundário em cidades do interior da província. A Seção 4 termina com a análise da experiência educativa da Sociedade Literária 5 de Agosto.

### **4.1 Os homens de letras da Província do Pará: os seus ideais, as suas ações e os seus espaços de sociabilidade**

Na presente subseção (4.1), partimos da seguinte questão: quais ações de caráter educativo - os homens de letras da década de 1870 realizaram para contribuir com o progresso da Província do Pará?

Para responder, buscamos inicialmente compreender quais as influências (filosóficas, políticas e pedagógicas, por exemplo) que esses sujeitos buscavam se inspirar para realização e fundamentação de suas ações.

No jornal “O Liberal da Vigia” de março de 1877, podemos ler uma notícia que traz críticas à postura de alguns padres católicos que eram vistos como inimigos do progresso; pois, assegurava que estes não compreendiam que se vivia: “[...] em um século em que a civilização e o progresso assentam sobre a tríplice base da liberdade, igualdade e fraternidade.” (O Liberal da Vigia”, março de 1877).

Na matéria, notamos que o lema do Século das Luzes - liberdade, igualdade e fraternidade, cultuado pelos homens letras do século XIX na Província do Pará, estava ligado às ideias de civilização e progresso. Isso é um indício da atuação dos

homens de letras que agiam na defesa de seus ideais ilustrados, inspirados no iluminismo do século XVIII, que iam de encontro à postura do clero da época.

Malheiros e Rocha (2013), que pesquisaram as influências francesa e estadunidense nas questões educacionais na Província do Pará (1860 a 1870), evidenciaram que estas foram importantes para a implementação do ideal burguês de instrução vinculada aos pressupostos iluministas de formação do homem com base na razão, na moral e no cientificismo. Para os autores, os pressupostos iluministas contribuíram para constituição de uma colegialidade científica na Província do Pará; colegialidade “capaz de transpor seus conhecimentos para o processo de instrução do homem, baseados no cânon burguês da instrução pública de cunho cientificista.” (MALHEIROS; ROCHA, 2013, p. 2).

Para Malheiros e Rocha (2013), a elite intelectualizada paraense, através de um discurso baseado no modelo estadunidense e/ou o francês de educação, buscava se igualar ao nível de progresso e civilização alcançados por nações estrangeiras; pois acreditava-se que esses países eram capazes de formar um cidadão consciente dos seus deveres sociais e capaz de comungar com os projetos políticos da elite dirigente; que concebia a emancipação do homem para torná-lo, reconhecidamente, civilizado.

Desta forma, os sistemas educacionais francês e estadunidense, admirados pelos homens de letras da província paraense da década de 1870, eram vistos como solução aos problemas educacionais do sistema de ensino provincial. O que se firmava na crença de que uma formação intelectual com influências consideradas civilizadas, pelos padrões da época, seria o caminho indispensável para se alcançar o progresso tanto dos indivíduos quanto da província.

Entre estes defensores das influências externas na educação paraense, destaca-se Domingos Soares Ferreira Penna<sup>89</sup>, considerado uma das figuras centrais na criação do movimento em defesa do progresso civilizatório e científico da Província do Pará.

---

<sup>89</sup> Nascido em Minas Gerais, no dia 6 de junho de 1818, Domingos Soares Ferreira Penna foi responsável por contribuições inestimáveis ao conhecimento da Amazônia, região onde viveu e morreu. Naturalista do Museu Nacional do Rio de Janeiro, fez carreira em Belém como geógrafo, etnógrafo e secretário de Estado, trabalhando também como jornalista e professor. Sua atuação político-científica foi fundamental para a criação da primeira instituição científica da região amazônica: o Museu Paraense, fundado em 1866, hoje Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/museu-goeldi-celebra-o-bicentenario-de-seu-criador-e-lanca-aco-es-comunitarias>. Acesso em 26/10/2012.

Segundo Malheiros e Rocha (2013), Domingos Soares Ferreira Penna, idealizador do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (Museu Paraense Emílio Goeldi), teve importância considerável na defesa da instrução pública enquanto ferramenta imprescindível para a formação de indivíduos civilizados e na defesa do sistema francês de educação.

Logo, acreditamos que este também era o caso de homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto como Raimundo Bertoldo Nunes, que via a França como modelo de progresso e civilização, a ser seguido tratando-se de instrução pública de qualidade.

Em artigo publicado no jornal “O Liberal da Vigia” no ano de 1877, com o título: “Sigamos o exemplo da França”, Raimundo Bertoldo Nunes deixa transparecer como se dava essa admiração:

[...] A liberdade de ensino proclamada com tanta pompa, e que felizmente lá teve contra si membros notáveis e proeminentes dos partidos mais adiantados, vai dando os fructos que esperavam e desejavam todos os entusiastas da quella edéa grande e generosa, uma das mais poderosas e decisivas para o engrandecimento de qualquer paiz, e que em mil lugares diferentes tem dado as provas mais robustas e valentes de quando vale.

Escolas de toda espécie, faculdades de sciencias, universidades fundadas pelo clero e por professores independentes, cursos nocturnos em os diffrentes ramos de conhecimentos humanos, bibliotecas populares, livros baratos e ao alcance de todos, aparecem como por encanto em todos os pontos da Europa. [...] (Jornal O Liberal da Vigia 1877).

O artigo foi transcrito do jornal “Diário de Pernambuco que, por sua vez, transcreveu do jornal O Globo” (Jornal O Liberal da Vigia, 1877). Esse era o cenário descrito na notícia: liberdade de ensino, escolas de todas espécies, faculdades de ciências, universidades, cursos noturnos, bibliotecas populares e livros baratos; desejado e compartilhado pelos homens de letras da Província de Pernambuco, da Corte e da Província do Pará da década de 1870.

O Estados Unidos também era visto como modelo de progresso civilizatório e era benquisto pela intelectualidade paraense da década de 1870. Francisco Ferreira de Vilhena Alves, um dos membros fundadores da Sociedade Literária 5 de Agosto, em matéria publicada no jornal “O Liberal do Pará” (no ano de 1871), nos faz perceber o grau de admiração dos homens de letras pelo ideal da educação como sinônimo de liberdade.

Para tal efeito de argumentação, mostra o exemplo do Estados Unidos:

Mas, o povo instruído, o povo que conhece os seus direitos e deveres, não consentirá jamais que se abuse das leis para o escravizar, sendo ele o primeiro a respeitar estas mesmas leis. Por isso disse, que instrução é a

base da liberdade. Instrui o povo e ele será completamente livre. Os Estados Unidos são, para assim dizer, a pátria da liberdade; mas qual não é o grau de ilustração d'este povo? Já o disse em alguma parte: a nação Norte-Americana é a mais ilustre do mundo; por isso também não admira que seja a mais livre de todas. Daí a instrução ao povo, diz o sr. Mendes Leal, e consolidareis a liberdade. (Jornal O Liberal do Pará, outubro de 1871).

Para Schwarcz (1993), as novas correntes de pensamento importadas e disseminadas por diversos intelectuais, políticos e literatos brasileiros, preocupados em atualizar o país, buscavam fazê-lo semelhante à Europa e aos Estados Unidos, no que diz respeito ao progresso material e social.

Podemos dizer assim, que havia um certo empenho dos homens de letras da província paraense em pautar seus ideais educativos, mas precisariam agir na defesa e disseminação de novas ideias. Desta forma, ideias evolucionistas e deterministas passaram a adentrar no Brasil a partir da década de 1870, o que ajudou no desenvolvimento de um novo raciocínio para explicar as diferenças internas. Mas, segundo Schwarcz (1993), foi só por meio das teorias raciais, que políticos e os letrados definiram qual o lugar de cada indivíduo na sociedade - que seria estabelecido pelas diferenças físicas, bem como as diferenças sociais e econômicas.

Contudo, os homens de letras também estabeleciam que as distinções ocasionadas por diferenças raciais, sociais e econômicas precisavam ser revertidas e/ou amenizadas. De certo, uma das formas foi a criação de instituições associativas que serviriam para a ilustração dos indivíduos e os levaria ao entendimento das questões políticas, sociais e raciais.

Logo, as ações que eram desenvolvidas por homens de letras em instituições associativas, que objetivavam mudanças na esfera educacional da província paraense na década de 1870, foram concretizadas na criação de espaços de sociabilidade dedicados à ilustração dos indivíduos. Como exemplo, a criação do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Biblioteca Pública da Província do Pará, na cidade de Belém-PA. Ambos já nasceram com grandes expectativas para o desenvolvimento ilustrativo-civilizatório e educativo da província.

Para Costa e Oliveira (2021), a criação desses espaços de sociabilidade que congregasse a intelectualidade estava relacionada à aplicação de investimentos financeiros na Província do Pará. De uma vez que, tais investimentos demandaram:



uma maior urbanização e fez que houvesse uma valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho braçal, a elite paraense se tornou cada vez mais exigente e começou a demandar dos governantes benfeitorias que outras metrópoles do Brasil e do mundo possuíam, tais como: gabinetes de leitura, escolas normais, liceus, jardins botânicos, teatros, cafés, livrarias, energia elétrica, bondes, cinemas e bibliotecas públicas. (COSTA; OLIVEIRA, 2021, p. 2).

Neste sentido, a criação da Biblioteca Pública da Província do Pará e do Museu de Ciências Naturais, contribuíram para reforçar a ideia de um progresso civilizatório e científico, tão almejado pelos homens de letras da província do Pará da década de 1870. Mas, precisam levar esse progresso para todos os cidadãos paraenses, o que para a maioria da população seria uma primeira oportunidade de acesso ao saber científico, literário, por exemplo.

Desta forma, buscaram atuar em defesa da universalização da educação. Mas como fazer isso? Considerando que o acesso à instrução pública estava, conforme Ferreira Penna (1862), centralizado na capital da Província do Pará, Belém. Enquanto nas localidades, vila e cidades, do interior da província estavam fadadas quase ao total abandono.

#### 4.1.1 Os homens de letras e a luta pela universalização da educação na Província do Pará

A universalização da educação no interior da Província do Pará tornou-se uma das frentes de atuação dos homens de letras, em especial, para aqueles que estavam vinculados a instituições associativas de caráter científico-literário.

Por isso, passaram a realizar ações que tinham como objetivo contribuir com a melhoria da educação da população paraense. Como por exemplo: a criação de escolas noturnas, que objetivavam atender jovens e adultos de forma gratuita. São essas ações que nos propomos a analisar a partir deste ponto.

Segundo Nery e França (2014), a instrução pública na Província do Pará, no século XIX, era ofertada de diversas formas para atender tanto crianças quanto adultos, em ambientes escolares e não escolares. A saber: escolas primárias noturnas, instrução pública ofertada por instituições filantrópicas, instrução pública ofertada por instituições públicas militares, (Exército, Marinha, Polícia e Cadeias Públicas) e também escolas primárias criadas em colônias agrícolas.

Além dessas instituições citadas por Nery e França (2014), haviam outras que também assumiram papel educativo na Província do Pará, no entanto, pouco

estudadas e compreendidas pelos historiadores da educação: as Sociedades literárias. Instituições associativas, pensadas para o lazer e a disseminação da cultura escrita, mas que também se dedicavam à causa da educação do povo paraense.

De modo geral, as Sociedades literárias estabelecidas na Província do Pará foram criadas por iniciativa de homens de letras e com apoio popular. O que estava de acordo com a cultura associativa, que já se consolidava nas principais cidades do Brasil do século XIX. Logo, estas sociedades se constituíam em ambientes de caráter científico-literário, onde seus membros e não membros poderiam compartilhar e cultivar valores civilizados, estabelecer redes interpessoais e beneficentes (num sentido mutualista e filantrópico). Mas também, poderiam vislumbrar as linguagens artísticas, sobretudo a literatura, o teatro e a música.

Além de serem lugares dedicados à causa da educação, principalmente, quando assumem papel protagonista na organização de escolas noturnas com objetivo de ofertar gratuitamente para a população o acesso ao saber. Nesse sentido, nas fontes documentais da pesquisa (sobretudo, os ofícios e os jornais), encontramos indícios de que os homens de letras, por intermédio de instituições associativas, queriam mudanças no sistema educativo vigente.

Entre as Sociedades literárias da Província do Pará de meados do século XIX circulava a ideia de que a educação deveria estar acessível à população em geral, pois seria fator preponderante para a liberdade dos indivíduos. Mas, cabe questionar: como esses ideais circulavam? Eis o que Francisco Ferreira de Vilhena Alves, revela sobre a relação entre a educação e a liberdade de um povo.

[...] Instrução popular? É ella a maior garantia dos direitos civis e políticos de um povo; é o sustentáculo de suas liberdades. Um povo instruído compreende perfeitamente os seus direitos e as suas obrigações, e não se deixa iludir pelos que fazem da corrupção e da hypocrisia um meio de adquirir proselytos.

Um povo instruído póde com a maior facilidade estudar as leis de seu paiz, a fim de pautar os seus actos pelas regras da equidade, e não commetter esses crimes horríveis que todos os dias se põem em prática nos paizes pouco adiantados em civilização. (Jornal O Liberal do Pará, outubro de 1871)

Na Província do Pará da década de 1870, os homens de letras disseminavam a ideia de que a liberdade estava vinculada à educação de um povo. Por isso, investiram no desenvolvimento de ações educativas permeadas por ideais iluministas (liberdade, igualdade e fraternidade).

Desta forma, estes indivíduos procuraram combater a ideia elitista de educação que estava em voga no Brasil do século XIX. Isto é, de que a educação estava distante da população em geral, pois seria um privilégio da elite política e econômica que coordenava o país (CARVALHO, 1996).

Nas fontes documentais da pesquisa, constatamos que os homens de letras, que compunham as instituições associativas de caráter científico-literário, estavam ligados direta ou indiretamente ao sistema de educação da província paraense. Na Sociedade Literária 5 de Agosto, por exemplo, percebemos que muitos de seus membros fundadores estavam atuando no sistema educativo provincial. Em sua maioria, como professores primários da Instrução Pública da Província do Pará.

Podemos dizer assim que a ligação desses sujeitos com o sistema público de ensino contribuiu para que a instituição intervesse diretamente no campo educacional em Vigia; pois, acreditavam ser este o caminho para o progresso civilizatório da população, como afirmou Penna (1869, p. 2):

[...], não há progresso sem civilização, [...], nem espírito público onde ao povo falta a instrução que é a base sobre que se apoiam todos os sentimentos nobres do espírito humano. Um povo sem instrução é um rebanho que obedece a vara do pastor que, se o protege contra os lobos, também lhe aproveita a lã e que, quando lhe parece, o conduz ao leilão; mas esse rebanho converte-se também facilmente em lobos para devorar o pastor a quem sua ignorância atribui a falta de pasto ou a peste que o persegue.

Em vilas e cidades do interior paraense do final do XIX, em especial naquelas que possuíam instituições associativas de caráter científico-literário, a atuação dessas instituições seguia um certo percurso. Isto é, os homens de letras que estavam dispostos a se associarem, buscavam organizar espaços onde poderiam desfrutar de bibliotecas onde teriam acesso à cultura escrita e a obras literárias, algumas proibidas pela igreja, mas também onde poderiam através do desenvolvimento de ações educativas servir à sociedade, o povo, por meio da criação de escolas noturnas, por exemplo. Desta forma, buscavam cumprir um papel social que o próprio Estado, em muitas ocasiões, negligenciava.

No levantamento das origens historiográficas sobre as Sociedades literárias que existiram no século XIX na Província do Pará, constatamos que a maioria dessas instituições surgiram a partir da década de 1870. Para Barros (1959), a década de 1870 (denominada de “ilustração brasileira” e/ou “movimento ilustrado”),

foi um período de novas ideias e de mudança de mentalidade, um período que se destacou por uma dimensão nova.

Desse modo, o cientificismo, as artes, a cultura e a dimensão histórica passaram a fazer parte dos anseios de uma elite que via o título de bacharel como algo que o distinguiria do restante da sociedade brasileira.

Nesta fase prevalecia uma crença absoluta no poder das ideias, na confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, para ilustrar o país. (BARROS, 1959, p. 9).

Portanto, eram estes sujeitos que buscavam mudar os rumos do país. E, nesse contexto, a educação seria fundamental, pois houve a consciência da sua importância. Isto é, aperfeiçoar a instrução, superar o atraso cultural, avançar, ver adiante no tempo, preparar-se para o futuro:

[...] estes homens buscaram os instrumentos capazes de integrar-nos, de vez, na grande comunidade euroamericana; ao invés de entregarem a uma suposta realidade brasileira, procuravam criá-la pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa, do livro. (BARROS, 1959, p. 25-26).

A citação acima resume muito bem o que defendemos nesta tese, ou seja, de que os homens de letras que compunham Sociedades literárias na Província do Pará procuravam recriar, através de ações caráter educativo, uma nova realidade conforme seus desejos e inspirações.

Mudar, iluminar com as luzes da ciência e do liberalismo passou a ser a finalidade entre esses indivíduos. Para Barros (1959), a defesa dessa mentalidade científica-liberal foi uma das fontes fundamentais em que os homens de letras da década de 1870 apoiaram suas ideias e visões de mundo. Contudo, essa mentalidade prevalecia nos círculos e espaços de intelectualidade (sociedades científicas, literárias, entre outras instituições que se dedicavam às ciências humanas e/ou naturais).

Na Província do Pará, o período da década de 1870 foi onde o movimento ilustrado alcançou seu auge, coordenado pela elite intelectualizada da época, procuravam disseminar ideais como o cientificismo, o liberalismo e o associativismo, que já estavam em evidência em outras partes do Brasil. Segundo Barros (1959), a postura que marcou a intelectualidade da década de 1870 foi a confiança absoluta da ciência que servia, simultaneamente, de inspiração, pelo seu caráter rebelde e contrário aos dogmas da igreja e a confiança na educação que era entendida como

a única e legítima forma de garantir o desenvolvimento civilizatório e moral do ser humano.

Logo, este tipo de postura gerou constantes conflitos entre a mentalidade católica-conservadora presente nas instituições de ensino superior, com a mentalidade ilustrada típicas das instituições associativas que se dedicavam às ciências e/ou às letras. Assim não é de surpreender, como bem demarca Barros (1959), o evidente embate entre o movimento da ilustração e o pensamento católico-conservador.

Pois, o movimento de ilustração alçado nas ideias liberais e cientificista queria levar o liberalismo às instituições e era estratégico para esse movimento ramificar suas ideias nas universidades, mas a mentalidade católico-conservadora não estava disposta a ceder, daí que ambas travaram uma disputa aberta pela hegemonia na educação superior que vai ser atenuada com a Proclamação da República e a consequente vitória, mesmo que parcial, do movimento de ilustração. (BARROS, Apud CRUZ, 2013, p. 260).

A tese defendida por Barros (1959) é de que os homens de letras da década de 1870, nas suas tentativas de elevar o grau de progresso civilizatório do país, lançaram mão de uma atividade política de ordem pedagógica como o objetivo de distribuir as “luzes” sem distinção de classes sociais. Todavia, deveriam primeiro repensar o ensino superior, que seria o grande germinador do homem ilustrado, pois só seria possível um povo ilustrado com a formação de uma elite verdadeiramente ilustrada.

Acreditamos que este cenário, enaltecido das ciências, das artes e da educação, não estava presente apenas nas universidades, pois havia outras instituições que também buscavam difundir as “luzes”, como as Sociedades literárias, que estudamos nesta tese, instituições que pretendiam, assim como as universidades, disseminar o progresso civilizatório, mas no caso da Província do Pará, deveriam primeiro repensar o acesso e a qualidade do ensino público que era oferecido para a população, especialmente nas vilas e cidades do interior da província, pois só assim seria possível alcançar suas metas progressistas.

Desta forma, podemos dizer que tanto as universidades quanto as instituições associativas como as Sociedades literárias almejavam construir a ideia de uma nação brasileira onde o progresso civilizatório seria a norma, e a cientificidade e a educação seria a forma. Assim, podemos inferir que os sujeitos que compunham as Sociedade Literária 5 de Agosto valiam-se desse cenário, da década de 1870,

enaltecedor das ciências e da educação, pois acreditavam que “este discurso deixava evidente uma correlação entre o chamado espírito associativo e o desenvolvimento do progresso e da civilização”. (VICENTE, 2012, p. 24).

A vivência dessas instituições associativas no Brasil do século XIX levou ao surgimento de uma espécie de índice de desenvolvimento das províncias do Império. Segundo Morais (2001), o grau de progresso civilizatório de uma província poderia ser medido pelo seu desenvolvimento associativo, quanto maior fosse o número de instituições associativas, maior seria seu progresso civilizatório. Assim, podemos dizer que o grande número de instituições associativas existentes na Província do Pará da segunda metade do século XIX, poderia ser um indício de civilidade que as cidades paraenses viviam.

No Pará, as Sociedades literárias se tornaram uma das principais difusoras do discurso progressista-civilizatório que permeava os círculos intelectuais no período, isso foi devido a sua atuação em diversas áreas: sociocultural, cívica, filantrópica e educacional. Também estavam presentes no cotidiano das principais cidades paraenses em fins do século XIX, há indícios de que elas estavam inclusive em pequenas vilas do interior da província. Como por exemplo, a Sociedade Literária Odivelense da localidade de São Caetano de Odivelas que, na década de 1870, era um povoado pertencente à comarca de Vigia.

Encontramos nas fontes documentais da pesquisa (correspondências, jornais, estatutos, etc) várias referências a atuação educativa das Sociedades literárias em vilas e cidades do interior da província paraense. Como por exemplo, a correspondência enviada em 12 de agosto de 1877 ao Presidente da Província, a Sociedade Palestra Litteraria da cidade Ponta de Pedras-PA<sup>90</sup>, que fora criada por iniciativa do professor adjunto da escola pública daquela localidade. Desse modo, tinha como meta “criar uma biblioteca e manter uma escola noturna para adultos, na qual ensinavam-se as matérias seguintes: gramática da língua nacional, aritmética, princípios elementares da música e francês”<sup>91</sup>.

Entre as fontes documentais que tratam das ações educativas das Sociedades literárias, destacamos os estatutos, pois neste tipo de documento podemos perceber várias referências às ações educativas que estas instituições

---

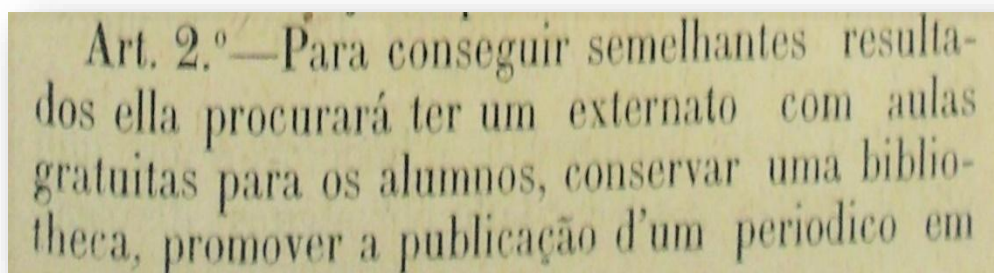
<sup>90</sup> A cidade de Ponta de Pedras localiza-se na ilha de Marajó, no estado do Pará.

<sup>91</sup> Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Palestra Litteraria de Ponta de Pedras com os presidentes da província do Grão-Pará (1877- 1878). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

almejavam realizar, encontramos, por exemplo, expressões como: “desenvolver a instrução”, “criar escolas noturnas”, “criar externatos”, “oferecer aulas gratuitas”, entre outras. Essas expressões nos dão pistas de quais ações educativas as Sociedades literárias pretendiam desenvolver nos locais onde se estabeleciam.

Como podemos ler no Art. 2º do estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto.

Figura 25 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

O estabelecimento de aulas gratuitas era, pois, um dos objetivos mais almejados pelos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, contudo ela não foi um exemplo isolado no interior paraense do século XIX, pois em outras Sociedades literárias, também vemos a mesma dedicação à causa da educação.

Por exemplo, o estatuto do Grêmio Literário Português da cidade de Belém-PA que na década de 1866, foi uma das primeiras Sociedades literárias a desempenhar papel educativo. Como se pode observar nos autos do seu estatuto.

Art. 2º - O GRÊMIO [...] cumprir ainda as seguintes finalidades: **1 – Proporcionar aos associados meios educativos e culturais disponibilizando todo o acervo que constitui a biblioteca**; 2 – Promover concursos literários, premiando os concorrentes com a finalidade de incentivar os associados, pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral.

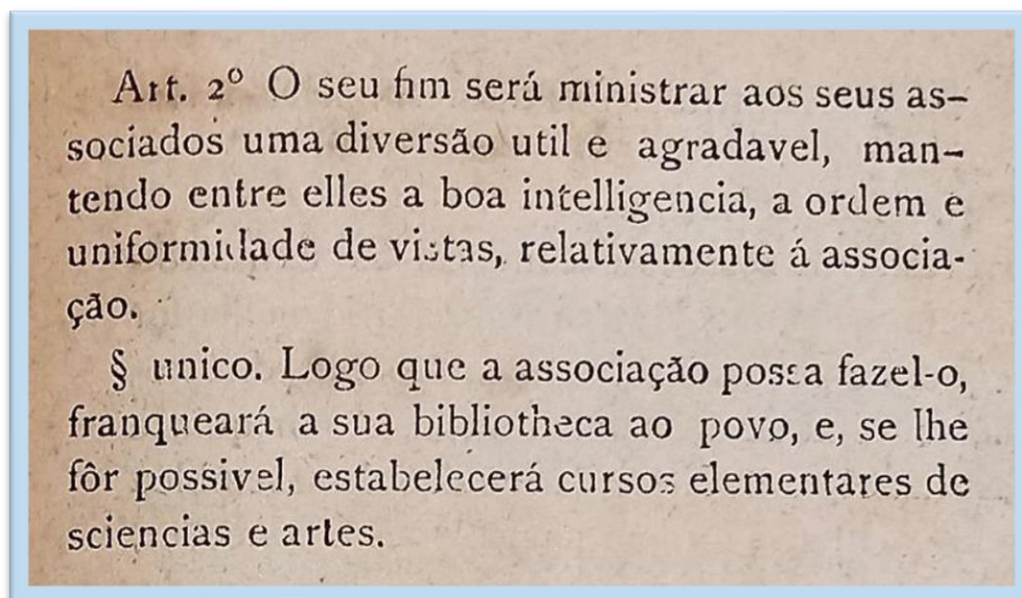
(Estatuto do Grêmio Literário Português, grifo nosso)

Também o Grêmio Literário Obidense da cidade de Óbidos-PA<sup>92</sup> buscava desenvolver ações educativas como o estabelecimento de cursos elementares de

<sup>92</sup> Óbidos é um município do Estado do Pará, Brasil. Localiza-se na microrregião de Óbidos, mesorregião do Baixo Amazonas. A cidade foi erguida na margem esquerda do Rio Amazonas, distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial. Disponível em: <http://www.obidos.net.br/index.php/turismo/obidos/2533-turismo-na-amazonia-obidos-para>. Acessado em 06/11/2021.

ciência e artes. Como podemos ler no Art. 2º do seu estatuto, que data do ano de 1881.

Figura 26 - Estatuto da Sociedade Literária Obidense



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLIII, Parte 2ª, 1881.

Podemos constatar que as Sociedades literárias da Província do Pará dirigiam suas ações educativas à população, num espírito nitidamente filantrópico, procuravam investir, também, na criação de bibliotecas, pois acreditavam que elas seriam uma ferramenta importante para aumentar o grau de progresso civilizatório do povo paraense.

Um adendo, os estatutos têm por finalidade reger a instituição com base na legislação imperial, por isso eles deveriam conter vários elementos como denominação da instituição, os objetivos, os requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados, entre outras finalidades. Desta forma eles se constituem em importantes fontes de análise para a compressão das ações educativas em instituições associativas, pois revelariam indícios dos mecanismos de funcionamento dessas instituições que se propunham, em alguns momentos de sua existência, à causa da educação.

#### 4.2 Os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto

Com o objetivo de aprofundar a análise, buscamos compreender quem foram os sujeitos que, em Vigia da década de 1870, tiveram a ideia de criar e manter uma instituição associativa dedicada à cultura escrita, à instrução e à civilização. Quem



seriam esses indivíduos? Quais as motivações para associarem-se? Que valores eram compartilhados por eles? Estes são alguns dos questionamentos que foram respondidos.

A análise das fontes documentais da pesquisa revelou que a Sociedade Literária 5 de Agosto era constituída de um quadro de membros diversificado: professores públicos, comerciantes, políticos locais, artistas, lavradores e pessoas comuns. Isso nos leva a entender que a cultura associativa do final do século XIX em Vigia, não era privilégio de grupos endinheirados ou intelectualizado da cidade, mas algo pertencente também à população em geral que buscava estes espaços com o intuito obter certos benefícios, seja material e/ou ilustrativo.

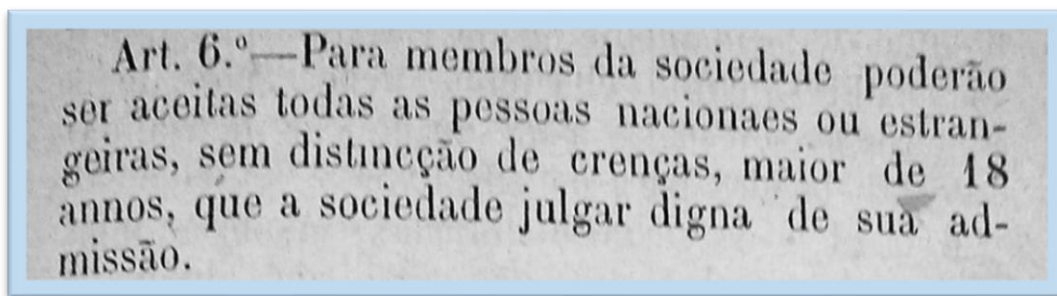
Para Batalha (2004), no século XIX as instituições associativas que se dedicavam à beneficência foram as únicas formas legalmente viáveis de organização para os trabalhadores livres, muitas possuíam objetivos que previam o socorro aos sócios necessitados de auxílio financeiro e a defesa profissional. Luca (2006) considera que as instituições associativas beneficentes podem ser as primeiras formas de organização dos trabalhadores livres no Brasil.

Contudo, Viscardi (2008) pondera que as instituições formadas por trabalhadores livres, seja imperial ou republicano, pouco contribuíram para o processo de formação de uma classe trabalhadora. Estas “recrutavam seus associados obedecendo a critérios de exclusão, isto é, ficavam de fora: desempregados, subempregados, trabalhadores sazonais; pessoas com problemas de saúde, idosos e mulheres.” (VISCARDI, 2008, p. 117).

Além disso, existiram, por exemplo, o caso de instituições associativas que selecionavam seus membros com base em nacionalidades, e há aquelas que selecionavam seus membros conforme a profissão.

A Sociedade Literária 5 de Agosto não tinha por ideal o anseio de se tornar uma forma de organização de trabalhadores, pelo menos os documentos não mostram isso. Por isso, não havia distinção determinada pela profissão, nem mesmo exclusão por nacionalidade ou crença religiosa. Assim diz o Cap. 2 em seu Art.

Figura 27 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

Outra prática comum em Sociedades literárias era tornar pessoas que gozavam de certo prestígio social em membro da entidade, não para efetivamente atuarem, mas para servirem aos interesses paternalistas da instituição. Isto é, alguns sujeitos eram convidados para compor seu quadro de sócios, pois possuíam ou aparentavam certo status social, que servissem aos interesses da própria instituição. Dependendo da influência dos indivíduos, eles serviriam como elementos transmissores de confiabilidade, pois os membros eram como o reflexo da própria instituição, o que lhe conferia visibilidade e credibilidade.

Na Sociedade Literária 5 de Agosto tal prática parecia ser recorrente, pois encontramos nos documentos indícios dela. Um exemplo está no ofício encaminhado pela instituição ao Presidente da Província, o qual conferia ao Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, o título de sócio benemérito da instituição. Assim diz o documento:

Secretaria da sociedade religiosa e beneficente – Cinco de agosto.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

A sociedade religiosa e beneficente – Cinco de Agosto –, summamente penhorada pelas reinteradas provas de consideração que V. Exc<sup>a</sup>. se tem dignado dispensar-lhe e tendo em consideração as importantes offertas que lhe tem feito, houve por bem, em sessão ordinária de 1<sup>o</sup> do corrente, **conferir-lhe a qualidade de seu sócio benemérito**, o que tenho agora a honra de comunicar-lhe.

A sociedade confia que V. Exc<sup>a</sup>. continuará a dispensar-lhe a sua valiosa protecção, a fim de poder progredir, como é mister, para utilidade do publico.

Ao fazer a V. Exc<sup>a</sup>. esta comunicação, envio-lhe tambem o respectivo Diploma e aproveito a opportunidade para apresentar a V. Exc<sup>a</sup>. os meus protestos de estima e alta consideração.

Deos guarde a V. Exc<sup>a</sup>.

Vigia, 25 de junho de 1877<sup>93</sup>

<sup>93</sup> Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades, doc. 39. APEP.

Neste sentido, fazer parte da Sociedade Literária 5 de Agosto poderia ser um investimento em capital social, pois estando associado em uma instituição que tivesse como membros personalidades de destaque, como o Presidente da Província, transferiria para toda a instituição e seus membros certo realce social.

Um outro exemplo que merece ser citado aqui é o de Domingos Antonio Raiol, o Barão de Guajará<sup>94</sup>, que sendo vigiense e apesar de nunca ter sido membro efetivo da Sociedade Literária 5 de Agosto, é tido, até hoje pela Sociedade, como um de seus representantes mais ilustres.

O caso do Barão de Guajará é um claro exemplo de como a Sociedade Literária 5 de Agosto usava as imagens de terceiros para vender uma imagem de si mesma, assim como conferir certo status social aos seus membros.

Mas, devemos interpretar isso em um contexto maior, isto é, os indivíduos que buscavam se associar neste tipo de instituição, viviam em uma sociedade - da década de 1870 e 1880 - onde a posição social possuía valor em si. O culto à personalidade era uma estratégia de propaganda baseada na exaltação das virtudes que podem ser reais e/ou supostas de quem se queria cultuar, no caso do Brasil imperial, seria a figura do Imperador Pedro II.

Assim, não é difícil encontrar razões que levariam um professor primário, um comerciante, um político ou até mesmo um lavrador, que poderia ser um indivíduo sem uma educação privilegiada, “sem eira nem beira, nem ramo de figueira”, - usando uma expressão da época -, a querer participar desses espaços de sociabilidade.

Um dado interessante sobre a atuação dos homens de letras é que não era raro um mesmo indivíduo, simultaneamente, ser membro de várias instituições associativas. Por exemplo, na Sociedade 5 de Agosto o membro Francisco de Vilhena Alves que atuava como um membro efetivo, inclusive lecionando no externato da Sociedade, também era secretário e fundador da Sociedade Musical 31 de Agosto. Além de ser um dos membros fundadores da Sociedade Mina Literária, que mais tarde se tornaria a Academia Paraense de Letras. Desta forma, podemos

---

<sup>94</sup> Domingos Antônio Raiol (Vigia, 4 de março de 1830 — 27 de outubro de 1912), foi um político brasileiro. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1854, foi procurador da Fazenda Nacional no Pará, além de deputado provincial várias vezes e deputado geral na 12ª legislatura, em 1864, pelo Pará. Foi presidente das províncias de Alagoas, do Ceará e de São Paulo. Recebeu o título de Barão de Guajará em 3 de março de 1883, publicou os livros *Motins Políticos*, que narrava a História da Cabanagem. Em 1900 foi um dos fundadores da Academia Paraense de Letras. Disponível em: [https:// https://www.culturavigilenga.com/escritores-vigienses /](https://www.culturavigilenga.com/escritores-vigienses/). Acesso em: 26 de jul. de 2020.

dizer que para um homem de letras em fins do século XIX em Vigia, não havia limites para sua atuação associativa.

O que se sabe sobre os anseios dos membros fundadores da Sociedade Literária 5 de Agosto, era que almejavam formar um grupo de indivíduos que estivessem em consonância com os ideais civilizatórios que estavam em moda no Brasil em fins do século XIX. Todavia é preciso considerar que os grupos que se encarregaram de defender tais ideais não eram homogêneos em termos financeiro, educativo e social.

Sobre quem eram esses sujeitos, Schwarcz (1993), diz que pouco se sabe sobre a origem social dos indivíduos que compunham instituições associativas de caráter científico-literário da segunda metade dos Oitocentos. Porém, há certos pontos para se destacar: a elite ilustrada não era, em sua maioria, originária das camadas mais pobres, todavia não representava puramente os interesses das ditas classes dominantes. Além disso, esses indivíduos, a despeito de sua origem social, procuravam “legitimar cientificamente suas posições nas instituições de saber que participavam e por meio delas se auto promoverem.” (SCHWARCZ, 1993, p. 26).

Na Sociedade Literária 5 de Agosto, podemos apontar perfis diversificados de seus membros. No quadro 6, apresentamos como estava constituído o quadro de membros da Sociedade na década de 1870:

Quadro 8 - Membros da Sociedade Literária 5 de Agosto<sup>95</sup>

Antônio José de Matos Sobrinho	Nada encontrado.
Carlos Mariano das Neves	Era sapateiro e possuía uma oficina denominada “A botina do Progresso”.
Casemiro José Ferreira	Foi vereador da Câmara da Vigia na década de 1880.
Felix Jozé de Carvalho	Era lavrador.
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Era professor e poeta, e atuava como jornalista.
Francisco Quintino de Araújo Nunes	Idealizador da Sociedade Literária 5 de Agosto, que a presidiu ao longo da década de 1870. Atuou como professor público efetivo e também na política local.
Gemino Manoel Seabra Nunes	Era diretor do Café Social, espécie de estabelecimento comercial na cidade.

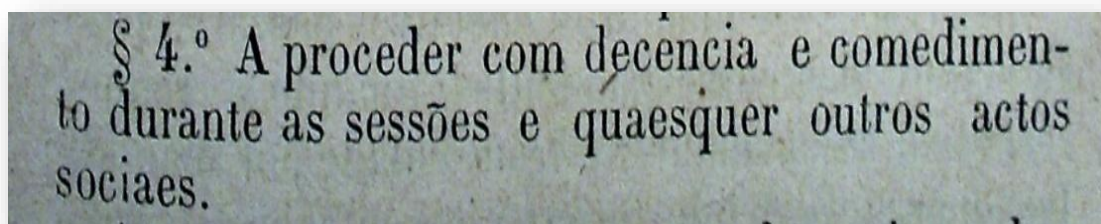
<sup>95</sup> Segundo Soeiro (2012 p.90), “este levantamento foi constituído a partir da consulta de fontes diversificadas, tais como: os periódicos *O Espelho* e *O Liberal da Vigia*, os Livros de Notas referentes às décadas de 1870 e 1880 do acervo da Sociedade Literária 5 de Agosto e, sobretudo, das correspondências entre a mesa diretora da Sociedade aos presidentes da Província do Pará na década de 1870.”

Geraldo Ferreira Bentes	Atuou na política, sendo vereador de Vigia.
Hilário do Espírito Santo Palheta	Foi nomeado agente da Coletoria Provincial desta cidade em 1879. Era político, atuou como vereador na década de 1880.
Honorio dos Santos de Vilhena	Possuía uma oficina de Alfaiate Aparece também como proprietário de uma pancadaria, espécie de banda musical. Foi suplente do Delegado Literário da cidade de Vigia em 1875, promotor interino desta Comarca na década de 1870. Compunha o Colégio Eleitoral da Vigia em 1873 e também foi procurador de algumas confrarias da Vila de Curuçá na década de 1870.
Januário Napoleão Nunes de Moraes	Nada encontrado.
João Capistrano Bandeira de Mello Filho	Presidente da Província do Grão-Pará e sócio Benemérito da sociedade "Cinco de Agosto" a partir de 1877. Atuou no partido Liberal.
João Francisco da Rocha Pires	Foi vereador da Câmara da Vigia na década de 1880.
João José Felipe	Era alfaiate e possuía uma oficina.
João Marquez d' Oliveira	Nada encontrado.
Joaquim d'Almeida Catanho Sobrinho	Era político ligado ao partido conservador. Candidatou-se a uma das vagas para deputado provincial no ano de 1873. Foi Coletor provincial e agente dos correios.
José de Santiago Monteiro	Nada encontrado.
José Luciano do Carmo Barriga	Entre os anos de 1872 e 1873 comprou um terreno e uma casa em Vigia.
Lívio Torquato Pinheiro	Nada encontrado.
Manoel Felipe da Costa	Comerciante que tinha um estabelecimento comercial de secos e molhados. Na década de 1880 chegou a ser suplente do Juiz Municipal.
Manoel Macário Alves	Nada encontrado.
Manoel Roque Pinheiro	Trabalhou em uma oficina de ourives, também publicava poemas nos jornais locais.
Manoel Theodoro de Souza Gomes	Foi vereador da Câmara Municipal da Vigia na década de 1880.
Nicácio Antônio da Silva Elleres	Foi promotor dos Resíduos e Capelas e Curador Geral. Tinha uma oficina de alfaiate.
Raimundo Bertoldo Nunes	Professor, poeta e redator/diretor do <i>Liberal da Vigia</i> , posteriormente, em 1890. Intimamente ligado ao Partido Liberal. Atuou também como defensor público. posteriormente, em 1890. Intimamente ligado ao Partido Liberal. Atuou também como defensor público.
Raymundo Nunes da Costa	Foi escrivão do cartório público da cidade em 1877.
Severiano Bezerrade Albuquerque	Foi professor público que chegou em Vigia em 1871 até a sua jubilação em 1882. Também atuava como jornalista.

O candidato a sócio assumia previamente um compromisso com a Sociedade, pois de imediato deveria assinar um documento no qual afirmava possuir uma ocupação honesta, ser trabalhador com rendimento e não ter nenhum hábito que compromettesse sua reputação. A proposta de admissão de um novo sócio era sempre encaminhada por um membro efetivo, mas poderia ser contestada por outros membros efetivos, caso não concordasse com a indicação.

Mas, o que era preciso para tornar-se membro da Sociedade Literária 5 de agosto? Percebemos que a Sociedade assumia um tipo de discurso moralizador na escolha de seus membros. No estatuto há os requisitos necessários para ser admitido como membro. Art. 9:

Figura 28 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto

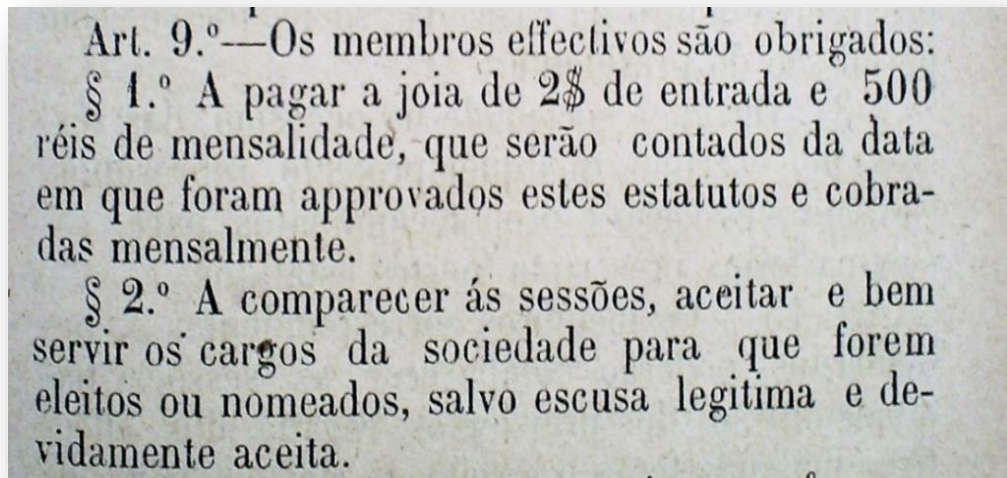


Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

Assim, para tornar-se membro fazia-se imprescindível ter boa conduta moral perante a sociedade. Os princípios ressaltados no estatuto valorizavam a conduta do indivíduo, essa era uma forma de distinção dos próprios membros, como também uma forma de valorização da conduta honesta dos mesmos.

A sobrevivência de uma instituição associativa dependia da vontade dos membros que contribuía com sua organização, administração e financiamento. Na Sociedade Literária 5 de Agosto, por exemplo, eram obrigações dos membros, conforme o Art. 9º:

Figura 29 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

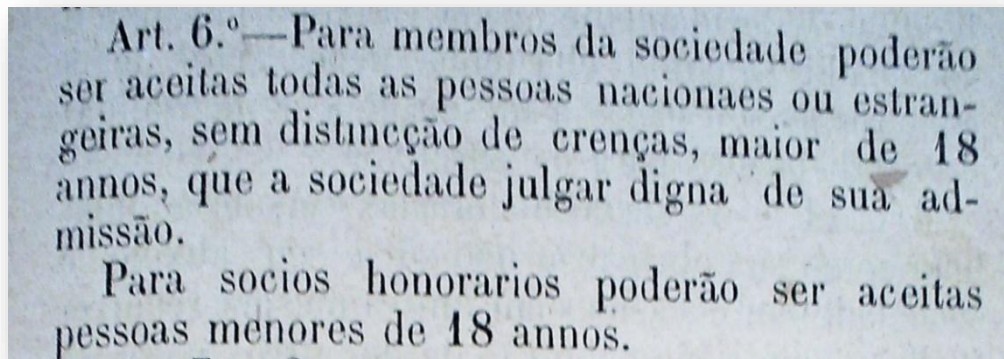
Vemos que as obrigações que estavam postas estatutariamente revelam aspectos que, possivelmente, definiram o perfil dos membros da instituição, contudo percebemos que ela excluiria uma parcela da população, aquela que não pudesse pagar as mensalidades da instituição da qual era sócio. As despesas financeiras que os membros deveriam arcar para fazer parte da instituição consistia no pagamento das mensalidades. Isso leva a crer que a vida financeira dos seus membros era importante para a instituição.

Neste contexto, não dependia que o indivíduo tivesse única e exclusiva iniciativa de ser membro da instituição, mas deveria também ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras com a instituição, daí a citação da profissão do sócio ser obrigatória em sua carta de admissão, pois sua profissão lhe forneceria meios para arcar com suas obrigações financeiras.

Embora pouco mencionada, a nacionalidade e a crença religiosa não eram empecilhos para fazer parte da Sociedade Literária 5 de Agosto, já a faixa etária colocava um empecilho, pois os membros teriam que ter no mínimo 18 anos. Mas indivíduos menores de 18 anos poderiam participar como sócios honorários. Assim diz o Art.



Figura 30 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

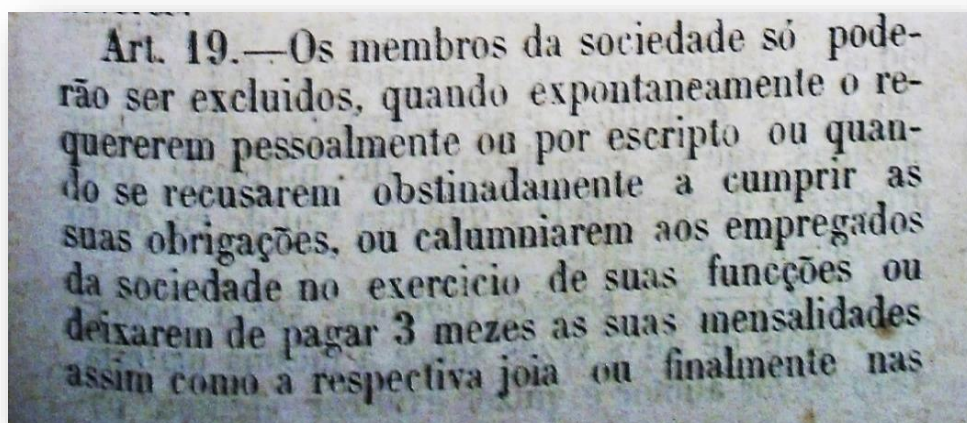
Também não existia limite geográfico para ser aceito como membros, pois em seu estatuto, não há qualquer regra que excluísse indivíduos que moravam fora de Vigia. Isso permitia uma inclusão de sócios efetivos, beneméritos e honorários que não residiam na cidade. Assim diz o Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto, Art. 6º - “Serão sócios beneméritos e honorários os que forem propostos à sociedade por alguns de seus sócios effectivos e admitidos embora não residam nesta cidade.”

Apesar da participação em qualquer instituição associativa ser um ato voluntário, é preciso esclarecer que havia limitações que restringiam o acesso, como no caso da Sociedade Literária 5 de Agosto, a saber: a moral e a financeira, por exemplo. Estas formas de exclusão limitavam o número de membros apenas aqueles que fossem moralmente aceitos pelos pares da instituição e que poderiam pagar suas mensalidades. Caso contrário não poderiam ser membros efetivos da Sociedade<sup>96</sup>.

<sup>96</sup> As mulheres poderiam participar da sociedade como membros honorários, mas sem direito a voto e sem os benefícios que eram dados aos membros efetivos.



Figura 31 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

Um adendo, aparentemente a Sociedade Literária 5 de Agosto não incentivava discussões de questões políticas partidárias e religiosa, também não fazia menção a nenhuma discussão de raça e gênero devemos considerar que esses indivíduos viviam em uma época marcado pela religião católica, escravidão e pelo patriarcalismo.

Para Jesus (2007), o associativismo do século XIX esteve marcado pela trajetória dos mecanismos tradicionais de dominação política e cultural da elite monárquica escravista, ao menos na cidade do Rio de Janeiro.

No Pará, de modo geral, as Sociedades literárias buscaram se espelhar nos mecanismos tradicionais de dominação política e cultural da elite monárquica brasileira. Devido a sua exposição às leis de regulamentação do associativismo<sup>97</sup> que não permitiam nenhuma forma de debate contrário da política do Império foi o que levou essas instituições a não questionarem, pelo menos diretamente, tais mecanismos de dominação; pois havia a necessidade de reforçar as relações de interesses (sociais, econômicos e políticos) com a monarquia, que ainda dominava as decisões do país.

#### 4.2.1 A religião, a civilidade e a moralidade nos discursos dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto

Na década de 1870, os homens de letras buscavam disseminar ideias de inspiração iluminista, mas entendiam que as mesmas dependiam do

<sup>97</sup> Nos referimos à Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860.

desenvolvimento moral e civilizatório dos indivíduos, mas sem desconsiderar a fé cristã, assim questionamos: como religião, moralidade e civilidade eram entendidas nos discursos dos homens de letras da Sociedade literária 5 de Agosto?

No jornal “O Espelho” de outubro de 1878, encontramos uma espécie de conselho para aqueles moradores de Vigia que iam contra as regras de civilidade em voga, principalmente, na capital da província, Belém-PA.

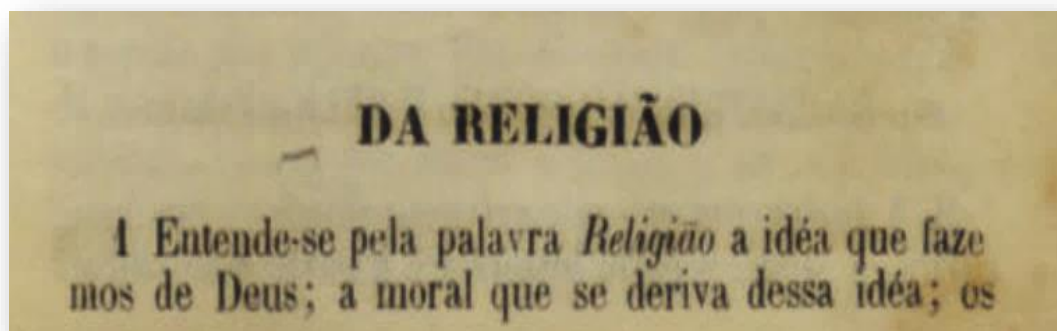
Censurável só é o procedimento d’aquelles que se considera acima de todos, comer pelas ruas publicas, como muitos vezes temos presenciado, indo assim de encontro com as regras da civilidade. Ainda não leu os *elementos de civilidade de Monteverde*? Se ainda não, é bom lêr. (Jornal O Espelho. Outubro de 1878)

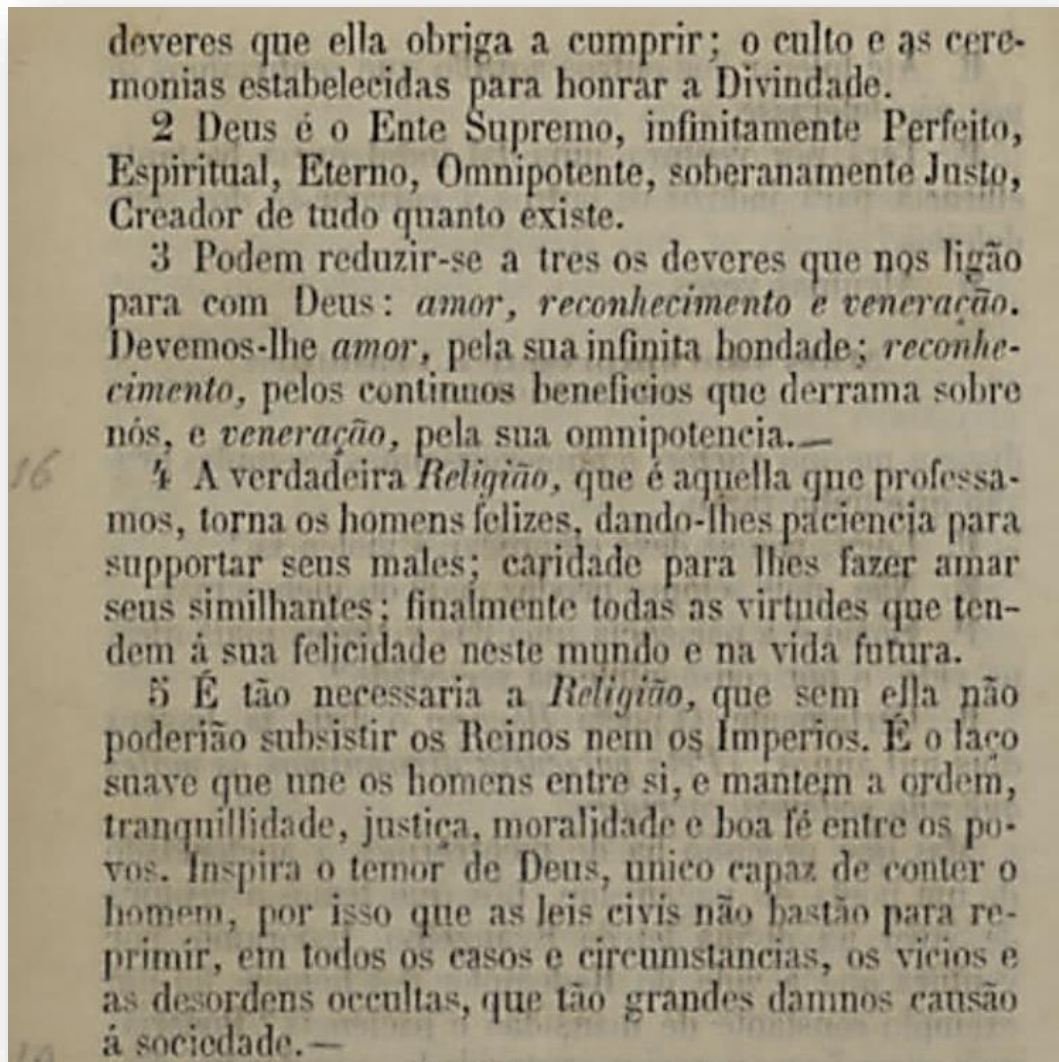
Para saber o que os sujeitos do Oitocentos em Vigia entendiam ser as regras de civilidade, resolvemos seguindo o conselho dos editores do jornal “O Espelho”, e ler os “Elementos de civilidade de Monteverde”. Encontramos a obra citada no site da Universidade de Coimbra. “Os Elementos de Civilidade”, ela faz parte da obra “Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrucção Primária”, do autor Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881). A obra foi publicada em Lisboa em 1874.

Citamos a seguir, três aspectos que iam ao encontro dos princípios que eram muito caros para os membros da Sociedade Literária 5 de Agosto, a saber: a religião, a moralidade e a civilidade.

Sobre a religião, os homens de letras entendiam que ela era parte importante e indissociável dos indivíduos, por isso permeiam seus discursos de valores e dogmas religiosos. Na figura 23, retirada do “Manual de civilidade”, podemos ter uma ideia como a religião era vista por esses sujeitos:

Figura 32 – Recorte do Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrucção Primária





Fonte: Monteverde, 1874, p. 27-28

Apesar do caráter científico que, muitas vezes, ia de encontro à religião católica, os homens de letra em Vigia sempre buscavam se associar à religião católica. Constatamos a presença da Sociedade Literária 5 de Agosto na organização de festejos religiosos, como por exemplo, a organização de eventos católicos, como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Vigia.

No Jornal “O Espelho” de 11 de maio de 1879, encontramos um texto traduzido do idioma francês por Candido S. de C. Nunes, professor voluntário do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto, cujo título é: “Escola de bons exemplos e Humanidade e Beneficência”.

Fallar ao homem da humanidade e da beneficência, é fallar-lhe d'um dever escripto no fundo de seu coração pela mão do Creador; é avivar-lhe uma obrigação contida do preceito que o mesmo Deos lhe impoz de amar seu próximo como a si mesmo; porem só a linguagem da religião e não a da filosofia, póde fallar-lhe convenientemente, desta obrigação; só a voz do Creador e a não a do homem, só a voz da caridade e a não a da ostentação e do orgulho é a que convem fazer-lhe ouvir. (O Espelho, maio de 1879).

O texto revela que os membros da Sociedade Literária 5 de Agosto, apesar de declararem-se homens de letras e ciências, possuíam uma aflorada religiosidade cristã católica e buscavam conciliar a religiosidade aos seus ideais deterministas.

De modo geral, as Sociedades literárias da Província do Pará procuravam vincular seus nomes de fundação ao nome das cidades onde eram criadas. Por exemplo, o Gabinete Literário Marapaniense e da Sociedade Literária Cametaense fazem referência às cidades de Marapanim-PA e Cametá-PA, respectivamente.

Estas eram formas de homenagear e/ou reverenciar a própria cidade onde surgiram, revelando um tom cívico na escolha dos seus nomes. O que não ocorre na Sociedade Literária 5 de Agosto. Desde sua criação, buscou ressaltar seu caráter religioso; pois, a própria data que dá nome à instituição “5 de agosto” faz referência à data do Círio de Nossa Senhora de Nazaré de Vigia, que na década de 1870 era comemorado uma vez ao ano na data de 5 de agosto.

O caráter religioso da Sociedade Literária 5 de Agosto pode ser confirmado nas fontes documentais, sobretudo, nos ofícios que eram enviados aos Presidentes da Província. Logo, a instituição apresentava-se como “Sociedade Literária Beneficente e Religiosa 5 de Agosto” e a vinculação da palavra “religiosa” ao seu nome de fundação é um indicativo do caráter cristão que os homens de letras buscavam imprimir em suas ações.

Outro aspecto muito utilizado pelos homens de letras foi o de civilidade, sem dúvida, era o mais explorado na década de 1870. De tal forma, que permeia os discursos que tratavam da instrução ao progresso dos indivíduos e da província paraense. Mas que seria a civilidade?

Assim lemos no Elementos de Civilidade, figura 33:



Figura 33 – Recorte do Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primária

## ELEMENTOS DE CIVILIDADE

*Que é civilidade?* — É a pratica de todas as atencões para com os nossos semelhantes na sociedade, evitando assim nas palavras como nas açções, tudo quanto possa offende-los ou desagradar-lhes. A *civilidade* é o signal distinctivo de uma boa educação, e dispõe logo os outros em nosso favor.

*Que entende por sociedade?* — Entendo a reunião de homens obrigados a viverem juntos, pela dependencia que uns tem dos outros.

*E será util a civilidade?* — Sem duvida.

*Então em que consiste principalmente a sua utilidade?* — Em estreitar os laços da sociedade por meio de certas maneiras de obrar e fallar, que produzem a estima e affeição entre aquelles de que ella se compõe.

*Que vantagens resultão d'ahi?* — A boa intelligencia em particular; a ordem e a paz em geral.

*Aonde tem origem a civilidade?* — Nos sentimentos de um coração bem formado.

*Quaes são esses principaes sentimentos?* — O respeito aos superiores; a benevolencia para com os iguaes, e a indulgencia para com os inferiores.

*Mas não nos prescreve a Religião o dever d'exercer esses sentimentos?* — Certamente. A verdadeira civilidade, em toda a extensão da palavra, tal qual a devemos considerar, não é outra cousa mais do que essa caridade inteiramente fraternal que o Evangelho nos prescreve: *Não faças a outrem o que não quizeras que te fizessem; faze-lhe o que quizeras que te fizessem.*

*Nesse caso, não bastaria compenetrar-nos da moral do Evangelho para nos conduzirmos convenientemente?* — O Evangelho ensina os principios fundamentaes; mas ha muitos preceitos particulares que delles se derivão, e que alli se não poderião mencionar. Muitos desses preceitos podem até variar, segundo os tempos e os paizes. A civilidade, tal qual se deve entender, abrange não só a polidez dos costumes, mas tambem a decencia e a polidez das maneiras.

Lemos no Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primária. Que os homens de letras acreditavam que civilizar era uma meta a ser alcançada, pois ela seria a base do progresso dos indivíduos, da província paraense, para os sujeitos históricos da época, civilização e progresso eram conceitos complementares.

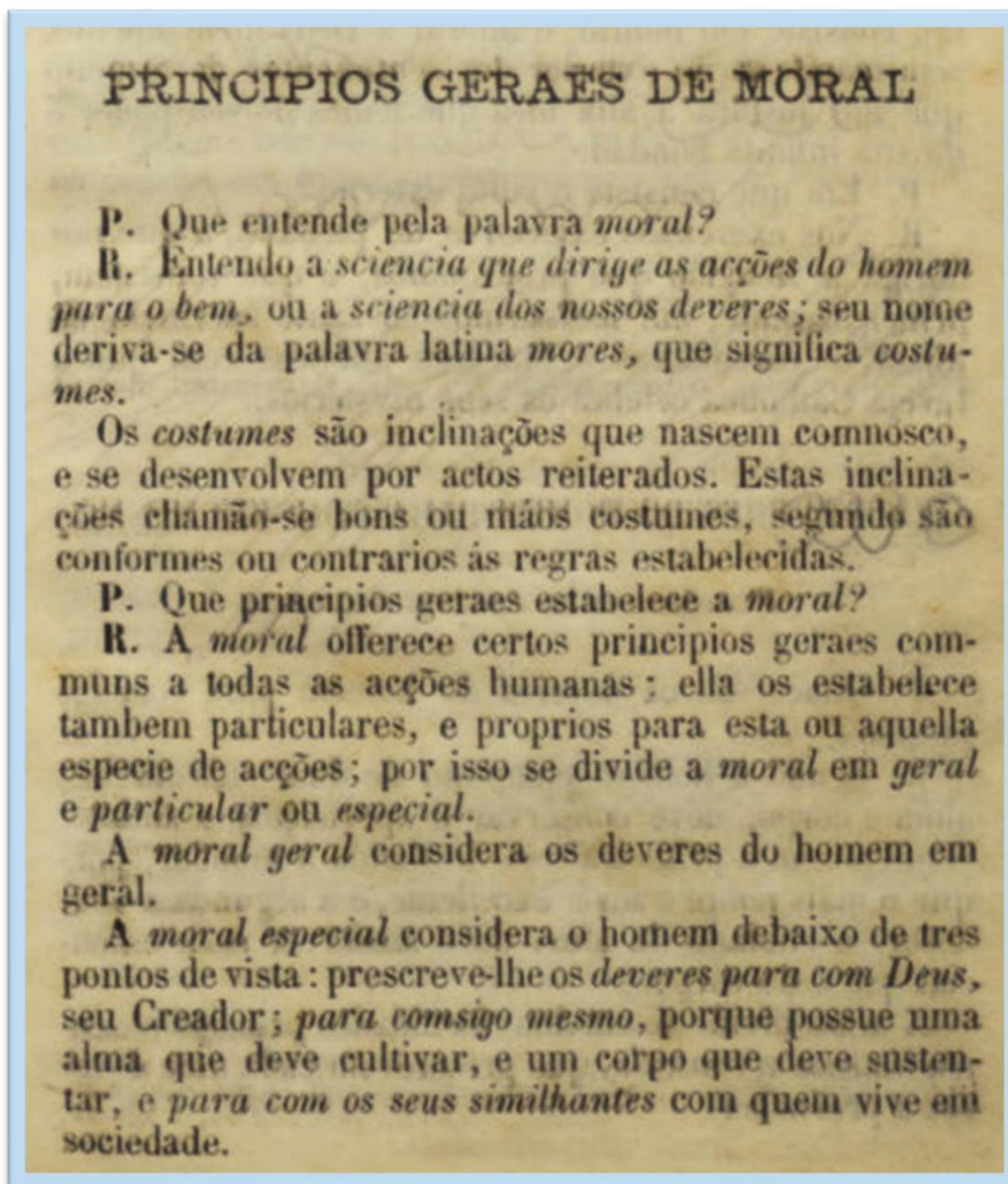
Neste sentido, podemos dizer que os homens de letras, ansiosos por atingir graus mais elevados de progresso e civilidade da Província do Pará, começaram a empreender alternativas para suprir suas necessidades de civilidade. Assim, são fundadas, principalmente, nos meios urbanos da província, várias instituições que buscavam disseminar hábitos civilizados, como as Sociedades literárias, por exemplo.

Podemos dizer que existia uma íntima relação entre estes dois aspectos nos discursos dos homens de letras, religião e civilidade. Tais termos trazem implícitos a valorização social, a afinação dos hábitos, dos costumes e dos sentimentos. Contudo, a civilidade era entendida como uma forma de moralidade cristã católica.

Desta forma, havia um vínculo entre religião, civilidade e moralidade. Mas o que esses sujeitos entendiam sobre moral? No manual de Monteverde verificamos que a moral era a ciência que levaria os homens ao bem supremo. Mas dependeria de uma civilidade que seria alcançada pela polidez dos costumes e da crença religiosa cristã católica.

Por isso, a moralidade era muito cultuada pelos homens de letras que a entendiam como uma virtude. Na figura 25 podemos ler como a moral era entendida:

Figura 34 – Recorte do Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrucção Primária



Fonte: Monteverde, 1874, p.3

Já afirmamos que o estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto impunha para seus membros uma postura moralmente íntegra, não ter nenhum hábito desonesto que comprometesse sua reputação era requisito para ingressar na instituição. Ter boa índole era algo muito valorizado pelos homens de letras da década de 1870, por isso qualquer aspirante a membro da instituição deveria ser votado em sessão pública. Supomos que esse tipo de exigência garantia um quadro de indivíduos benquistos pela população local.



Em suma, o que podemos afirmar é que as ações do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto consideravam estes três aspectos: moralidade, a religião e a civilidade, como pilares basilares para o progresso do ser humano e da província.

#### 4.2.2 A atuação política partidária dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto

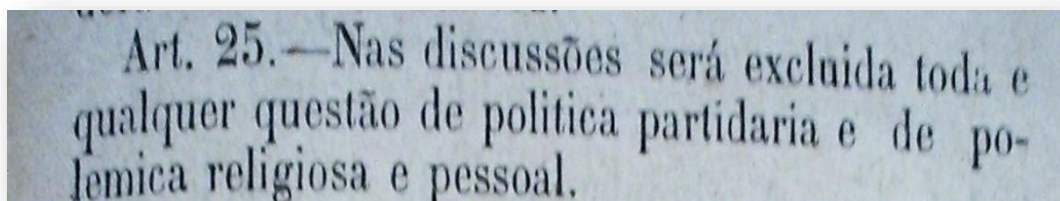
Nesta tese apontamos, hipoteticamente, que a criação da Sociedade Literária poderia ser uma estratégia de certos grupos políticos com poucos recursos financeiros, mas que almejavam participar das esferas políticas locais. Desse modo, cabe perguntar: como se dava a política partidária em Sociedades literárias?

De modo geral, as Sociedades literárias tinham compromisso com a cultura escrita, com a instrução, a filantropia, etc. Contudo, acreditamos que além desses compromissos elas também serviriam aos interesses políticos de seus membros que estavam envolvidos no jogo político provincial. As Sociedades literárias que, se estabeleceram no Pará a partir da segunda metade do século XIX, também se constituíram em espaço onde liberais e conservadores discutiam a nova conjuntura política nacional.

Por obrigações impostas por lei, as instituições associativas deveriam cumprir a manutenção da ordem política vigente. Ao colocarem em seus estatutos tanto as finalidades quanto às regras de comportamento de seus membros, as instituições associativas procuravam firmar em seus discursos o apoio ao Império brasileiro.

Para tanto, buscava excluir o debate que poderia desvirtuar esse apoio. Assim diz o estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto, que trata das atribuições; Art. 25:

Figura 35 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.



Apesar de estabelecer que não se discutiria qualquer questão de política partidária há vários indícios de que ela se envolvia em disputas políticas locais, pois muitos membros da Sociedade Literária 5 de Agosto participavam ou tentavam fazer parte do cenário político provincial.

Talvez esse engajamento político fosse parte do projeto educativo dessas instituições associativas, ou poderia ser apenas interesses de seus membros que almejavam cargos públicos. Consideramos que a compreensão da participação desses sujeitos no quadro político provincial possa trazer à tona uma nova maneira de entender o jogo de poder político que se estabelecia nas Províncias do Império, como do Pará da segunda metade do século XIX. Sobre o assunto, surge um questionamento, a saber: como se deu a atuação política partidária dos homens de letras em Sociedades literárias?

Para poder responder tal questionamento precisamos traçar a trajetória de alguns sujeitos que, ao mesmo tempo, eram membros das Sociedades literárias se envolviam no jogo político que ora se desenrolava na Província do Pará da segunda metade do século XIX.

A imprensa jornalística provincial oitocentista, nos traz fortes indícios da atuação política desses sujeitos, seja por divulgar as campanhas políticas da época, seja por revelar as disputas políticas entre esses mesmos sujeitos. Segundo Inácio (2010), as Sociedades que congregavam homens de letras desempenharam importante papel no processo de construção do Estado Imperial brasileiro; pois, reuniam-se em torno de projetos comuns, o que ajudava a unir políticos e intelectuais do período.

Esses homens de letras que se autorresponsabilizaram pela tarefa de construção do Estado e de uma nova nação brasileira, foram agentes privilegiados no pensar e direcionar os rumos da educação, da política e do progresso científico em várias províncias.

Para Inácio (2010), em Minas Gerais do período Regencial, esses sujeitos eram detentores de diversos saberes como o jurídico, o jornalístico e o pedagógico. No Pará da década de 1870 esses sujeitos detentores desses saberes citados por Inácio (2010), foram, por meio de uma rede de relações sociais, capazes de inventar um lugar para suas falas, para fazer circular suas ideias, as Sociedades literárias são apenas um exemplo. Essa posse do saber acabou gerando para os homens de letras, uma série de conflitos ora de interesses, ora de autoridade. Na cidade de

Vigia, alguns membros da Sociedade Literária 5 de Agosto, apesar das proibições estatutárias, estavam constantemente envolvidos na política partidária da província, o que provocou certos embates entre as autoridades políticas locais e a instituição.

#### **4.3 “O professorato um verdadeiro sacerdócio”:** as ações educativas dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto.

As turbulências e a destruição ocasionadas pela revolta da Cabanagem marcaram negativamente a sociedade paraense da primeira metade do século XIX. Entretanto, a partir da segunda metade do Oitocentos, com o desenvolvimento do comércio da borracha, a província paraense entra em uma nova fase: um período de reconstrução e de profundas mudanças políticas, sociais, culturais e educacionais. Pode se dizer que, impulsionadas e/ou extremadas pelos embates políticos entre os conservadores, que defendiam a monarquia e os liberais promotores dos ideais republicanos.

Esses embates não se davam apenas no campo político-ideológico, mas também no educacional. É neste contexto de reconstruções, reformas e embates de ideias que se iniciou a cruzada dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto pelo progresso civilizatório da cidade de Vigia. Para tanto, elegeram a educação como arma de ação.

##### 4.3.1 O cenário educativo na cidade de Vigia da década de 1870

Consideramos importante investigar a situação do sistema de ensino em Vigia no período da década de 1870. Para que, desta forma, possamos contextualizar o projeto educativo dos homens de letras no cenário educacional desta cidade. Então, para a análise, temos como fontes: os jornais do período e os relatórios dos Presidentes da Província do Pará.

Supomos que as dificuldades enfrentadas pelo sistema público de ensino da época motivaram a necessidade de desenvolver, por parte dos sujeitos da Sociedade Literária 5 de Agosto, ações de cunho educativo com objetivo de preencher determinadas lacunas, como - a falta de estabelecimentos de ensino secundário em cidades do interior da província.

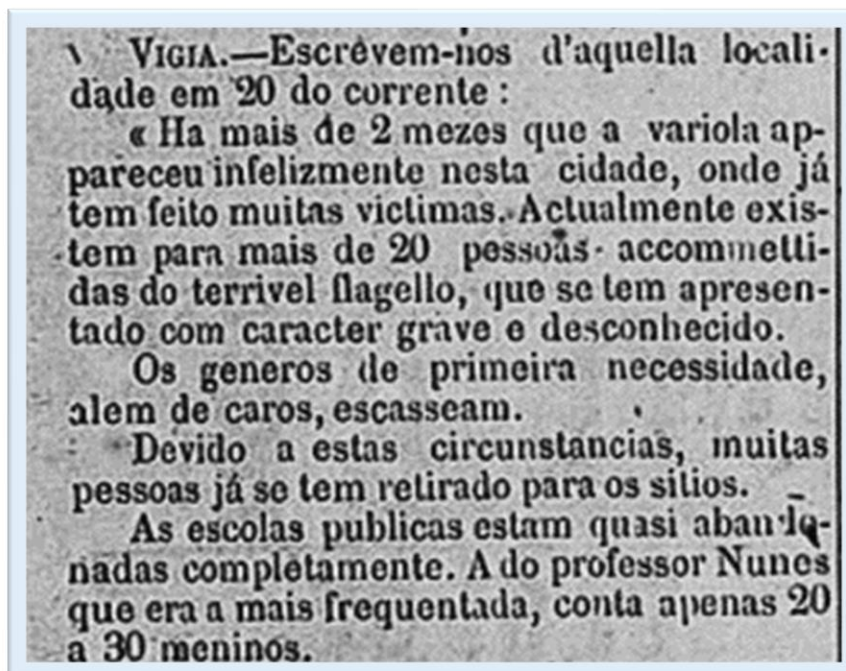
Segundo Nery (2013), no século XIX, a instrução primária na Província do Pará estabeleceu-se sobre bases sócio-políticas e culturais que acompanhavam o

projeto de modernização e construção do Estado-Nação. Mas, ainda segundo o autor, só a partir da década de 1870, foi que houve a emergência de iniciativas no sentido de expansão da educação primária. No entanto, a província paraense não tinha as condições materiais necessárias para manter o funcionamento e manutenção das escolas.

A afirmação de Nery (2013), quando aponta que as escolas de educação primária na província paraense necessitavam de condições materiais para funcionarem adequadamente, coaduna com a realidade de Vigia da década de 1870, onde a precariedade das escolas convivia com a evasão escolar e o desinteresse das autoridades públicas e das famílias pela educação de seus filhos.

No ano de 1873, uma notícia que foi publicada no jornal “O Liberal do Pará”, chama a atenção para a situação das escolas públicas em Vigia, que estavam praticamente abandonadas à própria sorte e tinham esse quadro agravado devido à epidemia de varíola que acometia a população da cidade.

Figura 36 - Recorte do jornal O Liberal do Pará



Fonte: Jornal O liberal do Pará, Belém, março de 1873.

Na Vigia da década de 1870, as escolas públicas não dispunham de prédios próprios. Algumas estavam funcionando nas residências dos próprios professores da rede de ensino. O professor primário Francisco Q. de Araújo Nunes, fundador da

Sociedade Literária 5 de Agosto, lecionava em sua própria residência, alguns dados da época apontam que até cento e cinquenta (150) alunos frequentavam esta escola. Na época, “a casa do professor Araújo Nunes era, por assim dizer, uma escola de consultas diárias, onde não só alunos, como o próprio homem educado, iam em buscas de sua fina erudição” (Anuário de Belém, 1905, p. 195).

No ano de 1875, identificamos por meio do relatório do Dr. Pedro Vicente de Azevedo<sup>98</sup>, Presidentes da Província do Pará, alguns fatos sobre o cenário educativo de Vigia. Segundo o relatório, existiam nove (09) escolas de instrução primária “frequentadas por 279 meninos e 85 meninas”.

Lembrando que a população livre, considerando os dados do censo demográfico da época, era um pouco mais de doze mil (12.000) habitantes<sup>99</sup>. Identificamos que das 09 (nove) escolas autorizadas a funcionar, 05 (cinco) estavam na zona urbana, as outras 04 (quatro) estavam em povoados pertencentes a zona rural da cidade.

No ano de 1877 havia 05 escolas na parte urbana de Vigia. Como podemos ler no jornal “O Liberal da Vigia” cuja notícia traz dados sobre a matrícula e a frequência dos alunos das escolas públicas no ano de 1875.

Na escola do Profº Nunes havia 80 alunos e a maior frequência 63; na do Profº Bezerra a matrícula era de 73 maior frequência 49; na do Profº Antonio R. de Sousa eram 51 e a maior frequência 40; na do Profº Francisco R. de Souza eram 40 e a maior 32; e na escola do sexo feminino eram 43 alunas matriculadas. (Jornal O Liberal da Vigia, 1875)

A notícia traz o movimento dos alunos das escolas públicas de Vigia da área urbana. Nela encontramos o número de matrícula e frequências dos alunos nas escolas públicas, mostra que as escolas voltaram a ser frequentadas, mas o número de matrícula e frequência pareciam não corresponder às expectativas dos homens de letras. Em março de 1877 encontramos outra notícia que mostrava o movimento dos alunos nas escolas públicas de Vigia no primeiro trimestre (janeiro a março). Eis o que diz a notícia:

#### CHRONICA GERAL

Instrução publica. – A matricula geral das escolas deste município durante o trimestre de janeiro à março findo 328 alumnos. [...]

<sup>98</sup> Relatório feito pelo Exmº. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, op. cit., 1875, p. 77-78.

<sup>99</sup> A população livre total do município de Vigia era 12788, além da população escrava que era de 779. Recenseamento Geral do Brasil 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acessado em 03/02/2021

Estes numeros não estão certamente em relação com os das crianças que existem entre nós.

Em Roma acaba de ser aprovado pela câmara dos deputados o projeto de lei, impondo aos paes, sob pena de multa e de serem privados, se forem pobres, dos auxílios das authoridas, a obrigação de mandassem seus filhos, de 6 a 9 annos à escola, salvo se provarem que os estão educando em alguma particular, ou no lar domestico.

Faça-se outrotanto neste paiz e maior numero de crianças affluirá as escolas. (Jornal O Liberal da Vigia, março de 1877)

Na notícia podemos ver que havia uma certa preocupação com relação ao número de crianças matriculadas, pois continuava abaixo do desejado, considerando uma população de mais de doze mil (12.000) moradores. A notícia cita o exemplo de Roma na Itália, que “por meio de um projeto de lei, obrigava os pais, “sob pena de multa e de serem privados, se forem pobres, dos auxílios das autoridades, a obrigação de mandar seus filhos, de 6 a 9 anos à escola [...]” (Jornal O Liberal da Vigia, março de 1877).

A baixa adesão de alunos às escolas públicas de Vigia seria, segundo a notícia, culpa dos pais e também das autoridades públicas que não buscavam através de leis, punir os pais pelo desinteresse pela educação de seus filhos.

Há também outro dado a ser considerado com relação à distribuição dos alunos das escolas públicas de Vigia, tendo por base as áreas urbana e rural da cidade, esta distribuição seguiu um caminho contrário à proporção de habitantes, pois na zona urbana estavam matriculados, em março de 1879, aproximadamente 220 (duzentos e vinte) alunos para uma população estimada pelo censo demográfico da época em 800 (oitocentos), o que corresponderia a 27,5% da população urbana; enquanto que na zona rural da cidade com seus mais de 11000 (onze mil) habitantes, com apenas quatro escolas. Na zona rural, segundo Soeiro (2012), não havia mais de 200 (duzentos) alunos que frequentavam as escolas da zona rural de Vigia, o que representava apenas 17% do total da população da zona rural.

Esses números demonstram certa disparidade de acesso à educação escolar, pois os habitantes da parte urbana eram constituídos pela menor parte da população de Vigia, mas dispunham de facilidade de acesso às escolas públicas. Esse mesmo quadro não parecia ser a realidade da zona rural da cidade, que possuía a maior parte dos habitantes, mas com menor acesso às escolas públicas.

Podemos destacar no cenário educativo de Vigia na década de 1870, alguns fatores, a saber: baixo número de escolas na zona rural; o desinteresse das famílias em matricular seus filhos; o descaso das autoridades públicas locais que

negligenciam a educação; a precariedade das escolas que apresentavam falta de condições materiais adequadas ao seu funcionamento.

Logo, o que criava uma série de resistências ao sistema de ensino público. Portanto, esse era um problema crônico, segundo Rizzini (2011), em províncias como a do Pará e do Amazonas, com uma população dispersa por um vasto território. “[...] Dedicada às atividades extrativas e à pequena agricultura em sítios afastados dos núcleos populacionais, constituía um obstáculo à difusão da instrução, argumento explorado exaustivamente pelos administradores em seus relatórios” (RIZZINI, 2011, p. 2).

Neste contexto, a educação escolar era privilégio dos moradores da zona urbana de Vigia. Segundo Soeiro (2012) isso era devido às várias medidas modernizadoras que vinham sendo promovidas pelo poder público municipal e pela sociedade civil, que provocaram transformações na mentalidade dos habitantes da urbe que “[...] ao disporem de locais de instrução, não hesitavam em ter seus filhos inseridos no mundo das letras, vislumbrando uma perspectiva de inserção social e de garantia de status no futuro.” (SOEIRO, 2012, p. 60).

Foi neste cenário onde a educação era quase um privilégio de uma parcela da população urbana de Vigia, que os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto começaram a desenvolver as suas ações educativas.

#### 4.3.2 Os homens de letras que coordenaram as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto.

Antes de saber quem foram os professores que coordenaram as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto. Faz sentido retomar duas (02) das questões da **Seção 3** desta tese: “quem eram e o queriam esses homens de letras ao criarem Sociedades literárias na província paraense da segunda metade do século XIX?

Já apontamos que esses indivíduos, em sua grande maioria, não pertenciam à classe de privilegiados financeira e política do Império brasileiro; eram em grande parte sujeitos intelectualmente engajados, que acreditavam que o conhecimento científico, o acesso à cultura escrita juntamente com o auxílio de uma educação de qualidade seriam a solução para os problemas que assolavam o Brasil e o Pará à época.

Assim, para compreendermos as ações educativas dos homens de letras no processo de formação e de disciplinarização da mentalidade dos indivíduos, a partir da década de 1870, faz-se necessário responder alguns questionamentos: quem eram e o que queriam os homens de letras que ministraram as aulas no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto?

Nos Regulamentos Gerais da Instrução Pública da Província do Pará, um dos requisitos para ser professor do sistema de ensino na década de 1870<sup>100</sup>, era que o indivíduo tanto nas aulas quanto em sua vida pessoal, deveria refletir integridade e respeito; pois, serviria de exemplo para os seus alunos, assim como tinha que zelar pelos bons costumes, propagar os elementos da moral pública e cristã e da boa conduta social em termos instrucionais.

Além de exercer o poder de vigiar e disciplinar os corpos e as mentes, impedindo possível existência de desvios e transgressões. Nesta perspectiva o professor era parte da rede hierárquica de poder, suas funções iam além das salas de aula, pois deveria comprovar a sua utilidade em relação ao seu comprometimento com o desenvolvimento da instrução e com os preceitos civilizacionais almejados pelo Império brasileiro.

Sobre os professores da Sociedades Literária 5 de Agosto<sup>101</sup>, há indícios de que a maioria não eram provenientes de camadas privilegiadas financeira e política da sociedade, mas mesmo assim se auto voluntariaram por trazer às “luzes” para a população de Vigia em fins do século XIX.

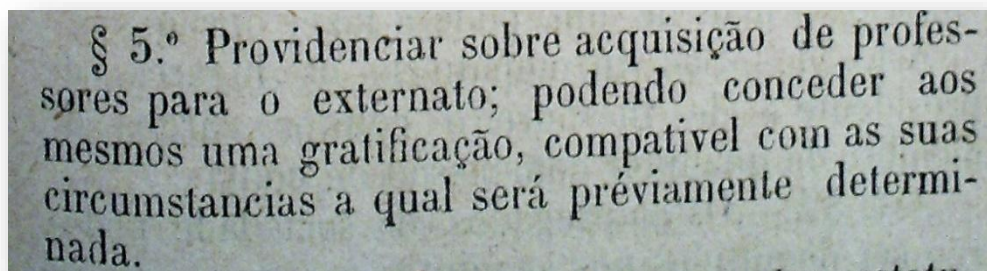
Apesar de haver no estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto a previsão de pagamento de gratificações aos professores que ensinavam no externato, não há indícios de que os professores que se disponham a lecionar no externato da instituição receberam dinheiro para lecionar no externato.

---

<sup>100</sup> Nos referimos ao regulamento para a instrução expedido pelo Cônego Siqueira Mendes, Vice-Presidente da província, pela Portaria de 1º de dezembro de 1870. Portaria de 1º de dezembro de 1870, do novo regulamento a instrução primária da Província do Grão-Pará. In Coleção das Leis da Província do Grão-Pará. Belém: Tipografia do Diário de Belém, 1872.

<sup>101</sup> As fontes documentais que utilizamos para fazer a biografia dos professores que lecionavam no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto foram, jornas do período e aos documentos do arquivo da instituição (ofícios, balancetes de prestação de contas), outros documentos foram consultados como o Anuário de Belém do ano de 1905.

Figura 37 - Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto



§ 5.º Providenciar sobre aquisição de professores para o externato; podendo conceder aos mesmos uma gratificação, compatível com as suas circunstancias a qual será préviamente determinada.

Fonte: Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2ª, 1882.

No entanto, o que podemos afirmar sobre a atuação desses sujeitos, era que prevalecia a figura do professor voluntário. Supomos que esse tipo de atitude poderia ser entendido como um ato de filantropia, de moralidade cristã e de civilidade. Já tratamos sobre isso na subseção 3.4.1, onde assinalamos que existia uma íntima relação entre religiosidade, moralidade e civilidade, que traziam implícitos a valorização do próximo.

A educação assim como a religião, a moral e a civilidade, deveriam juntas guiar as ações dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, podemos ler no jornal “O Espelho” um artigo intitulado “A Caridade”, escrito por Cândido Nunes que era professor voluntário do externato do Sociedade Literária 5 de Agosto: “A caridade é a virtude que eleva o homem ao throno do eterno! A religião christan é o tesouro mais sublime q’ pode existir neste mundo; e ninguém poderá ser salvo senão por meio dela.” (Jornal O Espelho, 1878).

Neste contexto, lecionar no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto poderia ser uma forma de filantropia, num sentido religioso, mostrando com isso que os homens de letras também eram homens de cristandade, amantes da caridade cristã católica, pois a entendiam com uma fonte purificadora dos indivíduos.

A educação e religião compunham o repertório ideal para mover estes sujeitos que, voluntariamente, se propunham a aplicar as ações educativas da instituição. Surge assim, a figura do homem de letras cristão, que não era mais aquele sujeito histórico do iluminismo do século XVIII, e sim um ser composto pela razão e iluminado pela doutrina cristã.



A seguir, apresentamos alguns aspectos da biografia dos principais professores que atuaram no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto na década de 1870:

**a) Francisco Quintino de Araújo Nunes (31/10/1839- 14/01/1893)**

O Anuário de Belém do ano de 1915<sup>102</sup>, trouxe o nome do professor Francisco Quintino de Araújo Nunes entre os paraenses ilustres. O professor Nunes (como era conhecido) estudou o primário em Vigia e o ensino secundário em Belém. No ano de 1860, aos 20 anos de idade, ingressou no magistério, iniciando sua carreira no sistema de ensino na vila de Cintra, atual município de Maracanã-PA. Retornou para Vigia ainda na década de 1860 para assumir a regência de uma das escolas primárias, assim permaneceu até sua jubilação em 1882, após 23 (vinte três) anos de magistério.

Considerado o principal idealizador da Sociedade Literária 5 de Agosto Sociedade, em sua residência abrigou a instituição, durante as décadas de 1870 e 1880. Foi o principal responsável pelo funcionamento do externato da instituição.

**b) Raimundo Bertoldo Nunes (29/03/1847-xxxx)**

Conhecido apenas por Bertoldo Nunes, era irmão de Francisco Quintino de Araújo Nunes, foi um dos membros fundadores da Sociedade Literária 5 de Agosto, ocupando por vários anos o cargo de 1º secretário. Atuou como professor nas escolas públicas de Vigia e no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto. Também teve uma intensa carreira como jornalista e foi editor de jornais em Vigia, a saber: “O Liberal da Vigia”, “O Orvalho”. Na década de 1880, mudou-se para Belém onde fundou o Atheneu Paraense, educandário, sendo proprietário. Atuou também como chefe de redação do jornal “O Liberal do Pará”.

Em Belém, Bertoldo Nunes participou da fundação de várias instituições associativas que congregavam intelectuais da Província do Pará, tais como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Sociedade Mina Literária que foi a precursora da Academia Paraense de Letras. Bertoldo Nunes é considerado um dos expoentes do movimento abolicionista em Vigia. Em Belém, Bertoldo Nunes

---

<sup>102</sup> In: Anuario de Belém: em Comemoração do seu Tricentenário 1616-1916 - Historico, Litterario e Commercial (PA) – 1915. p. 194.

continuou sua luta pela abolição. Em 1881, ele atuou na Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos<sup>103</sup>.

### **c) Francisco Ferreira de Vilhena Alves (Vigia, 1848 – Belém, 1911)**

Entre os membros da Sociedade Literária 5 de Agosto, Vilhena Alves é considerado o mais ilustre. Atuou como professor, jornalista e escritor. Formou-se na Escola Normal do Pará e foi nomeado para lecionar no Instituto Paraense de Educação.

Entre seus livros destacamos: Compendio de Analyse Moderna, Enlevos poéticos, Exercício de Portugues, Grammatica Portugueza: curso superior, Miscellanea Litteraria: coleção de artigos, Monodias, coleção de poesias, Primeira Grammatica da infância, Segunda Grammatica da infância e Selecta Litteraria. Também foi um dos colaboradores da revista Ciência e Letras e a Revista Escola. No final do século XIX, foi um dos membros fundadores da Academia Paraense de Letras.

### **d) Severiano Bezerra de Albuquerque (Ceará xxxx- Belém 1897)**

Severiano Bezerra de Albuquerque era o único professor do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto que não era natural de Vigia. Nascido no Ceará atuou como professor primário em várias vilas e cidades da província paraense. Em 1871 estava lecionando na Villa de Citra, em agosto do mesmo ano, encontramos indícios da vinda para Vigia.

Como membro da Sociedade Literária 5 de Agosto, atuou tanto na administração quanto lecionando no externato da instituição. Em 1882 é jubilado do serviço público. No ano de 1883, muda-se para Belém onde começa sua carreira como professor secundário de geografia do colégio Visconde de Sousa Franco. Em 1891, atuou como professor de geografia do Colégio Americano. Em 1894, juntamente com Vilhena Alves e Bertoldo Nunes, criaram uma nova Sociedade literária na cidade de Belém, batizada de “Mina Literária<sup>104</sup>”, sendo o seu primeiro presidente.

<sup>103</sup> Mais informações podem ser acessadas no site: <https://redepara.com.br/Noticia/212764/em-vigia-uma-associacao-secular-abrigou-abolicionistas>.

<sup>104</sup> Souza et al. (2012) A Mina Literária foi uma instituição criada por poetas e intelectuais paraenses em fins do século XIX, que objetivavam recuperar as Letras paraenses, a partir do estímulo à produção e à publicação de livros por parte de seus membros, que encontravam dificuldades em fazer circular suas obras. In Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 8, n. 10, 2012.

Esses são alguns dos homens de letras que foram responsáveis em idealizar e coordenar as ações educativas do projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto. Esses sujeitos utilizaram o espaço da instituição para divulgar seu projeto de nação, onde a educação teria papel fundamental.

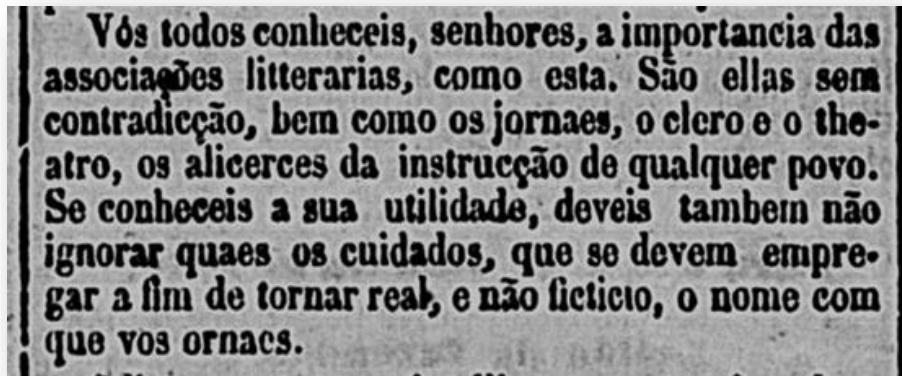
Segundo Soeiro (2012), investigar a vida dos membros da Sociedade Literária 5 de Agosto é um conhecimento importante para reconstruir a memória coletiva que fora construída entorno da instituição ao longo do século XX em Vigia. Acreditamos que este conhecimento pode revelar inclusive como os homens letras, acreditavam que mudariam a realidade da cidade de Vigia, através de suas ações educativas. Visto que defendiam que a educação seria o único meio para alcançar o nível de progresso e de civilidade que já eram vividos por outras nações como a França e Os Estados Unidos, países que eram tão admirados pelos homens de letras da Província do Pará da segunda metade do século XIX.

#### **4.4 A incursão educativa dos homens de letras em Vigia**

De modo geral, os homens de letras de meados do século XIX reconheciam a importância da educação para se alcançar o progresso civilizatório da província paraense, por isso denunciavam o descaso em que vivia o sistema de ensino provincial, situação que piorava nas vilas e cidades do interior. Devido a esse quadro, estes sujeitos buscaram agir com as ferramentas que detinham para mudar uma realidade e promover uma verdadeira incursão pelo progresso da Província do Pará.

Nesta incursão, as Sociedades literárias buscavam dar sua contribuição. Em discurso proferido na sessão de posse da nova diretoria da Sociedade Literária Club Científico da cidade de Belém-PA, publicado no jornal “Diário de Belém”, podemos ter uma ideia do papel que era conferido às Sociedades literárias que estavam, assim como a igreja, o teatro, os jornais - nos alicerces da instrução do povo.

Figura 38 - Recorte do jornal Diário de Belém



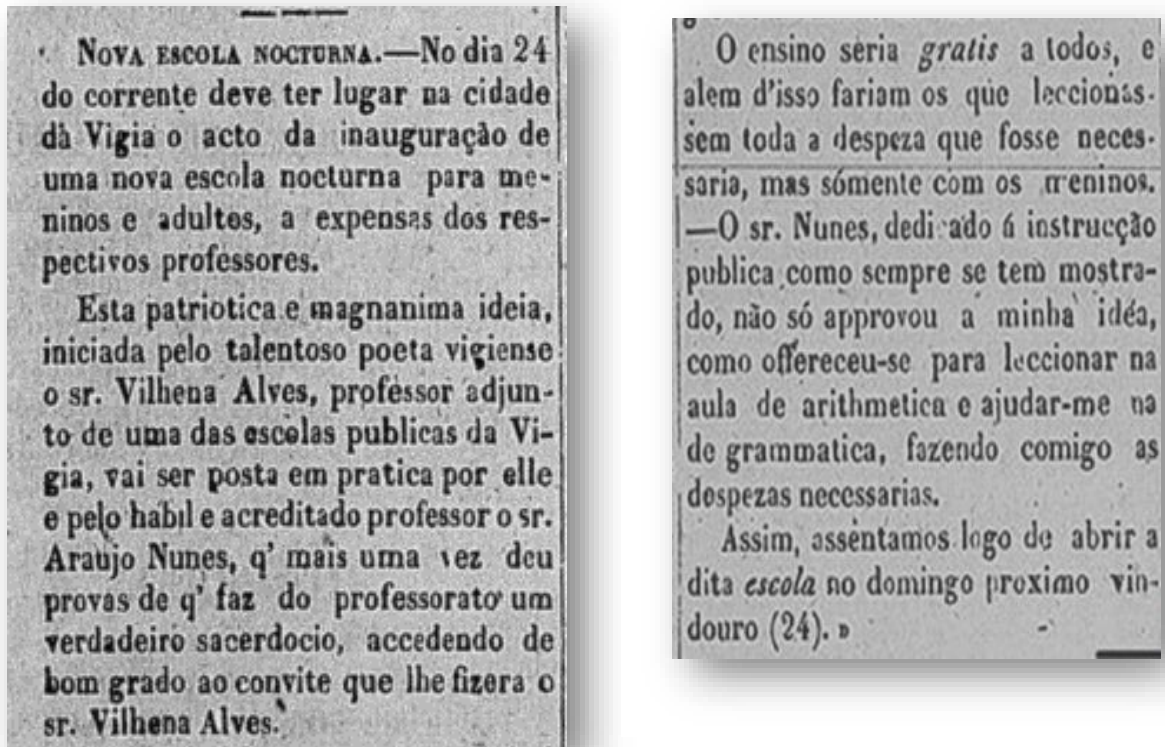
Vós todos conheceis, senhores, a importância das associações litterarias, como esta. São ellas sem contradicção, bem como os jornaes, o clero e o theatro, os alicerces da instrucção de qualquer povo. Se conheceis a sua utilidade, deveis tambem não ignorar quaes os cuidados, que se devem empregar a fim de tornar real, e não ficticio, o nome com que vos ornacs.

Fonte: Jornal Diário de Belém de 1868

A ideia de que instituições associativas de caráter científico-literário, como a Sociedade literária, deveriam intervir no processo de ilustração do povo, era recorrente nos círculos letrados da província paraense a partir da segunda metade do Oitocentos. Mas como se deu a intervenção educativa dos homens de letras em Vigia da década de 1870?

Ao analisar as fontes documentais da pesquisa (sobretudo os jornais), deparamo-nos com três tentativas de intervenção educativa dos homens de letra na cidade de Vigia, todas na década de 1870. A primeira ocorreu no ano de 1871, quando houve a criação de uma escola noturna nomeada de “Recreio Literário”, que objetivava atender meninos e adultos. Como podemos ler em uma notícia que foi publicada no jornal “O Liberal do Pará”, figura 39.

Figura 39 - Recorte do jornal O Liberal do Pará

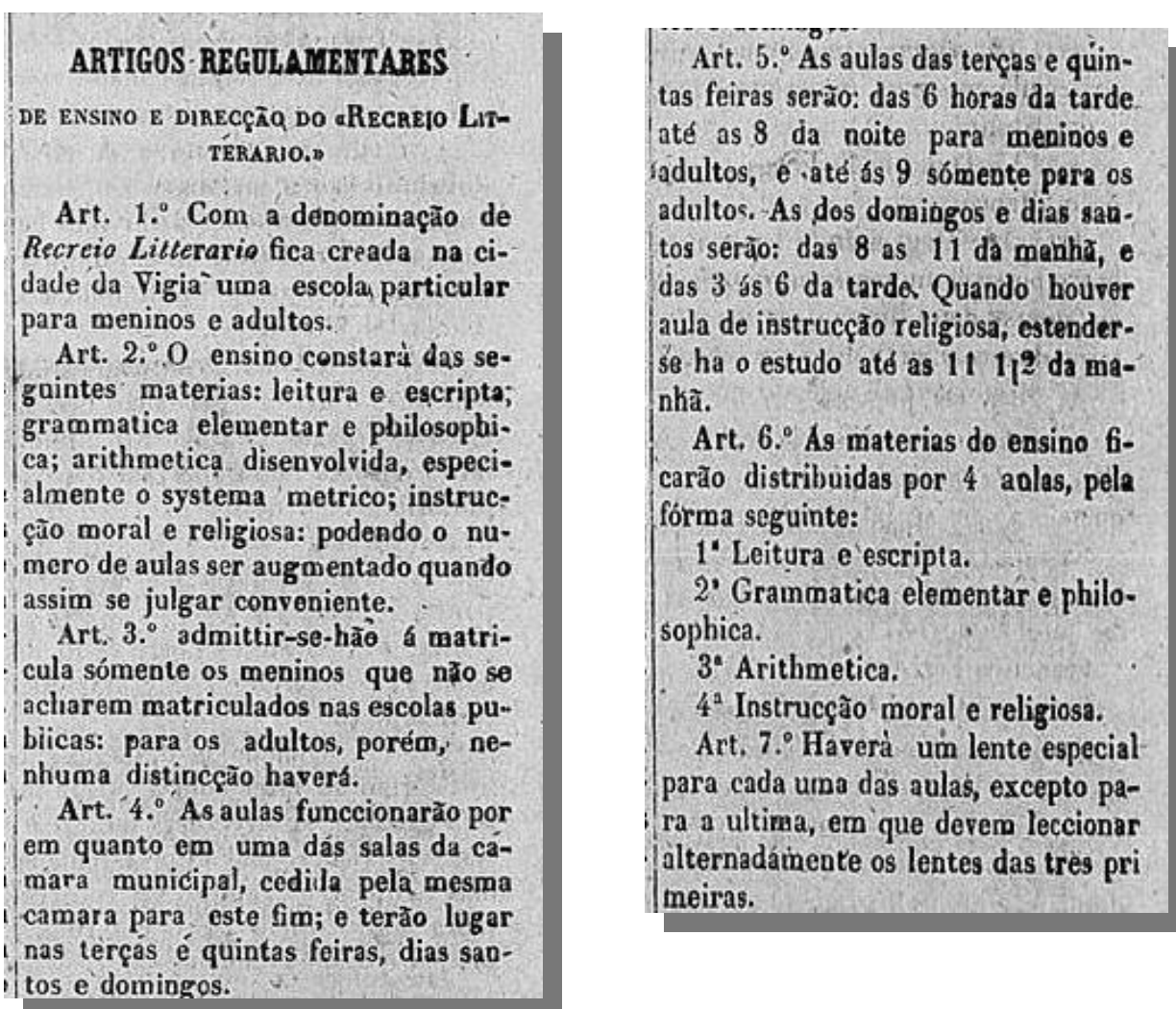


Fonte: Jornal O Liberal do Pará, setembro de 1871

A notícia traz alguns dados que destacamos, a saber: quem tomou a iniciativa de criar a escola foi o professor adjunto de uma das escolas primária de Vigia, Vilhena Alves, que contava com a colaboração do professor titular da mesma escola, Araújo Nunes. A escola seria noturna e atenderia tanto os adultos quanto os meninos. Nesta escola havia uma particularidade, isto é, o ensino seria gratuito para os meninos, mas os adultos teriam que arcar com uma contribuição financeira.

Encontramos outra notícia sobre a escola noturna “Recreio Literária”, no jornal “O Liberal do Pará” de outubro de 1871. Nela, podemos ler os artigos regulamentares da referida escola:

Figura 40 – Recorde do jornal O Liberal do Pará



Fonte: Jornal O Liberal do Pará nº 225, 10 out, p. 01 de 1871

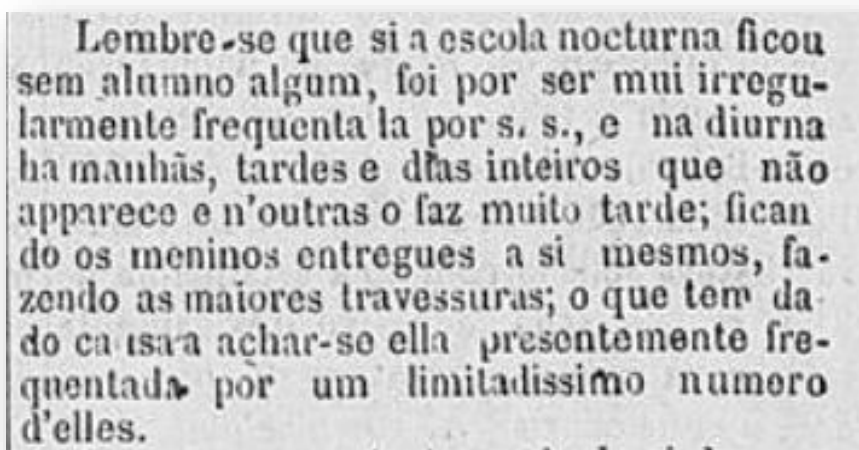
A escola “Recreio Literário”, que era coordenada por homens de letras da cidade de Vigia, tinha como objetivo criar um estabelecimento de ensino que atendesse tanto os adultos, quanto os meninos que não estavam matriculados nas escolas públicas. Podemos inferir que a escola não era concorrente do sistema de ensino público, pois atenderia um público específico que por algum motivo estava fora do mesmo. O fato de oferecer aulas gratuitas para os meninos já sugere que havia uma certa preocupação dos homens de letras da cidade pela educação da juventude.

Sobre o funcionamento da escola noturna “Recreio Literário”, as fontes são omissas. Mas, em uma publicação no jornal “O Liberal do Pará” no ano 1873,

encontramos indícios que a escola havia fechado, mas não descreve os motivos que levaram a isso.

A notícia apontava severas críticas à postura dos professores Vilhena Alves e Araújo Nunes, apontando que por isso a escola noturna não prosperou. Assim, lemos na figura 41:

Figura 41 - Recorte do jornal O Liberal do Pará



Lembre-se que si a escola nocturna ficou sem alumno algum, foi por ser mui irregularmente frequenta la por s. s., e na diurna ha manhãs, tardes e dias inteiros que não apparece e n'outras o faz muito tarde; ficando os meninos entregues a si mesmos, fazendo as maiores travessuras; o que tem dado causa a achar-se ella presentemente frequentada por um limitadissimo numero d'elles.

Fonte: Jornal O liberal do Pará, outubro de 1873.

No ano de 1873, houve uma outra tentativa de intervenção educativa dos homens de letras na cidade de Vigia, com a criação de um novo estabelecimento de ensino denominado de “Externato Nossa Senhora de Nazaré da Vigia”. Instituição educativa fruto da união entre a paróquia de Vigia coordenada na época pelo padre Mâncio Caetano Ribeiro e os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto que estavam representados pelos Professores Araújo Nunes, Vilhena Alves e Cândido Nunes. No jornal “A Boa Nova”, encontramos uma longa notícia que tratava da criação do externato “Nossa Senhora de Nazaré da Vigia”, a qual analisamos na íntegra.

O autor da notícia foi o padre Mâncio Caetano Ribeiro, pároco de Vigia durante a década de 1870, que deixa claro qual era o objetivo do externato: dar continuidade aos estudos da mocidade vigiense que já concluía o primário nas escolas públicas de Vigia.

## PUBLICAÇÃO PEDIDA

Externato de Nossa Senhora de Nazareth da Vigia.

Sr. Redactor. Não venho tratar de uma empresa realizada e que já tenha dado preciosos fructos na Parochia de Nossa Senhora de Nasareth da Vigia. confiada á minha administração parochial.

Venho apenas anunciar ao publico, sempre interessado pelo adiantamento de nossa provincia e sobretudo pelo desenvolvimento intellectual de seus filhos, que desejo organizar nesta Cidade um Externato onde a numerosa mocidade vigiense ao sahir das escolas (são três e duas mui frequentadas) possa continuar os seus estudos e não interrompei-os completamente como infelizmente agora acontece.

Não é preciso uma longa estada neste lugar para sentir-se a necessidade de um instituto neste gênero. (Jornal A Boa Nova, novembro de 1873).

O autor considera a comarca de Vigia<sup>105</sup> uma das mais populosas da Província do Pará, também chama a atenção das autoridades sobre o baixo número de vigienses que frequentaram os seminários e o Liceo da capital da província.

Basta considerar a população da Comarca da Vigia; é ella sem duvida uma das mais populosas da provincia, por conseguinte numerosa deve ser a mocidade que aqui precisa de educação e de instrucção.

Nem tão pouco pode-se allegar que existe na Capital um Lycêo, fonte de instrucção para todos; porque os factos attestam o contrario. Indague-se com effeito o numero de meninos ou moços da Vigia que frequentam o Lycêo ou os Seminarios da Capital, ver-se-has que são certamente mui poucos. (Jornal A Boa Nova, novembro de 1873).

O autor assinala que a continuação dos estudos, após a conclusão do primário, foi sempre uma preocupação dos homens de letras de Vigia, e que já vinham realizando ações de caráter educativo que visavam o progresso civilizatório da cidade. Segundo a notícia, os vigienses eram amantes das letras; pois, já havia iniciativas educativas de associações de moços amantes das letras, como os da Sociedade Literária 5 de Agosto, empenhados em fundar pequenas bibliotecas, com o intuito de oferecer à população acesso ao saber.

Também aponta que a condição financeira era fator preponderante, pois não permitia que muitas famílias pudessem enviar seus filhos para Belém-PA, onde cursariam o ensino secundário. Assim, questionava o pároco de Vigia.

Deixarão então os jovens vigienses de instruir-se, porque não tem amor ás letras? Não o posso crer, visto como é visível a propensão que aqui ha para o estudo, existindo até associações de moços, empenhados em fundar pequenas bibliothecas, onde com os socorros de bons livros, saciem a sede ardente do saber, que devora todo homem.

Por outro lado, é facil de ver que cada familia é numerosa e muitos pais conseguintemente só com grandes sacrificios poderiam mandar dous ou tres filhos para o estudo na Capital, onde actualmente despende-se muito. (Jornal A Boa Nova, novembro de 1873)

<sup>105</sup> Segundo Baena (1885) a Comarca de Vigia foi criada pela lei provincial de nº 674 de setembro de 1871. Contava com quatro municípios Colares, São Caetano de Odivelas, Curuçá e Vigia.



Segundo o padre Mâncio, o que realmente motivou a criação do externato foi o desamparo do sistema de ensino da província que não mantinha escolas secundárias fora da capital da província, Belém, condenando a paralisia o desenvolvimento das vilas e cidades do interior. Assim, esta iniciativa seria uma forma de amenizar esse “grande mal” criar um estabelecimento de ensino que pudesse servir como uma alternativa de continuidade dos estudos para a mocidade vigiense.

Assim é incontestável que quase sempre segundo o estado actual das cousas, fica pelo menos o maior numero dos jovens privados de instrucção superior.

Que se attenda ainda para nosso methodo de ensino nas escolas em geral pouco desenvolvido, mais saliente se torna ainda o inconveniente de desemparar-se os meninos, depois de terem prestado os exames nas escolas, condenando-se á uma esteril paralyisia o desenvolvimento das faculdades intellectuaes que começam á despontar com vigor.

Para remediar, pois, tão grande mal, determinei fundar um Externato com o título de Externato de N. Senhora de Nazareth da Vigia. (Jornal A Boa Nova, novembro de 1873)

Para o autor da notícia, esta foi uma iniciativa que contou com a ajuda de homens ilustrados de Vigia que coadunam com a proposta educativa, foram os Professores Francisco Nunes, Vilhena Alves e Cândido Nunes todos atuavam no sistema de ensino em Vigia e guardavam muita estima por parte da população local. Estes sujeitos já estavam atuando em benefício da juventude em Vigia.

Não podendo porém ocupar-me só de tão importante empresa prestaram-se para me coadjuvar os Srs. Professor Francisco Quintino d'Araujo Nunes e Vilhena Alves, distincto poeta Vigiense.

Este Sr. será por certo um excellente professor de litteratura, e muito aproveitaria os seus jovens patricios, ouvindo as suas lições sobre o estudo desenvolvido da lingua vernacula, de que tão bom uso faz nas suas amenas e melodiosas poesias.

O professor Nunes não é menos intelligente e dedicado; ensinará com grande vantagem os elementos da gramatica portugueza, gramatica filosofica e Arithmetica. Teremos para professor de francez um irmão do dito professor, que por alguns annos estudou em França. Pela minha parte me occuparei com muito gosto das aulas de latim e geographia, duas vezes por semana. (Jornal A Boa Nova, novembro de 1873).

A notícia finaliza mostrando que as aulas do externato funcionavam no antigo colégio dos Jesuítas, fato este destacado pelo autor da notícia, e seriam ministradas por professores públicos, no período noturno. Também apresenta quais disciplinas seriam ministradas: Latim, Francês, Gramatica portuguesa, Retórica, Arte poética, Aritmética. Geografia e Música.

Vencida já está uma das dificuldades que podia estorvar o nosso intento; porque já destinei para o local das aulas um vasto salão que faz parte da Matriz, que está quase completamente separado do corpo da Igreja.

Este salão devia provavelmente fazer parte do grande Collegio que os Jesuitas ansiavam fundar juncto da grande Matriz desta cidade por elles edificada.

Uma grande dificuldade todavia se oppõe ainda seriamente aos nossos ardentes desejos de melhorar a instrucção infelizmente mui atrasada em uma cidade populosa como é a Vigia, falta-nos o tempo preciso para leccionarmos as aulas; alguns de meus cooperadores estão empregados nas escolas.

Faremos neste caso o que nos fôr possível; daremos aula das 6 ás 8 horas da noite, até que permittindo Deos, tenham elles. para o trabalho escassas horas da noite, mas as horas propicias do dia.

Por esta forma teremos em breve na Vigia um Externato onde se lecionarão as seguintes matérias: Latim, Francez, Gramatica portugueza, Rhetorica, Arte poetica, Arithmetica. Geographia e Musica.

Que o publico não desconheça o alcance de uma empresa que promette excellentes resultados é quanto basta para a nossa satisfação.

Padre Dr. Manio Caetano Ribeiro. (Jornal A Boa Nova, novembro de 1873)

Sobre o funcionamento do externato “Nossa Senhora de Nazaré da Vigia”, as fontes são omissas. Contudo, no ano de 1875 o externato continuava funcionando. Sobre isso encontramos uma notícia que saiu no jornal “A Regeneração” de julho 1875:

Os inimigos do progresso

Os nossos adversários têm provado exuberantemente que nem mesmo o título de conservadores merecem, mas que antes se lhes devêra dar a denominação de retrogados. Os fatores ahi estão patentes à consideração de todos.

Fundou o sr. Padre Mancio um externato, onde a mocidade vigiense vai receber a instrucção secundária que na capital só receberia mediante grandes despesas.

Ao principio calaram-se os adversários; mas não tardou que começassem a guerrear esta instituição, já indigitando os alumnos para recrutas, já procurando desvirtuar o nobre intento do instituidor, que é fazer o bem à esta terra, à custa mesmo dos maiores sagifícios. (Jornal A Regeneração, julho 1875)

Consideramos que a criação do externato “Nossa Senhora de Nazaré da Vigia” foi a segunda tentativa de intervenção educativa dos homens de letras em Vigia, que tinha o objetivo e contribuir com a educação da juventude da cidade. Este estabelecimento de ensino, com algumas adaptações, será utilizado como modelo para as ações educativas do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, que culminou na criação do externato da instituição em 1877.

Já apontamos na subseção 4.1.1 que a universalização do ensino público na Província do Pará era uma meta para homens de letras da década de 1870. Esse mesmo debate fazia parte do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade

Literária 5 de Agosto, pois assim como outros homens de letras da província paraense, acreditavam que: “[...], não há progresso sem civilização, [...], nem espírito público onde ao povo falta a instrução que é a base sobre que se apoiam todos os sentimentos nobres do espírito humano persegue.” (PENNA, 1869, p. 2).

Neste cenário, o progresso civilizatório da província dependeria do desenvolvimento da instrução, que deveria chegar a todos os indivíduos. Por isso, a universalização do ensino público era uma preocupação constantes dos homens de letras de Vigia a partir da década de 1870; pois, acreditavam que o progresso civilizatório era proporcional ao desenvolvimento e continuação dos estudos. Isso leva a crê que, para estes sujeitos, não poderia haver qualquer avanço civilizatório da província paraense, sem a democratização do acesso à educação pública para toda população.

No exemplo da Sociedade Literária 5 de Agosto, a maioria desses sujeitos que se propunham a contribuir para a educação da população, eram professores que atuavam no sistema de ensino da época. Então, conheciam os problemas inerentes desse sistema e sabiam onde e como deveriam atuar.

Podemos dizer, então, que o externato da Sociedade Literária 5 de Agosto foi uma resposta desses indivíduos para um dos problemas crônicos da província paraense, o acesso à educação. De modo geral, os homens de letras e as instituições associativas, como as Sociedades literárias, participaram ativamente dos debates e das discussões sobre a universalização do ensino público na província paraense. Mas, não ficaram só nos debates, pois buscaram realizar ações concretas com o objetivo de intervir diretamente no cenário educativo provincial, a criação de estabelecimento de ensino é uma delas.

No campo da educação, as Sociedades literárias mostravam-se bastante empenhadas em desenvolver ações educativas em prol da população paraense, pois se vivia um período em que o ensino público, considerando a década 1870, encontrava-se em turbulência, o que se tornava um empecilho para os ideais civilizatórios defendidos pelos homens de letras destas instituições.

Em Vigia, na década de 1870, os objetivos da Sociedade Literária 5 de Agosto basicamente eram, socorrer seus membros em caso de pobreza extrema, doença ou morte. Assim como, servir aos anseios recreativos, socioculturais e ilustrativos de seus membros e da população de modo geral.

Contudo, podemos dizer que as ações de cunho educativo foram ganhando notoriedade perante os membros da instituição. Por isso, se tornaram uma das ações mais valorizadas, de tal maneira que em pleno século XX houve grandes esforços das gerações de membros da instituição na concretização de ações que visavam contribuir com o progresso-educativo da população vigiense. Constatamos que no século XX, os membros da instituição sempre referenciam às ações educativas da geração de membros da década de 1870.

Segundo Vicente (2012), nas décadas finais do século XIX as instituições associativas tais como a Sociedades literárias, científicas e de instrução congregavam profissionais letrados com objetivo de cooperar mutuamente no progresso intelectual dos indivíduos, através de uma pedagogia de caráter filantrópico.

Na Sociedade Literária 5 de Agosto, também percebemos a preocupação que seus membros tinham pela educação da população. Mas, a educação, neste contexto, seria entendida como uma forma de enobrecimento do indivíduo, assim como uma proposta civilizatória, pois deveria compor uma reforma social e cultural dos costumes. Neste contexto, a ideia de educar, não era a de, simplesmente, frequentar a escola e concluir o ensino primário e secundário. Visto que deveria haver uma íntima relação entre o conhecimento escolar, responsabilidade social, estilo de vida e visão de mundo.

#### 4.4.1 O externato da Sociedade Literária 5 de Agosto: as repercussões do início das aulas e o funcionamento do externato.

As fontes documentais da pesquisa apontam que as aulas do externato se iniciaram em 1877<sup>106</sup>, em ofício encaminhado pela Sociedade Literária 5 de Agosto ao Presidente da Província do Pará. Conforme, podemos ver, a instituição informou o início das aulas do seu estabelecimento de ensino.

Sala das sessões da Sociedade “Cinco de Agosto”, 6 de outubro de 1877.

Illmo e Ex mo Srº

O decidido interesse que V.Exª tem sempre manifestado pela instrução popular e a sua qualidade de membro desta sociedade, são motivos mais que suficientes para que ella não possa deixar de scientifical-o de um acontecimento que está convencida lhe merecerá o devido apreço e encherá de satisfação.

A mesma sociedade, pois, por intermedio da sua Meza directora, tem a honra de communicar a V.Exª que na noite do dia 1º do corrente, abriu na

<sup>106</sup> Não encontramos fontes que mostrem as atividades educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto antes de 1877.

sala de suas sessões, sob a Direcção e regencia dos professores publicos desta cidade Francisco Quintino d' Araujo Nunes e Severiano Bezerra d' Albuquerque que de bom grado se prestaram gratuitamente para leccionar uma aula de Grammatica portugueza e outra de Arithmetica para a mocidade que já não frequenta as escolas publicas; tendo as mesmas sido installadas com 11 alumnos e contando já hoje 16.

Do principio do anno vindouro em diante pretende ella abrir tambem aulas de Geographia, de Francez e de outras materias para que hajam pessoas habilitadas que se queiram prestar a ensinal-as.<sup>107</sup>

O início das aulas na Sociedade Literária 5 de Agosto foi um fato que teve bastante visibilidade na imprensa local. No jornal “O Liberal da Vigia”, também podemos ler uma notícia que tratava do início das aulas do externato da instituição. A notícia faz citação a uma certa correspondência enviada pelo Presidente da Província do Pará, parabenizando os membros da Sociedade pelo início das aulas do seu externato.

Tratando das aulas instaladas pela Sociedade Cinco de Agosto, disse Exe. O sr. Presidente da Província em um officio que dirigiu à mesma Sociedade e que foi publicado pelo Orvalho: Dirigindo um voto de louvor a V.Sa. pelo seu amor á causa da instrução popular e pelos esforços que tem empregado no empenho de difundi-la nessa comarca, asseguro a V.Sa. que, não só como Presidente da Província, como na qualidade de membro da Sociedade 5 de Agosto ei de prestar-lhes todos os auxílios de que puder dispor para o florescimento e progresso de tão útil Instrução.<sup>1</sup>

Ocupando-se do mesmo assunto, assim termina - O Liberal do Pará – a local que à respeito escreveu: “Louvores à Sociedade Cinco de Agosto e os dignos professores Nunes e Bezerra que se prestam gratuitamente a lecionar.”

Fazendo nossa as palavras do administrador da província e do órgão liberal de Belém, pedimos permissão para tornar extensivo esse louvor ao senr. Candido Severo de Carvalho Nunes, que também prestou-se gratuitamente a lecionar francês, cuja aula já começou a funcionar, e bem assim aos 18 jovens que de preferencia às distrações infrutíferas, correram a tomar parte nas lides do estudo, para se tornarem um dia úteis a si mesmos e a sociedade. (Jornal O Liberal da Vigia, outubro de 1877)

Por meio das notícias, podemos saber quando as aulas do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto tiveram início, em outubro de 1877. Também podemos constatar que havia a presença de dois professores públicos, Araújo Nunes e Bezerra de Albuquerque, que atuavam em escolas primárias de Vigia. E havia o Sr. Candido Severo de Carvalho Nunes<sup>108</sup>, que também se prestou

<sup>107</sup> Offício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará, fundada pela Secretaria da Presidência da Província. Série: Offícios. Caixa 312 - offícios de diversas sociedades.

<sup>108</sup> Sobre Candido Severo de Carvalho Nunes, há poucas informações. Ele era irmão de Francisco Q. de Araújo Nunes, fundador da Sociedade Literária 5 de Agosto. Há indícios de que ele fosse professor, assim se voluntariou para lecionar o idioma francês no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto.

gratuitamente a lecionar francês; também identificamos o número de alunos que estavam matriculados, um total de 18 (dezoito).

Em janeiro de 1879, no jornal “O Espelho”, encontramos uma notícia que trata sobre o início das aulas do externato. Nela podemos constatar que a iniciativa da Sociedade Literária 5 de Agosto foi algo bastante louvada. Em 1879 seria o terceiro ano de funcionamento do externato.

O Externato da Sociedade Cinco de agosto começa a funcionar d’amanhã em diante.

É de esperar que a mocidade compenetre bem da necessidade do estudo, vá frequentar esse pequeno templo de sciencia, pois é só por meio do estudo que se adquire um futuro brilhante na sociedade.

Oxalá sejamos ouvidos e que um dia possamos contar com homens mais instruídos do que presentemente, isto é, que vejamos a nossa terra mais considerada e aumentada. (Jornal O Espelho, janeiro de 1879).

Das notícias que tratam do início das aulas do externato, inferimos que a Sociedade Literária 5 de Agosto passou a executar um de seus principais objetivos de seu projeto educativo, ou seja, a criação de um estabelecimento de ensino onde as aulas seriam oferecidas gratuitamente à população de Vigia.

A partir dessa iniciativa, podemos dizer que a Sociedade literária passou a funcionar como uma espécie de instituição educativa, que atenderia três interesses concomitantes, a saber: do Estado, como podemos inferir das palavras do próprio Presidente da Província, que elogiava a iniciativa dos membros da Sociedade; dos homens de letras que buscavam realizar seus ideais educativos e os interesses da própria instituição; pois, o externato poderia ser mais um atrativo para trazer novos sócios ao seu quadro de membros.

Sobre o funcionamento do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto, as aulas eram ministradas à noite. Devido a dois fatores: os professores do externato ensinavam em escolas públicas durante o período diurno. Outro motivo seria por conta do público frequentador das aulas, composto em sua totalidade de jovens do sexo masculino, que já haviam completado o ensino primário e, provavelmente, estavam inseridos no mercado de trabalho<sup>109</sup>.

Em virtude da maioria dos professores do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto também lecionar em escolas públicas de Vigia, podemos dizer que estes sujeitos compreendiam a necessidade de instalação das aulas no externato no período noturno.

---

<sup>109</sup> Constatamos, até este momento da pesquisa, que nas fontes documentais consultadas, não há registro de mulheres frequentando as aulas do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto.

Supomos que as aulas noturnas poderiam ser, também, uma maneira de dar condições de acesso à instrução aqueles alunos que se evadiram das escolas públicas devido à condição financeira desfavorável. E, por isso, teriam que trabalhar para ajudar no sustento da família, o que não permitiriam o acesso desses alunos às escolas no período diurno.

Apesar da criação do externado da Sociedade Literária 5 de Agosto ter sido muito elogiada e divulgada na imprensa periódica local, não houve grande interesse por parte da população vigiense em frequentar assiduamente as aulas oferecidas pela instituição. Assim, noticiava o jornal “O Espelho” em 01 de setembro de 1878:

Os alumnos do Externato “5 de Agosto” quizeram correr; por isso. cançaram.

A principio frequentaram regularmente esses estabelecimento de instrucção, porem atualmente... É que só se falla em instrucção, [em] intelligencia e talento quando se esta em certas reuniões sociaes, em bailes, theatros, etc.

Existem tantos jovens nesta cidade que podiam ir receber a instrucção, mas julgavam-se alguns já sufficientemente instruídos, não passando apenas de parladores, porque se muito conversam, pouco ou nada escrevem. E são estes que requerem figurar e pintar a manta, o sete, a saracura e até o bode!

Hoje não há rasão de dizer-se que não temos recursos, porque a instrucção se distribue gratuitamente no Externato por illustres professores.

Vale mais estar aprendendo o que nos ensinam esses dignos professores, do que levar duas horas de conversinhas, ou em escavações de rua, qual outra pipa d’agua.

Acordai, mocidade, acordai! Moços! (O Espelho, 01 de setembro de 1878, p. 2.)

Uma outra notícia que mostra o desinteresse que a juventude de Vigia tinha pelo externato da Sociedade Literária 5 de Agosto, revela ainda uma indignação do autor da notícia que criticava duramente a juventude vigiense.

Escafifo solemnemente quando vejo certos moços, sem eira nem beira nem ramo de figueira, andarem pelas ruas desta cidade feitos verdadeiros vagabundos, sem rei nem roque, como gados sem pastor. Nem ao menos empregam o seu tempo em estudar na escola da 5 de Agosto, com o professor Chiquinho, o Candido Nunes e aquelle outro professor alto que explica a tal geografia como se fosse o abc. [...] (O Espelho, 24 de novembro de 1878, p. 4, nº 12)

As notícias sobre a frequência dos alunos no externato da Sociedade Literária 5 de Agosto revelam que, apesar dos esforços dos homens de letras para ilustrar e garantir a continuação dos estudos dos jovens da cidade, não houve, por parte da população, o interesse esperado.

Supomos que esse fato possa mostrar que a maioria da população não compactuava com os ideais que objetivavam a formação de uma classe ilustrada, ou

não aceitava a coordenação dos homens de letras que estava à frente da Sociedade Literária 5 de Agosto. Mas, poderia ser devido a dificuldades financeiras que acometiam às famílias de Vigia, o que justificaria o fato da baixa procura da população pelo externato da instituição.

No final de 1878, após um ano de funcionamento do externato, houve a realização dos primeiros exames anuais dos alunos matriculados, na ocasião os jornais que circulavam em Vigia noticiaram o feito da Sociedade Literária 5 de Agosto. O jornal “O Espelho”, em matéria publicada em dezembro de 1878, descreve como se deu os exames anuais do externato:

[...] Dos 17 que se matricularam durante o anno, apenas se apresentaram os Srs. Roque Pinheiro, Augusto Pinheiro e Manoel do Nascimento de Sousa que, nutrido verdadeiro desejo de instruir-se, tornaram-se sempre constantes e aplicados.

Estiveram presentes ao acto que foi presidido pelo respectivo delegado litterario, os illus. srs. Moreira, Juiz de Direito interino, capitão Lauriano, Presidente da Câmara, o Juiz municipal supplente, em exercicio, o delegado de polícia e muitos outros cavalheiros.

Eram examinadores, além dos professores do Externato Bezerra e Araujo Nunes, os srs. Catanho Sobrinho e Vilhena Alves; fazendo também o sr. Pedro Furtado faz algumas perguntas de Geographia.

Antes de começarem os exames, o sr. professor Araujo Nunes, na qualidade de Presidente da sociedade “Cinco de Agosto” fez uma breve exposição relativamente ao movimento das aulas e terminou declarando que, rigorosamente falando os alumnos presentes não vinham prestar um verdadeiro exame, mas sim exhibir apenas as provas de seu aproveitamento durante os escassos momentos que depois dos seus trabalhos diurnos, eram applicados ao estudo.

Os alumnos agradaram geralmente pelo desembaraço e acerto com que responderam as perguntas que lhes foram feitas sobre as matérias do ensino que constavam de Portuguez, Geographia, Arithmetica e Francez, sendo por fim premiados pelo sr. delegado literário com 3 obras escolhidas na biblioteca e que lhe foram fornecidas pelo respectivo Presidente.

Depois de findo o exame, os alumnos Augusto Pinheiro e Nascimento pronunciaram um belo e bem elaborado discurso encarecendo a necessidade e vantagens da instrução e afirmando a sua gratidão aos seus professores; respondendo-lhes por este o sr. professor Bezerra que louvou-os pela sua provada applicação e dedicado amor às letras e aconselhando-os a continuarem no nobre desempenho de cultivarem cada vez mais suas intelligencias.

Terminado o acto, foi oferecido aos alumnos um modesto *copo d’agua* para o qual também concorreu generosamente o sr. Batalha.

Podemos destacar na notícia, alguns fatos sobre os exames, a saber: a prova era oralizada, houve a participação de várias autoridades locais como o delegado de polícia, o delegado literária, políticos e professores públicos; o número de alunos que realizaram o exame foi de apenas 3 (três), Roque Pinheiro, Augusto Pinheiro e Manoel do Nascimento de Sousa.



Podemos dizer que os exames do externato serviam para ampliar a esfera de influências do grupo que compunha a referida instituição. Mas também, segundo Soeiro (2012), seria uma forma de fortalecer círculos de amizade,

Na medida em que Roque Pinheiro era sócio efetivo, Manoel do Nascimento de Sousa e Augusto Pinheiro eram membros da Sociedade Literária Treze de Dezembro, sendo o último um dos redatores do periódico *O Espelho* e obviamente com amplo domínio da comunicação escrita. Buscavam, assim, ampliar os seus conhecimentos para melhor compartilhar os valores da cultura letrada que tanto defendiam. (SOEIRO, 2012, p. 70).

A realização de exames anuais promovidos pela Sociedade Literária 5 de Agosto foi uma maneira encontrada pelos homens de letras para dar visibilidade para as ações educativas da instituição. O fato de levar várias autoridades públicas de Vigia para participar desse evento revela o que queriam os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, provar que estavam comprometidos com a educação e o progresso civilizatório de Vigia.

#### 4.4.2 Os ideais educativo-civilizatórios dos homens de letras e o fim do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto

O que a análise das fontes indica é que a criação do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto, seria parte importante do seu projeto educativo. Assim, todos os esforços de seus professores, também membros da instituição, estavam voltados à transmissão de saberes que levariam o homem a alcançar um grau elevado de desenvolvimento tanto científico quanto religioso e moral.

Neste cenário, saber ler, escrever, contar e rezar não atenderia todas as necessidades do ser humano; pois, se fazia necessário que os conhecimentos relacionados aos campos do conhecimento científico estivessem de acordo com valores cristãos, morais e cívicos. Para que, desta forma, o homem pudesse ascender ao progresso e à civilização.

Podemos dizer, então, que além do objetivo educativo do externato, os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto queriam aumentar o grau de civilidade dos alunos; pois, defendiam o refinamento de costumes e hábitos, queriam leva-los “[...] a portar-se razoável e moderadamente, com uma sensibilidade inata para os interesses dos outros, exercitar a autodisciplina e estar preparado para sacrificar os próprios interesses egoístas pelo bem do todo.” (EAGLETON, 2005, p. 32).

Neste sentido, os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto que lecionaram no externato, precisavam estar coadunados com a ideia de civilização adotada por Elias (1994), amplamente usada pelas nações europeias, como: Alemanha, Inglaterra e França. O que servia para dar consciência aos moradores do ocidente sobre sua própria imagem e que serviria como elemento de distinção entre os povos. Distinção esta que, na província paraense da década de 1870, poderia ser conseguida por meio da educação.

Na Sociedade Literária 5 de Agosto, havia um consenso entre seus membros: educar para civilizar, pois, no Brasil a educação servia como elemento de distinção entre os indivíduos. Na Província do Pará, as Sociedades literárias de meados do século XIX defendiam a ideia de que civilizar estava proporcionalmente ligado ao ato de educar.

Tal ideia se mostrava arraigada em vários setores da sociedade brasileira desde meados do Oitocentos, tornando-se quase um lema.

[...] tanto para os conservadores, quanto para os liberais, tanto para os que defendiam a escola pública quanto para aqueles que defendiam a escola particular, havia um lema que subsidia as ideias de: instruir sim!, levar as luzes para o povo, sim!, civilizar-se, sim!, mas dentro de um princípio maior – o da moral – e melhor ainda o da moral cristã. (PINHEIRO, 2010, p. 9)

Abreu (2000) nos diz que a civilização precisava ser a meta do ensino e da formação profissional; implementada nos hábitos e costumes da população como um todo; exposta na aparência das cidades, em seu traçado, nas áreas de lazer e de serviços urbanos básicos. Enfim, precisava estar presente em todos os aspectos da sociedade, moldando os valores, as normas e os padrões não apenas das elites, mas também dos homens e mulheres livres.

Elias (1994) também disserta sobre os padrões de conduta que, uma vez incorporados, passam a ser aceitos como naturais. Desta forma, os indivíduos durante a vida passam por um processo de modelagem para serem inseridos na sociedade<sup>110</sup>. Contudo, para este autor, tais transformações não ocorreram de maneira espontânea, pois os indivíduos são pressionados a incorporarem novos padrões de comportamento. Logo, a civilização seria uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais.

---

<sup>110</sup> Para Elias (1994), o conceito de civilização (utilizado na França e na Inglaterra, a partir do século XVI) implica uma realidade específica, empiricamente observável, mas que também se constitui como uma abstração teórica e um modelo de interpretação da história e da sociedade.

Assim, os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto compreendiam que a educação deveria ser preponderante para elevar o grau de civilidade da população vigiense.

De modo geral, havia nas Sociedades literárias, um certo entendimento de que acender a província paraense à civilização era uma meta. Mas isso só seria possível por meio da universalização da educação; pois se acreditava que, desta forma, o indivíduo seria capaz de conscientizar-se e participar da construção de um mundo ideal.

Para os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto da década de 1870, a educação seria a maior garantia de uma sociedade livre e, ao mesmo tempo, civilizada. Como podemos ler no discurso proferido por Vilhena Alves, professor do externato da instituição que foi publicado no jornal “O Liberal do Pará”, da cidade de Belém.

[...] Instrução popular? É ella a maior garantia dos direitos civis e políticos de um povo; é o sustentáculo de suas liberdades. Um povo instruído comprehende perfeitamente os seus direitos e as suas obrigações, e não se deixa iludir pelos que fazem da corrupção e da hytpocrisia um meio de adquirir proselytos.

Um povo instruído póde com a maior facilidade estudar as leis de seu paiz, afim de pautar os seus actos pela regra de equidade, e não commetter esses crimes horríveis que todos os dias se põem em prática nos paizes pouco adiantados em civilidade. (Jornal O Liberal do Pará, outubro, 1870)

A Sociedade Literária 5 de Agosto é um exemplo desse esforço, da luta pela universalização da educação. Apesar dos escassos recursos financeiros de que dispunha, fora uma difusora do conhecimento científico, das artes, das letras e dos costumes civilizados em Vigia.

Desta forma, estaria assim como a escola e a igreja, contribuindo para a formação de sujeitos disciplinados e úteis à sociedade. Este conduto defendia a ideia de que a educação enquanto instrumento de civilização, deveria ser coordenada por indivíduos civilizados; pois, as ações educativas desenvolvidas por sujeitos letrados no âmbito da Sociedade Literária 5 de Agosto, serviam à manutenção dos princípios morais do período. Logo, qualquer transgressão a essa ordem era imediatamente criticada e desconsiderada por esses sujeitos.

Em seguida, transcrevemos um ofício do delegado literário, que fiscalizava as escolas públicas de Vigia na década de 1870, sobre um fato denunciado no jornal O “Espelho”:

Delegacia litteraria da Cidade da Vigia, 29 de dezembro de 1878 – Illm. Sr. – Tendo o periódico critico, litterario e noticioso, denominado – O Espelho que se publica nesta cidade chamando a atenção para esta delegacia litteraria para o escandaloso facto de estar a escrava Euzebia, da propriedade de VS, ensinando meninas no lugar denominado Arapiranga, segundo districto desta cidade, e tendo me dirigido a essa localidade e sabido de fonte insuspeita ser certo que a dita escrava lecciona a dous meninos e uma menina nos quaes até aplica castigos severos; faço responsável a VS. Pela continuação de tão inqualificavel abuso.

VS, homem bem intencionado, como o considero, não ignora que o governo muito se empenha, no intuito de diffundir a luz benéfica da instrucção primaria por todas as classes de nossa população, e para este grandioso fim tem estabelecido nesta cidade quatro escolas, á testa da qual a juventude encontra mestres que por sua dedicação ao magistério, e pela proibição e intelligencia com que se recommendam à sociedade, nada mais deixam a desejar.

Ora desde que já podemos contar, em prol da instrucção publica com tão importantes vantagens, será um crime de lesa-civilização tolerar-se que uma escrava, talvez ate de máos costumes, esteja dentro do perímetro da cidade exercendo indevidamente o magistério, no qual em vez de instruir a essas desventuradas criancinhas, cujos paes tão mal cuidam de sua educação, as estejam embrutecendo e innoculando-lhes o venen dos máos hábitos. [...] Assignado – O Delegado letterario – Francisco de Moura Palha. (Jornal, O Espelho. Vigia, dezembro de 1878).

Por considerarem a educação uma ferramenta a serviço da civilidade do ser humano, os membros da Sociedade Literária 5 de Agosto acreditavam que a mesma seria a consequência do ato de educar. Por isso, deveria ser coordenada por sujeitos civilizados. Assim, uma escrava ensinando seria um ato de “lesa civilidade”. Neste contexto, a educação era um objeto monopolizado por homens de letras, por isso não seria “civilizado” aceitar que qualquer indivíduo possa assumir o papel de professor.

De modo geral, dentre os jornais que circulavam em Vigia da década de 1870, havia uma preocupação com os assuntos educacionais, pois eram constantes as matérias sobre o tema. O que pudemos apreender da análise dos jornais é que educação, progresso e civilidade, para os sujeitos históricos da época, são conceitos complementares. Assim, várias foram as notícias que traziam conexões entre estes conceitos, que, geralmente, estão ligados a outros conceitos como: de liberdade, de moralidade, e de religião. A afirmação do jornal “A Constituição”, resume bem o que queriam os homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto com relação às suas ações educativas em Vigia.

A Sociedade “Cinco de Agosto” não presta unicamente um serviço à mocidade vigiense, mas à instrucção pública do paiz de cuja gratidão constitui-se credora.

Considerado seu acto acima de todo e qualquer louvor, fazemos votos para que ella veja coroados dos mais bellos resultados os seus nobres esforços

pela santa cruzada da educação popular. (Jornal A Constituição, outubro. de 1877).

A matéria enaltece as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto, e exalta a iniciativas dos seus homens de letras, apontando que eles eram os responsáveis pelo progresso da província. Podemos dizer que esse era o entendimento que a imprensa jornalística oitocentista ajudou a propagar: que as Sociedades literárias desenvolviam um trabalho pedagógico dotado de caráter progressista, civilizatório e inclusivo, pois buscavam voltar suas ações aos indivíduos financeiramente carentes<sup>111</sup>.

Segundo Falcon (1989), esses sujeitos das décadas finais do Oitocentos entendiam que a educação e a ilustração se complementariam. A ideia de educação era de “[...] um vasto movimento de ideias, marcadas pela secularização e pelo racionalismo, concretizando-se sob formas variadas, de cultura para cultura, conforme dois princípios genéricos: o pragmatismo e o enciclopedismo.” (FALCON, 1989, p. 54). A Ilustração também seria “[...] uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão”. (idem, p. 54).

Para Maxwell (1973), a ideia de ilustração foi trazida para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo, por estudantes brasileiros que tinham frequentado universidades europeias, como as de Coimbra, Montpellier, Edimburgo e Estrasburgo<sup>112</sup>. Este autor alegava que os estudantes brasileiros usavam ideias políticas e sociais da Ilustração francesa para idealizar o Império luso-brasileiro.

Na Sociedade Literária 5 de Agosto também estavam presentes os ideais da ilustração francesa, tais como: liberdade, igualdade, fraternidade, entre outras. Mas, não pregava um governo constitucional e nem a separação entre Igreja e Estado, pelo menos não de forma explícita.

---

<sup>111</sup> Conduto, no caso da Sociedade Literária 5 de Agosto, há indícios que apontam uma certa contradição com relação ao ensino gratuito oferecido pela instituição, pois não só indivíduos financeiramente carentes frequentavam as aulas do externato da instituição, conforme Soeiro (2012, p.68) “muitos dos nomes que encontramos frequentando as aulas são de pessoas já instruídas, pertencentes não só às camadas desprivilegiadas, mas também às camadas remediadas e ricas da sociedade vigiense, que buscavam aprimorar seus conhecimentos. Os pobres talvez pouco usufruem desse estabelecimento de ensino.”

<sup>112</sup> Sobre o assunto ler: DIAS, Maria Odila Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil". In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. nº 278, 1968, pp.105-170; Antônio Penalves Rocha. 'Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira' In: **Revista Brasileira de História**, vol. 20, n. 39, São Paulo: 2000. p. 38.

Schwarcz (1993) diz que durante o século XIX, houve, por parte de nossas elites letradas, uma grande inquietação com a formação de uma “classe ilustrada”. Essa inquietação se acentuou após a Independência do Brasil, pois com o desejo por mais autonomia houve ainda mais a necessidade de formar uma classe ilustrada para coordenar o país.

Para alcançar esse objetivo, segundo ainda o autor, nossas elites letradas cuidaram de vincular a construção de um imaginário cívico-nacional, que fosse capaz de conferir unidade à nação, a um projeto de civilização que seria comandada pelos homens de letras do país. Assim, um dos instrumentos utilizados para alcançar seus objetivos foi a criação de instituições associativas que assumiram as mais variadas tipologias: científicas, instrutivas, dramáticas, musicais, literárias, entre outras.

No entanto, no caso do interior da Província do Pará, o fato dos homens de letras trabalharem para criação de uma instituição associativas que previam ações educativas em prol da população, poderia simbolizar que estavam comprometidos com o progresso ilustrativo da população de cidades como Vigia. Se considerarmos que o objetivo do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto foi atender gratuitamente um público de estudantes que não teria como continuar seus estudos secundários na cidade de Belém-PA.

Neste sentido, apresentava-se como instituição educativa e serviria como uma alternativa de continuação dos estudos para muitas famílias vigienses que não podiam bancar financeiramente a continuação dos estudos de seus filhos. Desta forma, podemos dizer que o externato da Sociedade agiu na tentativa de amenizar uma ausência do Estado, a falta do ensino secundário no interior da província.

Assim, a Sociedade Literária 5 de Agosto almejava a constituição de uma cidade ilustrada, isso parecia um sonho compartilhado por várias instituições associativas da Província do Pará em fins do século XIX, pois observamos seus esforços na organização de espaços (bibliotecas, escolas noturnas, por exemplo) que buscavam ilustrar o povo paraense, pois acreditavam que por meio disso poderiam ampliar as possibilidades de reconhecimento social de indivíduos excluídos e/ou invisíveis.

Assinalamos que o externato da Sociedade Literária 5 de Agosto foi a terceira intervenção educativa dos homens de letras de Vigia. Mas, assim como a escola

noturna “Recreio Literário”, criada em 1871, e o externato “Nossa Senhora de Nazaré da Vigia”, criado em 1873; também teve que fechar suas portas.

Apontamos ainda alguns possíveis motivos que levaram ao fechamento do externato da instituição no final da década de 1870, a saber: a falta de recursos materiais, pois a instituição não dispunha de recursos financeiros para manter um espaço adequado que servisse às suas ações educativas. O desinteresse da população local que contribuiria para a evasão dos alunos e juntamente com a saída da cidade de Vigia de vários membros da instituição, durante a década de 1880<sup>113</sup>.

Contudo, apesar do externato ser um projeto que não durou, não podemos dizer que fracassou, pois serviu como projeto-piloto para as gerações de membros que compunham a instituição no século XX. Observamos que, no ano de 1905, após uma reforma no estatuto que datava de 1882, houve a necessidade de criar novamente um espaço dedicado às ações educativas da instituição. Assim, lemos no estatuto de 1905 que:

**Art. 3º:** A escola primária destina-se a proporcionar aos sócios, ou aos filhos destes, o cultivo intelectual necessário não só a matrícula do externato, como ao melhor desempenho dos seus deveres sociaes (...).

**Art. 4º:** são intuitos do externato avigorar e desenvolver os conhecimentos adquiridos na escola primária. O seu curso constará de Portuguez, Geografia Geral, Chorografia do Brasil, Francez, Geometria, Arithmetica, Algebra (até equação de 2o grau), História do Brasil e do Pará, e noções de História Universal, sendo taes matérias igualmente distribuídas por trez cadeiras, cada uma sob a regencia de um professor. Parágrafo primeiro: haverá no externato duas aulas diárias, das sete a nove e meia da noite, tendo cada uma a duração de uma hora. (Estatuto da Sociedade Literária 5 de Agosto, 1905).

No estatuto de 1905, a instituição retoma as ações educativas da década de 1870. O externato da década de 1900 previa a criação de uma escola primária e uma escola para atender aos jovens de já haviam concluído o ensino primário. Podemos dizer então, que as ações educativas do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, da década de 1870, foram continuadas pelos membros seguintes da instituição. Logo, o que ajudou a firmar a ideia de que a agremiação seria também uma instituição educativa.

---

<sup>113</sup> No jornal “O Cinco de Agosto” de 11 de setembro de 1938, um dos membros da Sociedade Literária 5 de Agosto faz uma análise sobre os possíveis motivos que levaram ao fechamento do externato da instituição no final da década de 1870, a saber: pode ter contribuído, conforme nossa análise, foi o adoecimento do professor Araújo Nunes que se deu na década de 1880, doença que levou sua jubilação do serviço público em 1882. O Professor era o principal mantenedor do externato da Sociedade Literária 5 de Agosto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desta tese, com o intuito de responder aos objetivos propostos no início da pesquisa, apresentamos alguns resultados, discussões e questionamentos.

Começamos pelo seguinte questionamento: foi ousadia propor este estudo de tese? Estudar a instituição – Sociedade literária – no contexto da segunda metade do século XIX na Província do Pará, se caracterizou como um desafio ousado, visto que as fontes são dispersas, espaçadas, deterioradas e, em muitos casos, inacessíveis.

Outra dificuldade também foi o fato de o objeto ser pouco analisado em pesquisas acadêmicas no Estado do Pará. Na área da educação, não encontramos estudos, a nível de mestrado ou doutorado, que se propôs a uma abordagem sobre a prática educativa desenvolvida em Sociedade literária no Pará, no período do século XIX.

Nesta tese, tivemos como pretensão analisar o projeto educativo desenvolvido pelos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto, no período de 1870 a 1882. Para tal, partimos da compreensão de como se deu a organização e disseminação de instituições associativas na Província do Pará, da segunda metade do Oitocentos, tendo como foco as Sociedades literárias. Estas instituições congregaram sujeitos, homens de letras, que as utilizavam como canais de circulação de concepções políticas, culturais, educacionais e científicas. O que ajudou a colocar a Província do Pará na rota de circulação de ideias no âmbito nacional.

Constatamos que a partir da segunda metade do século XIX, iniciou-se na Província do Pará, uma importante mudança de mentalidade que produziu consequências no cotidiano sociocultural e intelectual de várias vilas e cidades. Nesse contexto, aparecem com destaque as ações dos homens de letras da década de 1870, que defendiam novas ideias; como por exemplo, o associativismo responsável pela disseminação de instituições associativas.

Este é o período da década de 1870, segundo Barros (1959), marcado pela atuação dos bacharéis, tendo as universidades como os centros irradiadores desses pensamentos de renovação. No caso da Província do Pará, que não dispunha de



universidades, foram as instituições associativas, como as Sociedades literárias, que ajudaram a construir essa nova mentalidade, que daria base à nova nação brasileira.

Enquanto representantes da cultura iluminista europeia do século XVIII e responsáveis pela difusão de princípios considerados essenciais à formação de um país ilustrado e civilizado, as Sociedades literárias emergiram de maneira expressiva na Província do Pará. Logo, estavam presentes em diversas vilas e cidades: Belém, Ponta de Pedras, Marapanim, Cametá, Curuçá, Vigia, etc. Embora separadas fisicamente, todas estavam atreladas às transformações políticas, urbanas, socioculturais e econômicas, que estavam em voga no Pará, da segunda metade do século XIX.

Como optamos por uma análise pelo viés da História Cultural, buscamos captar ao máximo as particularidades e as singularidades da Sociedade Literária 5 de Agosto que, nas décadas finais do século XIX, investiu na criação de espaços de sociabilidade na cidade de Vigia.

Contudo, ao verificar outras Sociedades literárias da Província do Pará, identificamos que haviam características comuns que davam certa unidade na constituição desse tipo de instituição. Como, por exemplo: a exaltação da educação como mecanismo de ilustração dos indivíduos; a disseminação de valores civilizados; o investimento na criação de bibliotecas e na publicação de periódicos como forma de democratizar o acesso à cultura escrita e conscientizar a população sobre questões políticas e sociais.

Frisa-se que as Sociedades literárias eram apenas uma parte de um conjunto diversificado e sofisticado de instituições que compunham o movimento do associativismo paraense da segunda metade do século XIX. Havia, pois, outras formas de instituições associativas. A saber: Sociedades musicais, Sociedades científicas, Sociedades dramáticas, Sociedades filantrópicas, Sociedades abolicionistas, entre outras.

Por mais que quiséssemos explorar tais instituições, o que ampliaria o campo de estudo dessa tese, seria algo impossível neste momento, mas o que pode vir a ser um bom assunto para futuras pesquisas.

As mudanças socioculturais pelas quais passava a sociedade paraense a partir da segunda metade do século XIX, favoreceram a concretização do movimento do associativismo. Apontamos que isso foi devido ao desenvolvimento econômico da região paraense, como consequência do comércio da borracha. O que passou a

atrair um grande número de (i)migrantes nacionais e estrangeiros. Logo, impulsionando o desenvolvimento da cultura associativa no Pará. Também há outros fatores, como a urbanização das cidades paraenses e o advento da Belle Époque que se mostraram importantes para o surgimento de espaços de sociabilidade.

Nosso objetivo de tese foi analisar o projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto, elaborado por homens de letras que buscavam contribuir ao progresso civilizatório de Vigia (1870 – 1882). Podemos dizer que o objetivo foi alcançado por meio de um percurso metodológico bibliográfico e documental. Ambos nos ajudaram a compreender, caracterizar e analisar o objeto, para chegarmos aos resultados da pesquisa.

Desse modo, optamos por dialogar com o campo da História Cultural, pela possibilidade de ampliação das fontes, assim como nos subsidiou a investigar temas que até há pouco tempo eram renegados no campo da História da Educação no Pará.

No campo da História da Educação paraense, as Sociedades literárias desempenharam um papel coadjuvante, pois atuavam informalmente, preenchendo lacunas deixadas pelo poder público, como o exemplo da Sociedade Literária 5 de Agosto, que, mediante à ausência da modalidade secundário de ensino em Vigia, passou a oferecer uma alternativa de continuidade dos estudos para atender aos jovens da cidade, após a conclusão do ensino primário.

Podemos dizer que essa iniciativa se constituiu como uma estratégia para continuação dos estudos num período em que a modalidade secundária inexistia fora da capital da província paraense, Belém.

A pesquisa documental foi constituída de um *corpus* que compreende: requerimentos, ofícios, livros de atas, estatutos, prestações de contas, etc., depositadas no Arquivo Público do Estado do Pará e no acervo da Sociedade Literária 5 de Agosto, além dos jornais que circulavam no Pará nas décadas finais do século XIX e início do século XX, em especial na cidade de Vigia, a exemplo dos jornais “O Espelho”, “O Liberal da Vigia” e “O Cinco de Agosto”.

Contudo, reunir as fontes e analisá-las não foi tarefa fácil, considerando o estado físico e altamente disperso das mesmas. Daí o diálogo entre estas foi fundamental, dada a própria natureza tipológica textual das mesmas; pois, de um lado há os documentos burocráticos (ofícios, balancetes, estatutos) que como característica apresentam uma linguagem direta e formal, mas que trazem poucos

indícios das ações cotidianas da instituição. De outro lado, estão os jornais, com uma linguagem direta e com descrições das ações dessas instituições.

Todavia o diálogo entre as fontes de natureza diversa possibilitou uma reconstrução mais precisa do projeto educativo dos homens de letras da Sociedade Literária 5 de Agosto. De modo que facilitou o entendimento de como determinadas ações, com foco nas ações educativas, eram desenvolvidas.

Dos jornais que circulavam em Vigia, no período entres 1870 e primeiras décadas do século XX, encontramos notícias relacionadas às ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto, seja noticiando o andamento das aulas do externato, elogiando o empenho dos professores, como também relatando os métodos de ensino que estavam sendo aplicados, os materiais, disciplinas ensinadas e os exames aplicados pela instituição.

Assim, podemos dizer que os jornais conectavam as ações educativas da Sociedade Literária 5 de Agosto ao progresso civilizatório pelo qual passava a Província do Pará.

No âmbito da Sociedade Literária 5 de Agosto, os jornais eram veículos de reivindicações tanto sociais quanto políticas. Neste sentido, a persistência nos assuntos educacionais não pode ser entendida como a simples descrição dos acontecimentos no sistema de ensino. Mas sim, como indício de críticas acerca do papel do poder público com relação à educação da população interiorana paraense de meados do século XIX.

Muitos destes periódicos tinham professores à frente. Contudo, cabe questionar: poderia esse fato – dos professores públicos serem os redatores dos jornais – servir como uma espécie de intimação, num sentido de chamar a atenção da população para as questões educacionais?

Defendemos que a atuação desses sujeitos na imprensa periódica deve ser reconhecida, pois buscaram sensibilizar seus leitores sobre a importância da educação para a construção de uma cidade ilustrada e civilizada.

A análise das fontes encontradas no arquivo da Sociedade Literária 5 de Agosto revelou sobre a instituição: minúcias da sua dinâmica organizacional, suas preocupações, seus anseios e ideais; pois, os discursos contidos nelas foram, em grande parte, elaborados por seus membros, por admiradores, pessoas ligadas indiretamente à instituição e até por críticos das ações dos homens de letras.

Com relação à disseminação da cultura escrita, as fontes apontam que a Sociedade Literária 5 de Agosto buscava investir na criação de bibliotecas com objetivo de democratizar o acesso a materiais de leitura; assim como, na publicação de periódicos que serviam como espaços de intelectualidade e de representação dos anseios (políticos, sociais e artísticos, por exemplo) de seus membros.

Com isso, visava formar indivíduos leitores que estivessem em consonância com as ideias de civilidade que tomavam conta dos meios letrados da época. Desta forma, criara simbolicamente um *ethos* em torno de si, que se traduzia na ideia que ser membro de uma Sociedade literária seria o mesmo que ser civilizado, ser ilustrado ser capaz de contribuir para a resolução dos problemas sociais que acometiam a população do período.

Contudo, ao tratar do objetivo de pesquisa, a análise do projeto educativo da Sociedade Literária 5 de Agosto em Vigia no período 1870-1882, admitimos que existem limitações nas fontes documentais que não nos permitiram compreender com mais afinco às ações desenvolvidas pelos homens de letras da instituição; pois, as fontes foram limitadas, espaçadas e, muitas vezes, desconexas. O que prejudicou o entendimento das ações educativas promovidas pela instituição.

Por isso, buscamos analisar as ações educativas relacionadas às ações de caráter sociocultural, beneficente e ilustrativo-civilizatório que a instituição estabeleceu com a população de Vigia. Isso nos ajudou a entender que as ações educativas faziam parte de um projeto de nação pensado por homens de letras da década de 1870, como um ideal estritamente progressista-civilizatório.

Apesar das limitações documentais, confirmou-se a tese levantada, que a Sociedade Literária 5 de Agosto por intermédio de ações coordenadas, as quais eram parte do que denominamos de projeto educativo, contribuíram para que as ideias de progresso civilizatório impactassem no cotidiano educacional da Vigia a partir da década de 1870. Para tanto os homens de letras da instituição elaboraram, financiaram e desenvolveram um conjunto de ações socioculturais que teriam a pretensão de servir como modelo de civilização, e tinham como meta elevar o grau civilidade de Vigia.

Logo, esse ideal civilizatório defendido na década de 1870, perdurou na instituição, pois, o encontramos sendo propagado pelos homens de letras que compunham a Sociedade Literária 5 de Agosto na década de 1930, período onde vivia-se a ascensão das ideias de eugenia no continente europeu.

Assim, lemos no discurso proferido pelo membro da Sociedade Literária 5 de Agosto, publicado no jornal “O Cinco de Agosto”:

A tendência dos povos civilizados é a perfeição. E a perfeição só se atinge reformando os costumes sociais e cuidando dos problemas educativos e eugênicos da raça. [...]

Com a força poderosa e imponderável da ideia eliminaremos os caracteres raciais gizados na imaginação dos que desconhecem a função social do indivíduo como parte integrante das sociedades e o fator maior do progresso universal. Assim procedendo, cumprimos um dever que a Natureza nos impõe como agentes civilizados que fazem povos laboriosos, instruídos e progressistas, ou seja, as sociedades integralmente cultas, independentemente de caracteres raciais exclusivistas”.<sup>114</sup> (Jornal O Cinco de Agosto, março de 1938)

Na década de 1930, a ideia de civilização estava relacionada ao conceito de raça. Contudo, os membros da Sociedade Literária 5 de Agosto não se distanciaram dos ideais defendidos pelos membros da instituição na década de 1870. Ou seja, não abandonaram as lutas em prol do progresso civilizatório da cidade de Vigia e acreditavam que a educação estava arraigada à ideia de civilização. Tal como era na década de 1870. Por isso, poderia ser medida pelo grau de ilustração e refinamento dos indivíduos.

Portanto, estes homens de letras defendiam a ideia de que o progresso civilizatório não poderia estar preso aos caracteres raciais exclusivistas. E, em suma, o seu projeto educativo objetiva, a partir da década de 1870, contribuir à formação de indivíduos ilustrados e possuidores de hábitos refinados; assim como, regidos por regras de comportamentos civilizados.

Nesta perspectiva, ressaltamos a importância do estudo das Sociedades literárias para a História da Educação no Pará, ao romper com o paradigma de investigação de temas referentes a ambientes institucionalizados de ensino. De uma vez que, levamos em conta os feitos de homens comuns que criam, por meio da sociabilidade e da educação, poderiam mudar uma realidade - como a da Província do Pará da segunda metade do século XIX.

Assim, acreditamos que este estudo possa colaborar na ampliação do campo de pesquisa da História da Educação paraense, uma vez que pouco se conhece acerca das práticas educativas desenvolvidas em Sociedades literárias no Pará.

Para finalizar, reconheço que ao iniciar a realização desta tese, havia em mim, uma sensação de deslumbramento crescente do tipo orquestral de “Bolero de

---

<sup>114</sup> Discurso proferido na ocasião de posse da nova diretoria da Sociedade Literária 5 de Agosto no ano de 1938.

Ravel<sup>115</sup>". Todavia, ao correr da escrita foi surgindo, também um sentimento de encantamento pela educação, pelo Ser professor, pelo Ser pesquisador, que pode ser comparado ao Concerto No.2 in F Minor, Op.21 - 2. Larghetto, de Frédéric Chopin<sup>116</sup>(que tanto ouvi durante a escrita da tese).

Ao chegar no final deste texto de tese, posso dizer que, no instante que o professor-pesquisador da educação se apropria de um objeto cultural, e o transmuda em fonte de análise com objetivo de compreender uma ampla realidade social, onde a educação se constitui em parte fundamental; ele se torna um alquímico. Tamanha é a vontade de encontrar a fórmula mágica e transmutar metal bruto em ouro puro. Seria possível?

Uma das buscas incessantes do alquimista é pela "transmutação"; uma metáfora para explicar a mudança de consciência do ser, da mente "ignorante" que, ao passar pela transmutação, torna-se uma mente "sábia". Esse estudo de tese é uma busca pela fórmula da transmutação, é uma quase Alquimia, tamanha foi a combinação de ideias, conceitos, conhecimentos das ciências humanas: Arte, Educação, Sociologia, História, Filosofia etc.

Então, está aí, nas seções, subseção, parágrafos e conceitos, uma parte da fórmula. A outra parte está no Ser e depende do alquimista que há em cada um. Mas, tenhamos cuidado, pois, dizem que "ouro cega".

Por fim, termino este texto de tese com uma certa melancolia, em uma tarde de chuva do mês de dezembro em Vigia. Um noturno<sup>117</sup> toca ao fundo e uma sensação de angústia e de dever não propriamente cumprido, toma conta de mim. Visto que esta pesquisa é apenas o começo.

---

<sup>115</sup> Bolero Ravel é uma obra musical de um único movimento escrita para orquestra, por Maurice Ravel. Originalmente composta para um Ballet, a obra, que teve sua première em 1928, é considerada a mais famosa de Ravel. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolero\\_\(Ravel\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolero_(Ravel)). Acesso em 01/12/2021.

<sup>116</sup> O Concerto para Piano nº 2 em Fá menor, op. 21, foi composto por Frédéric Chopin, em 1829. Chopin compôs a peça antes de terminar sua educação formal, por volta dos 20 anos. Foi tocada pela primeira vez em 17 de março de 1830, em Varsóvia, Polônia, com o compositor como solista. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Piano\\_Concerto\\_No.\\_2\\_\(Chopin\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Piano_Concerto_No._2_(Chopin)). Acesso em 01/12/2021.

<sup>117</sup> Noturno é um tipo de composição musical que evoca, ou é inspirada pela noite. Foi cultivado durante o século XIX, principalmente, como uma peça para piano solo. Especificamente, ouço o noturno No.2 in E flat, Op.9 No.2, de Frédéric Chopin.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marta. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 142.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na Ilha de Colares, Pará**. Belém, PA: Ed. da UFPA, 2004.

AGULHON, Maurice. **Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848**. Étude d'une mutation de sociabilité, Paris, Armand Colin, 1977.

\_\_\_\_\_. La sociabilité est-elle objet d'histoire?, in Étienne François, ed., Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850), Paris, **Recherche sur les Civilisations**, 1986, pp. 13-22.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Poder público, cultura associativa e entidades mutuais no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1916.

ARAÚJO, Joseane Sousa. **Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista**. 2011. 158 f. Acompanha 1 CD-ROM Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Letras e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2011.

BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da província do Pará organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883**. Pará: Typ. De Francisco da Costa Júnior, 1885.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959.

BARROS, José. (2011). A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p38. **Cadernos de História**. 12. 10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p38.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M, SILVA, Fernando TEIXEIRA DA & FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004, p. 95-119.

BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz (Orgs.). **Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos**. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2016.

BLOC, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** (org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 2010.

CARDOSO, Jesimar Miranda. **Memória e identidade vigiense na sala de aula: patrimônio e ensino de história na E.E.E.F.M. Santa Rosa**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e Teatro de sombras**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Benedito Gonçalves. **"Educação para ser boa deve ser religiosa": Romanização e Civilização no Projeto Educativo do Bispo Dom Antônio de Macedo Costa para a Amazônia (1861 - 1890)**, Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo (Memória e Sociedade). Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 2002.

CRUZ, Ricardo Alexandre da. **A ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA E A IDEIA DE UNIVERSIDADE**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Impresso), v. 08, p. 01-04, 2013.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920)**. 2a ed. Manaus: Valer, 2007.



ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCON, Francisco José Calazans. 'Da lustração à Revolução – percursos ao longo do espaço – tempo setecentista' In: Acervo, vol. 4, n.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1989. p. 54.

FERREIRA, A. E. C. S. ; CARVALHO, C. H. . Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890\_1930). In: **XII Encontro de pesquisa em Educação / Centro Oeste, 2014**, Goiânia. Escolarização e analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12.

FONSECA, E. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Imigrantes Portugueses e sociedades recreativas no Rio de Janeiro (1903-1916). In: SARGES, Maria de Nazaré, **Entre Mares: o Brasil dos portugueses**. Belém-Pará: Paka-Tatu, 2010.

FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **Educação e política em Minas Gerais: o caso das Sociedades Políticas, Literárias e Filantrópicas 1831-1840**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

JESUS, Ronaldo Pereira. **O povo e a Monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)**. Tese de doutorado. São Paulo, 2001. Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. **Revista OIDLES**, v -1, setembro de 2007.

\_\_\_\_\_. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860- 1887). In: ALMEIDA, Carla M. C.; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs).

**Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.** Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

JINZENJ, Mônica Yumi. Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 150-166, jan./jun. 2012.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico.** Trad. Gizele de Souza. Rev. Bras. de História da Educação. Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2001.

LACERDA, David P. **Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860 – 1882).** Campinas, SP: 2011. Dissertação Mestrado (História), UNICAMP.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916).** Belém: Açaí, 2010.

LE GOFF, Jacques Le. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga; LIMA E FONSECA, Thais Nivia de (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa & RICCI, Magda. **“Fazendo política, contando história: Experiências sócio - literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos – 1865-1890.** In: Revista Estudos Amazônicos, v. VI, no 1, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.

MAXWELL, R. Kenneth. The Generation of 1790s and the Idea of Luso Brazilian Roots of Modern Brazil. In AUDEN, Dauril (dir.). **Colonial Roots of Modern Brazil.** Berkeley, 1973.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del Rei (1824-1831).** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

MARINHO, Rogério Souza. **Pequenas cidades do nordeste do Pará: maritimidades da Amazônia – Tese de Doutorado, Presidente Prudente (FCT-UNESP), 2017.**

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito,** Porto Alegre, v.5, n.2, p.154- 164, jul./dez. 2014.

NUNES, C; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos Anped**[S.l: s.n.], 1993.

OLIVEIRA, Paulo Henrique de. **Práticas e representações nos primeiros anos do Gabinete de Leitura de Jundiá (1908-1924)**. 2015. 202f. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2015.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX**. In: Caderno de Pesquisa, n. 104, p.144-161, jul. 1998.

PALHETA, Bruno Daniel Monteiro. **Bandas de música, escolas de Saberes: Identidade Cultural e Prática Ensino da Banda 31 de Agosto em Vigia de Nazaré\PA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

\_\_\_\_\_. **Clube musical 31 de Agosto: perfil de uma banda de música paraense a partir de seus contextos histórico, sociocultural e educacional**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Artes (PPGARTES), Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARÁ, Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Vigia: Museu Contextual. – Belém, 2002.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **A Instrução na Província do Pará**. Colombo. Belém do Pará (PA): Typographia do Jornal do Amazonas, 13 de maio de 1869.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Autêntica. Belo Horizonte, 2008.

PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de organização da sociedade civil: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A “Moral” como princípio organizador da escola na Parahyba dos tempos imperiais (1864 – 1872). In: Encontro de História do Império Brasileiro, 2., 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. in **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 20, 1999, p. 191

RODRIGUES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A. A Pesquisa Documental Sócio-Histórica. In: **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação. Organizadoras:** Maria Inês Marcondes, Elizabeth Teixeira, Ivanilde Apoluceno de Oliveira. Belém: EDUEPA, 2010.

RODRIGUES, Denise Simões. **Revolução cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: EDUEPA: 2009.

SALLES, Vicente. **A música e o tempo no Grão-Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

\_\_\_\_\_. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político- revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.

SANTIAGO, J. P. Das práticas musicais aos arquivos vivos: Bandas brasileiras, literatura local e a cidade. **Revista Europea de Información y Documentación sobre América Latina**, p. 189–200, 1988.

SANFELICE José Luís. História das instituições escolares no Brasil. In NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. p.75-93. Campinas. SP: Autores Associados, 2007.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os Jardins das delícias: Gabinetes Literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Sobre as barbas do Imperador: a construção da figura do monarca tropical D. Pedro II**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SILVA, Vanderlei Silva & SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2008.

SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia (1871-1882)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOEIRO, José Ildone Favacho. **Noções de História da Vigia**. Belém: Cejup, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ginásio Bertoldo Nunes**. Belém, Produção independente, 2008.

Souza, Roseane Silveira de. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 93-121. jul. - dez. 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 144-158.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VIANNA, Arthur. Esboço retrospectivo da instrução pública no Pará. In: **A educação no Pará: documentário**. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1987.

VICENTE, Sérgio Augusto. **Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e ciência na Corte (1860-1882)** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria. Mutualismo e Filantropia. **Revista de História**, Juiz de Fora: Ed. UFRJ, v.18, 2004.

\_\_\_\_\_. Mutualismo e filantropia. In: XIV Encontro Regional de História, Juiz de Fora. **Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História**. Juiz de Fora: ANPUH-MG, v.1, 2004.

\_\_\_\_\_. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Topoi, **Revista de História**. Rio de Janeiro: PPGHIS – UFRJ, 7 Letras, v. 9, n. 16, p. 117-136, 2008.

WITTMANN, Reinhard. “**Existe uma revolução da leitura no século XVIII**”. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (org.). *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação**, n. 3, p. 109-119, jan/dez. 2004.

#### CONSULTADAS DA INTERNET

ESTEVES, Carlos. (2020). Fazendo divisas em terrenos alheios: um estudo preliminar sobre posse, propriedade da terra e conflitos em intendências municipais no Pará entre fins do século XIX e início do XX. **Revista Maracanan**. **34-58. 10.12957/revmar.2020.44600**. Acessado em: 22/02/2022.

Google Maps. <<https://www.google.com/maps/place/Vigia+++PA>>. Acessado em 20/10/2020.

Fidellis, 2013. Disponível em:

[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6014/1/Dissertacao\\_PescaCurralMunicipio.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6014/1/Dissertacao_PescaCurralMunicipio.pdf). Acessado em: 21/04/2022.

MALHEIROS, R. G.; ROCHA, G. O. R. da. Instrução, ciência e civilização: a província do Grão Pará e as influências francesa e estadunidense nas questões educacionais (1860 a 1870). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 77–92, 2013. DOI: 10.20396/rho.v12i48.8640010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640010>. Acesso em: 25 out. 2021.

MATTOS, M. de F. da S. C. G. de. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. **dObra[s] – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 96–103, 2009. DOI: 10.26563/dobras.v3i6.291. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/291>. Acesso em: 27 nov. 2021.

RIZZINI, Irma. A EXPANSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PELAS FRONTEIRAS REMOTAS DA AMAZÔNIA (1870-1889). **RVE - Revista Ver a Educação**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 9-28, dez. 2012. ISSN 2317-7713. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/999>>. Acesso em: 05 jan. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rve.v12i1.999>.

### **Documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) – Fundo da secretaria da presidência da província.**

Correspondências da Mesa Diretora da Sociedade Litteraria e Beneficente “Cinco de Agosto” da cidade de Vigia com os presidentes da província do Grão-Pará (1873/1878). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondências da Mesa Diretora da Sociedade Litteraria Odivellense da vila de São Caetano de Odivelas com os presidentes da província do Grão-Pará (1877/1878). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondências da Mesa Diretora da Sociedade Litteraria Club Científico com os presidentes da província do Grão-Pará (1867/1868). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Club Santista com o presidente da província do Grão-Pará (1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Gabinete Cearense de Leitura com os presidentes da província do Grão-Pará (1877). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Gabinete Litterario de Marapanim com os presidentes da província do Grão-Pará (1877). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Grêmio Litterario Portugues do Pará com os presidentes da província do Grão-Pará (1868-1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Beneficente 28 de julho com os presidentes da província do Grão-Pará (1868-1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Beneficente Artística Paraense com os presidentes da província do Grão-Pará (1868-1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Palestra Litteraria de Ponta de Pedras com os presidentes da província do Grão-Pará (1877- 1878). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Parthenon Litterario com os presidentes da província do Grão-Pará (1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade União Paraense com os presidentes da província do Grão-Pará (1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869) - Ofícios de diversas sociedades.

### **Coleção das Leis da Província do Grão-Pará e do Império do Brasil.**

Portaria de 21 de março de 1882. Aprova os Estatutos da sociedade Cinco de Agosto da cidade da Vigia.

Lei 1083 de 22 de agosto de 1860. Contendo providências sobre Bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades.

Portaria de 11 de julho de 1882. Concede jubilação ao professor da cidade da Vigia, Francisco Quintino de Araújo Nunes.

Portaria de 11 de julho de 1882. Concede jubilação ao professor da cidade da Vigia, Severiano Bezerra de Albuquerque.

### **FONTES IMPRESSAS**

**Acervo da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto:** O Espelho: de 1878-1879.

**Acervo da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto:** O Cinco de Agosto: de 1939.

**Acervo da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”:** Estatutos da Sociedade Literária e Beneficente —Cinco de Agostoll

**Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna (Centur):** O Liberal da Vigia: de 1878-1885.

**DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO ARQUIVO DA SOCIEDADE “CINCO DE AGOSTO” – ASCA**

**Séries documentais**

Inventários (1860 – 1920)

Ferimentos Leves e Graves (1870 – 1885)

Livros de Notas – 1872-1880

**Jornais**

Jornal O Cinco de Agosto, Vigia, setembro de 1938, p.1

Jornal O Espelho. Vigia, 29 de setembro de 1878, p. 1-2, nº 5)

Jornal O Liberal da Vigia, abril de 1877

Jornal O Espelho, dezembro de 1879

Jornal O liberal da Vigia. dezembro de 1877)

Jornal O Espelho. Vigia, 27 de abril de 1879, p. 2. nº 30

Jornal O Espelho, 13 de setembro de 1878, p. 1, nº 03

Jornal O Espelho. Vigia, 27 de outubro de 1878, p. 4. nº 9.

Jornal O Espelho. Vigia, 1 de setembro de 1878, p. 1. nº 1

Jornal O Espelho. Vigia, 23 de março de 1879, p. 2. nº 26

Jornal O Liberal do Pará, nº 209, set. de 1871, p. 1.

Jornal A Regeneração, Belém, 18 de julho 1875. N.23)

Jornal O Liberal da Vigia, nº 19, de 26/10/1877

Jornal O Espelho. Vigia, 12 de janeiro de 1879, p. 3. nº 17

Jornal O Liberal do Pará, n 224, 1870, 08 out, p. 1

Jornal O Espelho. Vigia, 8 de dezembro de 1878, p. 2. nº 14

Jornal A Constituição, – ed.235, 15 de out. de 1877, p. 1

Jornal O Espelho. Vigia, 11 de maio de 1879, p. 2. nº 32)



## ANEXO A - DOCUMENTOS UTILIZADOS NA TESE

- 1- Catálogo de obras raras da biblioteca da Sociedade Literária 5 de Agosto <sup>118</sup>
- 2- O Estatuto da Sociedade literária 5 de agosto aprovado no ano de 1882
- 3- Jornal O Liberal da Vigia
- 4- Jornal O Espelho

Os documentos podem ser encontrados no Link: <https://encurtador.com.br/hkntE>

Os documentos também podem ser encontrados no QR code:



---

<sup>118</sup> Também está Disponível em: <http://cincodeagostovigia.blogspot.com/p/catalagos.html>. Acessado em 02/02/2021.